

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

ANDRESSA DE RODRIGUES FLORES

“Não é certo a gente viver governado pelos outros quando a gente tem capacidade de fazer”

**ARTICULAÇÃO E PROTAGONISMO KAINGANG
(RIO GRANDE DO SUL, 1968-1985).**

São Leopoldo

2023

ANDRESSA DE RODRIGUES FLORES

“Não é certo a gente viver governado pelos outros quando a gente tem capacidade de fazer”

ARTICULAÇÃO E PROTAGONISMO KAINGANG

(RIO GRANDE DO SUL, 1968-1985).

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge

São Leopoldo

2023

F634n Flores, Andressa de Rodrigues.
“Não é certo a gente viver governado pelos outros quando a gente tem capacidade de fazer” articulação e protagonismo Kaingang (Rio Grande do Sul, 1968-1985) / por Andressa de Rodrigues Flores. – 2023.
351 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2023.
“Orientador: Dr. Jairo Henrique Rogge”.

1. Protagonismo indígena. 2. Kaingang. 3. FUNAI. 4. Imprensa. 5. Igreja. 6. Ditadura militar. 7. Povos indígenas. 8. Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU: 981.65(=1-82)

ANDRESSA DE RODRIGUES FLORES

“Não é certo a gente viver governado pelos outros quando a gente tem capacidade de fazer”

ARTICULAÇÃO E PROTAGONISMO KAINGANG

(RIO GRANDE DO SUL, 1968-1985)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Jairo Henrique Rogge – UNISINOS

Ana Paula Korndörfer – UNISINOS

Eliane Cristina Deckmann Fleck – UFPEL

Maíra Ines Vendrame – UNISINOS

Luís Fernando Laroque – UNIVATES



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE Nº 09/2023

Avaliação da Tese de Doutorado em História de **ANDRESSA DE RODRIGUES FLORES**. Às quatorze horas do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se a banca examinadora integrada pelos professores doutores, Eliane Cristina Deckmann Fleck – UFPEL, Luis Fernando da Silva Laroque-UNIVATES, Maíra Ines Vendrame – UNISINOS e Ana Paula Korndörfer – UNISINOS, para a defesa da Tese intitulada: “Não é certo a gente viver governado pelos outros quando a gente tem capacidade de fazer” ARTICULAÇÃO E PROTAGONISMO KAINGANG (RIO GRANDE DO SUL, 1968-1985). Após a abertura da sessão pelo/a professor/a doutor/a Jairo Henrique Rogge - (orientador), a doutoranda fez a apresentação do seu trabalho. Concluída a etapa de apresentação e arguição da candidata pela Banca, iniciou-se a elaboração do parecer final e atribuição da avaliação individual de cada um dos examinadores com os seguintes resultados: professora Eliane Cristina Deckmann Fleck Aprovado c/ Distinção, professor Luis Fernando da Silva Laroque Aprovado c/ Distinção, professora Maíra Ines Vendrame Aprovado c/ Distinção e Ana Paula Korndörfer Aprovado c/ Distinção. A avaliação final é Aprovado c/ Distinção. Face à avaliação final da Tese será obtido pela doutoranda, é conferido a **ANDRESSA DE RODRIGUES FLORES** o título acadêmico de **DOUTORA EM HISTÓRIA** pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A emissão do Diploma está condicionada a entrega da versão final da Tese.

A banca examinadora recomenda a publicação do trabalho: Sim () Não

A banca sugeriu alteração de Título: () Sim Não

Para constar, a ata é assinada pela orientadora e pelos integrantes da banca que participaram da banca de forma presencial.

São Leopoldo/RS, em 22 de setembro de 2023.

Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge (Orientador) – UNISINOS

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck - UFPEL

Prof. Dr. Luis Fernando da Silva Laroque- UNIVATES

Profa. Dra. Maíra Ines Vendrame - UNISINOS

Profa. Dra. Ana Paula Korndörfer - UNISINOS

ANDRESSA DE RODRIGUES FLORES – DOUTORANDA

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quatro anos e meio, a escrita da tese não foi uma tarefa fácil, tampouco tranquila, uma vez que enfrentei vários desafios e dificuldades, passando por problemas de saúde, pandemia de Covid 19, isolamento social, deprimente cenário político e econômico do país, fechamento do PPGH/UNISINOS, etc. No entanto, encontrei força e ânimo no carinho, amizade e companheirismo de pessoas especiais que me inspiraram e ajudaram para que a tese se tornasse uma realidade.

Agradeço primeiramente minha mãe Elisete, pela dedicação que teve durante sua vida com seus filhos, por todo sacrifício enfrentado para priorizar nossos estudos e por nunca ter deixado de acreditar que através da educação teríamos uma vida melhor. Às minhas irmãs Letiele, Letícia, Luísa, irmãos André e Anderson, agradeço pelo carinho, por entenderem a distância e ausência em datas importantes e por serem minha fonte de incentivo e inspiração. A conquista de hoje tem muito de vocês e só foi possível porque tenho vocês.

A mudança de cidade para fazer o Mestrado e o Doutorado na Unisinos, me subtraiu momentos importantes com minha família, a saudade fez parte da minha rotina, mas essa mesma mudança me trouxe a oportunidade incrível de recomeçar minha vida e conhecer pessoas maravilhosas, as quais tenho muito a agradecer por cruzarem meu caminho. Com isso, agradeço com coração repleto de amor o meu companheiro Joel Machado, pela atenção, preocupação e cuidado que não foram poucos nesse período, e por não ter soltado minha mão nos momentos mais difíceis.

Agradeço também a minha orientadora, Prof. Dra. Eliane Fleck, pelo acolhimento desde que cheguei na Unisinos, por sempre ter me tratado com muito carinho, pela compreensão em momentos difíceis, pelos ensinamentos e criteriosa avaliação da pesquisa. Ter encontrado com a Prof. Eliane e com ela aprender foi um dos maiores privilégios que tive nessa jornada acadêmica, um presente que levarei para minha vida.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Jairo Rogge, por acolher esta pesquisa em meio ao caos. Agradeço pelo apoio e paciência que teve nesse período para que a pesquisa pudesse ser finalizada. Aos componentes da banca, Prof. Dra. Ana Paula Korndörfer, Dra. Eliane Fleck, Dra. Maíra Ines Vendrame, Dr. Luís Fernando Laroque, agradeço o aceite do convite para compor esta banca, pela avaliação da tese e pelas contribuições ao trabalho.

Aos colegas de Santa Maria, Deise, Pâmela, Eduarda e Elocir, agradeço por mesmo distante se fazerem presentes em minha vida. Aos amigos que fiz na Unisinos, Bárbara, Bruna, Cyana, Patrícia, Talita e Tiago agradeço pela amizade, carinho, apoio e troca que tivemos.

Agradeço as colegas, Caroline, Lisiane e Marluce que junto comigo, mesmo diante da hostilidade e dificuldades enfrentadas pelo fechamento do PPGH/UNISINOS, tentaram incansavelmente reverter esta decisão.

Agradeço todos professores e funcionários que passaram pelo PGH/UNISINOS desde 1987, tenho certeza que o ambiente qualificado e acolhedor que encontrei carrega muito de cada um que passou por esse espaço.

Agradeço a instituição UNISINOS por ter sido a minha segunda casa, pelo privilégio que tive de fazer Mestrado e Doutorado em um PPG qualificado. Não agradeço a instituição da forma e gerida como está no momento, mas sim, aquela que encontrei em 2016, construída ao longo de 36 anos pelos competentes professores do PPGH, que dedicaram suas vidas para construir um lugar de excelência, respeitado e acolhedor. Saio desta instituição com a certeza de que a gestão que aí está passará, que o legado de 36 anos do PPGH permanecerá em cada um que por aqui passou e estarei na torcida para que um dia esse lugar seja restabelecido longe das mãos daqueles que menosprezam as humanidades, priorizam o lucro ao mesmo tempo em que desrespeitam os professores e depreciam alunos.

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca.”

(Darcy Ribeiro)

RESUMO

A presente tese possui como tema, a articulação Kaingang, cujo recorte temporal e geográfico estabelecidos contempla o povo Kaingang de alguns dos Postos Indígenas do Rio Grande do Sul, sendo eles, Nonoai, Guarita, Cacique Doble, Votouro e Ligeiro, em um período que compreende os anos de 1968 a 1985, ou seja, a partir da extinção do Serviço de Proteção aos Índios e criação da Fundação Nacional do Índio, até o período da redemocratização. A problemática da tese consiste em identificar e analisar as motivações, as características e os efeitos do processo de articulação dos indígenas no Rio Grande do Sul no contexto da ditadura militar. A partir de análise de artigos divulgados na imprensa, em especial, nos jornais Luta Indígena, Boletim do Cimi, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Correio do Povo, Zero Hora etc., de fontes oficiais produzidas pelos órgãos de segurança e informação vigentes durante o período da ditadura militar e de fontes produzidas por instituições religiosas, buscamos compreender o processo de articulação dos indígenas Kaingang, vinculando-o às variadas formas de enfrentamento das situações de violências, vulnerabilidades e conflitos que vivenciaram no período abarcado pela tese. Para abordar as diferentes formas e evidências do protagonismo indígena, utilizamos o aporte teórico da Nova História Indígena, especialmente, nas reflexões propostas por Santos e Felipe (2016, 2017, 2018). Buscamos, ainda, recorrendo a Michel De Certeau (1998), identificar e discutir as estratégias governamentais de controle empregadas sobre os indígenas e as táticas por eles utilizadas para enfrentá-las. Valemo-nos das reflexões de Haesbaert (2020), Quijano (2005, 2009) e Lugones (2014) para identificar e discutir as práticas de violências sobre o corpo e o território Kaingang; das produções de Tedesco et. al (2013, 2021) para tratar da questão relativa à disputa de terras, e de Brighenti (2012, 2013, 2020, 2021), Bicalho (2010a, 2010b), Baniwa (2007), Munduruku (2012) e Bittencourt (2000, 2007) para reconstituir e compreender como se deu a articulação Kaingang e a formação do Movimento Indígena no Brasil. Interessa-nos, também, compreender a influência de organizações religiosas nesse processo de articulação, uma vez que, ao investigarmos os efeitos e as contestações às políticas desenvolvimentistas que incidiram sobre as terras indígenas, identificamos alguns personagens envolvidos nesse processo de formação de um movimento indígena no sul do país, resultante da articulação dos Kaingang, tema ainda pouco explorado pela historiografia no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Protagonismo Indígena, Kaingang, FUNAI, Imprensa, Igreja, Ditadura Militar, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The present thesis has as its theme the Kaingang articulation, whose temporal and geographic cut contemplates the Kaingang people of some of the Indigenous Posts in the estate of Rio Grande do Sul, Brazil, namely Nonoai, Guarita, Cacique Doble, Votouro e Ligeiro, in a period that comprises the years 1968 to 1985, that is, from the extinction of the Indian Protection Service and the creation of the National Indian Foundation until the redemocratization period. The problem of the thesis is to identify and analyze the motivations, the characteristics and the effects of the articulation process of indigenous people in Rio Grande do Sul in the context of the military dictatorship. Based on the analysis of articles published in the press, especially in the newspapers *Boletim Luta Indígena*, *Boletim do Cimi*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Correio do Povo*, *Zero Hora* etc., from official sources produced by security and information forces in power during the time of military dictatorship and from sources produced by religious institutions, we seek to understand the process of articulation of the Kaingang indigenous people, linking it to the different ways of coping with situations of violence, vulnerabilities and conflicts that they experienced in the period encompassed by the thesis. To address the different forms and evidence of indigenous protagonism, we use the theoretical contribution of New Indigenous History, especially in the reflections proposed by Santos and Felipe (2016, 2017, 2018). We also seek, resorting to Michel de Certeau (1998), to identify and discuss the governmental control strategies employed over the indigenous people and the tactics used by them to face them. We use the reflections of Haesbaert (2020), Quijano (2005, 2009) and Lugones (2014) to identify and discuss practices of violence against the Kaingang body and territory; from the productions of Tedesco et. al (2013, 2021) to address the issue of land disputes, and Brighenti (2012, 2013, 2020, 2021), Bicalho (2010a, 2010b), Baniwa (2007), Munduruku (2012) and Bittencourt (2000, 2007) to reconstitute and understand how the Kaingang articulation and the formation of the Indigenous Movement took place in Brazil. We are also interested in understanding the influence of religious organizations in this articulation process, since that, when investigating the effects and challenges to developmental policies that affected indigenous lands, we identified some characters involved in this process of formation of an indigenous movement in the south portion of the country, resulting from the articulation of the Kaingang, a theme still little explored by historiography in Rio Grande do Sul.

Key-words: Indigenous protagonism; Kaingang; FUNAI; Press; Religion; Military Dictatorship; Rio Grande do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Roteiro de pesquisa AN – SNI.....	30
Figura 2: Roteiro de pesquisa AN – ASI/FUNAI	31
Figura 3: Roteiro de pesquisa Acervo ISA.....	32
Figura 4: Roteiro de pesquisa JP – CIMI	33
Figura 5: Roteiro de pesquisa BI/LI e BI/CIMI	33
Figura 6: Roteiro de Pesquisa Missão Indígena Guarita – IECLB	34
Figura 7: Análise da FUNAI sobre publicações da imprensa.	60
Figura 8: Análise da FUNAI sobre publicações da imprensa	62
Figura 9: PI/RS.....	78
Figura 10: Orientação do MINTER para proibir a saída de indígenas para reuniões do CIMI.	154
Figura 11: Congresso Missionário - Missa em São Miguel/RS	155
Figura 12: Júlio Gaiger	171
Figura 13: Monitoramento do SNI sobre Júlio Gaiger.....	177
Figura 14: Lígia Terezinha Lopes Simonian.....	179
Figura 15: Egon Dionísio Heck.....	186
Figura 16: Egydio Schwade	190
Figura 17: Monitoramento do SNI sobre Egydio Schwade	194
Figura 18: Cartografia das articulações Kaingang dos PI/RS	209
Figura 19: Reunião de 26 chefes indígenas em Ijuí/RS	222
Figura 20: Conflito de Nonoai na imprensa	232
Figura 21: Conflito de Nonoai na imprensa	232
Figura 22: Conflito de Nonoai na imprensa	233
Figura 23: Chegada da Polícia Militar em meio ao conflito em Nonoai/RS.....	234
Figura 24: Mobilização indígena para expulsão de colonos de suas terras.....	235
Figura 25: Posicionamentos de políticos e FUNAI sobre o Movimento Kaingang	236
Figura 26: Andila Inácio Kaingang	250
Figura 27: Nelson Jacinto Xangrê	252
Figura 28: Niré – Kaingang.....	262
Figura 29: Menfá – Kaingang.....	262
Figura 30: Armando Kacrê – Kaingang	262
Figura 31: Reunião de caciques após conflito	264

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: PI/RS nos JMC (1968-1985)	67
Tabela 2: Povos Indígenas do RS nos JMC (1968-1985).....	68
Tabela 3: Dados relacionados aos Kaingang dos PI/RS no BI/LI (1976-1984).....	69
Tabela 4: Dados relacionados aos Kaingang dos PI/RS nos BI/CIMI (1972-1981)	70
Tabela 5: Levantamento das Localidades e dos Postos em evidência (1968-1985).....	72
Tabela 6: Tópicos abordados nos JMC e JA (1968-1985)	73
Tabela 7: Enfermaria IECLB – Diagnósticos (1978-1979).....	95
Tabela 8: Enfermaria IECLB – Observações (1978-1979).....	96
Tabela 9: Organizações de apoio aos PI/RS nas manchetes dos JMC (1968-1985)	142
Tabela 10: Relações entre FUNAI e PI/RS nas manchetes dos JMC (1968-1985).....	159
Tabela 11: Táticas adotadas para a articulação Kaingang nos PI/RS.....	211
Tabela 12: Manchetes sobre os indígenas nos JMC	239

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRI	Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas
AI	Área Indígena
AJMB	Ajudância Minas Bahia
AN	Arquivo Nacional
ANAI	Associação Nacional De Apoio ao Índio
ANMIGA	Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade
ARP	Assessoria de Relações Públicas
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
BI/CIMI	Boletim Informativo do CIMI
BI/FUNAI	Boletim Informativo da FUNAI
BI/LI	Boletim Luta Indígena: Informativos dos índios e missionários do sul do Brasil
CA	Centro Agrícola
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CI	Comissão de Inquérito
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
COMIN	Conselho de Missão Entre Povos Indígenas
CP	Jornal Correio do Povo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTPCC	Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão
DGPI	Departamento Geral de Patrimônio Indígena
DR	Delegacia Regional
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EST	Escola Superior de Teologia
FDT	Jornal Folha Da Tarde
FIDENE	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
FSP	Jornal Folha de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GRIN	Guarda Rural Indígena
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IHU	Instituto Humanitas
ISA	Instituto Socioambiental
JA	Jornais Alternativos
JB	Jornal do Brasil
JMC	Jornais De Maior Circulação
JP	Jornal Porantim
MINTER	Ministério do Interior
MNTB	Missão Novas Tribos do Brasil
MP	Ministério Público
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NHI	Nova História Indígena
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OESP	Jornal O Estado de São Paulo
OPAN	Operação Anchieta
PA	Pará

PI	Posto Indígena
PR	Paraná
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RF	Relatório Figueiredo
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SIL	Summer Institute of Linguistic
SNI	Serviço Nacional de Informações
SP	São Paulo
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Terra Indígena
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
ZH	Jornal Zero Hora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
PARTE I - CENÁRIO DA ARTICULAÇÃO KAINGANG: “SÃO FERIDAS QUE NOS ATINGEM NO MAIS ALTO DOS SENTIMENTOS”.....	40
2 POLÍTICAS INDIGENISTAS, SISTEMA DE INFORMAÇÕES E VIGILÂNCIA: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E VISIBILIDADE SOBRE OS PI/RS	41
2.1 ESTRATÉGIAS DE CONTROLE SOBRE OS INDÍGENAS.....	41
2.2 POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL ATÉ A DITADURA MILITAR.....	42
2.3 SISTEMA DE INFORMAÇÕES, VIGILÂNCIA E CONTROLE SOBRE OS INDÍGENAS	57
2.4 PI/RS: VISIBILIDADE NOS JA E JMC	65
2.5 PI/RS: PARTICULARIDADES DOS KAINGANG E LOCALIZAÇÃO DOS PI/RS.....	74
3 VIOLÊNCIAS E VULNERABILIDADES SOBRE O CORPO-TERRITÓRIO KAINGANG E CONFLITOS NOS PI/RS	83
3.1 COLONIALIDADE DO PODER E CORPO TERRITÓRIO.....	83
3.1.1 Situações de Violências: “Denunciada séria violência em área indígena no Sul”.....	85
3.1.2 Situações de Vulnerabilidade: “Assistência médica não existe. E isso permite que crianças morram na reserva”.....	93
3.2 TERRAS E TERRITÓRIO INDÍGENA	103
3.3 SITUAÇÕES DE CONFLITOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS: “TENSÃO AGRAVA-SE NO SUL”	105
3.3.1 Conflitos Políticos: “Governos dos Estados também desrespeitam”.....	106
3.3.2 Conflitos Externos: “Invasão está levando Kaingangues à revolta”	110
3.3.3 Conflitos Internos: “Dividida em duas, a reserva vive sob tensão”	113
3.4 SOBRE VIOLÊNCIAS, VULNERABILIDADES E CONFLITOS: A RELAÇÃO DOS KAINGANG COM A TERRA/TERRITÓRIO.....	117
PARTE II - APOIO A CAUSA INDÍGENA: “UM MOTIVO QUE VALE A VIDA, VALE A MORTE”	122
4 VISIBILIDADE E VIGILÂNCIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE APOIO E FUNAI NOS PI/RS.....	123
4.1 APONTAMENTOS SOBRE INDIGENISMO.....	123
4.2 ORGANIZAÇÕES DE APOIO AOS INDÍGENAS.....	126
4.2.1 Conselho Indigenista Missionário – CIMI	126
4.2.2 Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI.....	135
4.2.3 Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB	137
4.3 ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO NOS PI/RS: VISIBILIDADE E VIGILÂNCIA.....	141
4.4 ATUAÇÃO DA FUNAI NOS PI/RS: VISIBILIDADE E VIGILÂNCIA	159

5 INTEGRANTES DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO E SEU LEGADO: “MAS ESTAS PERSEGUIÇÕES TORNARAM-SE UM VERDADEIRO FERMENTO”	170
5.1 INTEGRANTES DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO	170
5.1.1 Júlio Marcos Germany Gaiger	171
5.1.2 Lígia Terezinha Lopes Simonian	178
5.1.3 Egon Dionísio Heck	185
5.1.4 Egydio Schwade	189
5.1.5 Outros apoiadores	195
5.2 O LEGADO DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO E SEUS INTEGRANTES	201

PARTE III – ARTICULAÇÃO E PROTAGONISMO KAINGANG: “JÁ PASSOU O TEMPO DE DIZER QUE O ÍNDIO NÃO SABE SE EXPRESSAR, QUE SOMOS CRIANCINHAS”	205
---	-----

6 ARTICULAÇÃO KAINGANG NOS PI/RS: “A GENTE NÃO ESPERAVA QUE OS ÍNDIOS IAM REAGIR ASSIM”	206
6.1 O MOVIMENTO INDÍGENA E AS TÁTICAS DE ARTICULAÇÃO	206
6.2 TÁTICAS DE ARTICULAÇÃO KAINGANG NOS PI/RS	208
6.2.1 Produções Escritas: “queremos levar ao conhecimento do órgão competente as nossas lutas e anseios”	213
6.2.2 Promoção de Encontros (Deslocamentos): “com nossa união a gente consegue, a gente tá aqui pra se entender”	218
6.2.3 Movimento Kaingang: “chega, cansamos de esperar”	227
6.2.4 Visibilidade nos JMC: “a vez e a voz do índio”	239

7 OS KAINGANG DOS PI/RS E O PROTAGONISMO OUTRO: “VARIAM OS NOMES DOS PERSONAGENS, NÃO AS HISTÓRIAS”	244
7.1 PROTAGONISMO E LIDERANÇA INDÍGENA	244
7.2 LIDERANÇAS KAINGANG	247
7.2.1 Mulheres Kaingang	247
7.2.2 Nelson Jacinto – Xangrê.....	252
7.2.3 Alcindo Nascimento – Peny	256
7.2.4 Marculino – Candetê/Kandetê	258
7.2.5 Outras Lideranças	260
7.3 O LEGADO DA ARTICULAÇÃO KAINGANG NOS PI/RS	264
7.4 PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988: NOVAS CONQUISTAS, VELHAS AMEAÇAS	266

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	272
--------------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	278
--------------------------	-----

APÊNDICE A – PESQUISA NO AN – FUNDO SNI	301
APÊNDICE B – PESQUISA NO AN – FUNDO ASI/FUNAI	320

ANEXO A – CARTA AO PRESIDENTE DA FUNAI	328
ANEXO B – CARTA AO PRESIDENTE GEISEL	333

ANEXO C – CARTA DE UM KAINGANG DE NONOAI.....	336
ANEXO D – CARTA PRO PRESIDENTE DO BRASIL.....	338
ANEXO E – DOCUMENTO AO PRESIDENTE DA FUNAI	340
ANEXO F – DOCUMENTO AO GOVERNO DO RS.....	343
ANEXO G – MENSAGEM A TODOS NOSSOS PATRÍCIOS.....	345
ANEXO H – MENSAGEM DO DIA DO ÍNDIO	348

1 INTRODUÇÃO

Dentre as mais significativas reformulações das políticas indigenistas estabelecidas pelo Estado ao longo do século XX está a criação dos primeiros órgãos que foram responsáveis pela tutela dos indígenas e pela administração do território onde viviam. Entendemos que o período que abarca a ditadura militar¹ foi um marco na história dos povos indígenas², devido à repercussão de denúncias dos mais variados tipos de irregularidades e das mudanças institucionais e administrativas que ocorreram durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

A Constituição Federal de 1988 é, sem dúvida, uma das maiores conquistas da população brasileira, especialmente para os povos indígenas, por se tratar da consolidação de direitos, frutos de uma jornada de luta e articulação entre lideranças³ indígenas de diversas unidades federativas do país. Esta jornada se constitui de longos anos de articulação e de busca por visibilidade, diálogo e participação nos processos que visavam estabelecer políticas voltadas aos povos indígenas. No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, vários movimentos de oposição à ditadura militar se consolidaram, e, dentre eles, não podemos deixar de destacar a articulação dos povos indígenas e o protagonismo deles nesse processo.

A presente tese dá continuidade à pesquisa que originou a dissertação de mestrado intitulada “*A atuação do Serviço de Proteção aos Índios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do Relatório Figueiredo (1963-1968)*”,⁴ defendida junto ao PPGH da Unisinos, em 2019, na medida em que amplia o recorte temporal e inclui outros Postos Indígenas (PIs) que se encontravam sob a administração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI),⁵ que substituiu o SPI no fim da década de 1960.

¹ Quanto à nomenclatura, a utilizamos de acordo com Fico (2017, p. 53), para quem “O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar [...] O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (“foi militar, *mas* também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares”. Em razão disso, vamos nos referir ao período abarcado nessa pesquisa como *Ditadura Militar*.

² Ao nos referirmos aos indígenas de uma ou mais etnias em geral, utilizaremos o termo *Povos Indígenas*, pois compreendemos, como bem destaca Cunha (1994, p.129) que “o termo povos e autodeterminação podem ter entendimentos variados [...] e o termo povos se generalizou sem implicar em ameaças separatistas”.

³ Entre elas Mário Juruna, primeiro deputado indígena a ser eleito no Brasil e Aílton Krenak, conhecido por sua atuação histórica na década de 1980. Essas e outras lideranças serão mencionadas no último capítulo da tese.

⁴ Na dissertação de mestrado analisei as violações de direitos indígenas praticadas por funcionários do já extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão que antecedeu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no período inicial da ditadura militar (1963-1968), levando em consideração a situação de quatro Postos Indígenas do Rio Grande do Sul.

⁵ Criado pela Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

Nosso principal objetivo, ao realizar esta investigação, foi o de reconstituir historicamente o processo de articulação dos povos indígenas, em especial, dos Kaingang, considerando como recorte espacial os PIs administrados pela FUNAI no estado do RS, e como recorte temporal, o período que se estende de 1967 a 1985, início da redemocratização no país. Interessa, ainda, identificar e discutir as motivações, as características e os efeitos desse processo de articulação dos indígenas no RS, através da análise de matérias divulgadas na imprensa, de documentos de cunho institucional e produzidos pelas Igrejas e/ou religiosos envolvidos.

Entre os objetivos específicos, destacamos:

- Descrever as políticas indigenistas do Brasil, especialmente no Século XX e o contexto de suas sucessivas modificações, ao mesmo tempo em que observamos de que forma as principais mudanças na Política Indigenista, ocorridas após a extinção do SPI, impactaram no RS (será trabalhado no capítulo 2);
- Identificar e discutir qual a visibilidade que os Kaingang dos PI do RS tinham na imprensa. Levantar quais PI/RS, etnias, indígenas, organizações de apoio e seus integrantes que tiveram maior ênfase tanto na imprensa, quanto no sistema de informações, e, desta forma, classificar as diferentes narrativas publicizadas sobre eles (será trabalhado no capítulo 2);
- Identificar e analisar as denúncias feitas por meio da imprensa sobre os diferentes episódios e que envolviam situações de violência, vulnerabilidade e má administração do patrimônio indígena (será trabalhado no capítulo 3);
- Investigar se as políticas indigenistas vigentes durante a ditadura militar favoreceram o atendimento de interesses políticos específicos nas áreas próximas às terras indígenas no RS, bem como descobrir quais eram esses possíveis interesses e setores envolvidos (será trabalhado no capítulo 3);
- Identificar e apresentar as organizações indigenistas que atuaram nos PI/RS, bem como, descrever os objetivos delas ao atuarem nessa localidade (será abordado nos capítulos 2, 3 e 4);
- Compreender o papel desempenhado pelas organizações de apoio e seus integrantes no processo de articulação Kaingang nos PI/RS (será trabalhado nos capítulos 4 e 5);

- Identificar e analisar as formas encontradas pelos Kaingang dos PI do RS para se articularem em prol da autonomia indígena e de reivindicação de seus direitos (será trabalhado nos capítulos 6 e 7);
- Identificar e discutir o papel desempenhado por alguns Kaingang no processo de articulação dos indígenas dos PI/RS (será trabalhado no capítulo 6 e 7).

Foram inúmeros os episódios de violência e de exploração do patrimônio territorial que atingiram os Kaingang nos PI/RS no período em questão,⁶ em decorrência da política desenvolvimentista vigente, da adoção de medidas equivocadas por parte do governo estadual em anos anteriores, assim como de interesses locais envolvendo políticos, não indígenas⁷ e funcionários corruptos. Esses episódios, amplamente denunciados pelas organizações de apoio e pela imprensa, motivaram variadas formas de articulação dos Kaingang e o emprego de táticas que visavam o respeito aos seus direitos e ao seu patrimônio e, sobretudo, à sua autonomia. Nesse sentido, defendemos que os Kaingang adotaram táticas específicas que possibilitaram sua articulação durante o período da ditadura militar, sendo que algumas de suas lideranças se tornaram referências no RS, evidenciando seu protagonismo. Nesse processo, muito contribuíram também religiosos de diferentes confissões, jornalistas, antropólogos e até mesmo agentes governamentais.

É preciso ressaltar que as investigações que vêm se dedicando a discutir a situação dos povos indígenas durante a ditadura militar, somente ganharam maior impulso quando os ativistas passaram a questionar a ausência dos povos indígenas nas investigações da CNV e quando foi determinada a instalação de novos eixos de investigação:

(...) a partir do eixo indígena, a Comissão Nacional da Verdade inicia um trabalho de busca por documentos e depoimentos, de forma a encontrar respostas para uma série de perguntas: Quantos podem ter morrido devido aos impactos das obras de infraestrutura durante o regime militar? Índios foram torturados ou mortos por serem considerados um entrave à política desenvolvimentista? Quantos passaram pelas prisões indígenas cuja história começa vir a público? (GUIMARÃES, 2015a, p. 111)

⁶ Cabe aqui estacarmos que ainda na época do SPI havia autorização para arrendamentos de terras indígenas dentro da legalidade, desde que a verba fosse empregada para os indígenas, portanto, em algumas ocasiões o arrendamento não era irregular, mas são episódios que não fazem parte do leque de observação desta pesquisa.

⁷ Em função dos conflitos entre indígenas e as várias denominações dadas a não indígenas, tais como, arrendatários, colonos, invasores, intrusos etc., nos deteremos no decorrer da tese em nos referirmos a eles como “não indígenas”.

O acesso a documentos antes restritos e aos relatos de indígenas e a criação de um eixo indígena na CNV voltado para a investigação das violações de direitos indígenas durante a ditadura militar acabaram por revelar que:

(...) ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas (CNV, 2014, Vol. II, p. 199).

Mas, apesar de a CNV brasileira ter sido um passo importantíssimo na busca por reparação, memória e justiça, também recebeu algumas críticas de “ativistas dos direitos humanos [que] criticaram a ausência de poder punitivo da Comissão [...] assim como a extensão do período a ser investigado, entre setembro de 1946 e outubro de 1988, por um colegiado apenas composto por oito pessoas” (PAULA; VIEIRA, 2020, p. 138). Os resultados da CNV teriam evidenciado “a ausência de uma reconciliação nacional em torno das violações de direitos humanos nos períodos autoritários [...] Militantes dos direitos humanos e sobreviventes do regime ditatorial, por seu turno, classificaram o relatório como frustrante e superficial” (PAULA; VIEIRA, 2020, p. 141). No que concerne às violações de direitos das mulheres indígenas também foram feitas críticas, pois no relatório final da CNV, elas “enquanto sujeitos de sua história, continuam sendo invisibilizadas e tratadas apenas como parte do todo” (SOUZA, 2018, p. 355).

Por outro lado, os caminhos trilhados pela CNV até seu resultado, mesmo com críticas, trouxeram importantes contribuições para a história indígena, na medida em que muitas lacunas historiográficas puderam ser preenchidas, principalmente em relação às particularidades das situações vividas pelos povos indígenas das diferentes regiões do país, independentemente de todos terem sido vistos como “obstáculo aos objetivos desenvolvimentistas e de segurança nacional trazidos pelos propósitos da DSN” (PRADO, 2018, p. 83). No entanto, face ao exposto, verificamos que, em relação à situação das populações indígenas do sul do Brasil, especialmente em relação à etnia Kaingang, existe uma significativa carência de trabalhos acadêmicos, que são poucos os historiadores que se dedicam ao estudo do impacto que a ditadura militar teve sobre as populações indígenas, em especial, sobre aquelas que vivem no RS. Também percebemos que as pesquisas que têm abordado a questão indígena durante o

período mencionado, têm recorrido principalmente - e quase que exclusivamente - ao RF, contemplando, portanto, um período que se estende, no máximo, até o ano de 1968.⁸

Sendo assim, percebemos que algumas lacunas historiográficas relativas à história e à questão indígena no estado do RS ainda precisam ser preenchidas, à luz de outras fontes, tais como documentos produzidos pelo próprio estado, por setores religiosos e pela imprensa, entre outros que considerem um período mais amplo de análise, possibilitando, assim, avaliar melhor os movimentos de articulação que os indígenas, em especial os Kaingang, organizaram em busca de visibilidade e da defesa de seus direitos. Face à constatação de que o tratamento dado às populações indígenas, principalmente à etnia Kaingang no RS, durante o período de 1968-1985, e de que os movimentos de articulação destes indígenas frente às políticas indigenistas vigentes naquele período foram ainda pouco explorados pela historiografia, e que “pouco se conhece sobre os anos da ditadura no Brasil e questão indígena. Ainda há muitas perguntas que permanecem sem respostas” (BRAGA, 2015 p. 70), entendemos que se justifica a realização desta investigação.

Dentre os autores que já abordaram os Kaingang no RS durante o período ditatorial, destacamos Oliveira (2017, 2020, 2021), Cazaubon (2019) e Flores (2020). Tanto em “*O Relatório Figueiredo e suas contradições: a questão indígena em tempos de ditadura*” (OLIVEIRA, 2017), quanto em “*A atuação do Serviço de Proteção aos Índios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do Relatório Figueiredo*” (FLORES, 2020), as autoras descrevem a situação das populações indígenas no RS, mais especificamente durante a década de 1960, ao mesmo tempo em que utilizam e problematizam o Relatório Figueiredo⁹ (RF).

Em “*Povos Indígenas na Ditadura Militar: Relatos de Experiências Kaingang no Rio Grande do Sul*” (2019), Carmem Cazaubon busca cruzar três relatos orais de indígenas Kaingang do RS com a bibliografia sobre esse tema, a fim de trazer apontamentos sobre o período pesquisado. Nesse sentido, a autora busca apresentar o cenário vivido pelos Kaingang no RS durante a ditadura militar baseando-se, principalmente, nas experiências relatadas pelos Kaingang.

Já Oliveira (2020, 2021), em sua dissertação, intitulada “*Povos Indígenas e Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: o caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul (1963-1988)*”, e no livro “*Povos indígenas e ditadura: a luta dos Kaingang no RS*”, buscou investigar de que

⁸ Ano que o SPI foi extinto, dando lugar a Fundação Nacional do Índio. Nesse período, também se encerra a investigação que averiguava as denúncias de irregularidades dos PI do Brasil.

⁹ Trata-se de um conjunto documental de grande volume fruto de uma investigação que ocorreu na década de 1960 para averiguar denúncias de irregularidades nos PIs. Faremos referência a esse episódio no decorrer da tese.

forma a ditadura militar no Brasil, agiu sobre os Povos Indígenas, traçando uma relação entre as ditaduras no Cone Sul, mas, com especial atenção ao caso dos Kaingang, no estado do RS.

No artigo intitulado “*Etno-história-oral: a sobrevivência de uma indígena Kaingang à época da ditadura militar brasileira. Religião e Protagonismo*” Seawright (2017) apresenta a narrativa de uma mulher indígena Kaingang do Paraná (PR), que abarca suas experiências familiares, perpassando por aspectos religiosos e políticos vividos naquela época.

Já outras produções, como, por exemplo, as de Almeida; Notzold (2014), Silva; Uba; Wittmann (2014), abordam a situação dos Kaingang durante o período mencionado, utilizando o RF como principal fonte, mas o foco da análise é a região de Santa Catarina (SC). Além das produções elencadas, cabe destacar a diversidade¹⁰ de documentários, reportagens, sites e entrevistas disponíveis online que discutem o RF de uma forma mais ampla.

Brighenti e Notzold (2009, 2011) tratam do início do movimento indígena na década de 1970, descrevem o surgimento das assembleias indígenas e se referem a existência de apoiadores da organização desse movimento. Para os autores, o surgimento do movimento indígena na década de 1970 “marcou posição na relação da alteridade. Nos registros dos pronunciamentos das lideranças indígenas, é possível perceber com bastante profundidade a dimensão do ‘nós’ indígena em relação ao ‘outro’, ao não indígena” (2011, p. 55). Ao descrever como os militares utilizaram a FUNAI para investigar a atuação de setores da Igreja Católica no processo de articulação dos Kaingang na região sul do país, Brighenti (2013) ressalta que a FUNAI procurou, de todas as formas, impedir a realização das assembleias indígenas, assim como a articulação dos Kaingang. Em relação à região sul do país, o mesmo autor (2020) estuda as formas como os governos durante a ditadura militar monitoraram as organizações de indígenas, assembleias e apoiadores do CIMI.

Ao buscarmos produções que se referem à situação dos povos indígenas durante a ditadura militar, diferentemente do que ocorre com a região sul, encontramos um número mais vasto e recente de produções. Entre as produções que discutem o Relatório Figueiredo, podemos destacar Guimarães (2015a), Resende (2015), Souza (2018), Cruz (2018), Beltrão [et. al.] (2018), Beltrão (2019) e Oliveira (2019). No livro “*Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro*” (CRUZ, 2018), o assunto é tratado de forma mais profunda, sendo que o autor analisa

¹⁰ Ver mais em Cunha (2019) e Freire (2013), pois são textos que foram publicados em colunas de jornais e tratam sobre esta documentação. Entrevistas concedidas por Guimarães (2015b, 2015c) também aprofundam o conteúdo do RF.

detidamente o RF, apresentando uma tipificação das condutas denunciadas no mesmo, enquadrando-as como crime de genocídio.

Em “*Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*”, Guimarães (2015a) compartilha sua experiência de descoberta dessa documentação, uma vez que foi uma das primeiras pesquisadoras a analisar esse extenso material e a escrever sobre as mais variadas denúncias de violência, extermínio e esbulho de terras indígenas no país. Em “*O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a ‘justa memória’*”, Resende (2015) aponta que a década de 1960, devido à investigação da CI que culminou no RF e das violências que cada vez iam sendo mais evidenciadas desde o golpe de 1964, foi um marco para os direitos dos povos indígenas do Brasil. A autora traz uma reflexão sobre como a partir desse contexto, a mobilização dos povos indígenas foi essencial para a formação do movimento indígena por reivindicação de seus direitos nos anos seguintes. Nesse estudo, a autora também destaca os resultados da investigação do GT da CNV.

Souza (2018), no artigo intitulado “*Mulheres indígenas e ditadura militar brasileira*”, afirma que “a discussão sobre mulheres indígenas e ditadura militar brasileira está muito além de uma discussão somente sobre gênero” (p. 344). Nessa pesquisa, a autora busca analisar, a partir da síntese do RF, as formas de visibilidade das mulheres indígenas na documentação do RF e da CNV e, para isso, tem como base autores decoloniais, os quais permitem uma reflexão baseada na interseccionalidade raça, gênero e etnia.

O “*Dossiê Povos indígenas e Ditaduras na América Latina*” (Beltrão et. al 2018) reúne diversas reflexões sobre a temática que envolve povos indígenas e ditaduras. Grande parte dessas reflexões abordam a descoberta e o conteúdo do RF, assim como o conteúdo da CNV, que, segundo os organizadores, permitem produzir “mudanças teórico-metodológicas fundamentais à escrita da História Indígena durante os períodos ditatoriais no continente” (2018, p.4).

Oliveira (2019), que também se debruça sobre o RF em “*Civilização ou Barbárie? A política estatal de extermínio indígena no Relatório Figueiredo (1967-1968)*”, busca compreender a atuação do Estado brasileiro sobre os indígenas, com ênfase nos Krenak. Já Beltrão (2019), no artigo “*Povos indígenas, saúde e ditadura*”, utiliza o RF para analisar as situações que envolvem casos que comprometeram a saúde dos povos indígenas.

Entre os artigos publicados em Anais de eventos e em Revistas, destacamos Alvarenga e Júnior (2019), Valente (2019), Negocio (2017), Moreira e Souza (2016), Silva e Lima (2016) e Silva e Santos (2014). Trata-se de artigos que diferentemente dos mencionados anteriormente,

ênfatisam as políticas indigenistas dos governos militares e na violação de direitos, não apenas durante a década de 1960, mas também de anos posteriores à extinção do SPI.

Em “*Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*”, Alvarenga e Júnior (2019) buscam analisar as violações de direitos indígenas durante a ditadura militar através da perspectiva da biopolítica. Nesse sentido, dentro do período mencionado, os autores buscam demonstrar que práticas de genocídio não foram frutos “apenas de uma exposição à morte relacionada ao racismo de Estado ou à tipificação da vida matável, mas também consistem numa prática deliberada de fazer morrer, o que aproxima a política indígena brasileira do período a uma necropolítica” (2019, p. 212).

Em “*Agonia e extinção do Serviço de Proteção aos Índios no regime militar*”, Valente (2019) busca observar os fatores que contribuíram para a derrocada do SPI, trazendo à luz hipóteses de interesses ligados ao contexto político da época, e não somente a má administração do órgão naquele momento.

Já Negocio (2017), no artigo intitulado “*A violência física e cultural contra os povos indígenas durante o regime militar*”, apresenta alguns casos de violências físicas e culturais resultantes da política de Estado daquele período e, também, se propõe a fazer uma reflexão sobre o impacto que essas violências tiveram para os povos indígenas do Brasil até os dias atuais.

No artigo “*Memórias silenciadas: a violação dos direitos dos povos indígenas no Brasil, durante a ditadura militar*” (MOREIRA e SOUZA, 2016), as autoras buscam compreender a ação dos indígenas diante da política indigenista oficial do Estado durante o período ditatorial, e o fazem a partir dos documentos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e do Comitê Estadual do Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas.

Em “*Discursos e Práticas da/na Política Desenvolvimentista da Ditadura Militar Brasileira: Efeitos sobre os Povos Indígenas*” (SILVA e LIMA 2016), os autores buscam descrever as violações contra a propriedade indígena, sobre os despejos e esbulhos de terras durante o período da ditadura militar, enfatizando que estas violações estavam relacionadas ao processo de desenvolvimentismo posto em prática pelos militares. Em “*A política indigenista dos governos militares na imprensa alternativa: uma face da história do nosso tempo*” (SILVA e SANTOS, 2014), os autores pesquisam as denúncias contra a política indigenista vigente durante a ditadura militar através da imprensa alternativa.

Entre as dissertações e teses que abordam o assunto pesquisado, localizamos seis produções, a saber, Ascenso (2021), Prado (2018), Dias Filho (2015), Pochmann (2015),

Resende (2014) e Heck (1996). João Gabriel da Silva Ascenso (2021), em sua tese intitulada “*Como uma revoada de pássaros’: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira*”, busca caracterizar condições que possibilitem referenciar o “movimento indígena no Brasil, definindo-o conceitualmente a partir tanto das teorias dos movimentos sociais quanto de análises que partem das cosmologias indígenas, de modo a compreender suas redes como constituintes de espaços de mediação entre diferentes mundos e escalas” (ASCENSO, 2021. p. 37).

Na dissertação, “*O processo de militarização das políticas indigenistas na ditadura civil-militar brasileira*”, Prado (2018) busca fazer uma análise das políticas indigenistas vigentes entre os anos de 1967 e 1973. O autor enfatiza em seu trabalho a criação da FUNAI, da Guarda Rural Indígena (GRIN) e do Reformatório Krenak, ao mesmo tempo em que busca entender a atuação e os interesses do Estado brasileiro sobre os povos indígenas.

Já a tese de Dias Filho (2015), intitulada “*Sobre os viventes do Rio Doce e da Fazenda Guarany: dois presídios federais para índios durante a ditadura militar*”, traz uma interessante comparação entre o cenário da Argentina, Brasil e Chile no período da ditadura para salientar as semelhanças e diferenças entre elas. Além disso, Dias Filho (2015, p.5) salienta que os debates que envolvem a repressão militar e “a inclusão dos povos indígenas como vítimas [...] deve fazer parte do conjunto de dados e informações que ajudem a renovar a bibliografia oficial acerca da Ditadura brasileira, que registrou muito mais os genocídios do que a individualização dos atos de violências perpetrados pelo Estado contra os índios”. O autor também busca “mostrar que a forma com que os reclusos foram tratados pela GRIN e pela administração do Reformatório estava de acordo com [...] à repressão e exclusão dos demais opositores do governo militar” (DIAS FILHO, 2015, p. 5).

Pochmann (2015), em “*Discursos e imagens da ideologia desenvolvimentista no ensino de história do Brasil durante o período da ditadura civil-militar (1964-1984)*”, estuda como os povos indígenas foram atingidos pelo discurso desenvolvimentista durante esse período, através dos livros didáticos de História e Moral e Cívica editados dentro do recorte temporal estabelecido.

Resende (2014) pesquisa os direitos e autonomia indígena no Brasil em um recorte que compreende de 1960 a 2010, ou seja, não trata especificamente do período que estudamos, mas no capítulo quatro de sua tese traz uma abordagem sobre as *Práticas de Extermínio, Políticas Desenvolvimentistas e Lutas de Resistência (1964 – 1988)*. Nessa abordagem, a autora trata a

política indigenista, desenvolvimentista e a transição para democracia, além de também trazer aspectos do RF.

Em “*Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985*”, Egon Heck (1996, p. 15), “visa analisar a ação do Estado e das forças armadas junto aos povos indígenas, identificando seu discurso e sua ideologia através das políticas indigenistas dos governos militares” (1996, p. 15).

Também localizamos três livros que abordam a temática indígena no período da ditadura militar. Se o livro de Davis (1978) é a produção mais antiga sobre o tema, as obras de Milanez (2015) e Valente (2017) nos oferecem análise mais recentes sobre essa temática. Em “*Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*”, Davis (1978) traz apontamentos sobre questões de desenvolvimento econômico da Amazônia brasileira, construção da Transamazônica, políticas de pacificação, abordando, ainda, o impacto da Comissão de Inquérito (CI) que gerou o RF e a Política Indigenista durante a década de 1970.

Felipe Milanez, em *Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil* (2015), não trata especificamente sobre os povos indígenas durante a ditadura militar. Esta obra está dividida em cinco partes e, na segunda parte, o autor aborda a *Ditadura e o país desertificado*, discorrendo sobre os sertanistas, o movimento indigenista e a imprensa durante esse período. O autor também se ocupa de tratar sobre o desenvolvimentismo desse período e a expansão para o interior com a abertura da Transamazônica.

Já Rubens Valente, em “*Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*” (2017), com base em fontes volumosas e diversificadas, faz uma abordagem geral sobre a questão indígena durante a ditadura militar. A obra do jornalista traz vários apontamentos sobre as denúncias de irregularidades, crimes e omissões do Estado brasileiro para com os povos indígenas de todo o país.

Ao apresentar e discutir a política indigenista adotada no Brasil, buscamos respaldo nas obras de Almeida (2018), Cunha (2012), Prado (2018), Saraiva (2013) e Souza Lima (1995), e para vinculá-la ao contexto de ditadura e ao sistema de informações e órgãos de segurança, dialogamos principalmente com as produções de Carlos Fico (2019a, 2019b, 1998), Napolitano (2019), Dias Filho (2015), Gomes (2014), Prado (2018), Freitas (2011) e Ascenso (2021). Para este último autor, a ditadura militar

não inaugurou o genocídio indígena no Brasil. Tampouco alterou substancialmente a lógica de funcionamento da ofensiva de empresas particulares e do próprio Estado contra os povos indígenas. Nos últimos anos

do SPI, essa agência indigenista já havia assumido a lógica de uma empresa que deveria dar lucro, via renda indígena, e comprometida com os interesses do poder econômico em áreas que ela deveria proteger. Entretanto, o projeto desenvolvimentista da ditadura militar acentuou a visão dos indígenas como inimigos do progresso e do desenvolvimento, além de riscos potenciais à segurança nacional, e empreendeu, sobretudo a partir do Programa de Integração Nacional, investimentos pesados na colonização de terras que, por direito reconhecido na própria Constituição em vigor, eram indígenas. (ASCENSO, 2021, p. 35)

Para tratar das violações de direitos indígenas nesse período, recorreremos ao conceito de colonialidade do poder, a partir das contribuições de Quijano (2005, 2009), Lugones (2014) e Castro (2020), bem como à noção de corpo-território para nos referirmos o impacto dessas violências sobre os Kaingang.

Nos apoiamos nos estudos de Jurcilda Veiga (2000) para abordar especificamente os Kaingang e para falar dos PI/RS, alvo de nossa análise no período estudado, utilizamos as produções de Sales et.al (2016), Janice de Paula (2016) e Becker (1995). Para tratarmos da questão de terras no sul do Brasil, optamos por recorrer às produções de Tedesco et. al (2013, 2021), Tommasino e Almeida (2014) e Ramos (1982), que serão acionados nos capítulos 2 e 3.

Já sobre as organizações de apoio aos indígenas, nos valem dos trabalhos de Souza Lima (1995), Bicalho (2010a, 2010b) e Bittencourt (2000, 2007). Utilizamos as obras de Suess (2012) para tratar da criação e atuação do CIMI, e Deckmann (1985), Luckmann, (2011), Costa (2016), e Knapp (2012) para compreender a atuação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB). Para abordar a ANAI, bem como de todas as demais organizações de apoio de forma geral, utilizamos os Boletins Informativos do CIMI, uma vez que esta organização atuou através de parcerias nos PI/RS.

Quanto ao Movimento Indígena, entendemos que no Brasil, suas origens e sua evolução surgem “no contexto de pressão social pelo fim da repressão militar e do cerceamento dos direitos políticos e, particularmente, pelo fim da tutela estatal a que estavam submetidas às comunidades indígenas no Brasil (BRIGHENTI; NOTZOLD, 2011, p. 37). Desta forma, utilizamos alguns artigos, dissertações e teses, tais como Bicalho (2010a, 2010b), Brighenti (2012, 2020, 2021), Munduruku (2012), Gersem (2007), Braga (2015), Bittencourt e Rocha (2007), Bittencourt (2000, 2007), Matos (2006), Souza (2015), Pacheco de Oliveira, (2006, 2016) e Simonian (1990). Já para abordarmos a questão do protagonismo indígena, nos deteremos especialmente nas produções de Santos e Felipe (2016, 2017, 2018).

No decorrer da tese, especialmente nos capítulos 2 e 6, a fim de discutirmos as estratégias governamentais e os projetos desenvolvimentistas, bem como as táticas utilizadas

pelos Kaingang visando à sua articulação, adotamos as noções de estratégia e tática sob a perspectiva de De Certeau (1998), pois entendemos que

se as estratégias têm por objetivo a organização de um espaço controlado, as táticas dirigem-se para a possibilidade de operações e enunciações que não supõem um controle ou uma regra universal e, evocando um movimento contínuo, porém, indeterminado, abrem fissuras no poder estabelecido. (CARVALHO; SILVA, 2009, p. 5)

Além disso, considerando o aporte teórico da Nova História Indígena, e instigados a “encontrar indígenas que atuaram como sujeitos históricos, conscientes da realidade social na qual estavam inseridos, e que agiram de modo a conseguir um lugar de destaque em um contexto histórico que, inicialmente, não os favorecia” (SANTOS; FELIPPE, 2017, p. 116), entendemos ser indispensáveis estudos que tratam sobre o protagonismo indígena. No Brasil, entre os percussores de pesquisas que destacam a posição do indígena enquanto sujeito, merecem ser destacados Manuela Carneiro da Cunha (1998) e John Monteiro (1995, 1999, 2001, 2009), cujas produções influenciaram e continuam influenciando gerações de autores que se dedicam a pesquisas que envolvem os povos indígenas, pois

Desde a década de 1990, os historiadores no Brasil têm se voltado para o estudo dos índios, valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados. Com base em abordagens interdisciplinares, as pesquisas atuais centram o foco da análise nos próprios índios e identificam suas formas de compreensão e seus objetivos nas várias situações de contato por eles vividas (ALMEIDA, 2012, p. 22)

São também referências para a NHI as pesquisas desenvolvidas por Almeida (2010, 2012, 2017) e Santos e Felipe (2016, 2017), que contribuem significativamente ao chamar nossa atenção para o seguinte aspecto:

A extinção dos índios, tantas vezes prognosticada, é negada enfaticamente pela capacidade das sociedades nativas em sobreviver os mais hediondos atentados contra a sua existência. Recuperar os múltiplos processos de interação entre essas sociedades e as populações que surgiram a partir da colonização europeia, processos esses que vão muito além do contato inicial e da dizimação subsequente aos índios, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que busca desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas. Com isto, páginas inteiras da história do país serão re-escritas; e ao futuro dos índios, reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista. (MONTEIRO, 1995, p. 228)

Por muito tempo, a história produzida sobre os indígenas no Brasil difundiu a imagem de indígenas vítimas da submissão a políticas de Estado, colocando-os na posição de incapazes. Para John Monteiro, “cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes [...] não apenas resgatar mais esses ‘esquecidos’ da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa – fracassada - de erradicar os índios” (MONTEIRO, 1995 p. 227). A adoção e divulgação destas novas abordagens e interpretações da história dos povos indígenas constituem em relevantes contribuições, como destaca Maria Regina Celestino de Almeida:

Se pensarmos quantas gerações foram educadas com base em ideias negativas e preconceituosas em relação a povos indígenas, povos que agora reivindicam terras, culturas e direitos próprios garantidos pela Constituição de 1988, podemos ter uma ideia do tamanho do prejuízo, do quanto há para reparar e da importância dessa revisão historiográfica de que nos falava Monteiro em 1995. Reescrever a história do Brasil incorporando os indígenas e vários outros povos, como os africanos e seus descendentes, na condição de sujeitos históricos, é, reafirmo, de fundamental importância do ponto de vista acadêmico, social e político. (ALMEIDA, 2017, p. 35)

A autora menciona, também, a necessidade do enfrentamento de posicionamentos, muitas vezes, equivocados por parte da sociedade quanto aos aspectos culturais dos povos indígenas, contribuindo, desta forma, para um melhor entendimento em relação à organização desses povos na atualidade. Além do mais, esta nova perspectiva pode auxiliar os próprios indígenas na constante luta para fazer valer os direitos já garantidos na Constituição e no enfrentamento de políticas que comprometem suas culturas. Em face do exposto, acrescentamos que:

Ao revelarem as atuações dos índios na História do Brasil, restituindo-lhes a condição de sujeitos, as novas interpretações são essenciais para desconstruir ideias preconceituosas e racistas ainda muito presentes em nossas sociedades, sobretudo em regiões próximas às áreas indígenas. Para os índios, em especial, as novas narrativas têm o efeito de fortalecer sua autoestima, na medida em que se veem representados como agentes de suas próprias histórias (ALMEIDA, 2017, p. 34)

Como já mencionado, sabemos que o avanço de pesquisas que dão ênfase ao protagonismo dos povos indígenas se deve, principalmente, à contribuição historiográfica de autores que se dedicaram a abordar o indígena como um sujeito atuante na história, e não apenas como vítimas do processo de colonização. Por isso, através das contribuições de Maria Cristina

dos Santos e Guilherme Galhegos Felipe (2016, 2017, 2018), abordamos o processo de articulação dos Kaingang no RS, no período ditatorial, levando em consideração que “os indígenas não foram só vítimas, nem só resistentes, nem sempre sujeitos de sua própria história. É preciso ter claro que os indígenas foram partícipes” (SANTOS; FELIPPE, 2018, p. 35), fazendo alianças, se contrapondo, reivindicando e tendo posições diversas em vários processos.

Em relação às fontes e metodologia que analisamos e adotamos, cabe ressaltar que, “embora os documentos mais comprometedores, dos órgãos de inteligência e repressão militar, não estejam disponíveis ou tenham sido expurgados, muitas pesquisas de qualidade têm sido feitas a partir do material atualmente acessível” (FICO, 2019a, p.141). Entre esses materiais, destacamos os disponíveis nos Fundos do Serviço Nacional de Informações (SNI), e da Assessoria de Serviço de Informações da FUNAI (ASI/FUNAI), ambos disponíveis online pelo Arquivo Nacional (AN).

O Acervo do SNI¹¹ possui uma extensa documentação que engloba o período da ditadura militar no Brasil. Em relação aos documentos do SNI consultados, conforme ilustrado na Figura 1, adotamos, primeiramente, a busca por termos, uma vez que os documentos se encontram digitalizados, facilitando a busca de fontes que abrangem o recorte temporal e geográfico da pesquisa. Por meio dessa busca por termos, localizamos alguns documentos e, após uma leitura prévia, elencamos termos que são contemplados nestes documentos, tais como de indígenas, missionários, entre outros, além de identificar, também, os assuntos mais tratados, que, geralmente, se referiam à atuação do CIMI e da FUNAI nos PI do RS.

¹¹ Disponível em: Arquivo Nacional - http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp.

Figura 1: Roteiro de pesquisa AN – SNI



Fonte: Elaborado pela autora.

No Fundo do SNI, localizamos mais de cem arquivos ligados à questão indígena no RS, dentre as quais se encontram causas defendidas por professores universitários, grupos de apoio aos povos indígenas, assim como de documentos relacionados com a FUNAI, os quais eram acompanhados pelo SNI.

Em relação aos que se encontram no fundo da ASI/FUNAI¹² utilizamos também a busca por termos, a fim de selecionarmos as fontes. Primeiramente, buscamos pelos nomes dos PI do RS. Em seguida, conforme ilustrado na Figura 2, localizamos diversos documentos relacionados à atuação da ANAI, CIMI, imprensa entre outros. Também identificamos que a documentação encontrada, abrange praticamente todos os PI do RS e, ao final, sistematizamos essa documentação e as informações levantadas.

¹² Disponível em: Arquivo Nacional - http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp.

Figura 2: Roteiro de pesquisa AN – ASI/FUNAI



Fonte: Elaborado pela autora.

No fundo ASI/FUNAI, encontramos 43 arquivos que tratam sobre os povos indígenas do RS. Essa documentação foi fundamental para compreendermos como se dava a relação da FUNAI com os PI do RS.

Além das fontes oriundas do AN, também trabalhamos com jornais de maior circulação (JMC) e com jornais alternativos (JA). Vale ressaltar que, conforme Capelato (1988, p.21), por muito tempo, os historiadores tinham duas posturas em relação ao jornal como documento, uma delas era de suspeita quanto ao seu uso como fonte, e a outra, de enaltecimento do jornal enquanto repositório de verdade. Para a autora, “o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível”. É fundamental também considerar que, “ao ler as matérias de um jornal, temos que ser capazes de distinguir entre aquilo que é significativo para a compreensão do nosso objeto daquilo que é fortuito, casual” (ELMIR, 1995, p. 23). Acreditamos que

o pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independentemente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (LAPUENTE, 2015, p. 6).

Assim, para confrontarmos os dados obtidos nos JMC com os JA, se faz necessária uma leitura crítica, observando sempre os interesses de quem escreveu determinada matéria, o público alvo que a mesma visa atingir, e também que, “na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado” (CAPELATO, 1988, p. 22).

Para localizarmos as matérias publicadas nos JMC, primeiramente acessamos o acervo online do Instituto Socioambiental (ISA), onde localizamos diversas matérias que abrangem o nosso recorte geográfico e espacial. Em seguida, pelo meio de busca online, selecionamos o estado do RS, e, na continuidade, conforme ilustrado na Figura 3, as matérias que tratavam dos PI e, especificamente, dos Kaingang. Depois disso, elencamos alguns tópicos para análise, ou seja, identificamos os principais assuntos tratados nas matérias dos JMC.

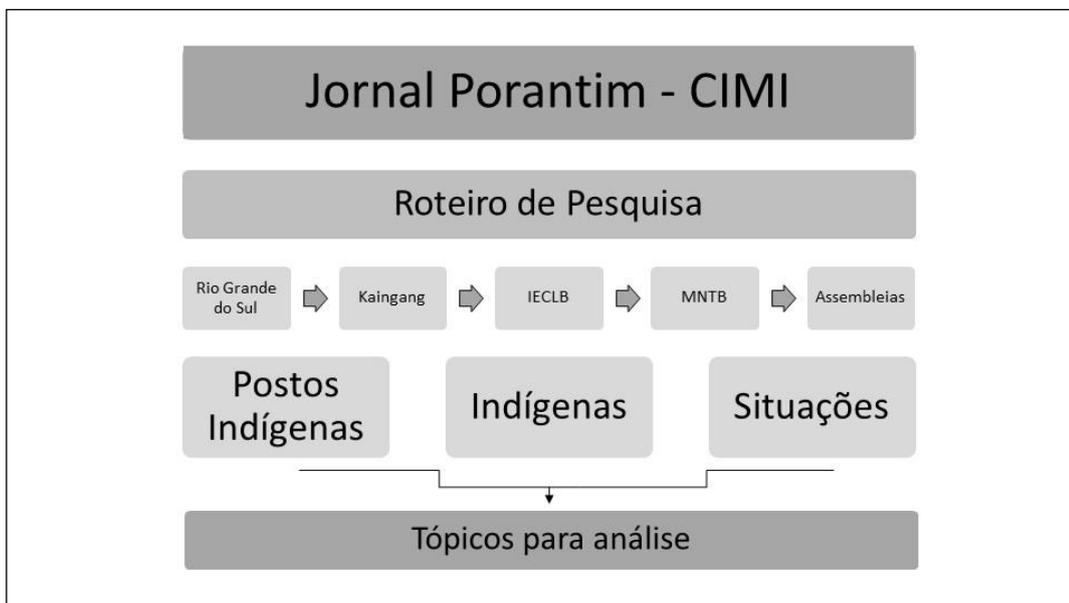
Figura 3: Roteiro de pesquisa Acervo ISA



Fonte: Elaborado pela autora.

Para cruzamento de dados, além de utilizarmos JMC, também utilizamos o Jornal Porantim (JP), periódico criado em meados de 1979, e que teve sua fundação ligada ao CIMI. O JP surgiu em um contexto de articulação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na década de 1970 e faz parte do conjunto de fontes analisadas. O JP possui um meio de busca específico com palavras chaves, que utilizamos para busca como demonstrado na Figura 4.

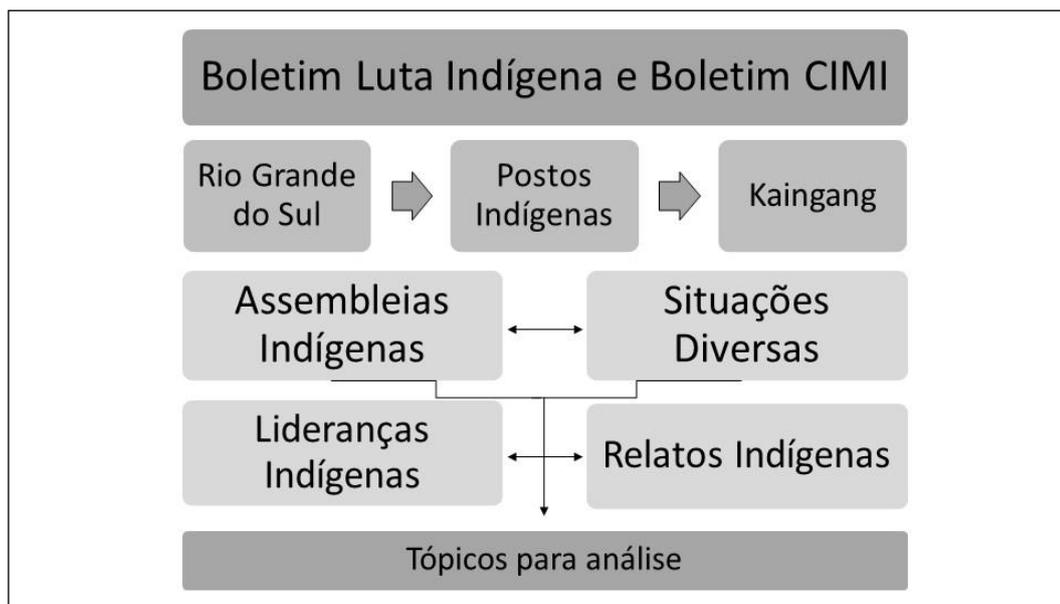
Figura 4: Roteiro de pesquisa JP – CIMI



Fonte: Elaborado pela autora.

Com a mesma perspectiva do JP, consultamos também o *Boletim Informativo Luta Indígena: informativo para os missionários e indígenas do sul do Brasil (BI/LI)*, e o *Boletim Informativo do CIMI (BI/CIMI)*. Na Figura 5, apresentamos o roteiro de pesquisa que utilizamos.

Figura 5: Roteiro de pesquisa BI/LI e BI/CIMI



Fonte: Elaborado pela autora.

Desta forma, através de uma leitura prévia, selecionamos todas as abordagens relacionadas aos PI do RS, que tratavam especificamente dos Kaingang. E como demonstramos na Figura 5, sistematizamos diversas situações que envolviam lideranças Kaingang, principalmente as relacionadas com as assembleias indígenas

Tanto as matérias dos JMC, quanto os JA, foram fundamentais para confrontarmos dados, pois entendemos que, “na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado” (CAPELATO, 1988, p. 22). Para Capelato (1988, p. 24) o jornal “não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão”, por isso, buscamos outras fontes de cotejo para cruzamento de dados.

Neste sentido, os Boletins de Obra Missionária da IECLB,¹³ que se encontram arquivados no Acervo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, foram fundamentais para a pesquisa. Este acervo, cabe ressaltar, é composto por documentos da Missão Indígena da IECLB instalada no PI de Guarita no RS, junto ao qual foram desenvolvidos alguns projetos entre as décadas de 1960 a 1980.

Figura 6: Roteiro de Pesquisa Missão Indígena Guarita – IECLB



Fonte: Elaborado pela autora.

¹³ Disponível em: Acervo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana – IECLB localizado na Faculdade Escola Superior de Teologia (EST) - São Leopoldo/RS.

Entre os documentos consultados neste acervo, destacamos aqueles referentes ao cadastro das populações de aldeias e dos Postos, os que contêm informações sobre a administração do Posto de Guarita, além dos prontuários médicos da enfermaria, que somam cerca de 300 fichas de indígenas atendidos dentro dos Postos. Nestas fichas, encontramos os nomes, idade, descrição dos problemas de saúde apresentados, bem como a prescrição de tratamento. Salientamos, também, que neste mesmo acervo encontramos documentos relacionados à educação de indígenas, pois na missão instalada em Guarita, a IECLB, além de atuar na área de saúde, também se dedicou à alfabetização das crianças indígenas. As fontes relativas à missão da Igreja Luterana junto aos Kaingang, tanto na área de saúde, quanto na área de educação, referem-se à década de 1970.

No acervo Júlio Gaiger,¹⁴ mantido pelo Memorial Jesuíta da Unisinos, foi possível encontrar documentos ligados aos povos indígenas do RS, durante o período de redemocratização no Brasil, devido à atuação de Gaiger nos trabalhos que envolveram a questão indígena na Assembleia Nacional Constituinte.

No Museu do Índio, localizamos 17 volumes de Boletins Informativos da FUNAI¹⁵ (BI/FUNAI), que foram produzidos entre os anos de 1971 e 1976. Estes boletins eram produzidos pela própria Fundação Nacional do Índio, e neles constam imagens, notícias e mensagens acerca dos trabalhos realizados para a proteção dos indígenas, envolvendo ações do governo. São fontes importantes para verificar o que o órgão responsável pela proteção indígena considerava relevante tornar público, assim como para identificar e analisar quais as ações do governo junto às comunidades indígenas.

Ao realizamos a coleta de dados nestes jornais e boletins, estivemos atentos à observação feita por Bacellar (2005, p. 64), para quem “o historiador não pode se submeter a sua fonte, julgar que o documento é a verdade [...] antes de tudo, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos”. As reportagens que trataram da questão indígena e que circulavam nos jornais no RS durante o período abordado demandaram, em razão disso, uma cuidadosa reflexão, pois

¹⁴ Foi um advogado e indigenista que atuou como assessor jurídico do CIMI, na direção da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) e presidente da FUNAI

¹⁵ Disponível para pesquisa em: Armazém da Memória – Centro de Referência Virtual. <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pesq=BOLETIM%20INFORMATIVO%20FUNAI&pasta=19711976%20boletim%20informativo%20da%20funai\1972>> Acesso em 04/11/2018.

o estudo sobre as relações da imprensa brasileira com a ditadura precisam prosseguir, inclusive comparando a ação de distintos jornais e revistas. Parece-nos claro que a imprensa tem uma ação concreta, se posiciona diante dos fatos e deseja que as suas sugestões sejam aceitas por seus leitores (SILVA, 2013, p. 160).

De Luca (2005, p. 140), por sua vez, recomenda que os pesquisadores que utilizam jornais como fonte devem considerar as “motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. Desta forma, na análise dos dados extraídos de veículos da imprensa é fundamental observar o alcance desta publicação, quem redigiu as matérias selecionadas para análise, os interesses do jornal nas quais as matérias foram publicadas, bem como qual sua relação com os interesses do governo vigente.

Devido aos efeitos da pandemia que todos vivenciamos¹⁶ ao longo de 2020, 2021 e 2022 não pudemos colocar em prática um dos nossos propósitos iniciais, que era o de localizar indígenas que tivessem vivido este período com a finalidade de entrevistá-los. Para contornar a dificuldade que encontramos para executá-las, recorreremos a entrevistas realizadas por outros pesquisadores, que, de alguma forma, nos ajudaram a refletir sobre as percepções e, sobretudo, sobre as memórias que criaram sobre este período.

A presente Tese conta com uma Introdução¹⁷, três Partes com dois capítulos cada, totalizando sete capítulos, e Considerações finais, além das Referências, Apêndices e Anexos. O título de cada uma das três partes é antecedido por uma frase retirada das fontes consultadas, que nos ajudam a ilustrar os assuntos que serão tratados. Todos os capítulos apresentam uma breve introdução do que será abordado e um tópico que retoma os temas centrais e aponta para os assuntos que serão abordados na continuidade, para, desta forma, estabelecermos um diálogo com o leitor.

Na Introdução, denominada Capítulo 1, apresentamos a temática, o problema de pesquisa, os objetivos a serem alcançados, o referencial bibliográfico e teórico, procurando evidenciar os autores e obras utilizados no decorrer da tese. Apresentamos os acervos e as fontes utilizadas, bem como a metodologia adotada para o levantamento de dados e sua análise. Ao final da Introdução, apresentamos a estrutura da tese, detalhando as temáticas e objetivos de cada um dos capítulos.

¹⁶ Destacamos que durante o período dessa pesquisa, passamos pelo desafio de viver a pandemia de COVID 19, que trouxe impactos para diversas áreas. No caso da pesquisa em questão, tivemos algumas limitações, tais como o fechamento de arquivos por um longo tempo e a impossibilidade de realizar as entrevistas originalmente previstas.

¹⁷ Destacamos que a tese segue as normas de formatação da ABNT, porém a instituição UNISINOS, possui algumas formatações específicas, entre elas, está numerar a introdução que é considerada o primeiro capítulo.

A Parte I, intitulada O cenário da articulação Kaingang no Rio Grande do Sul: “*São feridas que nos atingem no mais alto dos sentimentos*”, possui dois capítulos, nos quais, apresentamos a política indigenista vigente no período ditatorial e as situações em que os Kaingang se encontravam no estado do Rio Grande do Sul.

O capítulo 2 possui subtópicos, que tratam sobre as políticas indigenistas no Brasil, o funcionamento dos órgãos de segurança e informações na ditadura militar diante dos indígenas, a visibilidade dos Kaingang dos PI/RS na imprensa e as particularidades dos Kaingang e do recorte geográfico. Iniciamos esse capítulo tratando das políticas indigenistas adotadas no Brasil, descrevendo as suas origens e destacando as principais ações do SPI, o contexto de sua extinção e a criação da FUNAI, bem como as principais medidas executadas por esta fundação durante a ditadura militar. Em seguida, abordaremos como a ditadura militar utilizou do aparato de informações para vigiar tudo o que dizia respeito aos indígenas, as organizações de apoio, seus integrantes e indígenas, bem como para monitorar como a imprensa tratava a questão indígena. Nele, apontamos os dados levantados de matérias publicadas na imprensa e em documentos oriundos do Fundo SNI e Fundo ASI/FUNAI, os quais, contam com um grande volume de dossiês, relatórios, anexos etc. Ainda no capítulo 2, mostramos o levantamento sobre de que forma os indígenas dos PI/RS ganhavam visibilidade, tanto nos JMC, quanto nos JA. Buscamos destacar os assuntos que tinham ênfase nas publicações, assim como os locais mais mencionados (PI e cidades do RS). Nesse capítulo, nos detemos nas características e particularidades dos Kaingang e do recorte espacial, com destaque para os PI com os quais estamos trabalhando, fornecendo informações sobre a densidade populacional e sobre a área desses PI no período pesquisado. Em suma, o objetivo do capítulo 2 é descrever as características do sistema de informações durante a ditadura militar em cotejo com JMC e JA.

No capítulo 3 da tese, buscamos mostrar especificamente as situações vividas pelos Kaingang no RS, voltadas a episódios de violências, vulnerabilidades, especialmente no que tange a questões de saúde e sanitárias, conflitos entre indígenas e não indígenas e até mesmo conflitos internos, divulgados tanto nos JMC, quanto nos JA. Primeiramente, abordamos as denúncias de violências, incluindo abuso sexual, espancamentos e torturas, que estavam sempre inseridas num contexto de ocupação, arrendamento e/ou invasão de terras. Em seguida, os episódios envolvendo situações de vulnerabilidade, que abordam as péssimas condições sanitárias e surtos de doenças que levaram centenas de indígenas a adoecer e alguns até a morte. Na continuidade, nos detemos nos conflitos envolvendo o patrimônio indígena visto que este foi o assunto que mais recebeu ênfase da imprensa, por envolver indígenas e não indígenas. Ao

concluir este capítulo, apresentamos e discutimos as motivações e consequências de um conflito entre caciques no PI Guarita. O objetivo principal deste capítulo foi o de descrever as denúncias feitas na imprensa, relativas a situações de violência, vulnerabilidade e má administração do patrimônio indígena e como isso se refletia na relação dos Kaingang com a terra.

A Parte II da Tese, intitulada Apoio a causa indígena: *“um motivo que vale a vida, vale a morte”*, visa destacar a atuação das organizações de apoio aos indígenas e da FUNAI, assim como o papel desempenhado pelos integrantes dessas organizações e o tratamento que recebiam dos órgãos de segurança e informação do regime vigente na época estudada.

No capítulo 4, considerando o importante papel que as organizações de apoio, como a ANAI e o CIMI tiveram nesse período, agindo especialmente no apoio à articulação indígena face às modificações das políticas indigenistas e os interesses da ditadura militar, buscamos descrever brevemente sua criação e seus objetivos. Em seguida, apontamos aspectos da atuação de vigilância das organizações de apoio pela FUNAI, procurando mostrar quais foram as organizações alvo desta vigilância e que tipo de influência exerceram junto aos PI/RS.

O capítulo 5 é destinado à descrição e discussão da atuação específica de alguns integrantes das organizações de apoio, tanto religiosos, quanto leigos, dentre os quais se destacam Julio Gaiger, Lígia Simonian, Egon Heck e Egydio Schwade. O objetivo do capítulo 5 é o de apresentar esses integrantes e de avaliar sua atuação junto aos Kaingang nos PI/RS. Também elencamos apontamentos sobre integrantes das organizações de apoio que, diferente dos já citados, não tiveram ênfase nas fontes consultadas, mas desempenharam atividades importantes. Para finalizarmos o referido capítulo, destacamos o legado das organizações de apoio aos Kaingang, assim como, a atuação de seus integrantes.

Na Parte III da Tese, intitulada Articulação e Protagonismo Kaingang: *“já passou o tempo de dizer que o índio não sabe se expressar, que somos criancinhas”*, tratamos das táticas de articulação dos Kaingang no RS, destacando as lideranças Kaingang e as diferentes formas de protagonismo.

No capítulo 6, vamos tratar do protagonismo indígena, a partir de episódios nos quais eles tiveram um papel de destaque, bem como das formas por eles utilizadas para que fossem ouvidos e tivessem suas reivindicações atendidas. Destacamos nele as táticas utilizadas pelos Kaingang diante das estratégias de controle sobre os indígenas, colocadas em prática pelo regime vigente na época. Em linhas gerais, os objetivos desse capítulo se concentram na identificação e discussão das formas de atuação dos indígenas nos PI/RS durante a ditadura militar.

No capítulo 7, descrevemos a atuação de lideranças indígenas para o processo de articulação Kaingang, tais como Xangrê, Peny, Andila, entre outros, ressaltando sua ativa contribuição para esse processo no RS, assim como, evidenciamos o legado da articulação Kaingang.

Nas Considerações Finais, retomamos as conclusões de cada capítulo, apontando também para as potencialidades das fontes consultadas e para outros estudos que a investigação realizada no âmbito do Doutorado poderá possibilitar, sem deixar de mencionar as dificuldades encontradas para o atendimento dos objetivos inicialmente propostos.

**PARTE I - CENÁRIO DA ARTICULAÇÃO KAINGANG: “SÃO FERIDAS QUE NOS
ATINGEM NO MAIS ALTO DOS SENTIMENTOS”.**

2 POLÍTICAS INDIGENISTAS, SISTEMA DE INFORMAÇÕES E VIGILÂNCIA: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E VISIBILIDADE SOBRE OS PI/RS

Neste capítulo, nos detemos, primeiramente, na descrição das políticas indigenistas, desde o período colonial até a Constituição de 1988, dando ênfase àquelas que foram colocadas em vigor a partir da criação da FUNAI até o período de redemocratização e ao aparato de segurança e informações instituído na ditadura militar para controlar e vigiar os povos indígenas. Após, discorreremos sobre como os PI/RS foram retratados na imprensa neste período, tanto nos JMC, quanto nos JA. Concluimos o capítulo em questão abordando particularidades do povo Kaingang e aspectos dos PI/RS.

2.1 ESTRATÉGIAS DE CONTROLE SOBRE OS INDÍGENAS

Sabemos que, desde o período colonial, diante da diversidade de povos e costumes aqui presentes, medidas como alvarás, cartas régias e demais instrumentos legais foram utilizados visando o controle sobre as populações indígenas, para, assim, melhor explorar a nova colônia. Tais medidas adotadas se referem às políticas indigenistas oficiais, as quais são aqui abordadas como “medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas” (SOUZA LIMA, 1995, p. 15), ou seja, a que se constitui de determinações em relação aos povos indígenas. Nesse sentido, conforme abordamos a partir do próximo item, entendemos que as políticas indigenistas foram estabelecidas como estratégias que visavam ao controle, monitoramento e integração forçada dos indígenas e, com o tempo, de acordo com as mudanças que foram acontecendo no Brasil Colônia, Império e Republicano, tais estratégias foram sendo colocadas em prática a fim de garantir os interesses de cada governo.

Ao nos referirmos a essas estratégias, salientamos que a fizemos sob a perspectiva de Michel De Certeau.

Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolada. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’

procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (DE CERTEAU, 1998, p. 99)

A partir dessa definição, conforme aponta o autor, entendemos as estratégias como

ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam domina-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais. (DE CERTEAU, 1998, p. 102)

Desta forma, a partir de agora, descrevemos as políticas indigenistas e como suas constantes modificações denotam formas e tentativas de deixar os indígenas sob controle, para que não interferissem nos objetivos propostos ao Brasil em diferentes contextos históricos.

2.2 POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL ATÉ A DITADURA MILITAR

Para melhor contextualizarmos a história das políticas indigenistas no Brasil, recuamos até algumas das primeiras e principais medidas adotadas pela coroa portuguesa no período colonial e imperial, dentre as quais devemos mencionar a Guerra Justa, o Regimento das Missões, o Diretório Indígena, o Regulamento das Missões e a Lei de Terras. As políticas voltadas aos indígenas durante o período colonial foram marcadas por vários instrumentos legais, tais como Alvarás, Cartas Regias e Regimentos. Entre essas determinações, inicialmente, houve oscilações na legislação no que se refere à escravidão indígena, gerando, assim, conflitos entre colonos e missionários, visto que a Igreja se posicionava contra a escravização dos indígenas, uma das primeiras medidas adotadas pela Coroa portuguesa para explorar a colônia. A escravização dos indígenas nesse período foi autorizada por meio da chamada *Guerra Justa*, uma política de “proteção para os aliados e de guerra aberta aos índios arredios ao método de colonização” (ALMEIDA, 2018, p. 613). No fim do século XVII, a coroa portuguesa passa a adotar novas medidas em relação aos indígenas, sendo que, entre elas, estava

A proposta assimilacionista foi a grande inovação de Pombal em relação às leis anteriores. Seu objetivo era transformar as aldeias em vilas e lugares portugueses, e os índios aldeados em vassalos do Rei, sem distinção alguma em relação aos demais. A nova legislação foi aplicada de diferentes formas, conforme as especificidades locais e as características dos grupos indígenas para as quais se dirigiam, tendo encontrado reações diversas por parte destes últimos. Em algumas áreas, efetuavam-se descimentos e criavam-se novas

aldeias; em outras, desencadeavam-se guerras e estabeleciam-se acordos com os principais nos sertões; e em áreas de colonização mais antiga, a proposta era extinguir as aldeias, acabando com a distinção entre índios e não índios. Essas práticas podiam desenvolver-se concomitantemente e em regiões muito próximas, pois integravam uma mesma política indigenista que procurava assimilar "índios bravos" dos sertões e índios aliados das aldeias. Aos primeiros cabia atrair, aldear, civilizar e assimilar; enquanto aos demais, já há séculos aldeados, cabia simplesmente assimilar, misturá-los à massa populacional e extinguir as aldeias. A essas práticas, os índios responderam de formas diversas. Se muitos resistiram através de fugas e rebeliões, outros colaboraram e souberam valer-se da lei para assegurar possíveis ganhos. A política indigenista de Pombal deve, pois, como as demais, ser compreendida de forma articulada às políticas indígenas, que contribuíam para delinear seus rumos (ALMEIDA, 2010, p. 108).

Sendo assim, em 1755, uma das primeiras e principais medidas em relação às populações indígenas no período colonial foi chamado de *Diretório Indígena* ou, também, de *Diretório Pombalino*, que, em síntese, se refere a

uma política indigenista de Estado com poder de organização social e pressão política sobre a vida dos ameríndios na Região Norte do Brasil. No que tange à questão das diretrizes do documento colonial, observa-se que o objetivo era aplicar fundamentalmente uma ética disciplinadora e moralizadora do nativo por meio da construção dos aldeamentos coletivos e do trabalho persistente na agricultura como forma de catequizá-los e civilizá-los (ALMEIDA, 2018, p. 614).

O *Diretório Indígena* vigorou por mais de quarenta anos e chegou a se estender por outras localidades, tendo sido extinto em 1798, e, a partir de então:

Veio a fase de indefinição política no tocante à questão indigenista por parte do governo português, por isso, foram implantados modelos emergenciais de acordo com as necessidades locais dos aldeamentos e para os índios não estabelecidos em povoações restavam as perseguições e a “guerra justa”. De fato, a política ausente e ambígua do estado lusitano foi registrada pelos conflitos seguintes em relação às disputas pelas terras dos nativos em muitas regiões do país (ALMEIDA, 2018, p. 615).

Com a proibição da escravidão indígena, em 1755, não houve uma medida que substituísse o *Diretório Indígena*, sendo que:

A política de Pombal para os índios deve ser compreendida no contexto mais amplo das reformas pombalinas, que visavam essencialmente a fortalecer o poder absoluto do Rei de Portugal, combatendo os setores que o desafiavam, entre os quais se destacavam o setor antimonopolista da burguesia mercantil, o setor antiabsolutista da aristocracia nobiliária e o setor hegemônico da

aristocracia eclesiástica. Seu objetivo era fortalecer o reino português através de um controle mais rigoroso sobre sua colônia (ALMEIDA, 2010, p. 109).

Quanto ao século XIX, vale lembrar que foi um “século heterogêneo, o único que conheceu três regimes políticos: embora dois terços do período se passem no Império, ele começa ainda na Colônia e termina na República Velha” (CUNHA, 2012, p. 56). Sobre este período, podemos destacar que o tratamento dado à questão indígena previa um projeto político mais amplo, incorporando-os à população livre e “a recomendação de se usarem meios brandos e persuasivos no trato com os índios a partir de José Bonifácio passa a fazer parte do discurso oficial” (CUNHA, 2012, p. 64).

No período imperial, os indígenas foram classificados em dois grupos, definidos como os bravos e os mansos. O tratamento destinado aos índios bravos era de extermínio, já aos mansos, o tratamento visava sua sedentarização e aldeamento (CUNHA, 2012, p.61). Houve, ainda, outras duas medidas de impacto que atingiram diretamente os povos indígenas: o Regulamento das Missões em 1845 e a Lei de Terras em 1850.

Em 1845, o Regulamento das Missões estabeleceu os cargos de diretores-gerais de índios para as províncias e de diretores para as aldeias. A partir de então, esses funcionários passaram a ser responsáveis por distribuir os índios para os serviços e zelar por sua remuneração [...] os índios eram entregues a indivíduos que, encarregados de sua educação, tinham direito de explorar seu trabalho por períodos que variavam conforme leis locais. As violências e abusos cometidos com essas práticas aparecem, com frequência [sic], na documentação, principalmente nos relatos dos viajantes. Os índios permaneciam na condição de tutelados, por serem considerados incapazes de administrar seus próprios bens. (ALMEIDA, 2010, p. 146)

Durante o Segundo Reinado, em 1850, D. Pedro II sancionou a Lei de Terras e estabeleceu normas específicas sobre a posse e comercialização de lotes de terras, pois, até então, não havia nenhuma lei que determinasse a posse de terras no Brasil. Sendo assim, as populações mais pobres passaram a ter mais dificuldades de acesso a ela, visto que, com a aprovação desta lei, as terras só poderiam ser adquiridas através de compra, venda ou doação do Estado e, para ter o registro da terra, era necessário estar vivendo e produzindo nela, não sendo mais possível obter o registro apenas pela posse. Já as terras dos índios não poderiam ser devolutas, pois se tratava de um título originário. Sendo assim, de acordo com Cunha (2012, p. 56), no século XIX “a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”.

Segundo Darcy Ribeiro (2017, p.119), nos primeiros vinte anos de vida republicana, apesar do avanço da abertura de ferrovias através da mata, da navegação dos rios com barco a vapor e da travessia dos sertões por linhas telegráficas, nada foi feito para regulamentar a situação dos índios. O antropólogo ainda salienta que:

O movimento que levaria a criação de um órgão oficial incumbido de tratar do problema começa pelas campanhas de imprensa. A princípio são simples descrições de chacinas e apelos por providências do Governo. Aos poucos se avoluma, ganha adeptos dedicados que fundam associações destinadas a defender os índios. Por fim empolga as classes cultas do país, e o índio, até então esquecido, torna-se o assunto do dia – na imprensa, nas revistas especializadas, nas instituições humanitárias, nas reuniões científicas (RIBEIRO, 2017, p. 120).

Os primeiros sinais de que novos rumos para as populações indígenas seriam traçados se deu somente no início do século XX, com diferentes posições representadas por diferentes agentes. Segundo Souza Lima (1985), estes agentes e agências, apesar de possuírem diferentes interesses sobre os povos indígenas, tinham em comum o objetivo de pacificação e integração dos povos indígenas a comunhão nacional. De acordo com Villas Bôas Filho (2016), as diferentes posições que surgiram em torno do campo indigenista no período, foram: convivência pacífica, filantropia leiga, civilização evolutiva do selvagem, catequese e civilização, e por fim, a proteção fraternal. A convivência pacífica se referia à atuação do Estado por intermédio dos missionários, visando à pacificação e aldeamento. A filantropia leiga visava à transformação do indígena em mão de obra através de incentivos do Estado. A posição de civilização evolutiva do selvagem atribuía que o “Estado deveria subsidiar o trabalho de leigos e missionários interessados em promover a civilização dos índios, pontuando, entretanto, que civilização não se confundia com catequese” (VILLAS BÔAS FILHO, 2016, p. 349). A catequese e civilização, por sua vez, consideravam que o Estado deveria subsidiar o trabalho religioso com os povos indígenas. Já a proteção fraternal tinha como objetivo “proteger os índios e incorporá-los sob tutela. Propunham-se a convivência pacífica com os índios e a criação de uma agência específica para proteção e fiscalização dos trabalhos que lhes fossem concernentes” (VILLAS BÔAS FILHO, 2016, p. 349).

Para Souza Lima (1985), Grupione (1998) e Villas Bôas Filho (2016) a posição da proteção fraternal foi hegemônica, e, fundamentada em ideais positivistas, influenciou nas políticas indigenistas adotadas pelo Estado no início do século XX, tendo entre seus principais representantes a figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Envolvido em um

projeto de expansão das linhas telegráficas, ele desempenhou a função de diretor do primeiro órgão fundado para tratar das populações indígenas no Brasil. Tratava-se do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 1910. As funções do SPILTN, conforme Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, e Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911, eram: criar meios para evitar a invasão de terras indígenas, respeitar a organização interna, hábitos e instituições dos indígenas, sem intervenção ou alteração.

A ideia de tornar o indígena um trabalhador nacional para execução de novos projetos expansionistas não obteve o sucesso desejado, fazendo com que poucos anos após sua criação, o termo “trabalhadores nacionais” fosse excluído da sigla, tornando-se, assim, apenas o SPI. Em linhas gerais, além de exercer poder de tutela sobre os indígenas e de dispor de suas terras, interferindo sempre que necessário, a fim de combater situações de violência e espoliação de terras, o SPI pretendia reuni-los em PIs, nos quais seriam inseridos em projetos civilizatórios, que visavam ensinar novas formas de trabalho e, posteriormente, integrá-los a sociedade.

O SPI possuía uma estrutura hierárquica, composta pelo diretor chefe lotado na sede do SPI, enquanto que as inspetorias eram divididas por regiões, que, geralmente, mantinham a sede em uma capital. Os PIs ou Centros Agrícolas (CAs) eram os lugares em que os indígenas estavam sob a administração do SPI e onde eram colocadas em prática as políticas indigenistas vigentes. Nas Inspetorias Regionais, cabia ao inspetor regional fiscalizar o atendimento as necessidades dos indígenas e de cada PI ou CA. Nos PI e CA, havia um Chefe nomeado, que era o responsável por administrar a unidade e prestar esclarecimento à Inspetoria, assim como proporcionar melhorias aos indígenas quando necessárias. Com o passar dos anos, percebeu-se que os Chefes dos PI/CA eram pessoas muito influentes que contavam com uma vasta rede de apoio nas proximidades dos PI/CA em que atuavam.

A partir da década de 1930, a política indigenista passa por importantes modificações e complementações, a começar pela Constituição de 1934, “a primeira a tratar do tema indígena na República, assegurando aos índios a posse das terras e atribuindo a União a competência de legislar sobre a incorporação do silvícola à comunidade nacional” (GEDIEL, 2018, p. 111). No final da década de 1930 foi fundado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), sob o comando de Cândido Rondon, e cuja principal finalidade era a de elaborar e desenvolver políticas que dessem conta dos problemas que atingiam as populações indígenas. O SPI foi responsável por aplicar novas medidas relacionadas às políticas indigenistas adotadas por Getúlio Vargas, que se referiam, especialmente, ao funcionamento dos PIs.

A ideia seria transformar os postos em unidades produtivas com o uso da mão-de-obra indígena. A nova legislação que passou a nortear a relação entre os índios e o Estado fundamentou esta política, determinando que uma das finalidades do SPI seria convencer os índios de que faziam parte da nação brasileira. Por este viés, os índios passam também a ser incorporados ao projeto político do Estado Novo (SARAIVA, 2013, p. 217).

Sendo assim, coube ao SPI a tarefa de criar meios que tornassem o indígena produtivo através de projetos educacionais e disciplinadores que foram sendo incrementados nos PI, que deveriam ser constituir-se de

[...] micro-espços como: a casa dos trabalhadores, a sede do posto, o barracão, a escola e a casa do encarregado. O cargo de encarregado era de extrema importância, pois pressupunha a tarefa de dirigir e administrar os trabalhos indigenistas, ou seja, executar a política do órgão. Definido nos documentos do SPI como “mestre natural dos índios”, era fundamental que o encarregado detivesse conhecimento prático em agricultura e capacidade para celebrar as datas nacionais e cerimônias cívicas. Ainda assim, vale lembrar que todos os demais trabalhadores, como o mestre-escola e os diaristas também teriam esta incumbência (SARAIVA, 2013, p. 222)

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a Marcha para o Oeste, a descentralização do poder econômico e a busca por novos rumos para a industrialização do país, o SPI teve um papel primordial nesse cenário e passou a transitar entre os ministérios. Entre 1930 e 1939, passou do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio para o Ministério do Trabalho e, em seguida, para o Ministério da Guerra. Deve-se, no entanto, ressaltar que a política indigenista de Getúlio Vargas acabou interferindo diretamente nos aspectos culturais dos povos indígenas, visto que:

A política indigenista de Getúlio torna-se, assim, clara, sendo profundamente marcada por uma preocupação do Estado em fazer com que os índios se “tornassem produtivos” e que a produção fosse administrada pelo posto. Com este intuito, criou-se um conjunto de mecanismos pedagógicos, dentre os quais, deve-se destacar também a política getulista de dar e receber, concernente à distribuição de brindes. Esta política estabeleceu a proibição da distribuição de roupas e alimentos para os índios, pois era necessário inculcar a noção de que somente através do trabalho se poderiam adquirir os materiais que se necessitavam. Assim, era ensinado aos índios que eles só poderiam receber os brindes se trabalhassem, aumentando a produção de suas roças, cujo produto vendido ajudaria o Estado a lhes dar mais brindes (SARAIVA, 2013, p. 227)

Esse modelo, que foi incorporado nos PI, não fazia parte do sistema econômico e produtivo desses povos, visto que a produção não era voltada para produzir excedentes e tampouco para acumulação de capital. Nesse sentido,

É importante destacar a dominação simbólica que o posto exercia sob os índios, visto que o modo de vida indígena, baseado nas relações de parentesco e na visão do trabalho como um meio através do qual o grupo se beneficia como um todo, ficou em segundo plano. A ordem era inserir os índios no âmbito das relações econômicas ditada pela racionalidade capitalista (SARAIVA, 2013, p. 225).

Os projetos visando à incorporação do indígena à sociedade, à sua inserção em um novo sistema educacional, produtivo e econômico, não ficou restrita apenas ao período em que Getúlio Vargas esteve no poder. Durante as décadas de 1940 e 1950, período marcado pela interiorização do Brasil, diferentes projetos passaram a ser realizados nos PI do Brasil, tais como a Campanha de Reflorestamento, Campanha do Trigo, Projeto Pecuário, entre outros, sendo que as escolas indígenas tiveram um papel fundamental na tentativa de transformar o indígena em um produtor rural. O Projeto Pecuário, por exemplo, segundo Bringmann e Notzold (2013), tinha entre seus principais objetivos aproveitar as áreas do campo para criação de gado.

Já durante a década de 1950, vários episódios precederam uma importante guinada na política indigenista no Brasil, entre eles, a chegada de novos funcionários que passaram a assumir cargos no SPI, grande parte deles, oficiais do Exército. Além disso, diversos processos administrativos foram instaurados e uma onda de corrupção começou a se espalhar nos setores administrativos do SPI, aos quais se somaram episódios envolvendo denúncias de miserabilidade, maus tratos e violência nos PI. Segundo Danilo Braga (2015, p. 64), a administração do SPI é conhecida entre os Kaingang como “tempo das turmas ou tempo dos panelões”, denominação que se deve ao fato de que panelões além de serem utilizados para preparar tintas, também eram usados para preparar misturas para as refeições de indígenas, que eram submetidos a trabalhos forçados e não recebiam nenhuma gratificação pelos serviços. Bruno Ferreira (2014, p. 49) descreve o “regime do panelão” em terras Kaingang da seguinte forma:

O projeto panelão consistia em serviços feitos, primeiramente, sem uso de máquinas. Eram usadas somente enxadas e foices desde o plantio até a colheita. Em troca dos serviços prestados por pessoas indígenas, os diretores do SPI, “davam” uma festa no dia do índio, com muita carne, pão e suco para os índios; “davam” roupas, o tecido era simplesmente de algodão cru. Os

Kaingang trabalhavam de segunda a sábado, chegavam ao sábado à noite nas suas casas para ver os filhos e no domingo retornavam novamente para o local do serviço. As mulheres é que criavam seus filhos. Participavam do painel os homens, mulheres solteiras e crianças acima de 10 anos. Na escola, as crianças aprendiam a escrever o seu nome e, então, já eram obrigadas a ir aos serviços. Continuavam os estudos nas escolas, muitas vezes somente os filhos das lideranças. Quem não ia ao trabalho era preso nas cadeias (FERREIRA, 2014, p. 49).

As práticas descritas na passagem que transcrevemos acima foram recorrentes nos PI/RS, e castigos e aprisionamentos, acompanhados de espancamentos e torturas, também marcaram a atuação do SPI nos postos do sul do Brasil. Tais práticas foram frequentes até a extinção do SPI na década de 1960.

No início da década de 1960, a imprensa nacional e internacional passou a noticiar constantes episódios de violências em terras indígenas e de corrupção no SPI. Como uma forma de responder a esta pressão, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que, a princípio, não abrangia todas as inspetorias, tampouco todos os PI do Brasil. Essa CPI acabou não gerando nenhum resultado imediato e foi arquivada. Pouco tempo depois, já no período da ditadura militar, uma nova CI foi instaurada, a fim de averiguar as denúncias feitas contra o SPI, porém, as averiguações tiveram uma grande repercussão, que atingiu vários setores do SPI e, sobretudo, várias pessoas consideradas influentes na época. Porém, o desaparecimento dos documentos levantados tornou inviável o aprofundamento da investigação. Como forma de dar uma resposta à sociedade, o SPI foi extinto, dando lugar à Fundação Nacional do Índio.

Por quase cinquenta anos se acreditou que a documentação dessa investigação havia sido queimada, porém, em meados de 2012, com o avanço dos trabalhos da CNV, essa documentação foi encontrada a salvo. Esse conjunto de documentos ficou conhecido por RF, levando assim, o nome do responsável pela investigação. Com a divulgação dessa documentação, vários pesquisadores têm se dedicado a investigar a atuação do SPI junto aos povos indígenas, especialmente, no período que abarca a investigação da CI, na década de 1960. Sabemos que a estrutura do SPI já vinha há alguns anos sendo exposta na mídia, que denunciava a péssima administração dos PI, somada a suspeitas de corrupção e sucateamento do órgão. Esses episódios acabaram proporcionando um cenário que se enquadrava perfeitamente no discurso que buscava legitimar os atos daquele momento, pois sabemos que:

Uma das bandeiras dos golpistas de 1964 era o combate à corrupção. Os militares viam os políticos como demagógicos e subornáveis. Esse era um discurso ético-moral que supunha, mais amplamente, que os brasileiros eram

despreparados, incapazes de viver a democracia, sendo necessário, portanto, prepará-los, coibir práticas como a corrupção e outros “desvios” (FICO, 2019, p. 74).

Com a instauração da CI e com o avanço das investigações nos PI de todo o país, ficou constatado que o SPI estava com sua estrutura e funcionamento comprometidos, devido às claras evidências de corrupção em todos os setores. A partir da extinção do SPI, se iniciou um novo momento da política indigenista no Brasil, porém, com os mesmos objetivos de antes mesmo do golpe de 1964, pois entendemos que:

A política indigenista adotada pelo Estado brasileiro, antes mesmo do golpe militar de 1964, tinha por objetivo liberar terras aos colonos/fazendeiros e, conseqüentemente [sic] resolver “o problema índio”, transformando-o em agricultor. É com o regime militar que se evidencia mais claramente o alcance dessa perspectiva e os métodos para alcançá-la. O Brasil passava a ser uma única nação, impondo aos indígenas a “tutela” e a “integração” (BRIGHENTI, 2020, p. 6).

Considerando o recorte temporal estabelecido nessa pesquisa, entendemos que é a partir da extinção do SPI e criação da FUNAI, que as estratégias do regime vigente ficam mais claras, os indígenas poderiam até não representar “ameaças à segurança nacional, mas tudo indica que passaram, sim, a ser considerado um obstáculo ao suposto desenvolvimento pretendido pelos militares. Ou seja, se não eram um perigo eram vistos como um entrave ao progresso” (BRAGA, 2015, p. 70). Sendo considerados obstáculos aos interesses econômicos e desenvolvimentistas, estratégias de controle foram colocadas em prática para frear qualquer entrave. Entre essas estratégias, podemos destacar a assimilação dos indígenas a comunhão nacional, integracionismo forçado, podendo estas estratégias ser colocadas em prática através das políticas do regime vigente. A assimilação dos indígenas a comunhão nacional, poderia acontecer facilmente por meio da instalação de não indígenas (funcionários da FUNAI, militares, arrendatários, colonos etc.) dentro dos PI/RS. O objetivo disso, seria a exploração das terras indígenas, consideradas naquele período promissoras podendo assim colocar em prática o integracionismo forçado, arrendando parte das terras para os não indígenas, mas utilizando e explorando a mão de obra indígena, contemplando assim, a expansão agrícola. Estas estratégias foram facilmente colocadas em prática travestidas de políticas e projetos desenvolvimentistas como forma de suprir os interesses econômicos do país. Tais estratégias também fomentaram repressão, restrição de deslocamentos, proibições e invisibilização dos saberes e intelecto Kaingang, ao mesmo tempo em que priorizava projetos que visavam a expansão agrícola

pressionando, desta forma a liberação de terras para tais projetos, incentivando invasões e conflitos, aspectos esses que serão tratados nos capítulos 3 e 4.

Segundo Heck (1996), durante o período de transição do SPI para FUNAI, o novo órgão acabou recebendo apenas um terço da verba orçamentária, o que fez com que os problemas que já ocorriam sob a administração do SPI se intensificassem ainda mais. Este processo de transição se deu durante o governo de Costa e Silva (1967-1969), que tinha um forte interesse sobre a Amazônia, principalmente, para a abertura de estradas, visando ao desenvolvimento do Brasil. Assim, inicialmente, a FUNAI serviu para colocar em prática ações voltadas para atender os interesses da ditadura militar.

O novo órgão prometia acabar com a corrupção e eliminar qualquer possibilidade de ver indígenas envolvidos com grupos opositores ao regime. Para isso, os Postos Indígenas (unidades administrativas criadas pelo governo dentro das Terras Indígenas) foram modernizados, reestruturados e, a maioria deles, passou a ser chefiado por militares de baixa patente. O sistema de controle de entrada e saída de indígenas de suas próprias “reservas” ficou extremamente rigoroso, qualquer deslocamento de indígenas para visitar um parente em outra terra ou mesmo para negócios na cidade, necessitava da “portaria” expedida pelo chefe de posto, com nome do indivíduo, data, hora, destino, motivação e horário de regresso. A inobservância às regras expostas no documento resultava em severos castigos, que poderiam variar entre “prisão”, “tronco”, “boi preto” ou trabalhos forçados (BRIGHENTI, 2020, p. 4).

Independentemente destes aspectos, a criação da FUNAI foi um marco na política indigenista brasileira e na formação do MIB. Com a extinção do SPI, o novo órgão oficial traçou um novo destino para os indígenas, algo ainda muito distante daquilo que eles defendiam e almejavam para si.

Sobre a criação da FUNAI, a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, estabelece o seguinte:

Art. 1º Fica o Governo Federal autorizado a instituir uma fundação, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, denominada "Fundação Nacional do Índio", com as seguintes finalidades

I - estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios a seguir enumerados:

- a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais;
- b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;
- c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contacto com a sociedade nacional;

- d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas;
- II - gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;
- III - promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas;
- IV - promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios;
- V - promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional;
- VI - despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interêsse coletivo para a causa indigenista;
- VII - exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio. (LEI Nº 5.371, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1967).

Diante do exposto, podemos perceber que a FUNAI ficou encarregada de fazer cumprir as políticas indigenistas vigentes no país, assim como de assegurar que os indígenas usufruíssem de condições sanitárias adequadas, que tivessem assegurado o acompanhamento de sua saúde e de acesso à educação. No que se refere à educação, cabe destacar que essa medida visava à inserção progressiva dos indígenas a comunhão nacional e o primeiro passo para isso era o aprendizado do português. Além de estipular que a FUNAI seria encarregada de garantir o cumprimento das políticas indigenistas, fazendo respeitar as formas de vida das comunidades indígenas, também ficou estabelecido que ela seria a responsável por gerir a renda e o patrimônio indígena. No que tange a esse assunto, a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 estabelece que:

Art. 2º O patrimônio da Fundação será constituído:

- I - pelo acervo do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (C.N.P.I.) e do Parque Nacional do Xingu (P.N.X.);
- II - pelas dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- III - pelas subvenções e doações de pessoas físicas, entidades públicas e privadas nacionais, estrangeiras e internacionais;
- IV - pelas rendas e emolumentos provenientes de serviços prestados a terceiros;
- V - pelo dízimo da renda líquida anual do Patrimônio Indígena;
- § 1º Os bens, rendas e serviços da Fundação são isentos de impostos federais, estaduais e municipais [...]
- § 2º O Orçamento da União consignará, em cada exercício, recursos suficientes ao atendimento das despesas da Fundação.
- § 3º A Fundação poderá promover a obtenção de cooperação financeira e assistência técnica internas ou externas, públicas ou privadas, coordenando e adequando a sua aplicação aos planos estabelecidos.

Art. 3º As rendas do Patrimônio Indígena serão administradas pela Fundação tendo em vista os seguintes objetivos:

- I - emancipação econômica das tribos;

- II - acréscimo do patrimônio rentável;
- III - custeio dos serviços de assistência ao índio. (LEI Nº 5.371, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1967).

Nesse sentido, a renda e o patrimônio indígena passaram a ser responsabilidade da FUNAI, a qual ficou incumbida de prover meios que dessem conta da assistência aos indígenas, objetivo este que fazia parte do órgão extinto. No RS, por exemplo, sob a administração do SPI, o arrendamento de terras acontecia sob a justificativa de que a renda seria empregada para melhorias e assistência aos indígenas, o que não se concretizou devido aos casos de corrupção. O Art. 7º da Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967, ainda garantia que os servidores dos quadros em extinção passassem a prestar serviços à FUNAI, ou seja, servidores que haviam sido alvo de denúncias dos mais diversos tipos de corrupção foram incorporados ao quadro de funcionários deste novo órgão. A partir de então, cabia à FUNAI providenciar meios para assegurar a assistência aos indígenas, assim como para auxiliá-los a se tornarem economicamente autônomos. Porém, como bem destacou Resende (2014, p. 208), o novo órgão “exerceu um grande controle sobre as populações indígenas neste contexto de endurecimento político. Adotando a mesma perspectiva assimilacionista e as mesmas premissas de integração que permearam a história do SPI”.

Na década de 1970, segundo Heck (1996), todos os cargos, desde o presidente da República até o chefe do PI, eram ocupados por um militar, ou seja, o sistema responsável pela política indigenista estava inteiramente militarizado. A “tomada por parte dos militares do órgão indigenista oficial”, demonstrou, portanto, “mais uma face da militarização da política indigenista” (PRADO, 2018, p. 84). No início da década de 1970, já na gestão de Emílio Médici (1969-1974), foi criado o Estatuto do Índio, a Lei 6.001/1973, que ampliou o poder de tutela do Estado, que, por meio dele, “pôde, cada vez mais, intervir nas áreas indígenas em nome dos interesses nacionais” (RESENDE, 2014 p. 211), implantando projetos de cunho assimilacionista.

De acordo com Souza Lima (1995, p. 74), o poder tutelar pode ser pensado como “um poder estatizado num aparelho de pretensa abrangência nacional, cuja função a um tempo é estratégica e tática, no qual a matriz militar da *guerra de conquista* é sempre presente”. Este aspecto pode ser observado no Art. 7º, que estabelecia que “os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeito ao regime tutelar estabelecido nesta Lei”. Já o Art. 9º previa que os indígenas poderiam pedir a liberação da tutela, desde que fossem maiores de 21 anos, tivessem conhecimento da língua portuguesa e

dos costumes da comunhão nacional, fossem habilitados para trabalhar. Cabia ao juiz deferir ou não o pedido após ouvir o Ministério Público (MP) e o órgão de assistência ao índio.

No final dos anos 70, a questão tutelar gerou intensos debates, visto que, já sob o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi apresentado o projeto de emancipação das populações indígenas, fortemente contestado por ser considerado prejudicial à garantia de proteção aos indígenas e seus territórios. Com uma intensa mobilização, não apenas de indígenas, mas, também, de setores civis populares, o decreto acabou arquivado.

Outro ponto importante do Estatuto do Índio diz respeito às terras indígenas, especificamente o Art. 65, que estabeleceu que o Poder Executivo “no prazo de cinco anos, [deveria realizar] a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”. No entanto, no que tange ao recorte da pesquisa, percebemos que as terras indígenas no RS eram alvos dos mais diversos tipos de interesses, que envolviam desde arrendatários locais a políticos, os quais já vinham se estendendo há décadas, como, por exemplo, o caso de Nonoai, que será abordado no capítulo 3 da tese.

Sabemos que, “a partir do período republicano as políticas indigenistas foram pensadas e desencadeadas como uma forma de não comprometer os projetos de desenvolvimento econômico do país (PRADO, 2018, p. 84), e que, durante a ditadura militar, essas políticas tiveram um caráter fortemente integracionista, que visou frear qualquer obstáculo ao projeto desenvolvimentista e impôs novos desafios para os povos indígenas, especialmente porque,

antes da construção da Transamazônica, os principais agentes econômicos que ameaçavam a integridade territorial das tribos indígenas eram pequenos seringueiros, castanheiros, garimpeiros, roceiros, caçadores e negociantes. O novo programa rodoviário e de desenvolvimento da Amazônia introduziu dois elementos econômicos adicionais ao longo das frentes de expansão do Norte e do Oeste do Brasil. O primeiro foi o próprio Governo brasileiro [...] iniciou um programa maciço de construção de estradas, exploração mineral, e colonização agrícola na Região Amazônica. O segundo elemento foi um bom número de empresas privadas, estatais e multinacionais que queriam ganhar acesso aos grandes recursos agrícolas, minerais e madeireiros da região. A presença de ambos os elementos refletia uma transformação econômica mais ampla que estava acontecendo em todo o Brasil. Devido a essa transformação, houve várias mudanças importantes na política da FUNAI quanto às terras e recursos indígenas (DAVIS, 1978, p. 106).

Considerando essas mudanças na política da FUNAI, que envolviam terras e recursos indígenas, Davis também chama atenção que

em 1970, o General Bandeira de Mello apoiou a reintrodução do fundo de renda indígena na administração da FUNAI. Com base num complicado sistema de contabilidade, a FUNAI criaria o fundo estatal especial formado pela renda ganha na venda dos produtos indígenas e no arrendamento das terras dos índios. Segundo o General, o dinheiro desse fundo iria financiar projetos agrícolas e industriais do Governo, nas reservas indígenas, e seria coordenado com outros esquemas de desenvolvimento regional no Brasil. A longo prazo, argumentava o General, esses programas transformariam as economias nativas de caça, pesca e agricultura, e lançariam as bases para a integração dos índios na economia de mercado e na estrutura de classes do Brasil (DAVIS, 1978, p. 84).

O arrendamento de terras, que, já na época do SPI, desencadeou diversos problemas entre indígenas e não indígenas, especialmente nos PI do RS nos quais a renda deveria ser aplicada em melhorias para os indígenas, perpetuou os conflitos, a corrupção e a exploração irregular das terras indígenas. Essa política, apoiada pelo General Bandeira de Melo, nos mostra uma continuidade das falhas administrativas e das políticas propostas para os povos indígenas.

Em um cenário em que a política indigenista era articulada pelos militares, os indígenas passaram a ser percebidos com preocupação por aqueles que defendiam a integração nacional, isto porque, aos olhos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, poderiam comprometê-la, assim como também o progresso e a soberania brasileiras:

Integração Nacional - prejudicar a integração física, social, econômica e cultural do País, principalmente no tocante às áreas indígenas situadas na Faixa de Fronteira da Amazônia.

Integridade do Patrimônio Nacional – pois envolve, além da manutenção de fronteiras não vivificadas, a formação de enclaves dissociados da comunhão nacional, com riscos de formação de futuros territórios autônomos.

Progresso – visto que impede o crescimento da economia nacional, ao inibir a exploração dos recursos naturais em terras indígenas.

Paz Social – ao acirrar os sentimentos de diferença e segregação raciais, do isolamento e autodeterminação, de confronto e libertação dos povos indígenas.

Soberania – pois sofre forte influência externa que prejudica a livre decisão governamental a respeito das relações entre os diferentes grupos nacionais, bem como no que concerne à escolha da melhor forma de valer-se do Território Nacional e dos seus recursos naturais. (Estudo nº7 da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – A Questão Indígena e os Riscos para Soberania e Integridade do Território Nacional *apud* HECK, 1996, p. 55).

Como se pode observar acima, no que tange à questão do progresso e da soberania, há um claro interesse nas terras indígenas e naquilo que poderiam oferecer economicamente para o país. Isto efetivamente se intensificou com “o processo de militarização da questão indígena e dos territórios ocupados por estes povos (...) no período conhecido como ‘milagre brasileiro’,

marcado pelo desenvolvimento econômico e a expansão das frentes desenvolvimentistas sobre os novos territórios, principalmente na região da Amazônia” (PRADO, 2018, p. 83). O assim denominado “milagre brasileiro”

garantiu ao general Médici elevados índices de popularidade, ainda que seu governo tenha correspondido ao auge da repressão. O aparente paradoxo explica-se não só pelo “milagre brasileiro”, mas também pela censura. Enquanto a propaganda política divulgava amplamente as grandes obras, o crescimento econômico e o sucesso do Brasil no futebol, a censura ocultava da população quaisquer sinais que indicassem a brutalidade da repressão política (FICO, 2019, p.82).

Entre as obras que geravam expectativa de crescimento econômico na época, estavam, justamente, as que de algum modo interferiam nos territórios indígenas, visto que, “entre 1970 e 1974, o Governo brasileiro tentou acelerar o processo de ‘integração nacional’ construindo uma série de estradas que cortavam os parques e reservas indígenas” (DAVIS, 1978, p. 101).

Durante o governo Médici, as políticas indigenistas que foram colocadas em prática através da FUNAI acabaram recebendo fortes críticas da imprensa nacional e internacional, na medida em que o governo colaborou “efetivamente para que os direitos das populações indígenas fossem abnegados a partir dos interesses econômicos do desenvolvimento nacional, influenciados pelos preceitos e direcionamentos da DSN” (PRADO, 2018, p. 84). Povos indígenas de todo o país sentiram os impactos provenientes dessas grandes obras em suas terras, especialmente daquelas que correspondiam às chamadas

frentes de expansão, baseadas nas obras desenvolvimentistas da ditadura, como a construção de estradas que vieram cortar os territórios indígenas, como a Rodovia Transamazônica, além da construção de barragens e hidrelétricas, como as de Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Itaipu (PR) e das frentes agrícolas foram projetos que tiveram a pauta desenvolvimentista e o ideário da DSN (PRADO, 2018, p. 86).

As consequências destas obras desenvolvimentistas no âmbito das comunidades indígenas passaram a ser noticiadas em JMC ou JA e, até mesmo, em veículos internacionais de comunicação. Nesse cenário, um importante aliado dos povos indígenas – o CIMI – também se fortaleceu, e, a partir daquele momento, passou a atuar fortemente, denunciando a situação dos indígenas no país e fomentando sua articulação. Neste mesmo período foi criada a União das Nações Indígenas (UNI), resultante do movimento indígena e da ascensão de lideranças indígenas de diversas regiões do país, que passaram a contar com o apoio de organizações e,

também, de professores universitários, antropólogos e pesquisadores, unidos em prol dos direitos indígenas.

2.3 SISTEMA DE INFORMAÇÕES, VIGILÂNCIA E CONTROLE SOBRE OS INDÍGENAS

Sabemos que o aparato de informação criado pelo general Golbery em 1964, o SNI, amplamente utilizado para vigiar e monitorar qualquer ameaça ao regime, também esteve voltado para os povos indígenas e seus apoiadores. O SNI esteve diretamente subordinado ao presidente da República e funcionou como um órgão “responsável por recolher informações de brasileiros suspeitos aos olhos do regime [...] que podiam a qualquer momento, ser acusados de subversão e, em decorrência, ser presos” (FICO, 2019, p.68). O SNI trazia em sua estrutura, algumas subdivisões, dentre as quais estavam “as Divisões de Segurança e Informação (DSI) e, a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), instalada em cada órgão importante da administração pública (NAPOLITANO, 2019, p. 132).

Sobre o sistema de informação e repressão das comunidades indígenas, Dias Filho (2015, p. 115) nos informa que foi espelhado no aparato do SNI. Segundo o autor, o Ministério do Interior (MINTER), através de sua DSI, que assessorava a FUNAI, era o responsável pelo planejamento de políticas indigenistas e pelo controle estratégico das áreas indígenas. Essas áreas eram administradas por chefes dos PI e estavam subordinadas às delegacias regionais da FUNAI.

Nada fugia ao olhar controlador e repressor do chefe de posto. No Sul do Brasil, o controle exercido pela FUNAI ficou registrado no serviço de inteligência e controle, através da Assessoria de Segurança e Informação (ASI/FUNAI), que era responsável por fiscalizar as ações de indígenas e indigenistas (BRIGHENTI; NOTZOLD, 2011, p. 49).

O material reunido pelo aparato de informação criado durante a ditadura militar é constituído de relatórios, pareceres, dossiês e anexos com os mais diversos tipos de documentos. De acordo com Gomes (2014, p. 106), havia “uma prática realmente metódica de indivíduos que faziam funcionar um sistema complexo, cuja função era não apenas recolher informações, mas também produzir convicções que justificassem a perseguição aos seus adversários”.

Sobre a documentação que compunha os relatórios, pareceres e demais arquivos do SNI, sabemos que “os anexos eram usados para acrescentar dados ao que havia sido dito anteriormente, ou mesmo para corroborar o ponto de vista dos agentes. Eram compostos de

vários tipos de registros, dos quais, os mais numerosos são recortes de jornais e revistas” (GOMES, 2014, p. 108). A grande quantidade de recortes de jornais anexados aos relatórios e dossiês que visavam vigiar as atividades de entidades indigenistas e lideranças indígenas nos mostra que o sistema de informações “desenvolveu técnicas aprimoradas de inculpação dos brasileiros suspeitos aos olhos do regime. A principal técnica consistia na alimentação contínua de dossiês que continham informações sobre o cotidiano de determinada pessoa (FICO, 2019, p. 70).

A documentação disponível no Fundo SNI e no Fundo ASI/FUNAI disponível no Arquivo Nacional nos permite perceber que os indígenas foram constantemente monitorados, assim como aqueles que os acompanhavam, quais assuntos tratavam e por onde andavam. O mesmo ocorreu com apoiadores e, principalmente, com os veículos de comunicação da época.

A censura moral e política integrou o aparato de repressão política da ditadura e também expressava a existência das dimensões saneadoras e pedagógica da utopia autoritária que temos mencionado – pois é evidente que a censura moral tinha uma pretensão pedagógica quando procurava evitar que os “atentados à moral e os bons costumes” corrompessem a sociedade brasileira. Do mesmo modo, a censura política simplesmente extirpava do espaço público tudo aquilo que parecesse inconveniente ao regime (FICO, 2019, p. 85).

Apesar de o SNI e a ASI/FUNAI estarem monitorando e censurando constantemente os assuntos relacionados à questão indígena no Brasil, as denúncias do que acontecia nos PI foram amplamente divulgadas pela imprensa. No início da década de 1980, a imprensa também cobriu os conflitos internos que ocorreram dentro de alguns PI, além de noticiar as situações de vulnerabilidade e, também, de mobilização dos povos indígenas no RS.

O contexto de controle vai diminuir a partir de 1991, quando a Funai perde parte de seus poderes sobre a assistência às comunidades indígenas. O atendimento à saúde indígena passa para o Ministério da Saúde e a gestão da Educação Escolar Indígena, para o Ministério da Educação, em ação conjunta com estados e municípios. A promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo Art. 232 elimina o regime tutelar imposto aos indígenas, e o Art. 231 reconhece a organização social indígena, será elemento fundamental para modificar a relação do Estado com os povos indígenas no Sul do Brasil (BRIGHENTI. 2020, p.20).

Foi após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, com o fim da tutela estatal e a reorganização do atendimento e assistência aos povos indígenas, que novas políticas

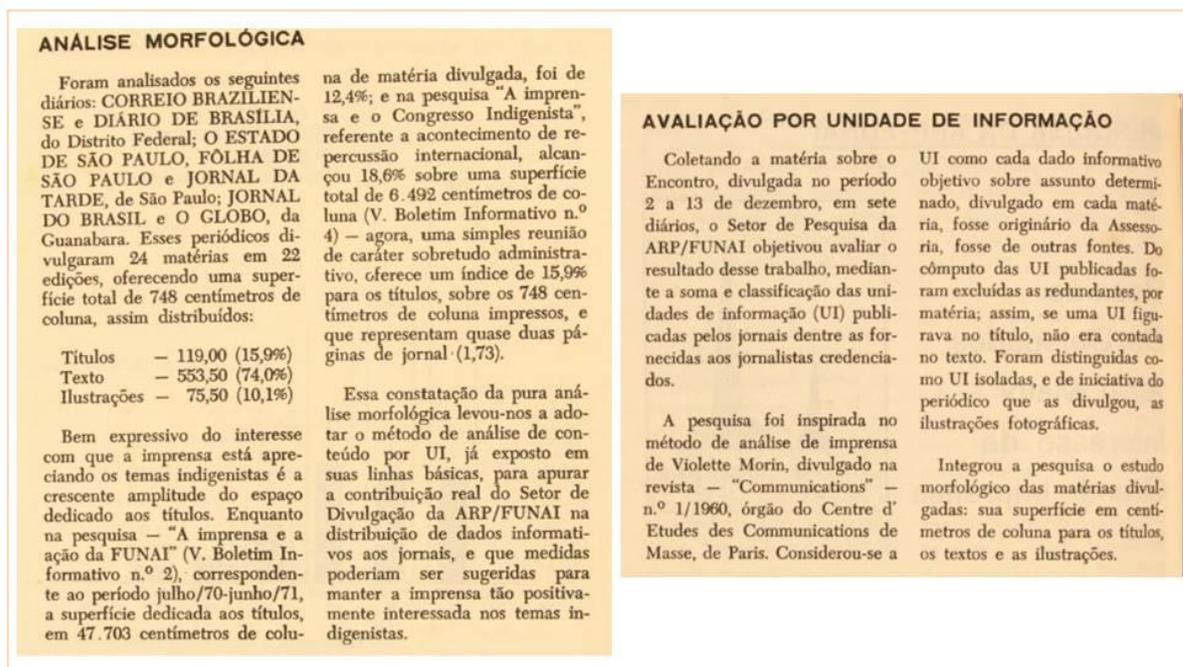
indigenistas passaram a ser pensadas para os povos indígenas no Brasil. Antes desse direcionamento, “a preocupação do sistema de informação era vigiar funcionários públicos civis, movimentações das lideranças políticas, atividades legais ou clandestinas dos movimentos sociais, trajetórias intelectuais e artísticas (NAPOLITANO, 2019, p. 132).

Considerando que, até mesmo os funcionários eram vigiados, havia a preocupação de orientá-los e informá-los sobre as decisões tomadas pelo órgão indigenista oficial, tanto pelo SPI, quanto, posteriormente, pela FUNAI. Cabe ressaltar que antes da criação da FUNAI, isto é, ainda durante a vigência do SPI, nas repartições internas dos órgãos circulava o Boletim do SPI, que continha informações – restritas aos funcionários – sobre seu funcionamento e também instruções aos PI e Inspetorias Regionais. Esses boletins “circulavam de forma quinzenal, e os assuntos publicados nestes boletins diziam respeito aos acontecimentos recentes de cada Inspetoria Regional, sendo que quem produzia e analisava os assuntos a serem publicados era o Diretor geral do SPI” (FLORES, 2019, p. 74). Como se pode observar, eles deixam evidente que, antes mesmo da existência da FUNAI, problemas relacionados à terra que, por consequência resultavam em más condições de acesso à saúde e alimentação, eram do conhecimento das autoridades, pois:

Do mesmo modo que o SPI buscava, através de seus BI, exaltar os modelos de gestão que deveriam ser seguidos, estes mesmos boletins divulgavam ações no âmbito da saúde e educação [...] os BI possuíam a função de levar informações às Inspetorias Regionais, razão pela qual destacavam as ações que deveriam ser observadas e comunicavam as falhas na sua execução, porém não tornavam públicos os nomes dos envolvidos em irregularidades nos PI do Rio Grande do Sul (FLORES, 2019, p. 75).

Já na década de 70, à semelhança do que ocorreu no tempo do SPI, circularam os Boletins Informativos da FUNAI (BI/FUNAI), que também tiveram um papel importante em suas repartições. Os Boletins Informativos da FUNAI, apesar de serem bem interessantes, não apresentam dados significativos para o recorte temático desta pesquisa, no entanto, os BI/FUNAI revelam uma preocupação excessiva da FUNAI com o que a imprensa nacional e internacional divulgava sobre a situação dos índios no Brasil. Nos BI/FUNAI, encontramos, de forma bastante detalhada, tudo o que a imprensa publicou sobre os indígenas no Brasil, apresentando gráficos e dados quantitativos sobre o conteúdo, apontando se o mesmo era neutro, contra ou a favor da FUNAI, fazendo, inclusive, uma análise do conteúdo e apontamentos sobre o jornal que publicou. Na Figura 7, destacamos um exemplo de como a FUNAI acompanhava o que era divulgado pela imprensa.

Figura 7: Análise da FUNAI sobre publicações da imprensa.



Fonte: BI/FUNAI, 1972, n.º 5, p. 18-19.

No exemplo em questão, a FUNAI, além de fazer uma análise morfológica do que a imprensa publicava acerca de assuntos relacionados aos indígenas, também buscava medir o espaço dado a determinados assuntos. Fazia, ainda, uma avaliação de como as informações divulgadas pelo setor de divulgação da própria FUNAI — a Assessoria de Relações Públicas (ARP), eram propagadas. A análise dessas informações divulgadas no BI/FUNAI, n.º 2, 1972 p. 17-26, nos leva a acreditar que determinadas informações eram filtradas e repassadas a esses jornalistas credenciados, justamente para que o órgão tivesse controle sobre o que era exposto sobre os indígenas no Brasil.

Outro exemplo desse controle ocorreu em 1973, quando a FUNAI organizou o *I Congresso FUNAI e Missões Religiosas*, para o qual convidou pesquisadores, entidades religiosas e veículos de comunicação. Consta no BI/FUNAI, 1973, n.º 8, p. 24, que a realização desse congresso se deu devido à necessidade de conhecer melhor o trabalho das missões religiosas, assim como a opinião dos sertanistas, antropólogos e etnólogos acerca dos trabalhos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos entre os indígenas. Não devemos, no entanto, desconhecer que estava em marcha o Plano de Integração Nacional por parte do governo da época, e que, por isso, o referido congresso serviu para que assuntos relacionados aos indígenas fossem debatidos e toda e qualquer controvérsia sobre esse assunto fosse controlada. Sobre este

episódio, destacamos também dois pontos mencionados no BI/FUNAI, 1973, n° 8, p. 26-27, os quais merecem ser ressaltados, o primeiro, ligado à distribuição da informação e, o segundo, aos impactos do conteúdo dela.

Dadas as características da ação jornalística exercidas pelos redatores de serviço público e, ao mesmo tempo, dos propósitos do Seminário, convocado pela própria FUNAI e aberto à cobertura da imprensa, as UIF limitaram-se à captação e narração das ocorrências relacionadas com os pronunciamentos das autoridades da FUNAI, seus colaboradores, conferencistas convidados, resoluções aprovadas e programação do encontro, sendo natural, portanto, que oferecessem toda orientação positiva ou neutra. A captação e registro do clima do Seminário, fatos circunstanciais e marcantes do desenrolar dos trabalhos, por menores indicativos de tendências conflitantes e as observações e conclusões pessoais dos representantes dos jornais constituíam a tarefa da reportagem acreditada, que, aliás, desenvolveu um bom trabalho, oferecendo as UIR um retrato vivo das posições assumidas e das intervenções, por vezes acaloradas, dos participantes do conclave. Em consequência, as UIR também registraram manifestações negativas, em relação aos objetivos e à ação da FUNAI. [...] Duas foram as fontes em que se abeberaram os jornais analisados: os noticiários distribuídos pela Assessoria de Relações Públicas da FUNAI, antes referidos, e os registros e captações de sua própria reportagem, entregue à cobertura dos trabalhos. Por isso, dividimos as UI em duas categorias: UIF – unidades de informação oriundas da FUNAI – e UIR – unidades de informação oriundas da reportagem de cada periódico. Em seguida, acompanhamos a trajetória de cada UI, computando a sua reprodução em diferentes textos, jornais e edições. Esse registro nos permite medir a maior ou menor difusão que cada UI alcança, dando-nos elementos para avaliar o seu peso na massa de receptores. (BI/FUNAI, 1973, n°8, p. 25-26).

Ao citar as intervenções de participantes do conclave, fica evidente que a posição de religiosos foi conflitante com as políticas indigenistas adotadas pela FUNAI naquele momento, como se pode observar no discurso proferido por Padre Antônio Iasi, no qual deixou claro sua insatisfação com as políticas da FUNAI. O Seminário reuniu um total de 42 missionários de congregações distintas e as reuniões foram acompanhadas pela imprensa. Consta no BI/FUNAI que a ARP/FUNAI distribuiu previamente à imprensa o cronograma das atividades do evento e que também facilitou o contato com os missionários.

Além disso, a ARP/FUNAI também tomou o cuidado de analisar o que a imprensa divulgou sobre as informações previamente distribuídas pela FUNAI, atentando para seu alcance, como podemos observar na Figura 8.

Figura 8: Análise da FUNAI sobre publicações da imprensa

FUNAI — ARP				
I SEMINÁRIO FUNAI/MISSÕES RELIGIOSAS				
ANÁLISE DE CONTEÚDO — RESUMO				
<i>Origem da Informação</i>	<i>Temas das UI</i>	<i>UI/divulgadas</i>	<i>UI/Reproduzidas</i>	<i>Percentual de aproveitamento</i>
FUNAI	13	30	67	(2,2)
Reportagem	15	52	84	(1,6)
Totais	28	82	151	(1,8)
<i>Origem da Informação</i>	<i>UI/Positivas (N.º/Reproduções)</i>	<i>UI/Negativas (N.º/Reproduções)</i>	<i>UI/Neutras (N.º/Reproduções)</i>	
FUNAI	20 (43)		10 (24)	
Reportagem	19 (34)	14 (23)	19 (27)	
Totais	39 (77)	14 (23)	29 (51)	
	— 47,7% —	— 17,0% —	— 35,3% —	

FUNAI — ARP				
ANÁLISE DE CONTEÚDO — DISTRIBUIÇÃO DAS UI PELOS JORNAIS ANALISADOS				
<i>Jornal</i>	<i>UI/Pos.</i>	<i>UI/Neg.</i>	<i>UI/Neut.</i>	<i>UI/Tot.</i>
Correio Braziliense	04	00	06	10
Correio da Manhã	05	00	00	05
Diário de Brasília	02	00	02	04
O Estado de S. Paulo	20	08	14	42
Folha de São Paulo	05	03	03	11
O Globo	05	02	06	13
Jornal de Brasília	12	00	10	22
Jornal do Brasil	19	08	10	37
Jornal da Tarde	05	02	00	07
Totais:	77	23	51	151
Percentuais:	(50,9%)	(15,2%)	(33,0%)	

Fonte: BI/FUNAI, 1973, n.º8, p. 26-27.

Como descrito anteriormente, a FUNAI estava atenta ao que era divulgado além do que ela repassava a imprensa. A grande maioria das informações foi classificada como positiva e neutra, ou seja, positivo significava que o conteúdo estava de acordo com a atuação que a FUNAI vinha desenvolvendo, e neutro significava que não havia discordâncias em relação às políticas da FUNAI. Nota-se que o Jornal do Brasil (JB) e O Estado de São Paulo (OESP), na análise feita pela ARP/FUNAI, foram os que mais deram espaço para as informações do Congresso e, mesmo registrando a maioria das informações positivas, foram os que mais deram espaço também para as informações negativas. Entretanto, esse saldo negativo não interferiu nos objetivos da ARP/FUNAI, que, ao fim de sua análise, considerou que o “I Seminário FUNAI/Missões Religiosas foi um teste válido: Ela coincide com os propósitos da FUNAI e os

interesses da causa indigenista brasileira que não pode ser defendida e enfrentada sem o concurso dos jornais” (BI/FUNAI, 1973, n°8, 32).

Nesse sentido, a ARP/FUNAI deixa evidente que pretendia, ao buscar analisar morfológicamente o conteúdo e o impacto das informações sobre o Seminário, inspecionando as informações destinadas à imprensa e acompanhando os jornalistas e o que era divulgado pelos veículos de informação, ter o controle de sua reputação, a fim de não afetar os objetivos do Plano de Integração Nacional. No total, observamos 14 BI/FUNAI publicados entre os anos de 1971 a 1976, e a cada edição do BI/FUNAI, um povo indígena era escolhido para estampar a capa e, assim, ocupar um número considerável de páginas com informações acerca de seus aspectos locais e culturais. Além disso, todos os BI/FUNAI também traziam uma coluna com estudos antropológicos sendo que a maioria dos povos e culturas abordados nos BI/FUNAI eram da região da Amazônia. Um dos assuntos que estava presente em todos os BI/FUNAI, mesmo que fosse de maneira transversal, foi a construção da Transamazônica e do Parque Indígena do Xingu, sendo que este último é apresentado como forma de modelo a ser seguido.

Nesses BI/FUNAI, as informações sobre os PI/RS se referem ao convênio da FUNAI (em que a IECLB passa despercebida, como se fosse um projeto inteiramente da FUNAI), abordando o CTPCC e as atividades desenvolvidas no PI Guarita, que abordaremos posteriormente. O BI/FUNAI cita o CTPCC para descrever os projetos desenvolvidos, tais como o projeto agropecuário, o projeto de assistência educacional em regime de internato e de aspectos econômicos que esse projeto permitia desenvolver. Os BI/FUNAI também apontavam constantemente o Parque Xingu como modelo de como o índio deveria viver, ao mesmo tempo em que buscava descrever os trabalhos das diversas frentes de atração e divulgar recentes estudos antropológicos.

Além do que já foi exposto neste capítulo sobre a atuação do sistema de informações durante o período da ditadura militar, podemos destacar outro recurso de monitoramento e repressão dos povos indígenas no Brasil: a GRIN. De acordo com Freitas (2011), a GRIN, criada em 1969 e idealizada pelo então capitão Manuel dos Santos Pinheiro, foi instituída pela portaria 231/69, de 25 de setembro de 1969 e estava subordinada à Ajudância Minas Bahia (AJMB). A AJMB possuía ligação com o MINTER e a FUNAI e exercia “o papel de uma unidade destacada e autônoma no tocante ao controle das comunidades indígenas” (DIAS FILHO, 2015, p. 117). Em linhas gerais, a GRIN foi criada para impedir a invasão e o acesso de pessoas não autorizadas em terras indígenas, a fim de preservar os recursos naturais dessas

áreas, além de encarregar-se de medidas preventivas e repressivas para assegurar a ordem dessas áreas.

O uso da AJMB, da GRIN a construção dos Reformatórios e os expedientes empregados pelo capitão do exército Manoel dos Santos Pinheiro aproximaram as suas células repressivas – na forma e na execução – das ações empreendidas pelo sistema DOI CODI, pois além da triagem e controle de informações extraídos dos entrepostos do órgão pelo Brasil afora ele criou um braço armado para repressão interna, formado ironicamente por índios treinados como militares além de um centro de detenção para índios de todos os estados da federação (DIAS FILHO, 2015, p. 117).

No que tange à questão hierárquica da GRIN,

Os índios obedeceriam a comandos locais, que na sua maior parte seria composto de elementos da polícia requisitados no estado onde se localizava o grupo indígena. Além do comando geral exercido pela chefia da Ajudância, toda a corporação ficava subordinada diretamente à Presidência do Órgão tutor. Um dos artigos centrais da portaria definia a composição da Guarda como exclusividade de índios, recrutados “tanto nas comunidades indígenas como entre índios aculturados” (FREITAS, 2011, p. 5).

Segundo Freitas (2011, p. 6), foi necessário um semestre para alistar indígenas que fossem potenciais lideranças em áreas cujos problemas sociais eram mais graves para preencherem o quadro da GRIN. O Curso da GRIN foi finalizado em 5 de fevereiro de 1970, com um total de 84 indígenas que, no decorrer do curso, receberam as seguintes instruções:

Princípios de ordem unida, onde se incluem marcha e desfile, instruções gerais, como continência e apresentação [...] Educação Moral e Cívica “para despertar neles a consciência de brasilidade, em noções de Pátria, FUNAI, bandeira, família e tribo” [...] Educação Física, Equitação, Lutas de defesa e ataque, Patrulhamento, Abordagem, Condução e Guarda de Prisioneiros. Teriam também aulas de “Conhecimentos Gerais” (FREITAS, 2011, p. 8-9).

A cerimônia de formatura da GRIN foi acompanhada por militares, servidores da FUNAI e guardas indígenas. Nessa ocasião, indígenas exibiram algumas das habilidades adquiridas durante o curso, as quais tinham relação com técnicas de tortura realizadas na época. De acordo com Freitas (2011, p.24), o fim da GRIN se deu por diferentes motivos, entre eles, a “descontinuidade administrativa, faltou preparo pessoal e seqüência [sic] de novas turmas [...] carência financeira de investimentos”.

Dados levantados por Dias Filho (2015, p. 120-121) revelam que indígenas foram transferidos para o Reformatório mesmo antes da criação da GRIN, sob a justificativa de serem considerados “perturbadores da ordem” e, nesse sentido, a GRIN, “tão temida pelos índios quanto estimulada pelas unidades de repressão locais e nacionais, entendemos que a mesma fez de fato o papel de disciplinadora interna das áreas indígenas, além de funcionar como uma espécie de polícia política da FUNAI em vários estados da federação”.

Sobre o controle e vigilância sobre os indígenas no RS, sabemos que “a presença do exército dentro de um Posto Indígena era constante, tornando-se uma rotina diária” (BRAGA, 2015, p. 69). Sabemos também, que os Kaingang dos PI/RS foram personagens importantes nesse período, da chamada por Braga (2015), grande reação Kaingang. Para compreender o que se passava para que houvesse essa grande reação, com base em uma extensa documentação do SNI e ASI/FUNAI disponível para pesquisa, traçamos uma forma de levantamento de dados que nos proporcionasse cotejá-los com dados levantados da imprensa e, para isso, elencamos as principais organizações, seus principais representantes, identificando seus locais de atuação e os assuntos que foram destacados de forma mais enfática pelos agentes da denominada *comunidade de informações*, ou seja, do “conjunto de órgãos de informações civis e militares então em funcionamento no período da ditadura militar” (GOMES, 2014, p. 98).

Entre os assuntos que compreendem os PI/RS que predominaram na documentação do Fundo SNI e ASI/FUNAI estão denúncias sobre funcionários da FUNAI, acompanhamento das críticas ao governo e a FUNAI, conflitos internos nos PI, conteúdo de materiais religiosos, como, por exemplo, congressos, missas, reuniões, cânticos, boletins etc., movimento contra emancipação, encontro entre lideranças indígenas, conflitos entre indígenas e não indígenas, invasão de terras e vigilância sobre a atuação de representantes de organizações de apoio aos indígenas. Já as organizações que apareceram com frequência foram a ANAI, CIMI e IECLB, bem como seus integrantes e demais ativistas antropólogos, advogados, professores universitários e jornalistas. Os assuntos listados e a atuação dessas organizações e apoiadores serão amplamente explorados nos próximos capítulos

2.4 PI/RS: VISIBILIDADE NOS JA E JMC

Durante o período abarcado na presente tese, os povos indígenas conviveram com a corrupção, a violência e o esbulho de terras, frutos da má administração do SPI, da política governamental desenvolvimentista e da política indigenista militarizada como já mencionamos

no item anterior. Esta situação chegou a ser denunciada pela imprensa, que “a nível internacional, atribuía ao regime militar, instalado no país em 1964, um verdadeiro ‘genocídio’ dos índios” (SILVA; SANTOS, 2014, p.2). O Jornal *Opinião*, por exemplo, mencionou algumas notícias publicadas no exterior, com destaque para o

jornal londrino *Observer*, que, em 1972, denunciou a chacina ocorrida dos índios "Cinta-Largas" no ano de 1968 [...] Na obra *A question of survival*, publicada no exterior pelo escritor Tenison, com introdução do Duque de Edimburgo, marido da Rainha da Inglaterra, o autor denunciava a existência de uma política do governo brasileiro que com a construção da BR-080, visava destruir o Parque Nacional do Xingu [...] O relatório da Aborigenes Protection Society (APS), comparado ao livro de Tenison, foi considerado pelo jornal *Opinião*, sobre certos aspectos, mais importante que os demais, por denunciar as irregularidades e problemas presentes em todo o território da bacia amazônica e a conivência dos quadros da FUNAI [...] Em meio às denúncias feitas nos relatórios citados, o jornal *Opinião* publicou que o General Bandeira de Melo respondia ser o Xingu “um Parque para inglês ver”. Frase, que veio a provocar na comunidade de cientistas ingleses um desconforto resultando na difusão dos relatórios citados na imprensa internacional como forma de divulgar as irregularidades com as invasões de territórios indígenas com o apoio do governo brasileiro (SILVA; SANTOS, 2014, p. 3-6).

Também a imprensa nacional, tanto a de grande circulação, quanto a alternativa, divulgou denúncias encaminhadas por indígenas e indigenistas vinculados a entidades de apoio aos indígenas, com destaque para o JP, o BI/LI e o BI/CIMI. A divulgação fez com que nem indígenas nem indigenistas escapassem das estratégias de vigilância do Sistema de informações desse período, que se caracterizava por “uma ampla e complexa estrutura de informação, tanto no âmbito federal quanto na esfera local” (DIAS FILHO, 2015, p.110). Nesse período, vale lembrar, “além dos casos óbvios de perseguição, prisão, tortura e morte de militantes e quadros organizados, praticados pela polícia política, milhares de pessoas foram espionadas, julgadas e prejudicadas pela comunidade de informações” (FICO, 2019, p. 148).

Sabemos que, mesmo antes da criação da FUNAI, quando ainda vigorava o extinto SPI, os povos indígenas no RS estavam em evidência na imprensa. Desde o início da década de 1960, as manchetes dos jornais Correio do Povo (CP), Folha da Tarde (FDT) e Zero Hora (ZH) já destacavam a situação dos indígenas no estado e, mesmo após o golpe militar, “estes jornais não deixaram de trazer em suas páginas os graves problemas vividos pelos indígenas, bem como de chamar a atenção para a responsabilidade do órgão governamental de proteção aos índios” (FLORES 2019, p. 76). Chamam a atenção, especialmente, as notícias sobre os PI de Nonoai, Guarita, Cacique Doble e Paulino de Almeida, que estavam sendo extremamente afetados com

as irregularidades que vinham acontecendo no SPI, principalmente, a espoliação do patrimônio e a exploração da mão de obra indígena.

Entre os anos de 1963 e 1965 o teor das publicações dizia respeito a denúncias de “racismo, espoliação de toldos, esbulho de terras, invasão de terras indígenas e saques aos índios, expropriação ilegal de terras, omissão” (FLORES, 2019, p.77). Nos anos seguintes, mesmo com uma investigação em andamento devido à instalação de uma CI para averiguar as irregularidades nos PI, muitos funcionários do SPI não se sentiram intimidados e continuaram dando sequência a práticas de irregularidades administrativas e de violência contra os indígenas. Nos anos de 1967 e 1968, além das denúncias já mencionadas, os jornais tornaram públicos episódios que envolviam “violência física contra índios, morte [...] tortura, exploração de índios, derrubada de pinheiros, violência física, miséria” (FLORES, 2019, p.77).

Após a conclusão da CI e a publicização do RF ficou evidente o fracasso administrativo do SPI, o que justificou sua extinção, sendo que não podemos deixar de destacar a importância que “a imprensa do Rio Grande do Sul exerceu neste período, principalmente, o Jornal CP. O espaço que contava com as matérias produzidas por Egídio Schwade e Thomás de Aquino Lisboa tornou públicas muitas notícias envolvendo a situação dos índios no estado” (FLORES, 2019, p. 132).

Após a extinção do SPI, com a criação da FUNAI, cabe ressaltar que não foi apenas a imprensa no RS deu destaque para a situação dos indígenas no estado, os JMC de outras localidades do país também noticiaram o que se passava com eles. Assim, a grande imprensa e a imprensa alternativa tiveram um papel importante na publicização da situação indígena no sul do país e, para analisarmos as matérias jornalísticas divulgadas, consideramos as seguintes perguntas: Quais jornais deram destaque para a questão indígena no sul do país? Quais PI estavam em evidência? Qual povo indígena teve mais destaque? Quais os assuntos que foram mais abordados?

Sobre os JMC com os quais trabalhamos, encontramos no Acervo ISA 259 matérias publicadas entre os anos de 1968 e 1985 com assuntos relacionados aos povos indígenas no RS. Na Tabela 1, listamos quais são eles.

Tabela 1: PI/RS nos JMC (1968-1985)

SELEÇÃO DOS JMC QUE ABORDARAM OS PI/RS (1968-1985)			
JORNAL	QTD	JORNAL	QTD
ZERO HORA	86	O FLUMINENSE	1

O ESTADO DE SÃO PAULO	75	O DIA	1
JORNAL DO BRASIL	32	NOTÍCIAS POPULARES	1
FOLHA DE SÃO PAULO	14	JORNAL DO COMÉRCIO	1
CORREIO DO POVO	9	JORNAL DE SC	1
FOLHA DA TARDE	8	FOLHETIM	1
O GLOBO	6	DIÁRIO DE MINAS	1
JORNAL DA TARDE	6	CORREIO DA MANHÃ	1
O LIBERAL	4	CORREIO BRAZILIENSE	1
JORNAL DE BRASÍLIA	3	A TRIBUNA	1
DIÁRIO POPULAR	3	A GAZETA	1
DIÁRIO DO PARANÁ	2	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX

Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos ver na Tabela 2, os jornais que mais evidenciaram a situação dos povos indígenas no RS foram ZH, OESP, JB, a Folha de São Paulo (FSP), o CP e a FDT. Na sequência, elencamos quais os grupos indígenas mencionados, como demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Povos Indígenas do RS nos JMC (1968-1985)

IMPRENSA LEVANTAMENTO DOS POVOS INDÍGENAS NOS JMC	
POVO INDÍGENA	QTD
KAINGANG	185
GUARANI	78
NÃO INFORMADO	35

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os JMC, embora algumas matérias tratassem tanto dos Guarani, quanto dos Kaingang, percebemos que a maioria tratava exclusivamente sobre os Kaingang. Algumas matérias se referiram a situações que abrangiam os povos indígenas de uma forma geral. Essas informações serviram para delimitarmos mais especificamente o recorte da pesquisa, focando nos indígenas da etnia Kaingang, nos PI/RS. A partir disso, buscamos elencar os assuntos mais tratados que são, ações das igrejas, administração da FUNAI, atos do governo, articulação indígena, conflitos internos, cultura, vulnerabilidade, terras e violência.

Sabemos que não foram apenas os JMC que noticiaram assuntos relacionados à situação dos povos indígenas, mas também, o CIMI contribuiu para a circulação de informações através dos JA. Por isso, assim como filtramos os dados já mencionados nos JMC, também aplicamos essas buscas na pesquisa com o com o *JP*, *BI/LI*, e do *BI/CIMI*.

Sobre o JP, localizamos também 28 volumes do JP, periódico criado em meados de 1979 e que teve sua fundação ligada ao CIMI. Sabemos que as linhas de ação do CIMI estão relacionadas com a questão das terras, autodeterminação, cultura, pastoral, diálogo religioso evangelização e conscientização. (VIEIRA, 1993, p. 39). Em sintonia com estas pautas, o JP priorizava a divulgação de matérias sobre a situação indígena no Brasil, em especial, sobre as dificuldades que estes povos enfrentavam.

As matérias que analisamos nos permitem afirmar que toda a edição do JP contava com um *editorial*, seguido de uma coluna de *cartas*, espaço de manifestação de antropólogos, missionários, funcionários da FUNAI etc. Em seguida, havia um amplo espaço para reportagens, as quais constatamos tratar-se de um espaço para denúncias sobre a situação dos povos indígenas no país. Já a seção *Ameríndia* contemplava uma breve divulgação sobre a situação dos povos indígenas dos países vizinhos. O espaço destinado para *Pessoas e Conflito*, *Página Aberta* e *Assembléia* nos oferece dados sobre os povos indígenas do RS. Ao final do jornal, encontramos uma coluna intitulada *Cronologia – Deu no jornal*, na qual eram publicadas notícias publicadas em outros jornais e em revistas que tinham relação com a questão indígena.

O BI/LI também era redigido por missionários do CIMI, mas, nem por isso, a ênfase das matérias se restringiu à ação da Igreja. O BI/LI traz muitos detalhes sobre a articulação indígena, especialmente, sobre o conteúdo das reuniões entre lideranças indígenas, informando, ainda, quais lideranças participavam dessas reuniões. Após uma leitura prévia, podemos afirmar que o BI/LI se constitui em uma das fontes que mais pode contribuir para entendermos as formas de atuação dos missionários do CIMI entre os indígenas do RS e, também, para compreendermos as diferentes formas de articulação dos povos indígenas.

Como informamos na introdução da tese, com a leitura do BI/LI, primeiramente destacamos todas as passagens com alguma relação ao estado do RS selecionando as referências aos PI/RS e aos Kaingang. Em seguida, buscamos pelas referências feitas a Assembleias Indígenas e outras situações descritas, para, assim, destacar os relatos de indígenas e identificar essas lideranças que participavam de tais reuniões, assembleias, eventos, conversas etc., e então sistematizamos esses dados em tópicos para análise. Na Tabela 3, consta nosso levantamento de dados no BI/LI

Tabela 3: Dados relacionados aos Kaingang dos PI/RS no BI/LI (1976-1984)

 LEVANTAMENTO DE DADOS RELACIONADOS AOS PI/RS

Indígenas	Jorge Frazo – Juvenal Jacinto – Kanheró – Xangrê – Marculino – Kandete – Peny - Kigmag – Nhimãg – Jakãg – Fongrê – Alcino Nascimento – Antonio Canheró – Kãgre – Yeicãg – Kofá Fagnhote Vainard – Lijã – Cacique Arikang – Andila Inácio – João Cego – Vitorino Kanheró – João Elias – Helio Alves – Sebastião Alfaiate – José Lopes – Domingos Ribeiro – Ivo Salles – José Orestes Nascimento – Francisco Kanheró.
PI/Localidades	PI Nonoai – Rio da Várzea – Iraí – São Miguel – Votouro – Ijuí – PI Guarita – Votouro – Cacique Doble – Ligeiro – Planalto – Ventarra – Serrinha.

Fonte: Elaborado pela autora.

Da mesma forma que fizemos com o Luta Indígena, utilizamos esse mesmo roteiro de pesquisa para elencarmos as informações semelhantes contidas no BI/CIMI, o qual circulou de setembro de 1972 a dezembro de 1981. Tinha “publicação mensal, destinada especialmente a informar sobre as atividades CIMI e a ser um elo de união entre este e os missionários” (BI/CIMI, n° 1, 1972, p.1). Dos 76 volumes analisados, 24 deles tratam sobre algum assunto relacionado a PIs ou lideranças do RS. Esses boletins mostram que o CIMI recebia informativos, comunicados, boletins e notícias de diversos bispos, dioceses e demais instituições. Eram enviados “gratuitamente para índios e missionários” (BI/CIMI, n° 36, 1977, p. 2), para os demais, inicialmente custava uma ajuda anual de cr\$ 50,00.

Os BI/CIMI traziam, primeiramente, uma capa com alguns apontamentos importantes, seguido de um editorial e informações sobre encontros, reuniões e assembleias indígenas, reuniões e assembleias missionária indigenista, discussões sobre os problemas enfrentados pelos mais diferentes povos indígenas no Brasil e destinava um espaço para a opinião do leitor.

Assim como nos BI/LI, os BI/CIMI nos permitem ter acesso a muitas informações, que incluem depoimentos e nomes de indígenas, os PI em que viviam ou que visitavam, pautas por eles levantadas, assim como os problemas enfrentados e soluções apontadas em reuniões e assembleias que participavam, como, por exemplo, os que estão descritos na Tabela 4.

Tabela 4: Dados relacionados aos Kaingang dos PI/RS nos BI/CIMI (1972-1981)

BOLETIM INFORMATIVO DO CIMI
LEVANTAMENTO DE DADOS RELACIONADOS AOS PI/RS

Indígenas	Lijã (Antônio Nascimento) - Vitor de Paula - Peni (Alcindo Nascimento - Nonoai), Meiê (João Carlos - Nonoai), Kalei (João Santo – Nonoai), Xangu (Natalício – Votouro), Xod Fei (Angelina – Votouro), Xangre (Nelson Jacinto – Nonoai), Kaima (Capitão Antonio – Inhacorá), Nencai (Arlindo – Inhacorá), Candetê (Capitão Marculino – Nonoai) - Xante (Adelino – Nonoai), Porí (Mário - Nonoai), Koiti (Algemirol - Nonoai).
Religiosos	Busatto - Egydio Schwade - D. Tomás Balduino - Pedro Casaldáliga – Egon Heck –
Ações	Cartas, manifestos, reuniões, assembleias, depoimentos, deslocamentos.
Eventos	VII Encontro do CMI – Regional Sul - II Assembleia Regional do CIMI - II encontro de Guarita 01/05/1976 - Seminário “o índio brasileiro: um sobrevivente” - Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas (ACRI) em Ijuí (1977) – II Simpósio Nacional de Estudos Missionários (1977) - 10º Assembleia dos chefes indígenas MT (1977) - 4º Assembleia do regional sul do CIMI (1978) - XI ACRI (1978) - IV Assembleia Nacional do CIMI.
PI/RS Localidades	Erexim - Colégio Cristo Rei em São Leopoldo - Porto Alegre - fazenda Sarandi - São Paulo (SP) - Hospital Santo Antônio de Tenente Portela - Frederico Westphalen - diocese de Guarita e Nonoai – Rio/Rodeio Bonito - PI Guarita – PI Nonoai – PI Votouro – Inhacorá.

Fonte: Elaborado pela autora.

Tais informações levantadas foram úteis para a discussão que fizemos sobre a articulação dos indígenas no RS e o contexto em que ela ocorreu. Elas nos permitem observar os religiosos que participavam e auxiliavam nessas mobilizações, lideranças indígenas envolvidas e, ainda, os instrumentos utilizados para tornar público e reivindicar direitos aos povos indígenas.

Como já mencionado, os BI/CIMI eram distribuídos de forma gratuita entre os indígenas, o que faz dele um importante meio para que as informações acerca da luta indígena chegassem aos interessados, visto que as informações que circulavam na grande imprensa eram frequentemente monitoradas. Pedro Casaldáliga, por exemplo, destacou o papel da imprensa como “uma barreira significativa aos propósitos governamentais. O nosso papel e o papel dos profissionais de imprensa é manter [a sociedade] atenta e informada” (BI/CIMI, nº 52, 1978, p.7).

Além dos JA citados, também consideramos matérias do Coojornal, Movimento e Reporter, os quais também tinha um posicionamento diferente dos JMC e até mesmo dos JA recém citados, os quais tinha vínculo com a Igreja Católica.

Após observarmos as localidades e os PIs em evidência, assim como os tópicos abordados nas matérias que circularam tanto nos JMC, quanto nos JA, elaboramos uma tabela quantitativa com esses dados, como demonstrados na Tabela 5.

Tabela 5: Levantamento das Localidades e dos Postos em evidência (1968-1985)

LOCALIDADES E PI/RS EM EVIDÊNCIA				
PI/LOCALIDADE	JP	BI/LI	BI/CIMI	JMC
Guarita	5	5	3	64
Guarita – Miraguaí	-	-	-	50
Guarita- Redentora	-	-	-	14
Guarita- Tenente Portela	-	-	1	33
Guarita – São João do Irapuã	-	-	-	48
Nonoai	5	12	10	109
Nonoai - Planalto	-	1	-	13
Nonoai – Pinhalzinho	-	-	-	3
Nonoai – Rodeio Bonito	-	-	3	6
Cacique Doble	-	3	-	15
Ligeiro / Paulino de Almeida	-	-	-	5
Carreteiro	-	4	-	11
Serrinha	-	1	-	3
Ventarra	-	1	-	2
Votouro	-	3	1	12
Inhacorá	-	-	1	5
Rio da Várzea	-	4	-	-
Liberato Salzano	-	-	-	4
Frederico Westphalen	-	-	1	-
São Miguel das Missões	-	1	1	7
Santo Augusto	-	-	1	-
São Leopoldo	-	-	1	-
Iraí	-	2	-	9
Ijuí	-	2	1	2
Erexim	-	-	1	-
Passo Fundo	1	-	-	-
Porto Alegre	-	-	1	3
Não cita local específico – apenas Sul ou PI/RS.	-	-	5	10

Fonte: Elaborado pela autora.

Como podemos observar na Tabela 5, a maioria dos PI mencionados nas reportagens se refere aos postos de Guarita e Nonoai e, na sequência, a Cacique Doble e Votouro. Algumas

reportagens não fazem referência explícita a um PI, pois se tratavam de matérias que abrangiam os povos indígenas do RS de uma forma geral.

Ao quantificarmos as localidades e os postos que foram destaque nas matérias, percebemos que, por vezes, era citada determinada cidade que possuía a sede administrativa do PI, e, outras vezes, referiam o PI ou, até mesmo, cidades que não tinham um PI administrado pela FUNAI que haviam tido algum episódio envolvendo os povos indígenas no RS. A menção a um mesmo PI em diferentes lugares se deve ao fato de um PI ter uma extensão que abrangia mais de um município.

No levantamento de tópicos para análise, identificamos os temas mais recorrentes nas matérias publicadas, os quais, em sua maioria, tinham mais de uma classificação. Na Tabela 6, apresentamos o levantamento dos tópicos abordados nos JÁ e JMC.

Tabela 6: Tópicos abordados nos JMC e JA (1968-1985)

LEVANTAMENTO DE TÓPICOS ABORDADOS				
TÓPICOS	JP	BI/LI	BI/CIMI	JMC
Administração Funai	1	5	2	62
Atos do governo	-	1	4	27
Articulação indígena	1	8	21	65
Atuação de religiosos	1	7	16	32
Conflitos internos	3	1	1	53
Cultura	-	-	1	4
Terras	6	14	5	132
Saúde	-	2	2	22
Violência	2	4	2	29
Vulnerabilidade	1	1	2	20

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se pode constatar, os assuntos estavam diretamente relacionados uns com os outros, uma vez que os problemas envolvendo a defesa das terras indígenas eram o motivo de as lideranças indígenas buscarem unidade e de articularem formas de oposição às políticas indigenistas da época, que eram colocadas em prática através da administração da FUNAI nos PI. As questões relacionadas à saúde, à vulnerabilidade e à violência também estão relacionadas umas com as outras, já que as políticas indigenistas adotadas pelo SPI haviam contribuído para que situações de vulnerabilidade aumentassem.

Na década de 1960, as notícias envolvendo os indígenas “em sua maioria, alertavam para situações calamitosas, de perigo e abandono, colocando o índio em uma posição de vítima,

isto é, de alguém que necessitava, urgentemente, que as autoridades agissem para melhorar sua condição” (FLORES, 2019, p. 77), diferentemente da década de 1970, quando o teor das denúncias apontava para um cenário de maior mobilização, embora os episódios envolvendo condições precárias de serviços de saúde e de conflitos continuassem existindo.

Nos JMC, a ênfase se deu nas questões relacionadas às terras, à articulação indígena e à administração da FUNAI. Conseguimos perceber que partir da década de 1970, as manchetes das reportagens começaram a expor de forma mais crítica a situação dos indígenas. Também percebemos que, a partir de 1975, as críticas à FUNAI e os problemas relacionados com terras se tornaram mais intensos. São relatadas muitas invasões, disputas por terras e há um questionamento sobre as ações adotadas pela Igreja, CIMI, FUNAI e pelos governos estaduais. Já na segunda metade da década de 1970 aumentam as discussões sobre a emancipação indígena, sendo que parte de órgãos defensores destas populações se declararam contrários.

Quanto ao conteúdo divulgado, especificamente nos JA, que possuía ligação com a Igreja Católica, este estava relacionado com as reuniões de lideranças indígenas e de missionários. As matérias, portanto, permitem que tenhamos acesso a uma espécie de “ata” das reuniões, já que elas apresentam os nomes dos participantes, as falas, as reivindicações e as possíveis soluções, assim como as datas para prováveis encontros.

No JP, apesar de encontrarmos um número reduzido de matérias sobre os PI do RS, identificamos que as abordagens dele se referem às questões de terras e aos conflitos internos, em sintonia com a postura adotada pelos missionários do CIMI.

Tanto nas matérias dos JMC, quanto dos JA, percebemos que as organizações religiosas e os apoiadores da causa indígena, entre outros, procuraram tornar públicas as situações de vulnerabilidade, tanto no que se refere a questões ligadas à saúde, quanto às invasões de terras e aos conflitos internos nas reservas. Também faziam cobranças à FUNAI por melhorias e investigações, alertando para os riscos a que essas populações estavam expostas.

2.5 PI/RS: PARTICULARIDADES DOS KAINGANG E LOCALIZAÇÃO DOS PI/RS

Através do levantamento dos PI/RS que constam nos jornais que selecionamos para pesquisa, neste tópico destacamos as particularidades e a localização dos PI. Ressaltamos que não é nosso objetivo nos aprofundarmos na questão da história, ritos e cosmologia Kaingang, aspectos esses que podem ser melhor compreendidos nas obras de Veiga (2000, 2006), no entanto, consideramos necessário trazer breves apontamentos acerca das particularidades do

povo Kaingang, para assim, compreendermos de forma mais didática a relação que eles mantêm com a terra, bem como o cenário em que se deu sua articulação Kaingang no RS durante a ditadura militar.

No Brasil, o povo Kaingang se distribui nos territórios dos estados do RS, SC, PR e SP. Pertencentes ao tronco linguístico Macro jê, “não se sabe ao certo, exatamente, quando os Kaingang se constituíram enquanto povo. Mas sabe-se que todas as sus aldeias conhecidas coincidem com as terras de pinheirais” (VEIGA, 2000, p. 36). Sobre a língua deste povo, sabemos que, “por sua dispersão territorial, desenvolveu dialetos diferentes ao longo do tempo através do vasto território de ocupação que ainda hoje se estende por quatro estados brasileiros e, no passado, abrangia parte da província de Misiones, na Argentina” (D’ANGELIS apud VEIGA, 2000, p. 34).

Sabemos que o mundo Kaingang é caracterizado pela divisão de duas metades exogâmicas e complementares, ou seja, o “princípio formador do mundo é personificado nos heróis míticos Kamé e Kairu, fundadores da sociedade Kaingang” (VEIGA, 2000, p. 78). Sobre essa dualidade, Veiga (2000, p. 79), aponta que os Kamé “estão relacionados ao sol, à persistência, à permanência, à dureza e aos lugares baixos e a objetos longos”, enquanto que os Kairu “estão relacionados à lua, ao orvalho, à umidade, à mudança, à agilidade, a lugares altos e a objetos baixos e redondos”. Esses aspectos que caracterizam essas metades exógamas estão na “base da organização grupal, em todos os ciclos da vida, desde o nascer até o morrer” (NOTZOLD, 2004, p. 8).

Considerando que sua organização social se caracteriza pela dualidade acima mencionada (Kame e Kairu), essa divisão também está relacionada a pintura corporal, rituais, no nascer, modo de viver e morrer dos Kaingang. No que diz respeito à pintura corporal, “em termos Kaingang, ‘marca comprida’ (*râ téi*) para os Kamé, e ‘marca redonda’ (*râ rôr*) para os Kanhru, correspondendo a traços ou riscos para os primeiros, e pontos para os segundo” (VEIGA, 2006, p. 97). O nascer e o morrer Kaingang também estão diretamente relacionados a já citada dualidade. Veiga (2006, p. 145), aponta que nasce uma criança Kaingang, ela “deve corresponder à seção (ou marca) de seu pai [...] as metades Kaingang possuem um acervo de nomes pessoais que lhes é peculiar, distribuídos entre as seções que as compõem”. O nascimento de um Kaingang “era acompanhado da noção de dieta, que significa uma série de comportamentos envolvendo [...] alimentação, bebidas, atividades físicas e pinturas corporais” (GASPAR et al, apud NOTZOLD, 2004, p. 23), cuidados estes que também deveriam ser observados no pós parto. Na questão do parentesco, considerando que o recém-nascido pertence

metade do pai, o casamento Kaingang é caracterizado, segundo Veiga (VEIGA, 2006, p. 107), entre pessoas cuja metade exogâmica fossem diferentes.

Já o morrer Kaingang possui rituais que envolvem velório, enterro, ritos de luto, sendo que o mais conhecido deles se chama Cerimônia do Kiki, que para Veiga (2006, p. 177), trata-se do centro da vida ritual Kaingang. Sua realização depende do interesse da família do falecido, pois “se ela se preocupa com a alma do falecido, deseja que vá para o bom destino e não perturbe a vida de seus parentes vivos. É também do interesse dos espíritos dos mortos, porque durante o cerimonial do Kiki eles podem vir festejar junto com os vivos”. Ao abordar outros aspectos dos rituais do morrer Kaingang, Pedro Kresó (apud NOTZOLD, 2004, p. 55) afirma que se “a pessoa fosse Kamé eles colocavam grimpá de pinheiro dentro e em cima do caixão. Se a pessoa fosse Kanhrú eles colocavam folha de sete sangria, dentro e também em cima do caixão”. Segundo o mesmo autor, após o velório, a casa do falecido era pintada com carvão da mesma árvore utilizada em seu caixão, que, antigamente “não era de madeira e sim um cesto do tamanho da pessoa que morria” (KRESÓ apud NOTZOLD, 2004, p. 55)

Cabe observar que, assim como as particularidades já citadas dos Kaingang, a economia e a alimentação deste povo estão intimamente ligadas à terra que habitavam. Para Veiga (2000), a economia Kaingang

estava baseada na ocupação de diversos nichos ecológicos da terra que habitavam e seus deslocamentos possibilitavam explorar melhor o potencial do território. Possuíam uma aldeia fixa onde plantavam suas roças e faziam seus rituais, mas circulavam pelo território durante a maior parte do ano, pescando, na época propícia, nos melhores rios, e, depois, coletando e processando o pinhão, coletando frutos diversos e mel, caçando e, finalmente, colhendo os frutos de sua roça [...] Os Kaingang coletavam pinhões (março e junho), fruto das araucárias, abundantes em todas as suas terras originais, e que representava importante fonte de alimento para os Kaingang durante os meses de inverno [...] Para pescar faziam armadilhas de apanhar peixes [...] produziam uma cerâmica rudimentar para utensílios como panelas [...] São ainda hoje exímios trançadores, produzindo balaios, peneiras e cestos feitos de taquara (VEIGA, 2000, p. 37-38).

Tendo em mente estas informações sobre o nascer, o ciclo de vida e o morrer Kaingang, podemos entender que estes aspectos estão intrinsecamente relacionados à dualidade deste povo e que tem uma estreita relação com a luta pela terra. Na mesma perspectiva, tanto as particularidades dos Kaingang, quanto a localização dos PI/RS que tratamos a seguir são essenciais para entendermos o impacto que as políticas indigenistas vigentes na ditadura militar tiveram sobre os Kaingang

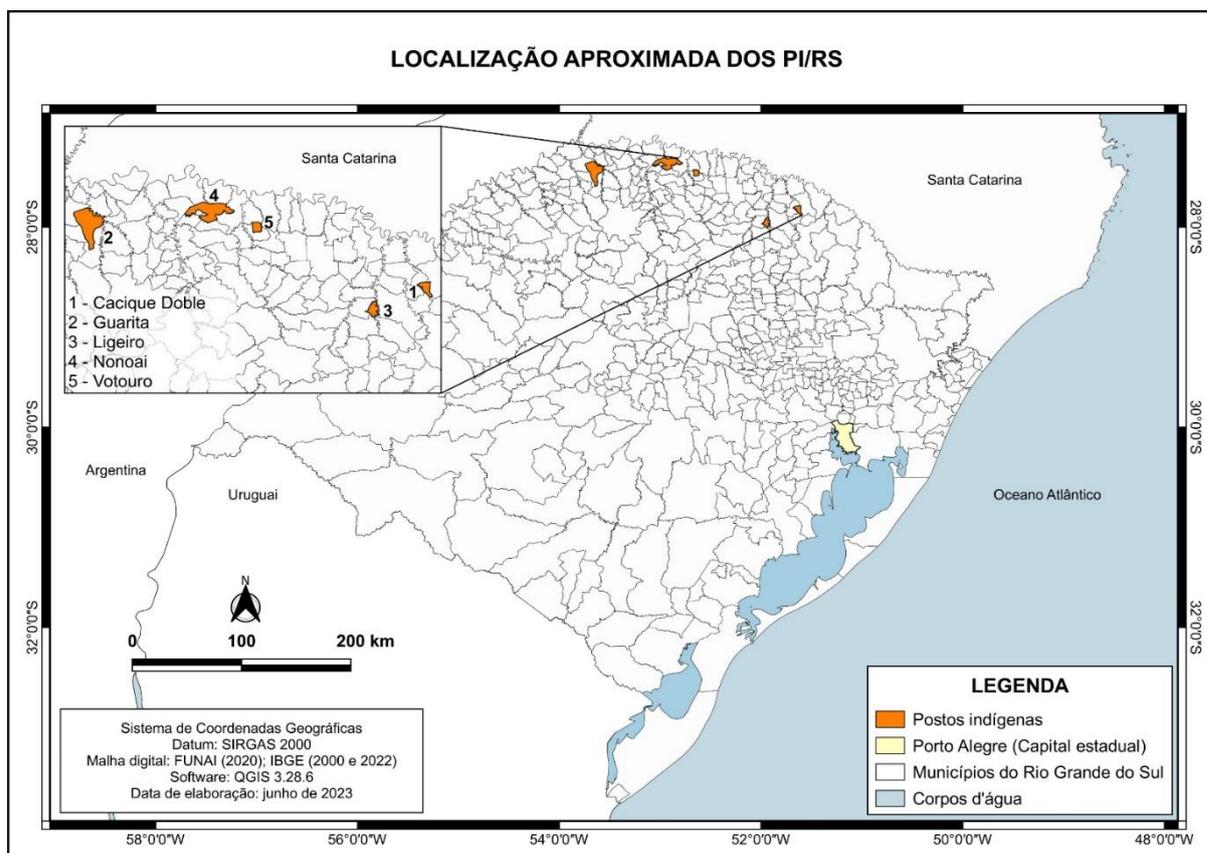
Como já mencionado neste capítulo, a partir da segunda metade do século XIX, após a promulgação da Lei de Terras, e com o avanço das frentes de imigração, as políticas de aldeamento passaram a direcionar os indígenas para outras localidades, que não estivessem no caminho de projetos de desenvolvimento e modernização. No começo do século XX, com o início de uma política indigenista voltada aos preceitos positivistas, a maioria dos PI no Brasil passou a ser administrada em 1910 pelo SPILTN, e, posteriormente, em 1918, pelo SPI. O SPI administrou os PI e foi responsável pela tutela dos indígenas até 1967, quando foi substituído pela FUNAI, que herdou essas responsabilidades, que foram modificadas apenas com a Constituição de 1988. No entanto, no RS, em 1908, foi criada a Diretoria de Terras e Colonização (DTC), a qual também obteve, inicialmente, a tarefa de demarcar áreas indígenas no estado através de comissões. Em 1910, apenas o PI Paulino de Almeida, também conhecido como “Ligeiro”, ficou sob a responsabilidade do SPILTN e, posteriormente, do SPI. Já o restante dos Postos era de responsabilidade do governo estadual.

No Rio Grande do Sul, mesmo com a extinção da Diretoria de Terras e Colonização, em 1929, a administração das áreas indígenas continuava a cargo do governo estadual. Pela constituição de 1937 e as pretensões de Getúlio Vargas, os toldos indígenas deste estado foram, no início de 1940, transferidos para a administração do Serviço de Proteção aos Índios, sendo alguns considerados extintos e suas terras destinadas ao assentamento de colonos (LAROQUE, 2007, p.15-16).

Desta forma, somente a partir da década de 1940, os PI/RS passaram a ser responsabilidade da União. Os PI que serão abordados na presente tese se concentram na região norte do estado, em uma região muito próxima do estado de SC (conforme Figura 9), sendo que, a população indígena¹⁸ dessa região em sua maioria, eram constituídos pelos Kaingang.

¹⁸ O Censo 2022 do IBGE, publicou em agosto de 2023 os dados sobre as populações indígenas no Brasil, que atualmente, somam quase 1,7 milhão de pessoas que se identificam como indígenas. No Rio Grande do Sul, somam cerca de 36 mil indígenas sendo o município de Redentora com maior número de indígenas, com 4.192, seguida da capital Porto Alegre com 2.954, Tenente Portela com 2.194, Nonoai com 1652 e Planalto 1.329. Entre as cidades mencionadas, destacamos as situadas na região noroeste do estado, e que fazem parte do recorte da pesquisa em questão.

Figura 9: PI/RS



Sobre o PI Nonoai, segundo Becker (1995, p. 70), tinha, em 1972, uma população de aproximadamente 1214 indígenas em seis seções, denominadas Sede, Pinhalzinho, Erval, Lajeado, Bananeira, Porongo e, a última, uma seção litigiosa. Nesse período, o PI Nonoai enfrentava sérios problemas relacionados com invasão de terras indígenas, porém não se tratava de um problema recente, mas, sim, de um processo de décadas de redução de terras indígenas e interesses conflituosos entre governo estadual, federal, indígenas e colonos.

De acordo com Janice de Paula (2016, p. 83), a TI Nonoai possui “uma aldeia chamada Pinhalzinho, que é dividida em oito setores: 1- Ivaí, 2- 4º Secção, 3- São Brás, 4 - Cruzeiro, 5- Pinhalzinho, 6- M’BarakáMiri, 7-Conceição, 8- Três Arroio e 9- Início Parque Nonoai”. Segundo a autora, o setor denominado Pinhalzinho, localizado no município de Planalto/RS, recebeu esse nome por ter sido o primeiro a ser habitado por indígenas enquanto o restante, surgiu “como consequência de necessidades imediatas sob a forma de evasão. Alguns dos setores da aldeia foram surgindo no processo de demarcação e reconhecimento de terras

indígenas” (DE PAULA, 2016, p.83). Atualmente, a TI Nonoai¹⁹, cuja situação oficial de reconhecimento encontra-se reservada (Decreto 13.795 – 10/07/1962), possui 20 mil hectares de terras, nos quais vivem aproximadamente 2.638 indígenas Guarani e Kaingang. A TI Nonoai abrange os municípios de Nonoai, Planalto, Gramado dos Loureiros, Rio dos Índios e Alpestre.

A TI Rio da Várzea, segundo estudos de Marcelo Rosa (2004, p. 46), pertencia ao território de Nonoai desde a segunda metade do Século XIX, porém, no decorrer da década de 1940, em um contexto de mudança na administração de territórios ocupados por indígenas, a TI Rio da Várzea teve sua área drasticamente reduzida por parte do governo estadual, tendo sido transformada em Parque Florestal e, conseqüentemente, os Kaingang que habitavam essa região sofreram perseguições. Para Rosa (2004), a TI Rio da Várzea se manteve independente de órgãos tutores do estado e, apenas na década de 1980, o estado inseriu um PI nesta localidade, que, segundo o autor, representou “um marco importante, principalmente, por ter dado início a uma mediação dos conflitos que envolveram os Kaingang de Rio da Várzea e os guardas florestais, os responsáveis legais pela segurança daquele território durante a interdição” (ROSA, 2004, p. 51).

Hoje a TI Nonoai Rio da Várzea²⁰ (homologada²¹, Decreto s/n 11/02/2003), compreende os municípios de Nonoai, Planalto, Liberato Salzano, Gramado dos Loureiros e Tiradentes do Sul. Possui uma área de 16 mil hectares de terras e cerca de 548 Kaingang vivendo na TI.

Outro PI que abordamos no decorrer da tese é o PI Guarita, em especial, a atuação que nele tiveram a FUNAI e a IECLB, nas décadas de 1970 e 1980. Atualmente, a TI de Guarita²² conta com aproximadamente 5.776 indígenas Guarani e Kaingang, em uma área com 23 mil hectares de terras (oficialmente homologada, Decreto s/n 05/04/1991), que engloba parte dos municípios de Erval Seco, Redentora e Tenente Portela. De acordo com Sales et al (2016, p. 8), nesses três municípios, a organização das comunidades ocorre da seguinte forma: em Redentora, estão localizadas as comunidades denominadas Estiva, Katiu Griá, Missão Indígena, Laranjeira, Mato Queimado, Linha São Paulo, São João do Irapuã, Bananeira, Linha Mó e Pau Escrito. Em Tenente Portela, estão as comunidades denominadas Km 10, Linha Esperança, Três Soitas, ABC e Pedra Lisa. Já em Erval Seco, estão as comunidades Capoeira dos Amaro e Gengibre, ambas da etnia Guarani.

¹⁹ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3776>> Acesso em 05/01/2021.

²⁰ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3714>> Acesso em 05/01/2021.

²¹ A TI cujo status consta como homologada, significa que a área já passou pelo processo que visa a demarcação, restando apenas o registro da mesma em Cartório e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que ocorre em até trinta dias após a homologação.

²² Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3680>> Acesso em 05/01/2021.

Sales et al (2016) salienta que o setor Km 10 da TI Guarita está situado no município de Tenente Portela e, hoje, é considerado a sede da TI, pois concentra a maioria das lideranças indígenas e possui uma boa infraestrutura. Quanto ao setor denominado Estiva, informações levantadas por Sales et al (2016, p. 10) apontam que este setor era conhecido como Toldo Campinas, isto porque nessa localidade, em meados de 1950, foi instalada uma serraria para exploração de madeira do PI Guarita. A autora ressalta que com a construção da RS 330, foi necessário buscar um novo acesso e, na década de 1990, ele passou a ser chamado de Estiva, pois “pessoas mais velhas contam que na época havia uma passagem construída com madeiras roliças por cima de um banhado. Este local era conhecido como ‘estiva’” (SALES et al, 2016, p. 11).

Sobre a comunidade denominada Linha São Paulo, é interessante observar que se trata de uma das comunidades mais recentes e dados apresentados por indígenas dão conta de que “as comunidades de linha São Paulo, São João do Irapuá e de Mato Queimado[...] há aproximadamente vinte anos atrás formavam uma só aldeia, conforme os relatos dos anciões” (SALES et al, 2016, p.12). Sobre a TI Guarita, sabe-se que durante a década de 1960 e 1970, alguns projetos voltados para a área de educação já eram executados. De acordo com Luckmann (2011), a escola denominada Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão (CTPCC) foi instaurada em Guarita, oficialmente em 1970, mediante convênio firmado entre IECLB e FUNAI, sendo que, posteriormente, em 1975, um novo convênio agregou a formação de monitoria agrícola. Uma vez instalada na reserva, a escola passou a muitas críticas quanto à sua metodologia, contudo, possibilitou que vários indígenas passassem a compreender a língua portuguesa e acessassem novas técnicas de produção – no caso da escola agrícola – e tratamentos de saúde. O trabalho desempenhado pela IECLB, mediante convênio com a FUNAI via CTPCC teve seu fim decretado no início na década de 1980.

O PI Votouro, segundo Becker (1995, p. 84-85), tinha, em 1972, uma população aproximada de 400 indígenas, e estava situado nas proximidades da estrada São Valentim-Nonoai, onde também havia um Toldo Guarani. A autora afirma que, na época, os indígenas de Votouro estavam sob a responsabilidade da FUNAI e trabalhavam como assalariados na agricultura. Hoje em dia, a TI Votouro²³ compreende os municípios de Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho, e possui uma área de 3 mil hectares (homologada, Decreto s/n31/08/2000), na qual vivem 1055 indígenas Kaingang.

²³ Dados disponíveis em:<<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3898>> Acesso em 05/01/2021.

A TI Votouro-Kandóia²⁴ (identificada/aprovada/sujeita à contestação, Despacho 62, 08/12/2009), também localizada nos municípios de Benjamin Constant e Faxinalzinho, possui 6 mil hectares de terras, nos quais vivem cerca de 176 Kaingang. Já a TI Guarani Votouro²⁵ localizada em Benjamim Constant do Sul, possui uma área de 717 hectares de terras (homologada, Decreto s/n 14/12/1998), nos quais vivem aproximadamente 43 indígenas Guarani.

Sobre o PI Cacique Doble, Becker (1995, p. 81) afirma que ele “talvez seja resultante da luta entre Doble e Braga pela posse do cacicado na década de 1840-1850”. Segundo a autora, em meados da década de 1970, a população deste PI era de aproximadamente 247 Kaingang e estava dividida em três seções, sendo elas, a sede, uma habitada por indígenas guarani e, outra, denominada Forquilha. Nos dias de hoje, a TI de Cacique Doble²⁶ (homologada, Decreto s/n 28/03/1991), situada no município de Cacique Doble, possui uma área de 4 mil hectares de terras, na qual vivem aproximadamente 815 indígenas Guarani e Kaingang.

Dados apresentados por Becker (1995, p.86), descrevem que o Toldo de Serrinha estava situado no município de Sarandi, em uma área de 4.725 hectares de terras, sendo que Serrinha era uma “possível seção de Nonoai, que, por sua vez, pertencia a um dos aldeamentos da Palmeira.” Os indígenas de Serrinha sofreram um dos mais intensos processos de expulsão de suas terras, chegando na década de 1960, a serem totalmente expulsos dessa área, a qual foi destinada à colonização e os indígenas que ali viviam ficaram dispersos por outros PI. Segundo Roselinda Vãngri Inácio (2016, p. 64), a TI recebeu este nome “porque antigamente havia pinheiros ralos neste local, e para os Kaingang, o local onde havia esse tipo de vegetação rala era denominado de serrinha”. Esta mesma autora destaca que a TI Serrinha possui cinco aldeias e que cada uma delas possui uma liderança, a qual é responsável por ela. Atualmente, a assim denominada TI Serrinha²⁷, localizada nos municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Palmeiras, possui uma área de 12 mil hectares de terras (reservada, Decreto s/n 31/12/1911), nos quais vivem aproximadamente 1760 indígenas Kaingang.

De acordo com Becker (1995, p.78), nas décadas de 1950 e 1960, o PI Inhacorá contava com cerca de 173 indígenas, e estava localizado no município de Santo Augusto. Hoje, a TI Inhacorá,²⁸ situada no município de São Valério do Sul, possui 1133 indígenas Kaingang em

²⁴ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4179>> Acesso em 05/01/2021.

²⁵ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3679>> Acesso em 05/01/2021.

²⁶ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3630>> Acesso em 05/01/2021.

²⁷ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4013>> Acesso em 05/01/2021.

²⁸ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3693>> Acesso em 05/01/2021.

uma área de 3 mil hectares (homologada, Decreto s/n 28/03/1991). A autora ainda informa que o Toldo de Ventarra estava situado no município de Getúlio Vargas e que possuía uma população de pouco mais de 100 indígenas. Atualmente, a TI de Ventarra²⁹ está localizada no município de Erebango, com 773 hectares de terras (homologada, Decreto s/n 15/04/1998), habitados por 196 Kaingang.

Outras quatro localidades são brevemente citadas, sendo elas, Ligeiro, Pinhalzinho, Carreteiro e Iraí. Segundo Becker (1995, p. 76), em 1972, a população Kaingang de Ligeiro estava estimada em 350 indígenas, os quais viviam da agricultura. Na atualidade, a TI de Ligeiro³⁰ (homologada, Decreto s/n^o 28/03/1991), está situada no município de Charrua, onde vivem cerca de 1453 indígenas Kaingang em 5 mil hectares de terras. Quanto à localidade denominada Pinhalzinho, para Becker (1995, p. 83), o Aldeamento Pinheiro Ralo é, possivelmente, Pinhalzinho, “uma das secções que compõem o PI Nonoai. Já a TI Carreteiro³¹, hoje localizada no município de Água Santa, tem cerca de 197 indígenas Kaingang, vivendo em 602 hectares de terras (homologada, Decreto s/n 28/03/1991), e a TI Iraí³² possui, atualmente, uma área de 280 hectares de terras (homologada, Decreto s/n 05/10/1993), nos quais vivem 644 indígenas Kaingang.

Neste capítulo, por meio da apresentação das políticas indigenistas, demonstramos que a questão indígena no país sempre foi vista como uma ameaça aos projetos desenvolvimentistas e que o sistema de informações esteve voltado para a vigilância dos indígenas, comprometendo suas articulações e possíveis alianças. A partir de dados levantados junto à imprensa (JMC e JÁ) no período de 1968 até 1985, apresentamos os temas que são explorados no decorrer da tese, privilegiando aqueles relativos ao povo Kaingang e aos PI/RS. No próximo capítulo, descrevemos a situação dos Kaingang no RS no período já mencionado, com destaque para a precariedade da saúde, as situações de vulnerabilidade, as violências e os conflitos de terra.

²⁹ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4051>> Acesso em 05/01/2021.

³⁰ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3747>> Acesso em 05/01/2021.

³¹ Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3644>> Acesso em 05/01/2021.

³² Dados disponíveis em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3713>> Acesso em 05/01/2021.

3 VIOLÊNCIAS E VULNERABILIDADES SOBRE O CORPO-TERRITÓRIO KAINGANG E CONFLITOS NOS PI/RS

Neste capítulo, discorremos sobre as situações que os indígenas enfrentaram após a extinção do SPI, isto é, sob administração da FUNAI, e investimos na contextualização e reconstrução do processo de articulação indígena no RS, durante as décadas de 1970 e 1980, levando em conta as categorias que definimos ao analisar as matérias jornalísticas divulgadas. Primeiramente, tratamos das situações de *violência*, principalmente, das práticas utilizadas para expulsar e intimidar os Kaingang. Em seguida, damos ênfase às *vulnerabilidades*, com destaque para os problemas relacionados à falta de água potável, às péssimas condições sanitárias e aos sérios problemas de *saúde*.

Dando continuidade à reconstrução do cenário da articulação Kaingang nos PI/RS, abordamos o tema das *Terras*, privilegiando episódios, que, na maioria das vezes, receberam a denominação de “intrusão” e/ou “invasão”, mas que, de modo geral, se referem à produção ilegal/legal em áreas indígenas por colonos e/ou intrusos/invasores, que denominamos como “não indígenas”. Pudemos constatar que estas situações favoreceram divisões entre os Kaingang, causando o que definimos como *Conflitos Internos*. Para finalizar o capítulo, reiteramos nossa compreensão de que as terras indígenas podem ser consideradas o eixo central de todos os problemas enfrentados pelos indígenas, em especial, pelos Kaingang no RS.

3.1 COLONIALIDADE DO PODER E CORPO TERRITÓRIO

Para tratarmos das situações de violências e vulnerabilidades, consideramos importante, destacar alguns aspectos que guiaram a escrita desse capítulo, especialmente por entendermos que tais situações estão diretamente relacionadas com o corpo indígena, que “não é tido como simples suporte de identidades e papéis sociais, mas, sim, como instrumento, atividade, que articula significações sociais e cosmológicas” (ROSA, 2008, p. 31). Na mesma perspectiva, entendemos que o povo Kaingang se desenvolve “conjuntamente ao território, na medida em que tomam substâncias vitais dos corpos de outros seres para construir seu corpo e constituir-se como pessoa. Portanto, território, corpo e pessoa estão intimamente imbricados. O território é, por assim dizer, um espaço de vida” (SILVA, 2020, p. 208).

Considerando que, sob esta perspectiva, corpo e território estão entrelaçados, é pertinente observar também a reflexão de Haesebert (2020), que se refere ao corpo-território’

como “proveniente principalmente de proposições de pesquisadoras feministas (ou ecofeministas) e do movimento indígena, que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência” (HAESBAERT, 2020, p. 76). O autor também chama atenção que a diferenciação entre

corpo-território e território-corpo (da terra) envolve apenas uma questão de ênfase, pois se trata sempre de uma perspectiva relacional, ora privilegiando a direção que vai do corpo-território à terra, ora da terra-território ao corpo. Por isso, esses movimentos encontram-se imbricados de forma indissociável (HAESBAERT, 2020, p. 82).

Consideramos que esse entendimento acerca do corpo-território se torna essencial para avaliarmos como as situações de violências e vulnerabilidades atingiam os corpos indígenas, bem como para compreender como foram afetados física e culturalmente pois, como salienta Quijano (2009),

na exploração, é o “corpo” que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o “corpo” o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores [...] Nas relações de gênero, trata-se do “corpo”. Na “raça”, a referência é ao “corpo”, a “cor” presume o “corpo” (QUIJANO, 2009, p. 113).

Nesse sentido, tendo em vista que foram diversos os episódios de violências e vulnerabilidades que colocavam os indígenas em um lugar de exploração, tentando reduzi-los a incapacitados e objetificando seus corpos, constatamos que foram diversas as situações em que o corpo-território foi submetido a explorações, o que nos leva a entender que essas situações podem ser caracterizadas como efeito da colonialidade. As características dessa colonialidade podem ser entendidas como a intenção de “nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (LUGONES, 2014, p. 939). Do mesmo modo, entendemos que a colonialidade do poder também pode ser caracterizada pelo “profundo legado escravista e patriarcal onde proliferam, até hoje, violências de classe, de raça, de gênero, de língua e de religião” (HAESBAERT, 2020, p. 162). As reflexões sobre as situações de violências e vulnerabilidades que os Kaingang dos PI/RS vivenciaram durante o

período da ditadura militar, desenvolvidas nos próximos subcapítulos, considerará este pressuposto teórico-conceitual.

3.1.1 Situações de Violências: “*Denunciada séria violência em área indígena no Sul*”.

Dentre as situações de violência enfrentadas pelos indígenas desde a criação da FUNAI até o período de redemocratização, destacamos o abuso sexual, os espancamentos, as torturas, as violências psicológicas, o sequestro, a prisão arbitrária e a morte. Sabemos que o tema da violência exercida sobre as populações indígenas não é uma especificidade de um único período da história do Brasil, pois os mais diversos períodos de nossa história foram marcados por diferentes formas de violências e de violações de direitos. De acordo com a filósofa Marilena Chauí,

etimologicamente, “violência” vem do latim vis, força, e significa: 1. tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2. todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3. todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4. todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito (é espoliar ou a injustiça deliberada); 5. consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e pela intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro, sua manifestação mais evidente se encontra na prática do genocídio e na do apartheid. É o oposto da coragem e da valentia porque é o exercício da crueldade (CHAUI, 1998, p. 35).

A violência, além de reduzir a condição de uma pessoa a uma determinada coisa também é uma “maneira pela qual formas de dominação, opressão e exclusão se realizam, ela não está circunscrita à criminalidade e à delinquência”³³ (2018). Ao abordarmos estas formas de dominação, opressão e exclusão de que os povos indígenas foram alvo, entendemos que elas possuem fortes traços de colonialidade do poder, que, segundo Quijano (2009), constitui-se de

um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal (QUIJANO, 2009, p. 73).

³³ CHAUI, Marilena. Escritos de Marilena Chauí / Sobre a violência. Canal Grupo Autêntica. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R0YvaTEOiJQ> Acesso em: 02/08/2022.

Assim, entendemos que as violências a que estamos nos referindo estão amplamente associadas às relações de poder, especialmente por se tratar de um período cujos interesses econômicos se sobressaíram sobre os direitos dos povos indígenas em uma estratégia que os colocava como um obstáculo para o êxito dos projetos desenvolvimentistas que priorizavam a expansão econômica do país, como já mencionado no capítulo 2.

Sabemos que, no que diz respeito ao tempo de administração do primeiro órgão indigenista oficial,

as práticas de violências físicas se tornaram parte do sistema endêmico de corrupção que se instalou nas estruturas do SPI, especialmente nos PI do Rio Grande do Sul. A geração de lucros para aqueles que estavam explorando de forma ilegal o patrimônio indígena era a justificativa para submeter os índios ao trabalho forçado e gratuito e a castigos físicos, quando afrontassem ou denunciasses sua condição (FLORES, 2019, p. 99).

Com a instauração de uma CI, a publicização do RF e consecutivamente a extinção do SPI, novos cenários para os povos indígenas deveriam se formar, trazendo formas mais dignas de acesso a saúde e terras. No entanto, com a criação da FUNAI e as políticas indigenistas e desenvolvimentistas – já descritas no capítulo 2 – em vigor, mostraram uma tendência não apenas à continuidade de tais violências, mas também seu agravamento.

No RS, desde a criação da FUNAI até o período de redemocratização, os PI do estado foram alvo de diversas violações de direitos. Na Reserva Florestal de Nonoai, por exemplo, se tornaram públicas várias denúncias de abusos por parte de guardas florestais feitas por missionários do CIMI, dentre as quais se destaca o caso do Kaingang Antonio Domingos que

ficou três dias amarrado em uma árvore com sinais de espancamento por todo o corpo, enquanto outro índio, Antônio Caneró, foi ameaçado de morte caso se opusesse ao sequestro de quatro mulheres, entre as quais sua esposa. Outros dois índios, Elias e João Cego, tiveram suas casas derrubadas, e a índia Cema Caneró foi violentada por sete homens (s/autor, Jornal OESP, 13/09/1976, n.p).

Ainda sobre as violências que aconteceram na Reserva Florestal,

[...] conforme relato de Laurinda [ilegível] teve que fugir para o mato quando os guardas agrediram seu marido. Quando se afastava em direção à floresta, levando as crianças ainda puderam ver os guardas matarem a tiros os cães e galinhas do casal. Em outros ranchos de índios, os guardas chegaram

ameaçando os que não saíssem da reserva e depois de desmanchar o telhado, jogavam todos os pertences dos índios fora (BECKER, Sérgio. *Jornal OESP*, 07/10/1976, n.p).

Entre outros casos denunciados e que envolveram violência contra os Kaingang no RS, podemos citar:

Entre as ocorrências mais comuns estão os estragos causados pelos colonos nas plantações indígenas, frequentes espancamentos de meninos índios e violências sexuais contra as índias (s/autor, *OESP*, 20/04/1976, p. 23).

O índio Xetá disse que esteve preso 10 dias na reserva de Votouro, por reclamar da exploração da madeira. Depois desse período, como não ficasse calado, foi novamente preso, mas conseguiu fugir após quatro dias (s/autor. *Jornal OESP*, 08/02/1979, n.p).

Outros fatos foram denunciados à imprensa pelo CIMI, o qual informou que na reserva de Nonoai outros cem indígenas também estariam sofrendo violência física e que os responsáveis por tais arbitrariedades seriam guardas florestais, os quais tinham interesse em expulsar a população que vivia na localidade de Rio da Várzea, no município de Rodeio Bonito. A denúncia ainda refere à tentativa de venda ou troca de mulheres indígenas por estes guardas, e, inclusive, a tentativa de compra da filha menor de uma viúva. O CIMI também tornou públicas as tentativas – sem sucesso – de denúncia destes casos às autoridades do Departamento de Flora e Fauna da Secretaria de Agricultura do RS. Em nota oficial, o CIMI informava que iria solicitar o afastamento e demissão imediata dos envolvidos neste episódio, além de apelar ao INCRA e a FUNAI, cobrando por soluções.

Após as denúncias do CIMI, uma CI foi estabelecida para averiguar as situações relatadas, dentre as quais estavam “a destruição de ranchos dos Kaingang, tentativa de compra de mulheres Kaingang, ameaças de estupro, agressões corporais e matança, a tiros, de animais domésticos” (s/autor. *Jornal OESP*, 10/12/1976, n.p). Tais arbitrariedades nos levam a crer que a intenção era de expulsar os indígenas daquela localidade que, em 1941, foi transformada em área de preservação.

A comissão de sindicância não conseguiu, contudo, comprovar a prática de nenhuma das arbitrariedades denunciadas pelo Cimi. O próprio delegado de polícia de Rodeio Bonito, Júlio Cesar Lima da Silva, contribuiu para isso, não abrindo inquérito policial, sob a alegação de “falta de corpo de delito”. “Mesmo no índio que disse ter sido espancado, um irmão de Vitorino Kaneró, não encontramos marcas em seu corpo” – afirmou o delegado e acrescentou

sorrindo: “É que dizem que índio tem pele grossa e as marcas custam para ficar” (s/autor. Jornal OESP, 10/12/1976, n.p).

Seis guardas florestais da Reserva Florestal foram intimados a prestar depoimento na polícia em um processo por danos materiais, lesões corporais e sedução, porém sabe-se que este processo foi encerrado por falta de provas. Esta não foi à única denúncia contra os guardas florestais, pois, em 1977, um novo episódio, envolvendo índios Kaingang e guardas destacados para vigiar a reserva foram denunciados, sendo que, desta vez, se tratava de um ato de represália dos guardas.

João Batista recolhia pinhão na reserva – disse Jacinto – quando foi surpreendido pelos guardas que lhe gritavam: ‘foi você que nos denunciou da outra vez, por isso merece ser castigado’. Logo depois, enquanto dois seguravam o índio pelos braços, o terceiro, chamado Modesto, aplicou-lhe cinco golpes com as faces de um facão. No sexto golpe, a arma atingiu um dos guardas e o Kaingangue aproveitou para fugir, enquanto ouvia ameaças: “suma, porque da outra vez nós vamos matar você” (s/autor. Jornal OESP, 18/06/1977, n.p).

Além desta segunda denúncia, Nelson Jacinto Xangrê – Kaingang – também relatou que outro Kaingang, chamado Balê, sofreu uma tentativa de homicídio por parte dos guardas florestais. Todos os casos citados não tiveram qualquer punição prevista para os envolvidos, e, segundo consta na fonte consultada, foi recomendado que os indígenas do Rio da Várzea fossem transferidos para algum dos postos administrados pela FUNAI. Uma das motivações apontadas para a ação violenta dos guardas florestais contra os indígenas foi a de que na Reserva Florestal havia pedras preciosas e semipreciosas (ametista, quartzo, etc.).

Além dos casos já citados de violências que repercutiram nos jornais, também destacamos o impactante relato de uma mulher Kaingang chamada Hod Fei, que em uma assembleia indígena denunciou as várias formas como havia sido violentada em sua vida. Em seu depoimento, diz o seguinte:

Tou vendo só o sofrimento da minha gente. O chefe (do Posto) é o mais pior; que dá mais apoio pro branco [...]. Faz três meses que eu me juntei com o Xangú, ficamos 15 dias fora da aldeia. Antes eu era mulher de um branco de lá, e quando nós chegamos pnharam nós na cadeia. E judiaram de nós que nem nós fosse bandidos, pela ordem do chefe de posto, o Lincoln da Silva. Só porque abandonei o homem branco que metia o laço em mim. Até que um dia resolvi deixá-lo. De tanto sofrer a gente resolve. Eu vinha com a intenção de cuidar das minhas 4 crianças, e o Xangú também vinha com a intenção de ser pai das crianças. Eu tinha meu nenê na cadeia, junto comigo; ele tem um ano

e seis meses. E foram lá e tiraram ele à força pela ordem do chefe de Posto. Ninguém veio me acudir. O cacique da aldeia, o Batista Paulo é mandado do chefe. O meu nenê foi chorando. Na cadeia nós tava no meio das merdas, do sangue e das bicheiras. Quando foi no domingo, fizeram uma reunião sobre nós – o chefe, o cacique e o coronel da aldeia, que é irmão do branco que eu tava junto antes. Entraram na cadeia dos indianos (mestiços), Lourenço e Belomir, com uma faca e uma soga pra me atar. Entrou pensando que eu sou bandida e ladrona. Fizeram estragos comigo, abusaram de mim sendo que eu tava esperando nenê do Xangú há 3 meses. Eles não respeitaram só porque eu tinha abandonado o branco pra ficar com meu sangue. Eu tenho 25 anos. Quando eu fui viver com o branco eu nem tinha 12 anos. O branco só me queria por causa da terra. Eles cortaram nossos cabelos. O meu era baixo da cintura. O do Xangú também foi cortado, mandaram pelo chefe do Posto. Ele tinha os cabelos bem lindo. O branco matou um índio lá e ficou só 15 dias na cadeia e não cortaram os cabelos dele. Só porque nós somos índios. Na reunião mandaram minhas crianças me chamar de bicho, sendo que eu era Mãe. O branco deu o guri de 1 ano e 6 meses pra irmã dele. Não quis dar pra mãe, pra dar pra outros. Deu a outra menina de 4 anos pro irmão dele. Sendo que tem a mãe pra cuidar. De comer e de vestir nós dava, o Xangú e eu, mas o chefe apóia só o branco. E o branco pode fazer como eles quer pros índios e o chefe gosta. E dizendo pra mim que eu não tinha dó das crianças. Por eu ter dó que eu saí, tinha dia que eles passavam fome e choravam. As crianças tão sofrendo e ele diz que não tão sofrendo. E eu olhando dos meus olhos (HOD FEI, BI/CIMI n° 38, 1977, p. 10-11).

Essas violências também foram denunciadas via carta encaminhada pelas lideranças indígenas na assembleia de São Miguel/RS, em 1977, para o então presidente da FUNAI Ismarth Oliveira. Tal documento denunciou as violências sofridas pela Hod Fei e pelo Kaingang Natalício (companheiro de Hod Fei, também chamada por Angelina) que teria sido preso e espancado “porque ele havia ido até Brasília estudar a possibilidade de desenvolver um projeto de agricultura para sua área” (Carta encaminha da Assembleia Indígena em São Miguel/RS para o Pres. Funai Ismarth Oliveira, BI/CIMI n° 38, 1977, p. 38). Nesta mesma carta também observamos o relato de outro caso de violência, o qual descreve que,

Na aldeia de Pinhalzinho, P.I. Nonoai, temos casos de violências praticadas por colonos intrusores da área indígena contra os índios. No início do ano passado, o capitão Kaingang Marculino prendeu as carroças e os bois do intruso Miro Ferreira, que estava se mudando para dentro da área. Miro Ferreira, que continua na área, invadiu a casa do Marcolino Mineiros e ameaçou sua família com uma espingarda. Os intrusos são permitidos de usar armas para intimidar os índios, mas os índios não são permitidos nem de usar ou fabricar suas próprias armas como arco e flecha (Carta encaminha da Assembleia Indígena em São Miguel/RS para o Pres. Funai Ismarth Oliveira, BI/CIMI n° 38, 1977, p. 38).

As constantes situações de violências cometidas contra indígenas por parte dos chefes dos PI e guardas florestais evidenciam que sua segurança não estava garantida dentro do PI, situação que foi denunciada na Assembleia Indígena em São Miguel, onde também foi salientado que,

para os índios é perigoso andar de noite dentro de suas próprias áreas, devido aos ataques e emboscadas dos colonos intrusores. Em abril de 1976 o índio Ernesto de Souza foi baleado no rosto por um intruso, e isso mais tarde causou sua morte. No entanto, nada foi feito para se descobrir o assassino, que pode continuar solto na área (Carta encaminha da Assembleia Indígena em São Miguel/RS para o Pres. Funai Ismarth Oliveira, BI/CIMI nº 38, 1977, p. 38).

Como se pode observar, as formas adotadas para violentar os corpos indígenas foram cruéis e variadas. Mas vale lembrar que, desde o período colonial, “o europeu colonizador branco identificou nos corpos não brancos de africanos e indígenas uma diferença ‘racial’ que apresentava também uma diferença de graus de humanidade” (CASTRO, 2020, p. 32). Refletindo sobre esta questão racial, Quijano (2005) ressalta que

na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p. 118).

Considerando as reflexões que os estudos sobre a colonialidade do poder nos proporcionam, pode-se perceber essas violações dos corpos indígenas como uma forma de manutenção do poder por parte dos chefes dos PI, dos guardas florestais e dos chamados intrusos, que ignoraram os direitos dos Kaingang.

Sabemos que “a relação que elas [as mulheres indígenas] mantinham com seus corpos e a floresta foram vistas como ameaças para a ordem colonial/capitalista/patriarcal que se formou a partir da chegada das primeiras tropas coloniais no território conhecido hoje como Brasil (MARÉCHAL, 2021, p. 161). Nesta perspectiva, entendemos que, ainda no século XX, as mulheres indígenas ainda eram vistas não apenas como ameaça a essa ordem, mas também como parte de uma estratégia que pudesse beneficiá-la. Exemplo disso pode ser percebido no

próprio caso de Hod Fei, que informou viver com homem branco desde seus 12 anos. Por isso, não podemos ignorar o fato de que muitos dos que passaram a se beneficiar do acesso e da exploração das terras indígenas o fizeram por estarem em um relacionamento com uma indígena.

O fato de Xangu ter sido espancado por ter buscado em Brasília uma forma de conseguir alavancar um projeto que favorecesse seu povo e ter sido agredido e preso junto com Hod Fei por quererem ficar juntos e cuidar das crianças, também nos mostra que a estratégia era reprimir qualquer forma utilizada por eles para se articularem e viverem de acordo com o que julgavam mais adequado para o fortalecimento da identidade de ambos.

A importância do fortalecimento da identidade para Hod Fei fica evidente quando ela expõe o desejo de estar com alguém do sangue dela, disposto a cuidar de seus filhos e do sentimento de consternação esboçado quando tiveram seus cabelos longos cortados. Viver com um indígena, junto de seus filhos e distante do casamento com um branco que a agredia, somado ao sentimento de dor presente em suas palavras, ao destacar que seus filhos foram forçados a humilhá-la na cadeia e, posteriormente tirados de sua guarda, no nosso entendimento, correspondem a uma forma de atentado à sua identidade. Sabemos que, hoje, “se para muitas mulheres brancas a maternidade e o casamento não podem mais ser o [seu] destino, para muitas mulheres negras e indígenas a maternidade é a expressão central de suas identidades como mulheres e como líderes na comunidade” (CASTRO, 2020, p. 9). Esses episódios de violência, de agressão e de exposição dos filhos à situação degradante de separação devem ser, na nossa compreensão, entendidos como uma forma de desumanização e sujeitificação de que nos fala Lugones (2014).

As relações de superioridade/inferioridade são percebidas especificamente nos casos de violências contra mulheres indígenas, especialmente quando Hod Fei denuncia que era agredida por um homem branco com quem era casada e as violências que sofreu quando foi presa pelo chefe do PI, sendo atada, abusada e violentada mesmo estando grávida. Vale ressaltar, que Hod Fei não deixa de explicar em seu depoimento que inclusive indígenas teriam participado dessas violências. Essa situação nos remete à reflexão proposta por Maréchal (2021), para quem,

a dominação patriarcal não pode ser desvinculada da dominação colonial sofrida pelos homens indígenas. A conseqüente emasculação dos homens indígenas produzida pela violência colonial provocou, em alguns casos, a reprodução da violência sobre as mulheres indígenas nos âmbitos domésticos. Tal exercício de dominação produzida sobre as mulheres, conjugada com o monopólio dado aos homens na esfera política (principalmente nas instâncias

de diálogo com as instituições governamentais) reforçou o poder dos homens na comunidade e produziu conseqüentemente uma nova forma de desigualdade entre homens e mulheres. Assim, o espaço político comunitário passou a ser controlado oficialmente pelos homens, que levados a exercer diversos cargos de autoridade, foram incentivados, pela administração do SPI, da FUNAI ou do governo do estado, a utilizar a violência física contra homens e mulheres considerados desobedientes (MARÉCHAL, 2021, p. 153).

Essa reprodução da violência também pode ser percebida nos conflitos internos que aconteceram, especialmente no PI Guarita, onde se deu uma divisão interna e ocorrem episódios de violência e morte, que serão explorados no próximo tópico.

Ainda sobre as violências sofridas pelas mulheres Kaingang, retomamos o caso de uma delas que foi violentada por sete guardas florestais num contexto que visava à expulsão de determinada área e à tentativa de comprar a filha menor de uma mulher Kaingang. São episódios que nos mostram que, “na medida em que as mulheres nativas eram retratadas como não humanas ou selvagens, eram assim retratadas contraditoriamente como ‘não mulheres’” (CASTRO, 2020, p. 32). Trata-se de situações que revelam o quanto “as mulheres racializadas dos países periféricos do capitalismo global carregam no corpo a experiência da colonização. Na época colonial, não foram consideradas mulheres; ao contrário, eram, na visão do colonizador, bestas sexuais, selvagens” (CASTRO, 2020, p. 33), visão esta, que parece estar presente nos episódios relatados em meados do século XX.

Oliveira (2021), ao tratar sobre os Kaingang durante a ditadura militar também faz reflexões sobre as violências sofridas por esses povos, mencionando inclusive o caso de Hod Fei, salientando que a “colonialidade do poder está presente em todos os eventos relatados” (p. 127) por ela. Ressalta, ainda, que as violências sobre os povos indígenas “não eram sem propósito: elas tinham o exato interesse de ‘colocar no seu devido lugar’ todos os indígenas[...] subtrair tudo o que, no caso os Kaingang, tivessem de ‘humano’, amedrontando-lhes” (OLIVEIRA, 2021, p. 127). A questão de amedrontar os Kaingang fica evidente nas ações de guardas florestais, que armados intimidavam os indígenas, forçando-os a deixarem suas moradas na Reserva Florestal, fazendo-o por meio de espancamentos, ameaças e, até mesmo, maltratando os animais.

Sabemos que o cenário em que ocorriam estas violências era o de expansão e desenvolvimento do país, mediante projetos voltados para a exploração do interior. Neste sentido, vale lembrar que a “ditadura militar brasileira enaltecia uma ocupação das terras indígenas e a consequência disso era a violação de seus corpos” (SOUZA, 2018, p. 357). Foram justamente estas violações do corpo-território as maiores motivações para a articulação dos

indígenas na luta por seus direitos. Isso pode ser percebido quando indígenas se recusaram a sair de suas áreas, e, mesmo com a repressão de guardas florestais, denunciaram os abusos sofridos. Embora saibamos que “a classificação racial e de gênero do padrão colonial, segue impondo às indígenas mulheres a representação de não humanas, não mulheres, não sujeitas da própria história” (SAMPAIO, 2021, p. 360), entendemos que as denúncias e as mobilizações de resistência e de defesa de seus direitos constituem evidências do protagonismo desses povos. Essas articulações indígenas são enfatizadas nos capítulos 6 e 7, quando abordamos, de forma mais profunda, as diferentes ações que identificamos como protagonismo indígena.

3.1.2 Situações de Vulnerabilidade: “Assistência médica não existe. E isso permite que crianças morram na reserva”

Tendo em vista as reflexões do tópico anterior, onde descrevemos as situações de violências, que foram denunciadas pelos JMC e pelos JA, a partir de agora, destacamos outras situações que afetaram os Kaingang durante a ditadura militar. São episódios que retratam a miséria, a falta de acesso a condições dignas de saúde, as doenças e a fome, e que demonstram a situação de vulnerabilidade que estes indígenas viveram.

Sabemos que o termo vulnerabilidade “se apresenta como fecunda elaboração conceitual capaz de alcançar um vasto e heterogêneo universo de reflexões e práticas” (OVIEDO; CZERESNIA, 2015, p. 238), por isso, para nos referirmos a conceituação deste termo, primeiramente observamos “a conexão dos vocábulos em latim *vulnerare*, que significa ferir, lesar, prejudicar e ‘*bilis* – suscetível a – teria dado origem à palavra vulnerabilidade” (CARMO; GUIZARDO, 2018, p. 5).

Não é nosso objetivo fazer uma problematização deste termo, uma vez que “a imprecisão conceitual do termo ainda permanece, demandando trabalhos mais aprofundados” (CARMO; GUIZARDO, 2018, p. 10), porém, devemos considerar, que “as ciências jurídicas, a informática, as ciências econômicas, a geografia, a geologia etc. empregam o conceito de vulnerabilidade para designar objetos e situações diversas”. (OVIEDO; CZERESNIA, 2015, p. 238), sendo esta última a que vamos nos referir nesse tópico. Ao tratarmos dessas situações de vulnerabilidade, a entendemos como “a ausência de recursos materiais [alimentar] outras fragilidades: baixa escolarização, condições precárias de saúde e de nutrição, moradias precárias em locais ambientalmente degradados e condições sanitárias inadequadas (necessidades insatisfeitas)” (JANCZURA, 2012, p. 304). Desta forma, consideramos que

“pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas” (JANCZURA, 2012, p. 304). Entretanto, estamos atentos ao fato de que, na época estudada, havia uma política estabelecida, a qual deveria garantir recursos para assegurar a sobrevivência dos povos indígenas. Porém, conforme já havia acontecido durante a vigência do SPI, a FUNAI não impediu que os indígenas convivessem com a miséria, as doenças, a exploração sexual, de mão de obra e da terra.

Os povos indígenas enfrentaram epidemias e outras doenças desde o período colonial razão pela qual, por um longo tempo, foram o principal “fator da diminuição das populações indígenas. A história das nossas relações com os índios, é em grande parte, uma crônica de chacinas e, sobretudo, epidemias” (RIBEIRO, 2017, p. 182). No período republicano, órgãos indigenistas oficiais como o SPI e a FUNAI adotaram meios de atendimento à saúde dos indígenas, sem que, no entanto, tenham surtido muito efeito, pois na era do SPI, por exemplo, sabemos que “a gripe, a pneumonia, a tuberculose e a coqueluche [foram] as maiores responsáveis pela altíssima mortalidade dos grupos indígenas [...] Epidemias de varíola e sarampo também [provocaram] verdadeiras dizimações” (RIBEIRO, 2017, p. 182). A situação era ainda mais grave junto aqueles grupos de “regiões muito remotas, difícil de ser rapidamente atendidas pelos necessários socorros médicos” (RIBEIRO, 2017, p. 182).

No RS, desde a criação da FUNAI até o período de redemocratização, os PI do estado passaram por diferentes cenários, alguns com uma assistência um pouco melhor e outros que tinham que conviver com a falta de medicação ou, até mesmo, com a proibição de uso de medicações. Nos documentos a que tivemos acesso – JMC, JA e SNI –, percebemos que as situações de vulnerabilidade têm um grande destaque, principalmente no que se refere à falta de assistência médica aos indígenas.

Considerando a situação enfrentada pela maioria dos PI do RS, o de Guarita vivenciou um cenário um pouco menos problemático, devido à parceria firmada entre a FUNAI e a IECLB, que promovia ações no setor agrícola, educacional e da saúde. Utilizamos o termo menos problemático, porque embora existisse uma enfermaria, composta por farmácia, leitos para baixa hospitalar quando necessário, atendimento de profissionais da saúde e encaminhamentos para casos mais graves, ainda havia uma série de enfermidades que assolavam o setor missão no PI Guarita. Na tabela 7, listamos os diagnósticos de doenças que levantamos nos prontuários da enfermaria deste Posto.

Tabela 7: Enfermaria IECLB – Diagnósticos (1978-1979)

MISSÃO IECLB PI GUARITA – PRONTUÁRIOS MÉDICOS*			
DIAGNÓSTICO	QTD	DIAGNÓSTICO	QTD
Dor**	492	Conjuntivite	30
Machucado**	297	Escabiose	23
Resfriado	192	Cólica	23
Cefaleia	140	Ardência**	22
Diagnóstico Ilegível	122	Verminose	15
Gripe	119	Prisão de Ventre	15
Ferida**	91	Pneumonia	13
Curativo**	80	Medicação	12
Fraqueza	70	Aftas	12
Outros	45	Coça-coça	10
Tosse	36	Infecção**	10
Diarreia	34	Vômito	8
Furúnculo	32	Torção	8
Corrimento	8	Náuseas	6
Febre	5	Anemia	5
Tensão	4	Gravidez	4
Epistaxe	4	Alergia	4

QTD: Quantidade * 1884 consultas.

** Diagnósticos unificados, pois se referiam a diferentes membros e locais do corpo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os anos de 1978 e 1979, foram realizadas 1884 consultas na enfermaria da Missão Indígena de Guarita. As atividades da enfermaria não se restringiam a atendimentos para curativos, mas, em casos de maior complexidade, eram realizados encaminhamentos para médicos especialistas e dentistas, assim como encaminhamentos para exames laboratoriais, fisioterapia e, até mesmo, para baixa hospitalar. Também há registros de casos em que o paciente precisou ficar baixado na própria enfermaria da missão, sendo que, de acordo com o relatório da Missão, havia cômodo para pacientes em observação e, até mesmo, em isolamento.

Quanto aos diagnósticos, unificamos os motivos que levaram os indígenas a buscarem atendimento, por exemplo, no caso de dor, incluímos dores na cabeça, pernas, braços, barriga etc. No caso de machucados e curativos, também unificamos, já que se referem aos mais variados lugares, como, por exemplo, mãos, joelhos, pés etc. A maioria dos diagnósticos é relacionada a um ou mais tipos de dores e machucados. No próprio Relatório da Enfermaria, há uma justificativa para o número elevado de machucados: se tratava de percalços no serviço agrícola e, nos prontuários, não há registro e nenhum indício que nos levem a questionar se os

machucados foram causados por violências físicas. No que se refere ao item DI trata-se do diagnóstico ilegível, onde não foi possível identificar do que se tratavam algumas queixas, devido à grafia ser ilegível, palavras quase apagadas e/ou rasuradas;

O número elevado de diagnósticos ocorreu devido ao número de queixas referidas em um mesmo atendimento. Assim, foi possível constatar que em uma única consulta houve até cinco diagnósticos diferentes. Esclarecemos que na listagem do diagnóstico, na Tabela 7, ao nos referirmos a “outros”, consideramos a soma de casos em que o diagnóstico se resumiu a três ou menos queixas e, quando nos referimos à “medicação” deve ser entendido como aplicação de injeção (por exemplo, aplicação de benzetacil), e de medicação controlada, principalmente, nos casos de indígenas que tiveram alta hospitalar e retornaram com receitas.

Os casos de baixa hospitalar foram, em sua maioria, em decorrência de pneumonia. Os casos de coça-coça, escabiose e feridas juntos somam um número elevado de casos, o que nos permite, assim como nos casos de verminose e fraqueza, questionar as condições sanitárias e de higiene em que os indígenas viviam. Os casos de gripe e resfriado também mostraram ser bem frequentes entre os que procuravam atendimento, havendo em situações extremas, casos de pneumonia.

Dos 162 indígenas que buscaram atendimento na enfermaria, 51 deles informaram que fizeram algum tipo de vacina. Há dois casos em que foi informada a vacina chamada Aftosa, aplicada em animais para combate desta doença infecciosa. É muito provável que tenha havido um equívoco na informação. Entre as vacinas relacionadas, há prevalência da BCG e Varíola. Também as observações feitas nos prontuários nos mostraram alguns dados relevantes, como podemos ver na tabela 8.

Tabela 8: Enfermaria IECLB – Observações (1978-1979)

MISSÃO IECLB PI GUARITA – PRONTUÁRIOS MÉDICOS			
OBSERVAÇÃO	QTD	OBSERVAÇÃO	QTD
Encaminhado ao dentista	27	Encaminhado ao Posto Indígena	3
Encaminhado para consulta	21	Baixado na Enfermaria	2
Encaminhado para baixa hospitalar	15	Óbito	1
Encaminhado para exames	6	Expulso da escola	1
Guarani	5	Encaminhado para fisioterapia	1
Encaminhado ao hospital	5	Encaminhado para cirurgia	1

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela de observações possui a descrição “Guarani”, e a destacamos por serem identificados nos prontuários que se tratava de um indígena Guarani, ou seja, o atendimento era estendido aos demais indígenas do posto, não se restringindo aos Kaingang. Também há o item “encaminhado ao PI”, do que presumimos que a sede do PI tinha certa estrutura ou convênio que poderia encaminhar os indígenas para um atendimento mais adequado. Estes foram, dentre os prontuários analisados, os que mais detalhes forneceram sobre os atendimentos na enfermaria, mas, infelizmente, se restringem aos anos de 1978 e 1979.

O Relatório da Enfermaria é outro documento que nos apresenta, em linhas mais gerais, o funcionamento na área de saúde. Nesse relatório, consta a informação de que os trabalhos na área de saúde no CTPCC, mais especificamente, a instalação da enfermaria, foram iniciados em 1977. Através dele, sabe-se que a enfermaria era composta por quatro quartos, com dois leitos em cada, dois banheiros, uma farmácia e um ambulatório e que havia ainda outro quarto com banheiro conjugado, reservado para, posteriormente, servir de isolamento para casos de doenças infectocontagiosas.

Antes da instalação dessa enfermaria, já havia uma assistência aos indígenas, prestada, especialmente, aos que frequentavam o CTPCC. Sabe-se que esses alunos tinham idade entre 15 e 20 anos, vinham de diferentes PI e recebiam uma alimentação considerada saudável. Os principais atendimentos que os alunos recebiam na enfermaria eram machucados (devido ao uso de ferramentas agrícolas e brincadeiras entre eles), gripe, escabiose, resfriado, conjuntivite, deficiência visual, má digestão e micose.

Entre os meninos, os problemas mais graves eram machucados, chegando haver casos de fraturas, decepamento do dedo e entorses. Entre as meninas, problemas ginecológicos: amenorreia, irregularidade menstrual, corrimento e cólicas. O relatório informa que para as meninas foram realizadas palestras sobre puericultura e higiene. Ele informa, ainda, que, no ano de 1977, todos os alunos foram examinados duas vezes, por um médico pediatra e por uma equipe da FUNRURAL³⁴, porém não encontramos nenhuma relação de avaliação médica desses

³⁴ O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), se trata de “um imposto de contribuição previdenciária destinado ao financiamento da Previdência Social de todos os trabalhadores rurais. Assim como os celetistas contribuem mensalmente para o INSS, os produtores têm o valor descontado de suas comercializações” (AGUIAR; CALAÇA, 2019, p. 2). A criação do FUNRURAL se deu em função da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, a qual criou o PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), que garantiu alguns direitos, tais como, aposentadoria, pensão, serviços de saúde, etc. Com isso, a FUNRURAL passou a ser “responsável pela administração dos recursos recolhidos para o custeio do Prorural” (AGUIAR; CALAÇA, 2019, p. 4). A FUNRURAL passou por algumas modificações na década de 1970, foi extinta em 1977, quando se instituiu o “Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), mantendo, porém, a forma de custeio e os benefícios do Funrural. Daí em diante, passou-se ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a responsabilidade pela concessão e manutenção de benefícios” (AGUIAR; CALAÇA, 2019, p. 5-6). Face ao

alunos do CTPCC relativa a este ano especificamente. O que encontramos foram dados quantitativos, descrevendo os diagnósticos dos atendimentos de anos anteriores, sendo que, de janeiro a março de 1975, foram feitos 1311 atendimentos na enfermaria, distribuídos em casos de diarreia (310), gripe (393), verminose (305), rins (31), olhos (54), curativos (113), estômago (114), diversos (81) e escabiose (63). Consta, ainda, que no ano de 1973 foram realizados 3325 atendimentos na enfermaria e que, no ano de 1974, foram realizados 3545 atendimentos, porém, não localizamos os prontuários com os diagnósticos. Como se pode constatar, o convênio entre IECLB e FUNAI, que vigorou do início da década de 1970 até 1977, assegurou a assistência à saúde no CTPCC, sendo que nos anos de 1978 e 1979, esse atendimento recebeu melhorias, tendo sido estendido aos demais indígenas do posto de Guarita.

Como mencionamos anteriormente, no que tange à assistência à saúde, os demais PI do RS não tiveram a mesma atenção. Durante a seleção de material para análise, verificamos que, para o período de 1968 a 1985, nos JMC existem publicações que tratam, especificamente, do estado de saúde das populações indígenas no RS. Com base nas matérias analisadas, percebemos que, nos primeiros dois meses do ano de 1981, os principais jornais em circulação divulgaram a morte de doze indígenas da Reserva de Nonoai, sendo que a causa das mortes seria o sarampo. A Delegacia gaúcha da FUNAI e a Secretaria de Saúde do Estado confirmaram a notícia dessas mortes, sendo que, em sua maioria, envolveram crianças menores de seis anos ou, então, com menos de três meses de vida. Além das complicações do sarampo, outras enfermidades também completavam o quadro vulnerável em que estas populações se encontravam, tais como a pneumonia, diarreia e conjuntivite. Em uma das matérias, encontramos a seguinte descrição:

Um surto de diarreia, mais acentuado que em anos anteriores, deixou preocupados funcionários da Funai, que pediram auxílio ao Secretário da Saúde gaúcha, no mês passado. Grande parte dos 1300 índios que habitam a reserva de Nonoai [...] estavam adoentados, sofrendo, além de problemas intestinais, conjuntivite e sarna [...] ontem, após receber relatório do médico epidemiologista Cláudio Silveira, a secretaria confirmou que 12 índios já morreram este ano (s/autor. Jornal O Liberal, 28/02/1981, n.p).

Após o surto de sarampo na Reserva de Nonoai, medidas foram tomadas pela Delegacia gaúcha da FUNAI e pela Secretaria Estadual de Saúde do estado. Uma equipe médica composta

exposto para entendimento do que era o FUNRURAL, destacamos que essa autarquia, possuía, juntamente com a FUNAI, atendimentos na área de saúde para os indígenas, mas que frequentemente havia desentendimentos quanto a prestação e pagamentos dos serviços relacionados a área de saúde, o que afetava a realização dos atendimentos e procedimentos médicos aos indígenas.

por epidemiologista, sanitarista e médicos foi enviada para Nonoai, para acompanhamento dos casos de febre que se alastravam pela reserva com mais de 1300 indígenas. Uma das causas levantadas para esses casos era a de que a água da reserva estava contaminada com defensivos agrícolas. Diante da repercussão das mortes e condições precárias de acesso à saúde, a FUNAI tornou pública a notícia de que construiria um Posto de Saúde na reserva, assim como iniciaria um programa de implantação de saneamento básico nesta localidade.

Ainda em 1981, um surto de gastroenterite na Reserva de Votouro, em São Valentim, no noroeste do RS, e na qual viviam cerca de 645 indígenas, também virou notícia nos principais jornais em circulação, isto porque os dados sobre internações e mortes estariam em conflito. Relatos dos indígenas davam conta de que cerca de cem pessoas haviam sido hospitalizadas e cinco teriam falecido. Já o médico do hospital, no qual os indígenas foram atendidos, afirmou desconhecer estes números alarmantes, salientando que era normal o óbito de quatro a cinco indígenas da reserva por mês. Segundo o relato publicado, o médico ainda reforçou que a causa do surto de gastroenterite era a água contaminada com os dejetos que estavam sendo descartados diretamente na fonte que abastecia a reserva.

A população indígena composta por 645 pessoas – a maioria da tribo Kaingangue e 19 dos guaranis – se abastecem de água de vertentes e poços espalhados pelos 1858 hectares da reserva. Na sede do posto, os índios têm até caixa de água, mas não recebe limpeza desde que foi construída. Além disso, o médico José Medeiros, indicado para apurar as condições e os problemas de saúde, alerta que alguns dos deficientes sanitários de madeira, estão mal localizados. Há casos, cita, em que os sanitários ficam em área de declive e a poucos metros abaixo está situado um poço de água. Este problema, segundo o médico, infiltra a água, sujeita facilmente à contaminação de fezes e urina (ZAMBAM, Gilberto. ZH, 23/11/1981, n.p).

Diante da gravidade da situação descrita acima, uma reunião entre a equipe e os indígenas teria sido realizada para orientar sobre melhores cuidados com a higiene e a saúde, e, também, para dotar o local de melhores condições de saneamento, a fim de evitar que casos mais graves ocorressem. Vale lembrar que os surtos ocorridos na reserva de Votouro e de Nonoai não se referem exclusivamente àquele ano, pois ambas foram afetadas por doenças como a tuberculose e a sífilis anos antes. Conforme publicação na imprensa:

Um foco de tuberculose que já dura três anos está se alastrando entre os índios e brancos da Reserva de Votouro, em São Valentim. O médico Salim Farré, do hospital daquele município do Planalto Médio, esteve ontem no escritório

da FUNAI em Porto Alegre, pedindo ajuda para evitar que o resto da população seja contaminado pelo mal.

- Sou médico na região desde 1950. Há pouco mais de dois anos constatei a tuberculose em alguns índios, que encaminhei ao Sanatório Partenon, em Porto Alegre. Eles foram bem tratados, mas nestes últimos meses a situação se agravou. Meu irmão, também médico, esteve nas terras dos índios, plantadas em sua maioria por colonos. Ele me informou que os brancos andam muito doentes também (s/autor, FDT, 31/07/1970, n.p).

A resposta para esta situação foi uma reunião entre os chefes dos postos da região sul, em Curitiba, com o objetivo de discutir um convênio que oferecesse tratamento de saúde aos índios, com foco no tratamento da tuberculose. Diante disso, missionários do CIMI continuaram denunciando através da imprensa a falta de uma adequada assistência médica.

O Padre Egídio Schwaden, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário, entregará a Funai nos próximos dias um relatório sobre a situação de “miséria moral e física” em que vivem aproximadamente três mil índios no Sul do Brasil, sujeitos “a vexames por parte dos donos de terras e grileiros”. O sacerdote viajou pelo Sul e disse ter constatado pessoalmente casos de espancamentos e torturas. [...] No relatório que encaminhará à Funai, padre Schwaden dirá também que “influentes políticos protegem os donos de terras, acobertando-os, principalmente no Paraná. E chamará a atenção para a deficiência da assistência médica aos índios, citando o caso de Guarita, no Rio Grande do Sul, onde o hospital não recebe os pagamentos do INPS e não tem medicamentos (s/autor, Jornal OESP, 07/03/1975, n.p).

Houve, ainda, outras situações envolvendo episódios que deixaram evidente problemas relacionados a saúde, como, por exemplo, a denúncia de Egydio Schwade, ao enfatizar para imprensa que,

desde 1969 a Funai deve suas contas ao Hospital Santo Antônio. Além disso, a enfermaria de Guarita [...] enfrenta uma carência de medicamentos e falta de pessoal para atender os indígenas, o que obriga os kaingang e os guarani a esmolar pelas ruas do município, ou então vender seu artesanato a preços irrisórios para obter recursos que permitam seu tratamento de saúde [...] de acordo com os dirigentes do Hospital Santo Antônio, diversas vezes foi fornecida a relação de despesas, a pedido da chefia regional e nacional da Funai. Mas eles acabaram se perdendo na engrenagem burocrática do órgão (s/autor. OESP, 08/08/1975, n.p).

Segundo consta na reportagem, Schwade teria afirmado que um antropólogo da Funai havia confirmado que os valores haviam sido repassados para pagamento do hospital, mas que isso levava a crer que a corrupção fizesse com que a verba não chegasse ao seu destino. Tal afirmação de Schwade provou reação ao presidente da FUNAI na época, que veio a público

dizer que tais denúncias, eram “tão improcedentes que não [mereciam] resposta” (ISMARTH. Jornal OESP, 9/08/1975, n.p). Sobre a saúde em Guarita, segundo funcionários da FUNAI no RS, a maior fragilidade estava na “falta recursos para assistência médica, que termina comprometendo a saúde dos indígenas” (BECKER, Sérgio. Jornal OESP, 30/08/1975, n.p).

Outro episódio que podemos destacar como exemplo dos problemas relacionados à saúde pode ser observado neste relato de Xangrê:

Eu conheci uma religião que não tomava remédio quando ficava doente. E as crianças quando fica doente, não pode nem vacinar. Quando por exemplo (aparece) a equipe volante da Funai, que vive dando remédio pros índios em cada aldeia, não quer às vezes nem fazer vacina contra sarampo, nada. Então é um problema que, se o índio não começa a se (des) envolver, o índio completamente vai se acabar por si, por causa de outros problemas que acontece, por causa de religião, por causa de outros problemas... então é um problema que tá complicando. Então é isso que nós temos que desenliar, tudo isso. Eu já fiz reunião lá dentro da área com outros religiosos – até um de outra religião, tá junto comigo, trabalhando. Eu não quero dizer que ele tem outra religião, então eu vou separar, eu e ele. Quero ele junto sempre, porque a vivência são igual (XANGRÊ, BI/CIMI, nº 43, 1977, p. 68).

Ao falar sobre diferentes religiões em PI/RS, Xangrê destaca que não quer que haja apenas uma religião ou impor alguma aos indígenas, mas considera importante que as religiões que se faziam presentes nos PI na época, não desempenhassem um papel que prejudicasse os indígenas, instruindo-os a atitudes que viessem a comprometer a saúde e bem-estar dos PI.

A análise feita dos prontuários revelou que a procura por atendimento estava associada principalmente a frequentes e diversas dores, machucados e curativos, gripes e resfriados. Mesmo havendo em Guarita convênio entre IECLB e FUNAI, com a estrutura de uma enfermaria, nota-se que ela não recebia manutenção de forma adequada, isto porque a falta de medicamentos e de pessoal ainda prejudicava os atendimentos. Nas demais localidades que não contavam com essa estrutura, o atendimento médico era ainda mais escasso e demorado, fazendo com as doenças tivessem um diagnóstico tardio e se proliferassem de forma mais rápida.

As doenças que se alastravam entre os indígenas impactavam os Kaingang, não apenas pela falta de tratamento, mas, também, por afetar culturalmente esses povos, uma vez que, a medicina para os indígenas, sobretudo para as mulheres, “vem da perspectiva do cuidado ao corpo adoecido, mas, também, antes, na manutenção da saúde. Somos [mulheres indígenas] as remedieiras, somos quem conhece cada remédio do mato, a partir da sabedoria das gerações, da ancestralidade” (SCHWINGEL et. al, 2023, p. 20). Nesse sentido, torna-se importante

considerar o posicionamento de Maréchal (2021), sobre como isso impactou os corpos indígenas, visto que:

A presença dos postos de saúde nos Toldos, Postos e Terras Indígenas colocou em marcha esse processo de dependência através do qual as mulheres foram incentivadas a usar os remédios e técnicas médicas dos não indígenas, fazendo-lhes acreditar que seus saberes, que até então lhes proporcionava sua autonomia, representavam um perigo para seu povo, escondendo atrás de uma máscara protecionista e salvacionista, suas verdadeiras intenções: obter o domínio sobre os territórios, os corpos e as subjetividades das populações indígenas e poder assim submetê-los docilmente a uma dinâmica de produção capitalista extremamente exploradora (MARÉCHAL, 2021, p. 157).

Ao quadro de enfermidades se somava a desnutrição das crianças indígenas, apontando para mais uma manifestação da colonialidade sobre os corpos indígenas, uma vez que “o corpo-território precisa ser alimentado para que consiga garantir a vida, nutrido para que se desenvolva e se mantenha saudável. Por isso, a segurança alimentar tem papel tão importante para os povos indígenas [...] a segurança e soberania alimentar são direitos de todos os povos” (SCHWINGEL et. al, 2023, p 11-12). Também as violências cometidas contra os corpos das mulheres Kaingang se inserem nesta perspectiva de análise, pois

a violência colonial/patriarcal vivida pelas mulheres kaingang se expressou também através do controle cada vez mais intenso que os órgãos estatais e as igrejas passaram a ter sobre seus corpos. A instauração das unidades de saúde nos Postos Indígenas durante a época do SPI provocou grandes mudanças em relação ao seu cuidado. Foram incentivadas a abandonar seus conhecimentos vinculados ao domínio da floresta, considerados como “inválidos” pela medicina ocidental. Menosprezadas e desvalorizadas pelos funcionários públicos, as mulheres foram constrangidas a usarem as medicinas processadas, o que as tornou cada vez mais dependentes da assistência estatal (MARÉCHAL, 2021, p. 156).

Como podemos perceber, mais uma vez, não se trata de um processo protagonizado exclusivamente pela FUNAI, mas, sim, da continuidade de um projeto que visava à dominação e à violência dos corpos indígenas e, que resultou não apenas em uma dependência de práticas medicinais não indígenas, mas, também, no abandono de suas práticas tradicionais.

Como pudemos observar, as situações de vulnerabilidade nas quais os indígenas se encontravam estiveram diretamente associadas ao descaso ou com a falta de manutenção de uma infraestrutura na área de saúde, até mesmo nos postos que contavam com enfermaria. A não aplicação de recursos em áreas essenciais – saúde e higiene – para os povos indígenas, para

além da elevada mortalidade que implicou, acabou, contudo, por mobilizá-los em busca de seus direitos e por motivar a ação de uma série de agentes não indígenas que também denunciaram a situação.

3.2 TERRAS E TERRITÓRIO INDÍGENA

Conforme levantamento já exposto no capítulo 2, os assuntos com maior ênfase tanto nos JMC, quanto nos JA estão relacionados ao patrimônio indígena, e, em sua maioria, se referiam à questão das terras, tais como arrendamentos de áreas indígenas, redução e invasão de áreas indígenas, perfuração pela Paulipetro no PI Nonoai, roubo de madeira, derrubada de pinheiros, entre outros.

Ao falarmos sobre as terras indígenas (TI) e os mais diversos interesses econômicos que as cercavam, nos fundamentamos na definição de Gallois (2004, p. 39), para quem a “a noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial”. Nesse sentido, não podemos deixar de considerar que

a terra, para os atores sociais envolvidos nos conflitos, carrega consigo horizontes amplos, simbólicos e materiais, econômicos e culturais; é sinônimo de patrimônio e de reprodução; sua legitimidade se funda em múltiplos horizontes. O patrimônio se correlaciona com descendência, história pessoal e grupal, bem como com a tradição, embasadas na dimensão da propriedade individual mercantil e/ou coletiva para a subsistência” (TEDESCO; VANIN, 2013, p. 43).

Para os povos indígenas, de uma forma geral, a terra não é vista sob a ótica capitalista, tampouco para ser usada e explorada de forma a gerar lucros e excedentes até seu esgotamento. A formação dos PI, as sucessivas mudanças na política indigenista no século XX e os constantes episódios de violência, miséria e perda de terras atingiram duramente os indígenas, em função dos desdobramentos da territorialização. Para Pacheco de Oliveira,

a territorialização de uma sociedade indígena é algo que procede da compulsão de uma outra sociedade, dotada de mecanismos especializados de poder e que, por sua própria natureza, outorga ao Estado-Nacional o monopólio do uso da força. Não se trata de algo natural e espontâneo, que decorra basicamente de fatores socioculturais nativos, mas sim de um processo histórico que envolve confrontos e o uso da força (física, econômica

e simbólica), que implica em perdas culturais, retraduições e na repressão a instituições muitas vezes centrais daquelas sociedades (PACHECO DE OLIVEIRA, 1996, p. 9).

Em se tratando do RS, de acordo com Tedesco e Vanin (2013), as questões relacionadas à ocupação e exploração da terra, são históricas porque a disputa

se inicia com força a partir dos processos de colonização, vai seguindo pela demarcação de reservas indígenas, da intrusão de colonos, da fragmentação de antigos toldos indígenas, criados em meados do século XIX, da apropriação pública de terras (terras devolutas), das migrações internas de colonos e caboclos camponeses em meados do século XX [...] pela identificação e organização de sem-terras e pequenos agricultores proprietários. São dinâmicas de reocupação-desocupação, desterritorialização para reterritorializar” (TEDESCO; VANIN, 2013, p. 53).

Vale lembrar o significado da terra para os povos indígenas, uma vez que ela “representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – e tão importante quanto este – um recurso sociocultural” (RAMOS, 1982, p. 6). Nesta perspectiva, entendemos que,

a conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos (HAESBAERT, 2020, p. 162).

Em relação ao patrimônio indígena espoliado durante a ditadura militar, observamos, primeiramente, o que foi destacado na imprensa, que noticiou diversos episódios envolvendo arrendamentos, invasões, assim como outros interesses econômicos envolvidos. No início da década de 1970, já era de conhecimento público que “os crimes contra o patrimônio indígena não se restringem às terras. A exploração da madeira se fazia [...] de maneira abusiva, verdadeiramente criminosa” (s/autor. Jornal Folha da Manhã, 3 e 4/10/1971, s/ pág.). Como prova disso, o Jornal Folha da Manhã do Rio de Janeiro apontou alguns resultados de uma CPI que aconteceu em 1968 no Legislativo do RS. A referida CPI teve seus resultados resgatados durante a década de 1970 a fim de esclarecer que os danos ao patrimônio indígena naquele momento eram provenientes de situações não resolvidas em outros períodos, como, por exemplo, a redução, invasão e corrupção em áreas indígenas que aconteceram à época do SPI.

Com isso, sabemos que os problemas enfrentados pelos indígenas nos PI/RS antes da criação da FUNAI, não estavam restritos às práticas de violências e às péssimas condições de atendimento à saúde, mas, também, aos problemas que afetavam seu patrimônio e o próprio órgão indigenista oficial, que foram amplamente denunciadas no final da década de 1960. Sobre isso, sabemos que

as práticas denunciadas se mantiveram ao longo dos anos devido à cumplicidade dos funcionários do SPI, que com suas condutas comprometiam as melhorias que deveriam ser feitas nos PI, prejudicando, desta forma, os serviços prestados nas áreas de saúde e educação. Se inserem nestas denúncias de corrupção as fraudes na distribuição de remédios e de alimentos, que se refletiram diretamente nas condições de saúde dos índios, na medida em que a falta de um tratamento médico adequado implicou na debilitação e na morte de muitos dos indígenas instalados nos PI (FLORES, 2019, p. 100).

As várias formas de violência cometidas contra os indígenas, tanto fisicamente quanto culturalmente, decorriam, em grande medida, de fraudes administrativas provocadas por alguns servidores do órgão indigenista oficial, configurando-se em um amplo esquema de corrupção, sobretudo, nos PI/RS. Este esquema atingia diretamente os indígenas, especialmente pelo impacto econômico causado coletivamente a esses povos, isto porque “a conciliação da economia tribal coletivista com o sistema de economia individual, altamente competitivo e movido pela busca de lucro, foi sempre o mais grave problema da proteção ao índio” (RIBEIRO, 2017, p. 183).

3.3 SITUAÇÕES DE CONFLITOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS: “*TENSÃO AGRAVA-SE NO SUL*”

Assim como aconteceu durante a vigência do SPI, o antigo órgão indigenista oficial, onde funcionários “foram coniventes com as demais irregularidades denunciadas, fazendo, assim, parte do sistema corrupto que havia se instalado nas estruturas do SPI” (FLORES, 2019, p. 101), também na FUNAI elas podem ser observadas, uma vez que muitos funcionários do SPI permaneceram na estrutura administrativa do novo órgão indigenista oficial. Estes problemas vieram a público e repercutiram na imprensa regional e nacional, denunciando a situação das terras indígenas no RS durante a ditadura militar, tais como as ações do governo estadual para a redução de terras indígenas, das quais resultou uma série de conflitos entre indígenas e colonos. Casos de invasão de terras, especialmente em Guarita e Nonoai, podem

ser considerados como frutos das políticas e medidas adotadas pelo governo estadual e federal em anos anteriores à criação da FUNAI.

Estes episódios, que envolveram a espoliação do patrimônio indígena, através de atos e normativas do governo estadual, a expulsão de colonos de Nonoai e as tentativas de uso, de forma ilegal, de terras indígenas, como se observa na exploração da Paulipetro e no uso da TI como aeroporto, são explorados nos próximos tópicos deste capítulo.

3.3.1 Conflitos Políticos: “Governos dos Estados também desrespeitam”

De acordo com Tedesco e Vanin (2013, p. 17), no Brasil, os atores coletivos envolvidos na luta pela terra são “os subalternizados e excluídos das ditas *benesses* da modernidade, em seus modelos de desenvolvimento e de progresso econômico, de legitimar o uso e a apropriação da terra e dos bens públicos”. Nesse sentido, entendemos que, desde o início do Brasil republicano e da criação dos primeiros órgãos indigenistas, os povos indígenas foram vistos como obstáculo para o desenvolvimento do país, o que fez com que as políticas indigenistas mencionadas no capítulo 2 fossem formuladas de forma a favorecer projetos econômicos voltados ao desenvolvimento do interior, ignorando, desta forma, os povos indígenas.

Como mencionado no capítulo 2, no RS, havia uma particularidade, uma vez que eram administradas pelo governo estadual. Foi somente em meados das décadas de 1940 que a administração dos PI foi repassada ao SPI, em um contexto de diminuição drástica de áreas indígenas.

Tommasino e Almeida (2014, p. 22) descrevem que foi nas décadas de 1930 e 1940 que os Kaingang “perderam a maior parte de suas terras, ao mesmo tempo em que o desmatamento foi acelerando, dando lugar a fazendas de café e gado e dezenas de cidades foram criadas em todo o interior dos estados do sul. Os autores ressaltam, ainda, que na década de 1930 “em uma escala crescente, os territórios kaingang foram ocupados por colonos brancos e o Estado, através de leis e decretos, passa a expropriar as terras indígenas para viabilizar a ocupação moderna em moldes capitalistas” (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014, p. 27). Já as décadas de 1940 e 1950 ficaram marcadas pelas

ações autoritárias do indigenismo oficial através de uma ampla rede de articulação interinstitucional, que envolvia governo estadual, governo federal, companhias de colonização, agentes do SPI, capitalistas regionais com interesses fundiários, madeireiros e colonos com interesse em lotes para instalação de sítios. A redução territorial veio acompanhada da interferência

na organização social e nas práticas rituais (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014, p. 25).

Tais decisões tiveram um reflexo negativo na vida das populações indígenas, especialmente os Kaingang, isto porque, “a ditadura militar exigiu dos Kaingang uma intensificação na sua produtividade. A revolução verde transformou as terras indígenas em verdadeiras empresas rurais de monocultura” (MARÉCHAL, 2018, p. 31). Nessa perspectiva, surgiram situações envolvendo arrendamentos ilegais, invasões, exploração da mão de obra indígena, violências e falta de acesso a direitos básicos como a saúde e alimentação. Todas essas situações foram denunciadas nas décadas de 1960 e 1970, repercutiram muito na imprensa, pois os conflitos entre indígenas, colonos, invasores etc. ficavam cada vez mais intensos.

Os jornais, no decorrer da década de 1970, destacavam que o governo estadual no RS tinha sua parcela de culpa, isto porque no que tange a relação da administração estadual e o patrimônio indígena, as questões relacionadas às terras, especialmente do PI Nonoai, foram o principal fator que colaborou para que episódios de espoliação do patrimônio indígena fossem mais intensos. A seguir, apresentamos algumas matérias jornalísticas para exemplificar a linha argumentativa que a imprensa utilizou para descrever as ações do governo estadual face à questão indígena.

A Funai acusou ontem, o Estado do Rio Grande do Sul de apropriar-se ardilosamente, através de portarias e decretos, da atual reserva florestal de Nonoai (19 mil hectares distribuídos entre os municípios de Rodeio Bonito, Nonoai, Planalto e Liberato Salzano), que pertencia originalmente à reserva indígena de Nonoai, contígua à reserva florestal [...] uma comissão parlamentar de inquérito, criada em 1968, e presidida pelo hoje Deputado Federal Fernando Gonçalves (Arena-RS), comprovou que o Estado realmente se apropriou ilegalmente da reserva indígena de Nonoai, transformando-a em reserva florestal [...] A CPI constatou outras irregularidades semelhantes, praticados pelos ex-Governadores Leonel Brizola e Ildo Meneghetti, e que, devido à série de decretos ilegais, a área global das reservas indígenas no Estado diminuiu entre 1941 e 1962, de 59 mil 747 hectares para 32 mil 660 hectares [...] a CPI sugeriu na época, uma série de medidas, entre as quais a anulação dos decretos ilegais e a devolução das terras aos kaingangs, mas até agora a área continua a pertencer ao Estado, como reserva florestal (s/autor. JB, 16/09/1976, n.p).

Inquérito apura se RS ocupou área indígena [...] A Funai determinou ontem a abertura inquérito para apurar denúncias [...] que acusou o Governo do Rio Grande do Sul de se apropriar da Reserva Florestal de Nonoai, mediante um ardil [...] caso comprovada a apropriação indébita, o Governo gaúcho terá de

devolver as terras aos índios, os quais vivem espoliados por posseiros (s/autor. JB, 17/09/1976, n.p).

Cimi afirma que reforma agrária de Brizola não passou de áreas indígenas [...] O Cimi informa que os dois primeiros loteamentos, feitos em 1962, estavam nas reservas de Serrinha e Ventana [Ventarra], no município de Constantina e Getúlio Vargas (s/autor, JB, 27/09/1979, n.p).

Para Cimi, o plano de Brizola só atingiu índios [...] duas reservas foram ‘totalmente loteadas para fins de reforma agrária, implicando na deportação de índios Guaranis e Kaingangues para outra região’ [...] depois do loteamento de áreas indígenas [...] desencadeou um processo de invasões que atingiu [...] as reservas de Nonoai e Planalto (s/autor. Jornal OESP, 28/09/1979, n.p).

Um decreto provocou litígio [...] em 1968, uma comissão de inquérito [...] concluiu que desde 1913 aquelas terras pertenciam aos indígenas conclusão que, no entanto não chegou a ser respeitada (BECKER, Sérgio. Jornal OESP, 07/10/1976, n.p).

Observando as matérias publicadas sobre as ações do governo estadual no RS, entendemos que este era apresentado como um dos mais significativos colaboradores para os problemas que os indígenas enfrentavam. Sabemos que as medidas adotadas nas décadas anteriores, e que determinaram a redução das áreas indígenas, tinham como justificativa a premissa de que o SPI iria explorar essas áreas, no entanto, precisamos ficar atentos aos objetivos políticos e econômicos dos projetos voltados à Reforma Agrária que seriam pauta posteriormente. Além disso,

nas décadas de 1950 e 1960, muitos deputados sul-rio-grandenses discursavam e defendiam firmemente a desapropriação das terras indígenas e das reservas florestais em prol de uma distribuição para colonos sem-terra, alegando que esses territórios eram de propriedade estadual, sendo possível reduzir, lotear e vendê-los. Na década de 1970, esse pensamento continuava em voga, entretanto havia duas correntes estabelecidas, a favorável a um movimento indígena, da qual CIMI e parte da FUNAI eram os grandes apoiadores, e a de um movimento considerado contrário, apoiado por correntes políticas e pelos setores da Igreja Católica mais conservadores (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 277).

Diante do exposto, podemos perceber que a imprensa estava empenhada em denunciar o governo estadual, vendo-o como responsável pelos problemas relacionados às terras indígenas. Por outro lado, parte da FUNAI parece ter aproveitado as críticas feitas às ações do governo estadual do RS para transferir a responsabilidade e se isentar de tomar medidas mais efetivas para solucionar os problemas dos Kaingang nos PI/RS.

As políticas adotadas tanto pelo governo estadual, quanto pelo SPI, ao promoverem a redução de áreas indígenas e deslocamentos forçados, interferiram diretamente no cotidiano dos povos indígenas já sob administração da FUNAI. Os objetivos econômicos que visavam o desenvolvimento do país e à expansão para o interior permaneciam os mesmos, visto que “a intenção do Estado era a modernização produtiva do interior das reservas, com o intuito de fazer com que os índios fossem autossuficientes economicamente através da produção de soja e outros produtos com características de excedentes (TEDESCO; VANIN, 2013, p. 33).

Já na década de 1970, observa-se uma constante reivindicação dos indígenas para que o impasse envolvendo as terras indígenas fosse resolvido, no entanto,

ao garantir a permanência dos colonos através de comunicado enviado aos prefeitos dos municípios de Nonoai, Cacique Doble e Tapejara, o governador gaúcho prejudica de certa forma o trabalho dos funcionários da Funai lotados naquelas reservas. Eles reconhecem profundas dificuldades para conter os indígenas, cada dia mais ameaçadores porque não foi cumprido o prazo de retirada dos agricultores (s/autor, Jornal OESP, 30/08/1975, n.p).

Considerando que as áreas indígenas mais atingidas pelas medidas adotadas pelo governo gaúcho foram as que correspondiam ao PI Nonoai, o impasse entre indígenas e não indígenas se manteve, pois havia uma forte oposição política à sua solução. Isto pode ser observado no significado que tinha a saída dos não indígenas das terras em Nonoai para o prefeito Mazarro,

que a transferência dos colonos seria uma calamidade e que o afastamento de 1.400 famílias arrendatárias de terras indígenas provocaria uma redução de quase 50 por cento da arrecadação do município, responsável pela produção de um milhão de sacas de soja, 400 mil de milho e outros produtos agrícolas, riqueza extraída, nos últimos anos, justamente do território pertencente aos kaingang (s/autor. Jornal OESP, 08/08/1975, n.p).

Como se pode observar, as políticas do governo gaúcho, somadas às políticas indigenistas vigentes na época do SPI, herdadas pela FUNAI, acabaram contribuindo significativamente para a ocupação de colonos das áreas indígenas e, conseqüentemente, para os conflitos que se seguiriam à ela, sobretudo em Nonoai. Com isso, percebemos que

os processos de intrusão de colonos nas reservas do norte do Rio Grande do Sul, alimentados por políticas públicas e que aconteceram por muitas décadas, mas com grande expressão entre as décadas de 1940 a 1970, são centrais para

a compreensão das profundas transformações porque passaram os índios na região e em torno de suas demandas (TEDESCO; VANIN, 2013, p. 33).

De acordo com Tedesco e Vanin (2013, p. 35), os “órgãos dos governos federais e estaduais ainda ficaram por muito tempo num jogo de empurra-empurra em torno da questão, pois sabiam que poderiam resolver o problema dos índios produzindo um outro, talvez ainda maior: o dos colonos/posseiros”. Em meio a esse “jogo de empurra-empurra”, os indígenas de Nonoai, fartos de esperar pela solução que não vinha do governo estadual ou municipal, em um processo que mobilizou lideranças indígenas, acabaram por expulsar os não indígenas das terras do PI Nonoai. No próximo subtópico, descrevemos como esse processo se deu e suas consequências.

3.3.2 Conflitos Externos: “Invasão está levando Kaingangues à revolta”

Como vimos no início deste tópico, “o processo de redução das áreas ocupadas pelos Kaingang de forma geral se deu através de um conjunto de medidas conduzidas por interesses intersetoriais do Estado e de capitalistas (madeireiros, empresas colonizadoras e colonos)” (TOMMASINO; ALMEIDA, 2014, p. 27). Tal medida atingiu principalmente o PI Nonoai, onde,

a situação da intrusão gerava descontentamento geral, embora houvesse lideranças cooptadas pela Funai para o apaziguamento dos ânimos, tanto dos indígenas, quanto dos posseiros. Contudo, a realidade escapava ao controle das autoridades e, frente ao imobilismo e à falta de resoluções, a organização indígena foi sendo, aos poucos fortalecida (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 286).

Na década de 1970, o conflito entre indígenas e colonos já era algo que vinha sendo esperado, e os jornais da época publicavam que ele se tratava de um problema, que, embora envolvesse todas as esferas do poder estadual e federal, estava longe de ser resolvido, conforme podemos perceber nas passagens extraídas de matérias jornalísticas:

No Rio Grande do Sul, a proteção dos índios Nonoai contra sucessivas invasões de colonos brancos exigiu a construção, dentro de terras indígenas, de verdadeiro quartel, onde está permanentemente estacionado um pelotão da Polícia Estadual” (s/autor. Jornal OESP, 14/09/1969, n.p).

O administrador do posto advertiu aos colonos que seus contratos de arrendamento, todos já vencidos desde 31 de julho, apenas seriam renovados com apresentação de dois avalistas que tenham propriedade rural. A dificuldade de atender a exigência, acrescida da ameaça de que quem não puder satisfazê-la será desalojado da terra, está pondo colonos em estado de desespero (s/autor. JB, 24/12/1971, n.p).

Convencidos de tudo o que está em suas terras lhes pertence, os índios caingangues estão tomando para si os instrumentos de trabalho, as roças e até animais domésticos dos colonos que com permissão da Funai invadiram e arrendaram o território da reserva indígena de Nonoai [...] os índios também passaram a exigir a expulsão dos colonos estabelecidos em áreas próximas às plantações cultivadas por eles e tudo isso está gerando um clima de tensão e violência [...] (s/autor. OESP, 19/05/1974, n.p).

Invasão está levando Kaingangues à revolta [...] no último dia 31 de julho os brancos deveriam ter deixado as terras dos caingangues. Não deixaram e, agora, uma comissão integrada por funcionários da Funai, do INCRA e do governo do estado, estuda uma solução para o problema (BECKER, Sérgio. Jornal OESP, 30/08/1975, n.p).

[...] muitos mostraram contratos de arrendamentos firmados com a Funai, todos datados de 1969 em diante, quando começou na realidade a haver a invasão em massa” (PADOVANI, Luis. FSP, 12/05/1978, n.p).

Se, por um lado, eram enviados destacamentos policiais para conter invasões, por outro, havia respaldo do órgão indigenista para arrendar terras, ao mesmo tempo em que governo estadual e federal não solucionavam o impasse. Nesse contexto, os indígenas se mobilizaram e deram início ao plano de expulsão de colonos de suas terras. De acordo com Tedesco, Vanin e Carini (2021, p.294), “estima-se que, às vésperas do conflito, a população de intrusos residentes nas TI passasse de dez mil pessoas, em franco avanço sobre mais extensões de terra, as quais eram vendidas entre os colonos sem que houvesse qualquer documentação legal”. Desta forma, os arrendamentos e negociações com aval da FUNAI fizeram com que esse cenário se formasse e a inércia para solucioná-lo impulsionou uma articulação entre os indígenas para que eles mesmos pudessem resolver a situação de suas terras.

Se, por um lado, se propagava a narrativa de que a expulsão dos não indígenas das áreas indígenas era um problema ainda maior para o governo, uma vez que foi necessário deslocá-los para outras áreas, inclusive fora do RS. Por outro, trouxe à tona que o problema de intrusão nas terras indígenas permaneceria, isto porque, “os colonos pobres deixam as terras, obedecendo à lei. Os ricos ficam dispostos a disputar cada hectare aos índios” (ARAGON, Maria Léa. Manchete, 18/10/1975, p. 101). O referido conflito entre indígenas e não indígenas “condensa

uma realidade que vinha se processando a mais de meio século no interior das reservas indígenas do estado [...] constituiu-se num marco histórico [...] sobretudo, pelas repercussões sociais que desencadeou, por ocorrer entre dois grupos sociais empobrecidos” (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 306).

Sendo assim, entendemos que, mesmo que o confronto de Nonoai – que é também abordado no capítulo 6 –, tenha apontado para uma forte articulação dos Kaingang, com o acionamento de formas próprias de luta por suas terras, ele também nos mostra que essa expulsão era apenas uma das batalhas. Pois havia ainda o enfrentamento das consequências que décadas de exploração da terra tinham deixado, não apenas pelos pequenos colonos, mas também por grandes produtores que mantinham contratos de arrendamento e influência política na região.

Assim como a mobilização dos Kaingang resultou na expulsão de não indígenas de Nonoai, nos PI de Cacique Doble e Guarita observou-se algo parecido. *“Amplia-se rebelião dos índios”* já destacava a manchete do Jornal OESP do dia 18/05/1978, ao referir que os Kaingang do PI Cacique Doble estariam “colhendo para si e ameaçando queimar todo o milho plantado pelas 130 famílias de posseiros brancos que ocupam metade dos 4.500 hectares que restaram para os índios”. Nesse contexto, havia outra questão em voga, se referia a *“Área indígena usada como aeroporto”* (FSP, 10/08/1978, grifos nossos). Segundo denúncia da ANAI, se tratava de uma área de 50 hectares dentro do PI, que foi destinada à prefeitura de Tenente Portela para construção de uma pista de pouso. Para a ANAI, mais uma vez, os interesses dos povos indígenas estavam sendo desrespeitados.

Outras denúncias foram divulgadas na imprensa nesse período, e davam conta de que além dos problemas com os chamados intrusos/colonos/invasores, outros interesses rondavam os PI/RS. Conforme veiculado pelo Jornal de Santa Catarina, em 10/02/1981, a *“Sonda de petróleo, [era] uma nova ameaça aos Kaingang de Nonoai”*. Cerca de seis matérias foram publicadas, entre janeiro e fevereiro de 1981, relativas à ação da Paulipetro em Nonoai. As matérias ressaltavam que a ação da companhia era inconstitucional e que consistia em uma manobra política do governador Paulo Maluf de SP, que visava à presidência da república. Efetivamente, a perfuração não aconteceu, pois a exploração de petróleo, minérios etc. em áreas indígenas, na época, só poderia ser feita por estatais, no caso, a Petrobrás.

“As portas da reserva de Guarita estão abertas para os granjeiros. Por quê?” (SCOTTO, Luiz Alberto. ZH, 21/03/1981, p.25, grifos nossos). A pergunta partia de indígenas e pequenos agricultores em uma confraternização que ocorreu em Guarita, onde estavam

presentes indígenas, agricultores, bem como autoridades políticas municipais e da FUNAI. A referida confraternização não contava com pequenos agricultores, tampouco com indígenas que já não tinham terra, situação que o jornalista Luiz Scotto descreveu desta forma:

o agricultor Alcides Sadi [...] perguntou por que os grandes agricultores conseguiam plantar com facilidade dentro da reserva. Além de ficar sem resposta, Alcides Sadi levou três socos e quatro bofetões dos índios e agricultores, pela petulância da pergunta [...] de um lado está a liderança indígena – o cacique Sebastião Alfaiate e seus amigos – monopolizando de 100 a 150 hectares cada um. De outro lado estão os granjeiros que, depois da expulsão dos pequenos agricultores da reserva, começaram a fazer arrendamento de terras com os índios. E aí entram as lideranças políticas da região [...] prefeito tem mais de 150 hectares de terras plantadas, dentro da reserva. Pelo lado dos índios a situação não é diferente. Se há tempos atrás todos andavam vendendo arcos e flechas, cestas e chapéus [...] hoje muito índio corre de carro de um lado a outro da reserva. Alguns tem dinheiro - de plantio e arrendamento - outros não tem absolutamente nada, nem um pedaço de terra dentro da reserva (SCOTTO, Luiz Alberto. ZH, 21/03/1981, p. 25).

Além de tornar público o envolvimento de lideranças políticas no arrendamento de terras em área indígena (AI), chamam a atenção as colocações da matéria jornalística acerca dos indígenas que não teriam acesso a terras e outros que teriam condições de vida melhores devido aos arrendamentos. Essa é uma questão que na primeira metade da década de 1980 repercutiu muito pelos conflitos internos que essas questões geraram, sobretudo, no PI Guarita onde os conflitos foram acirrados.

3.3.3 Conflitos Internos: *“Dividida em duas, a reserva vive sob tensão”*

O enunciado deste tópico é o título da matéria divulgada pelo Jornal ZH em 29/01/1984, escrita pelo jornalista Mauro Cesar Silveira, na qual ele discorre brevemente sobre a situação de conflitos entre dois caciques Kaingang em Guarita e expõe a existência de conflitos até mesmo entre indígenas Guarani e Kaingang.

Segundo divulgação feita pelos jornais da época³⁵, em meados de 1983, se iniciou um conflito no PI Guarita, após o Cacique Ivo Salles se recusar a entregar o comando da reserva ao recém-eleito Cacique Domingos Ribeiro e, sob a ameaça de 60 policiais indígenas, 400 Kaingang deixaram a reserva e buscaram abrigo no Salão Paroquial da Comunidade de

³⁵ ZH (27/01/1983– 28/01/1983 - 29/01/1983 - 30/01/1983 – 02/02/1983 - 09/05/1983 - 10/05/1983 – 04/06/1983 - 13/06/1983 – 21/06/1983 – 23/06/1983 - 25/06/1983 - 29/01/1984). Jornal da Tarde (06/06/1983). JB (04/06/83). Jornal OESP (23/06/1983).

Miraguaí. Destes, 42 viajam a Porto Alegre para solicitar providências à FUNAI, com o auxílio do prefeito Leody Rodrigues de Almeida que conseguiu um ônibus para a viagem. Após longa espera, os indígenas receberam por escrito, do Procurador Geral da FUNAI, o seguinte documento dirigido ao mais idoso dos conselheiros, Paulo Claudino:

Ao tutelado Paulo Claudino, peço retornar hoje, dia 26, à Área Indígena de Guarita, com os seguintes compromissos, que assumo com todos os Índios que o acompanham: 1 – Estarei na Área Indígena de Guarita na próxima sexta-feira, dia 28, no começo da manhã, para discutir com os dois grupos que se desentenderam, e procurar uma solução que garanta a paz e segurança de todos. 2 – Mantereí entendimentos com o superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, para solicitar que assegure a integridade física do grupo que está voltando a área, dando lhes segurança e evitando qualquer ato de agressão do outro grupo. 3 – Mantereí entendimentos com o índio Ivo Ribeiro, para que não pratique qualquer ato de hostilidade e agressão do outro grupo. 4 – Dou a garantia de que todo o problema será resolvido com a minha presença na área de Guarita (ZH, 27/01/1983, n.p).

A disputa pela liderança de terras em Guarita, entre os grupos de Domingos Ribeiro e Ivo Salles, envolvia acusações de ambos os lados, sendo que o principal motivo da disputa pelo cacicado era o controle dos recursos financeiros provenientes sobretudo do arrendamento ilegal de terras e comércio ilegal de madeira. Além disso, outros problemas provenientes dessa disputa seriam a expulsão de indígenas dos locais destinados ao arrendamento ilegal de terras, o desmatamento, o desvio do dinheiro proveniente destes arrendamentos e da venda ilegal de madeira, assim como, a prisão e tortura dos opositores de ambas as lideranças.

Conforme divulgado pelos jornais da época,³⁶ ao final de janeiro de 1983, após ameaças de um eminente conflito, a solução encontrada pela FUNAI, representada pelo seu procurador Afonso Augusto de Moraes, foi um acordo promovido com indígenas dividindo o território e as fontes de renda dos indígenas. Enquanto o grupo de Ivo Salles ficaria com o território de São João de Irapuã, que tinha cerca de doze hectares de terras agrícolas férteis, os indígenas que estavam ao lado de Cacique Domingos Ribeiro ficariam com uma proporção semelhante da área em que estavam os cedros, guatambus e guabirobas. No entanto, a divisão do território não resolveu o conflito, que, segundo o presidente da ANAI, Júlio Gaiger, em entrevista ao Jornal ZH, afirmou que “se não tirarem os arrendatários das terras dos índios o clima de tensão aumentará cada vez mais” (ZH, 10/05/1983, n.p). Gaiger mencionou, ainda, que a divisão da

³⁶ ZH (27/01/1983– 28/01/1983 - 29/01/1983 - 30/01/1983 – 02/02/1983 - 09/05/1983 - 10/05/1983 – 04/06/1983 - 13/06/1983 – 21/06/1983 – 23/06/1983 - 25/06/1983 - 29/01/1984). Jornal da Tarde- OESP- (06/06/1983). JB (04/06/83). Jornal OESP (23/06/1983).

Reserva de Guarita entre os Caciques Domingos Ribeiro e Ivo Alves era esperada desde janeiro daquele ano e se demonstrou incrédulo com a presença de apenas um agente da Polícia Federal para conter o conflito, o conhecido folclorista Telmo de Lima Freitas.

No mês de maio, a notícia de que uma tentativa de golpe contra o cacique Ivo Salles e o agente da polícia federal, Telmo de Lima Freitas, responsável pela segurança da reserva, foi desarticulada, sendo que o motivo da ameaça de morte permanecia sendo os arrendamentos.

A situação chegou à tensão máxima no meio da semana passada quando Telmo de Lima Freitas, que é conhecido como fóg-cofa – homem velho, na língua caingangue, foi avisado que seria ‘pulado’ – emboscado, juntamente com o cacique. A saída foi mandar buscar praças da Brigada Militar em Miraguaí, para acalmar os ânimos dentro da reserva (WAGNER, Carlos. ZH, 09/05/1983, n.p).

Aproximadamente um mês após essa situação, o conflito chegaria a seu pior momento. Em junho de 1983, um confronto a tiros na reserva causou cinco mortes e a hospitalização de 13 feridos.

Cinco adultos, quase todos velhos, foram mortos brutalmente em batalha, por parentes. Afinal, por aquelas bandas são quase todos Ribeiro, Caludino, Bento, Leopoldino, Salles e alguns poucos sobrenomes mais. O conflito que surpreendeu a todos e que foi um verdadeiro massacre, vinha sendo preparado às escondidas. Quando estava para estourar, a informação vazou, mas inutilmente. A Funai, que tem uma rígida tutela sobre os índios, e a Brigada Militar, que tem por missão intervir em questões dessa ordem, foram avisadas. E nada fizeram” (OLIVERIA, Francisco. OESP, 06/06/1983).

O acirramento do conflito teria acontecido devido aos armamentos utilizados pelos indígenas, que teriam sido fornecidos por brancos que também mantinham grande interesse econômico no território, tanto no arrendamento de terras, quanto na extração e comercialização de madeira. O comandante da Brigada em Três Passos, Carlos Henrique Brefan, e o prefeito de Miraguaí, José Porolznick dos Santos, defendiam a intervenção na reserva e a extinção dos cargos de cacique. Um dos motivos do acirramento do conflito foi a pouca interferência das autoridades na reserva. Primeiramente, no caso das autoridades locais, prefeitos e órgãos de segurança, o problema estava relacionado à responsabilidade sobre a área e os indígenas, uma vez que o território da reserva pertencia à União e a tutela dos índios era de responsabilidade da FUNAI, que embora estivesse presente com seus funcionários na reserva, estava muito

distante na resolução definitiva dos problemas, que sempre passavam pela delegacia da FUNAI em Porto Alegre ou em Brasília.

Após o conflito, a ANAI também se pronunciou, responsabilizando a FUNAI pela morte dos Kaingang, assim como pela divisão da reserva em duas. Prometeu interpelar judicialmente a instituição, por dividir a reserva, o que contrariava a própria lei. Entre as consequências do conflito estava o fechamento da escola da reserva indígena, pois 85 crianças deixaram de ir as aulas e as professoras contratadas pelo município viviam em constante tensão devido a ameaças de novos conflitos.

Um novo cenário passou a se desenhar quando “após o conflito que acabou na divisão das terras da reserva indígena da Guarita, os dois caciques [foram] unidos, pedir auxílio da Funai. E exibir o clima de harmonia da área” (ZH, 30/03/1983, n.p). Nessa reunião, os dois caciques solicitavam ajuda para “melhor divisão da reserva na distribuição do pessoal da Funai que atua na área, eles pediram ajuda para elaborar um projeto agrícola para uma área de 200 hectares, onde pretendem plantar milho e soja” (ZH, 30/03/1983, n.p). Depois disso, mesmo com a possibilidade de novos conflitos, “Caingangues comemoram a paz” (PEREIRA, André. ZH, 23/06/1983, n.p), isto porque um acordo sugerido pela FUNAI havia sido celebrado pelos caciques que concordaram com a “divisão da área para estabelecer dois cacicados” (PEREIRA, André. ZH, 23/06/1983, n.p).

Além disso, outro caso de conflito interno envolveu a denúncia por parte de indígenas Guarani dos atos cometidos pelo Kaingang Ivo Ribeiro, que foi chamado de “exterminador de guaranis” e que,

o cacique Ivo, segundo Valdomiro, fez e continua fazendo de tudo um pouco: comercializava a rica madeira de hoje reserva do Irapuã, quando era o único cacique. E dividia os lucros com o chefe do posto indígena: tomou a maior parte da terra dos guaranis, extinguiu seu toldo e expulsou da reserva tantos quantos pode; prendeu todos aqueles que se rebelaram contra suas decisões, e agora que está impedido de cortar e vender as árvores que ficaram na área de seu rival Domingos Ribeiro, cobra Cr\$ 50 mil por contrato de arrendamento assinado na reserva (SILVEIRA, Mauro. ZH, 29/01/1984).

Além da insatisfação do ex-cacique Guarani, outro conflito entre indígenas ocorreu quando “Índios [se colocaram] contra o candidato que quer suas terras” (O Liberal, 24/08/1982, n.p). Este caso envolve um indígena candidato a vereador que foi expulso pelos demais por estar apoiando um candidato que ameaçava os indígenas de expulsão de suas terras e prometia a distribuição de 14 mil hectares das terras indígenas entre agricultores brancos.

Como se pode constatar, as denúncias de violências contra indígenas praticadas por funcionários da FUNAI, guardas florestais e por intrusos/colonos, os conflitos internos e as situações de miserabilidade e as condições precárias de saúde tinham a disputa pela terra como eixo central.

3.4 SOBRE VIOLÊNCIAS, VULNERABILIDADES E CONFLITOS: A RELAÇÃO DOS KAINGANG COM A TERRA/TERRITÓRIO

Durante os anos finais da atuação do SPI e nos primeiros quinze anos de vigência da FUNAI, o problema central que atingia os Kaingang do RS passava pela exploração do patrimônio indígena como um todo. Desta forma, podemos dizer que não se trata de um problema exclusivo e tampouco criado pela FUNAI, no entanto, o órgão acabou por perpetuar falhas administrativas da época do SPI. Tais falhas observadas nos PI/RS na época do SPI se referiam à “venda irregular de pinheiros, devastação de pinheiros, lavra gratuita e exploração de terras indígenas” (FLORES, 2019, p. 98), que resultavam em episódios de violência e intensificavam as vulnerabilidades. Em grande medida, eles decorriam de alianças entre funcionários do órgão indigenista oficial e não indígenas, que favoreciam as “irregularidades administrativas, irregularidades contábeis, fraude na distribuição de remédios e alimentos” (FLORES, 2019, p. 98), que impacatavam diretamente na vida dos povos indígenas.

Em um contexto de projetos voltados ao desenvolvimento e expansão para o interior do país, sabemos que as áreas indígenas eram muito cobiçadas por seu grande potencial para expansão econômica e, por isso, alguns projetos eram direcionados a elas, sobretudo, no setor agrícola. Darcy Ribeiro (2017, p. 184) menciona que, nesse período em questão, “os postos localizados no sul do país alcançaram expressivo índice de produção, através do uso de maquinaria moderna no cultivo racional do milho híbrido e de trigo [...], todavia, os benefícios para os índios foram quase nulos”. No que tange à região sul, sobretudo aos Kaingang, cabe destacarmos que eles,

foram submergidos no sistema capitalista colonial/moderno que, sob o pretexto do desenvolvimento e sob a ideologia do progresso, buscou inseri-los na sociedade nacional, encerrando-os, porém, em um lugar periférico e suficientemente marginal para poder explorá-los. Crianças, mulheres e homens foram explorados, seja nas lavouras coletivas dos órgãos estatais, nas aberturas de estrada, nas serrarias dos Postos ou diretamente pelos colonos e fazendeiros, como mão de obra super explorada (MARÉCHAL, 2021, p. 147).

As explorações acima mencionadas impactaram fortemente os Kaingang, isto porque “embasada na lógica do capitalista, esta prática reproduz desigualdade e individualismo, dividindo o povo indígena” (CAZAUBON, 2019, p.43). A partir das fontes consultadas, constatamos que, durante os episódios de conflitos de terra, os chefes dos postos exerceram forte controle sobre os indígenas que ousavam buscar soluções e/ou denunciar situações de violências e vulnerabilidades, provocando a sua intensificação.

Mas para pensarmos a relação do povo Kaingang com a terra, além do que já foi exposto neste capítulo acerca do corpo-território, é importante salientar que ela abarca algo muito além da posse, na medida em que

a terra (ga) para o povo kaingang significa a mãe, pois é nela que se formou o primeiro ser indígena kaingang, segundo os antepassados do nosso povo, é ela que cria, sustenta e o guarda, a terra está relacionada com todo este conhecimento cosmológico da sociedade indígena kaingang. A sua origem, a sua formação, a sua crença, a organização social estão muito relacionadas com a natureza, por isso que este sistema depende um do outro para completar o ciclo (POLICENA, 2020, p. 27).

Nesse sentido, a terra engloba, desde o nascer, modo de viver e o morrer dos Kaingang, uma vez que ela está fortemente relacionada à questão cosmológica – conforme destacado no capítulo 2 –. As árvores, ervas, a alimentação, o artesanato, o local de nascimento e óbito englobam características culturais desses povos que são indissociáveis da terra, como se pode observar no

caso das mulheres Kaingang, onde as araucárias são lugar de pertencimento, pois pertencem àquela árvore, assim como aquela árvore pertence a elas. Há uma identificação com os lugares em que está a floresta das araucárias, mostrando que são corpos-territórios coletivos, que são formadas a partir do lugar em que vivem, a partir do bioma em que estão (SCHWINGEL et. al, 2023, p. 7).

Esse pertencimento pode ser percebido no nascer Kaingang, quando, de acordo com Rosa (2008, p. 36), durante o parto a gestante deve se banhar em água corrente, pois, “a água (gój) fortalece o corpo do Kaingang. Banhar-se em água corrente é a receita nativa para manter o corpo forte e saudável (ROSA, 2008, p. 36). Além disso, o pertencimento também pode ser percebido nos cuidados após o parto quando,

o principal cuidado que a mãe deve ter logo que a criança nasce é guardar o umbigo. Esse deve ser enterrado na terra onde ela nasceu, pois quando morrer, o seu corpo volta pra junto da terra. Isso apenas ressalta que o ciclo de vida Kaingang é marcado pela intensa relação com a terra. Ao nascer e ao morrer a parte do corpo é posto na terra, enquanto o espírito provém e retorna a sua aldeia no numbê (ROSA, 2008, p. 38).

Entre outros aspectos culturais diretamente associados à terra, está a alimentação Kaingang, uma vez que

a relação kaingang e alimento é de muito respeito, porque sabemos que nossa terra nos dá o alimento, fonte da nossa união. O alimento é sagrado, e entre nós, kaingang, muitas trocas, conversas e articulações se dão na hora de comer. Há muito respeito pelo alimento, pelo momento do alimentar-se, que envolve desde sua colheita ou coleta, seu preparo, o ato em si e o pós alimentar-se, que é o momento de histórias [...] O alimento nos envolve e os aproxima em torno dele [...] Aprendemos desde cedo que o pinhão foi o principal alimento do nosso povo e temos na araucária nossa expressão de vida [...] Cobriam as terras kaingang extensas florestas de araucárias, que garantiam a principal fonte de carboidratos consumida pelos nossos ancestrais na floresta (SCHILD, 2016, p. 102).

A constante exploração da terra nos moldes capitalistas, que implicou no desmatamento e comprometeu a alimentação, impactou fortemente no modo de vida Kaingang, na medida em que esta depende de “conexões de sentidos, relações com a terra, a mata, os rios, animais que designam a humanidade e existência destes coletivos” (DOMINGOS, 2016, p. 33).

Vale lembrar que das ações do governo estadual e do SPI na década de 1940 resultou a redução de terras indígenas, provocando as situações já referidas neste capítulo, uma vez que

reduzir o território de um grupo às imediações do seu centro residencial, a aldeia, é condenar esse grupo à penúria permanente, privando-o dos recursos naturais que, por sua natureza ecológica, acham-se espalhados por grandes distâncias, forçando, conseqüentemente, uma exploração extensiva e não intensiva. Somente no Brasil, temos inúmeros exemplos de índios que, havendo perdido seus territórios originais, são obrigados a utilizar para sobreviver o único que lhes restou, que é o seu trabalho, vendido barato, senão mesmo dado, aos regionais invasores (RAMOS, 1982, p.14).

O “trabalho vendido barato” a que a autora se refere foi um dos aspectos observados nas fontes consultadas, pois muitas terras arrendadas faziam uso da mão de obra indígena. Foi em meio a esse cenário de exploração, não apenas da mão de obra indígena, mas, também, de seu patrimônio que os Kaingang no RS formaram alianças a fim de frear o avanço da exploração e invasão do território indígena e as situações de violência e vulnerabilidade a que estavam

sujeitos. Nesse processo de articulação, os Kaingang puderam contar com o apoio de entidades como o CIMI, que inicia sua atuação “propondo a ruptura com o modelo desenvolvimentista em marcha e assumindo uma pastoral específica, integral e amplamente articulada” (SUESS, 2012, p. 26).

Mas, como pudemos constatar, independentemente deste apoio, os Kaingang buscaram efetivamente denunciar, contestar e se opor à realidade que viviam, evidenciando sua condição de sujeitos ativos nesse período e buscaram se articular. Estas evidências de protagonismo neste processo de articulação contribuem para a desconstrução de uma visão que percebe os indígenas como

personagens coadjuvantes na formação do Brasil, excluídos socialmente através do argumento de que atrapalham o progresso (urbano) da nação e considerados como material arqueológico cujo lugar na história é o passado, os povos indígenas permanecerão pejorativamente estereotipados no imaginário popular, ignorados enquanto coletivos que possuem especificidades linguísticas e culturais próprias de sua etnia e, fundamentalmente, continuarão sendo vistos apenas como vítimas dos infortúnios do passado colonial, nunca tendo assumido uma postura protagonista (SANTOS; FELIPPE, 2018, p. 44).

A identificação e a análise de processos de articulação indígena como os que são abordados na presente tese contribuem para as “novas interpretações [que são] essenciais para desconstruir ideias preconceituosas e racistas ainda muito presentes em nossas sociedades” (ALMEIDA, 2017, p. 34).

No presente capítulo, buscamos mostrar que a extinção do SPI e a criação da FUNAI não foram garantia de mudança na vida das populações indígenas, especialmente no RS. Muitos dos problemas enfrentados no período de vigência do SPI não só tiveram continuidade como se intensificaram com os projetos desenvolvimentistas em vigor. As políticas indigenistas vigentes no período e a atuação dos órgãos de segurança, de alguns funcionários da FUNAI e de arrendatários acabaram por conferir características específicas à atuação do órgão junto aos PI. À má administração dos PI se somou a não investigação das denúncias feitas e, em razão disso, os conflitos entre indígenas e não indígenas se intensificaram. Enquanto os Kaingang eram forçados a conviver com a violência, a fome e as doenças, se formava um cenário favorável à exploração das terras indígenas, vistas como promissoras para a expansão dos projetos

desenvolvimentistas. Isto, no entanto, não os impediu de denunciar e de se manifestar das mais variadas formas, como através das alianças que possibilitaram a articulação dos Kaingang no RS, fortalecendo, assim, a formação de um movimento indígena nacional.

PARTE II - APOIO A CAUSA INDÍGENA: “UM MOTIVO QUE VALE A VIDA, VALE A MORTE”.

4 VISIBILIDADE E VIGILÂNCIA SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE APOIO E FUNAI NOS PI/RS

No presente capítulo, tratamos, especialmente, das organizações de apoio aos indígenas, com destaque para como foram monitoradas pelo regime da época e, ainda, para as repercussões deste apoio junto às repartições da FUNAI. Iniciamos o capítulo, apresentamos a relação entre o indigenismo no Brasil e essas organizações de apoio e seus integrantes.

4.1 APONTAMENTOS SOBRE INDIGENISMO

Falar sobre o indigenismo, “seja este oficial ou não, é falar da relação direta com os povos indígenas no Brasil, ou seja, com culturas, valores, lógicas, economias, sistemas de produção, filosofias, cosmologias, relações, etc.” (REBOLLAR, 2013, p. 22). Mas requer, também, uma reflexão acerca de sua origem conceito e usos. Souza Lima (1995) aborda a origem e o uso do termo indigenismo, situando-o a partir do I Congresso Indigenista Interamericano, ocorrido em 1940. O autor define indigenismo como um “conjunto de ideias [...] relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de métodos para o tratamento das populações nativas, operados em especial, segundo uma definição do que é ser índio” (SOUZA LIMA, 1995, p. 13-15). Já Poliene Bicalho (2010a, p. 148), nos leva a refletir sobre como o termo *indigenismo* nos remete a diversas percepções, visto que ele “se apresenta como discurso permeado por relações de poder e dominação que ultrapassam as definições fechadas e lineares do mesmo”. A autora traça uma abordagem sobre os indigenismos, podendo ser oficial, social e alternativo, que, em síntese, podem ser entendidos pelas seguintes características:

o indigenismo oficial, ou seja, atrelado ao Estado, alcançou o apogeu entre 1920 a 1970 [...] *indigenismo social* [...] surgiu durante a realização dos congressos do Instituto Indigenista Interamericano [...] sofreu variações teóricas e práticas ao longo do processo histórico, e pode ser pensado segundo Verdum, através de três subdivisões: o *indigenismo liquidacionista*, “propunha incluir aos indígenas na vida nacional, mas excluindo a manutenção de suas particularidades culturais” [...] o *indigenismo integracionista* nasceu contraditório, pois “ao mesmo tempo que postularam o ‘relativismo cultural’, os integracionistas não desejaram abandonar a meta de ‘incluir os índios’ na sociedade nacional” [...] o *indigenismo de participação* esta variação do indigenismo oficial não trouxe grandes avanços no que tange ao reconhecimento da pluriétnicidade por parte do Estado [...] o indigenismo de participação não corresponde exatamente as ambições ensejadas pelas organizações e movimentos indígenas que ganharam fôlego a

partir de finais da década de 1970 [...] é relevante citar a importância do *indigenismo alternativo* de cunho *religioso e intelectual*. O primeiro resume-se à *atuação das Igrejas*, principalmente a Igreja Católica, junto às populações indígenas [...] o *indigenismo alternativo* de tipo *intelectual* [...] implica em uma participação maior de *antropólogos e demais cientistas* da cultura em projetos que envolvam a questão indígena [...] (BICALHO, 2010a, p. 148-151, grifos meus).

Tendo em vista que o chamado *indigenismo alternativo* compreendia a ação de antropólogos, entidades religiosas e demais apoiadores, cabe destacar que estes também se caracterizavam por “projetos que partem de elementos vinculados a órgãos de ensino e pesquisa, ou a entidades de apoio ao índio, financiados através de outras fontes que não o orçamento da FUNAI,” (OLIVEIRA FILHO; LIMA, 2018, p. 287-288). Características estas que muito se assemelham com a atuação do CIMI, ANAI e demais apoiadores que veremos neste capítulo.

A antropóloga Alcida Ramos também nos chama atenção, ao enfatizar que, “considerando que, além do Estado, muitos outros atores têm influenciado o campo das relações interétnicas, o conceito tradicional de *indigenismo* já não abarca todos esses atores e ações” (RAMOS, 2012, p. 27). É necessário pensar o *indigenismo* que contemple os diversos atores, cenários e contextos envolvidos. Para a autora,

indigenismo é, portanto, um fenômeno político no sentido mais abrangente do termo. Não está nem limitado a políticas públicas ou privadas, nem às ações geradas por elas. Inclui também os meios de comunicação, a literatura ficcional, a atuação da Igreja, de ativistas dos direitos humanos, as análises antropológicas e as posições dos próprios índios, que podem negar ou corroborar a imagética do *índio*. Todos esses atores contribuem para construir um edifício ideológico que toma a questão indígena como sua pedra fundamental (RAMOS, 2012, p. 28).

Ramos (2012) continua sua reflexão, afirmando que

outros atores mais estabelecidos do *Indigenismo*, como o Estado, a Igreja e as ONGs, têm perfis e agendas muito bem delineados [...] Todos esses agentes circulam no terreno movediço da ambivalência interétnica [...] o Estado aprova leis que protegem os direitos indígenas, mas o mesmo Estado desrespeita suas próprias leis com ações que são manifestamente anti-indígenas. A Igreja progressista propõe que seus missionários respeitem e absorvam os costumes indígenas através do que chamam “*enculturação*”, mas com o propósito de transformar os índios em cristãos. As ONGs advogam em favor dos direitos indígenas, mas é preciso que os índios se comportem de acordo com as expectativas dos brancos se quiserem merecer seu apoio, sejam essas ONGs nacionais ou estrangeiras [...] E assim, a insustentável

ambivalência do ser *índio* insinua-se por todos os lados [...] Esse é o Indigenismo que chegou ao século XXI (RAMOS, 2012, p. 29-30).

Tendo em vista essa reflexão e conscientes das ambivalências que cercam o indigenismo brasileiro, compreendemos sua complexidade e a necessidade de analisarmos o papel do Estado, das organizações de apoio aos indígenas em meio a um processo de constante articulação. Processo no qual figuram como protagonistas de suas histórias, reivindicando por direitos e na defesa do patrimônio indígena.

Libertad Bittencourt (2000, online), por sua vez, afirma que o indigenismo pode ser entendido como “reflexões feitas sobre os índios por não índios, sejam estes pertencentes à Igreja, a organizações não governamentais, ao Estado, às universidades, etc.” É nesta perspectiva que abordamos o indigenismo, ao discutir a atuação de diferentes organizações, religiosas ou não, junto aos indígenas, ao mesmo tempo em que enfatizamos aspectos do indigenismo alternativo, que entendemos ser “aquele indigenismo praticado desvinculado da e, muitas vezes, em oposição à política indigenista oficial e da Missão tradicional” (SCHROEDER, 1995, p.136 apud REBOLLAR, 2013, p. 42) e que se fez muito presente no período estudado.

Para analisar as organizações indígenas é necessário levar em consideração os contextos que as tornaram possíveis, especialmente no Brasil, país em que “a estrutura do SPI moldou o indigenismo brasileiro criando um aparato burocrático-autoritário que atuou como um mecanismo cerceador da autonomia indígena pioneira” (BITTENCOURT, 2007a, p. 216-217). Nesta perspectiva, complementamos que, ao nos determos na atuação de entidades de apoio aos indígenas, tanto civis quanto religiosas, assim como no apoio de missionários, antropólogos e demais intelectuais, devemos estar atentos ao tipo de apoio que foi prestado, suas características, à sua receptividade pelos indígenas, bem como aos interesses e ao contexto em que aconteceram.

Neste capítulo, partimos da premissa de que os povos indígenas são protagonistas de suas próprias histórias e que, durante o período da ditadura militar, puderam contar com aliados, como organizações de apoio, que se fizeram presentes na luta pelo fim da tutela, pelo direito à terra e à autodeterminação. Neste sentido, damos ênfase ao apoio de religiosos, antropólogos, pesquisadores, militantes e civis que se opuseram às políticas do período já mencionado. Esses apoiadores atuaram ativamente, de forma individual e coletiva, denunciando a nível nacional e internacional o tratamento dado às populações indígenas no Brasil, caracterizado pelo cerceamento de direitos, corrupção e violências, frutos de uma política indigenista falida do SPI

e que foi herdada pela FUNAI. Entre esses aliados podemos destacar o CIMI, a IECLB, pesquisadores pertencentes a organizações como a ANAI e das mais diversas instituições do país. Sobre essas entidades, entendemos que,

o movimento indígena, que reúne as comunidades de aldeias, as organizações e suas lideranças, surgiu mediante o estímulo de algumas comunidades indígenas, de determinados segmentos, de entidades de apoio e do Estado, ou seja, pela ação de variadas formas de estímulo (BITTENCOURT, 2007a, p. 106).

No próximo subcapítulo, abordamos as organizações de apoio aos indígenas, as ações indigenistas e a atuação do CIMI, destacando, ainda, o papel desempenhado pela ANAI e pela IECLB. Tratamos, ainda, da atuação da FUNAI nos PI/RS, bem como sobre a vigilância que se deu sobre o corpo de funcionários do órgão.

4.2 ORGANIZAÇÕES DE APOIO AOS INDÍGENAS

Dentre as organizações de âmbito nacional atuantes durante período da ditadura militar, podemos citar a criação, em 1969, da Operação Anchieta (OPAN), em 1974, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Considerando, especificamente sua atuação no RS, devem ser mencionadas a ANAI, o CIMI e a IECLB, que colaboraram para o fortalecimento do movimento indígena no Brasil.

4.2.1 Conselho Indigenista Missionário – CIMI

O CIMI, criado em 1972, foi um dos mais importantes órgãos a atuar em favor da causa indígena, como se pode observar nesta manifestação do Padre D. Tomás, para quem

a caminhada do CIMI em direção a uma nova proposta missionária e de Pastoral Indigenista não está isolada da Igreja Latino-americana. A partir de Medellin, 1968, cresceu uma consciência da necessidade das Igrejas dos países latino-americanos trabalharem juntas. Houve encontros como o de Assunção, [ilegível] e posteriormente o Encontro Pan-Amazônico em Manaus, em junho de 1977, que são marcos dessa caminhada de entrelaçamento e troca de experiências dessas igrejas irmãs. O trabalho do CIMI se beneficiou enormemente desses encontros, cuja preocupação com o índio foi cada vez mais crescendo em amplitude e profundidade (D. Tomás, BI/CIMI, n° 52, 1978, p. 6).

Mas, ao falarmos da história do CIMI deve-se vinculá-la à OPAN, que, segundo Egydio Schwade, se tratou

inicialmente [de] uma operação de missionários leigos da Igreja Católica e Evangélica. Enquanto todas as dioceses ou ordens religiosas se limitavam a seus territórios de atuação, a Operação Anchieta era o primeiro organismo dentro da Igreja Católica e Luterana que abria horizontes sem limites de prelazias e dioceses. Eles colocavam as suas pessoas à disposição, localizavam aldeias e as mostravam aos bispos e padres, constituindo novas paróquias e abrindo a missão. No Sul, Egon Heck foi o primeiro coordenador do Cimi Sul e um dos responsáveis por dinamizar o trabalho na região. Minha esposa, Doroti, que era catarinense, foi a primeira coordenadora do Cimi na Amazônia Ocidental. E, nesse contexto, padre Iasi se juntou a nós, formando a primeira equipe do Cimi. Nosso trabalho consistia em ajudar os índios a se conhecerem entre si, a conhecerem as lideranças de diversos povos. Também tínhamos o objetivo de transformar a pastoral indígena da Igreja da época, de acordo com a orientação do Concílio Vaticano II (SCHWADE, 2014, online).

Importante lembrar que CIMI foi criado no contexto do *Concílio Vaticano II*, ou seja, imerso nas mudanças vivenciadas pela Igreja Católica, a partir do *Concílio* e também da *II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, do *Encontro Ecumênico de Assunção* e da *Declaração de Barbados*. O *Concílio do Vaticano II*, realizado entre os anos de 1962 e 1965, resultou numa reflexão por parte da Igreja Católica quanto à sua ação missionária, posicionando-se, a partir de então, a favor da legitimidade de todas as culturas. Em 1968, a *II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, realizada em Medellín, refletiu sobre os posicionamentos assumidos durante o Concílio do Vaticano II, no tocante ao diálogo com demais culturas, priorizando a atenção aos pobres e, também, a questão indígena.

Já em 1971 ocorreu “*Simpósio sobre Fricção Interétnica na América do Sul*”, realizado em Barbados, que reuniu antropólogos da América do Sul, que, após análise de relatórios sobre a situação dos indígenas na América do Sul, elaboraram um documento que ficou conhecido como *Declaração de Barbados*. Partes desse documento atribuem às missões religiosas a responsabilidade pelo cenário em que os indígenas se encontravam naquele momento, acusando-as de colonizadoras e exploradoras dos índios sob pretexto missionário. Além de reconhecer a existência de elementos dissidentes e autocríticos dentro das Igrejas, os quais reconheciam a ação evangelizadora como fracassada, o documento aconselhava o fim das atividades missionárias como sendo o melhor para as populações indígenas e para preservação da integridade moral das próprias Igrejas e da própria cultura indígena.

Foi nesse contexto que, em 1972 aconteceu um dos mais importantes encontros realizados pela Igreja Católica na América Latina, o *Encontro Ecumênico de Assunção*, no qual os nove países representados se posicionaram a respeito da *Declaração de Barbados*. Oficialmente, foi a partir das reflexões sobre a *Declaração de Barbados*, isto é, de uma autocrítica da Igreja, que o setor mais progressista da Igreja Católica criou o CIMI, cujo propósito era o de apoiar a autodeterminação dos indígenas. De acordo com D. Tomás,

a Pastoral indigenista ganhou autonomia, ganhou identidade. Destacou-se pela importância e pelo caráter de urgência que assumia a sobrevivência dos Povos indígenas do continente. E caminhou inevitavelmente no sentido de ganhar uma dimensão política. Os povos indígenas desde a chegada do colonizador, foram povos massacrados, mas sempre em luta contra o dominador. Isso não ocorreu apenas no passado. Ocorre hoje, diante de nossos olhos. Nesse contexto a Pastoral indigenista ou se torna política ou trai o índio (D. Tomás, BI/CIMI, n° 52, 1978, p. 6).

Sob esta perspectiva, a Pastoral Indigenista não deveria limitar-se às ações missionárias, mas também intervir no cenário político e econômico do país, pois

a Igreja católica também começou a dar sinais de descontentamento com o regime militar. O golpe foi inicialmente apoiado pelos bispos, mas, com o passar do tempo, as ações violentas do governo e as medidas econômicas adotadas começaram a desagradar o clero. Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, era um dos que mais criticava as políticas governamentais que aumentavam as injustiças sociais. Em julho de 1968, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou a filosofia do governo (conhecida como Doutrina de Segurança Nacional). Em outubro, um episódio ampliou a tensão que existia entre militares e Igreja: dom Agnelo Rossi, cardeal de São Paulo, negou-se a celebrar uma missa em homenagem ao aniversário do Presidente Costa e Silva (FICO, 1998, p.20).

Apesar desses sinais de descontentamento, a nova posição da Igreja em relação aos indígenas não contou com unanimidade. Ainda que houvesse missionários da ala progressista dispostos a trabalhar em prol da autonomia indígena, também havia clérigos sem disposição para isso, posicionando-se ao lado das forças militares, que passaram a investigar missionários e indígenas e a monitorar seus encontros. Isto pode ser constatado na denúncia feita pelo CIMI, de que a Igreja Católica era “conivente com o extermínio e a miséria dos índios [...] que a Igreja acumulou privilégios e posses muitas vezes à custa deste povo e ainda hoje assume posições etnocêntricas, se omitindo ante os apelos e as angústias desta gente oprimida”³⁷. Diante da

³⁷ S/autor, JB, 17/03/1977, n.p.

denúncia, o bispo de Erechim (RS), Dom João Hoffmann rebateu tais acusações, respondendo que o CIMI estava faltando com a verdade e, que existia, por parte da Igreja, uma grande preocupação em relação aos indígenas, havendo, no entanto, falta de pessoas habilitadas para atuarem junto a esta população.

Consta no BI/ CIMI, que havia duas visões da Igreja em relação aos indígenas naquele momento:

a primeira se aproxima da visão do Estado [...] ela se manifesta em expressões derrotistas, como: “é uma utopia reavivar a religião do índio”, “não podemos prejudicar os colonos, reivindicando terras para os índios”. Defendem esta visão os que comparam o índio com o colono no sistema de produção, os que não aguentam uma revisão das atitudes da Igreja no passado. A segunda visão é aquela que antes de mais nada, defende um profundo conhecimento do índio. Aceita como sendo natural a pluralidade de culturas dentro de um mesmo país (BI/CIMI, nº 16, 1974, p. 9).

Foi amparado nessa visão de aceitação do que se chamou de pluralidade cultural que surgiu o CIMI, respaldado também no

empenho dos missionários da busca de um instrumento a serviço também dos índios, a serviço também da capacitação dos próprios missionários. Enquanto ele foi uma cúpula que se reunia periodicamente para tratar do índio em geral houve paz com todo o mundo. Do momento, porém, que o seu trabalho desceu às bases, levantou problemas concretos, analisou-os, denunciou as verdadeiras raízes do sofrimento dos índios, questionou inclusive o nosso modo de agir com eles como igreja, começou ao mesmo tempo um fechamento por parte de certos integrantes das Missões tradicionais. Superiores religiosos e Bispos chegaram a proibir a entrada de membros do CIMI em seus domínios. Outros evitaram até a aparência de compromisso ou ligação com o CIMI especialmente diante dos órgãos do Governo. Impediu-se a entrada de publicações do CIMI. Em certas Missões faz-se tudo para evitar a realização das Assembleias de Chefes indígenas, incentivadas pelo CIMI. Além da divergência quanto às linhas de ação da pastoral do CIMI foi se manifestando também a divergência quanto a acreditar ou não no índio. Apesar destas dificuldades, o trabalho segue seu caminho (BI/CIMI, nº 57, 1979, p. 17).

Mas não foi apenas por setores da Igreja e de alguns missionários que as ações do CIMI junto aos indígenas não eram bem-vistas, pois, conforme publicado no BI/CIMI, até mesmo a comunidade católica procurou se afastar:

D. João, Bispo de Erechim no Rio Grande do Sul, queixou-se recentemente da comunidade católica de Votouro, paróquia de Benjamin Constant. E que a comunidade indígena de Votouro há vários anos sofre discriminação racial por parte da comunidade de colonos, em sua maioria católicos. A

discriminação é tão palpável que de um lado da estrada se encontra a Igreja dos colonos (católicos) e do outro lado de frente, a menos de 50 metros está a igreja dos índios. Eles têm sua própria igreja (BI/CIMI, nº 8, 1973, p. 4).

No entanto, o descontentamento de setores da Igreja Católica e de parte da comunidade, não foi suficiente para comprometer a atuação do CIMI, que se mostrou cada vez mais organizado, traçando estratégias e linhas de ações e colocando

a questão indígena, com toda a sua força política explosiva, na pauta da nação, numa época em que a voz da sociedade civil era praticamente sufocada. Nas lutas pela terra e pelo testemunho qualificado dos seus agentes, o Cimi recuperou a credibilidade da Igreja junto aos povos indígenas, indigenistas e antropólogos (SUESS, 1989, p. 30).

O posicionamento assumido pelo CIMI nos leva a identificá-lo como um indigenismo alternativo, especialmente porque esse “indigenismo alternativo ‘nega’ as missões tradicionais e combate o conservadorismo católico” (REBOLLAR, 2013, p. 34). Em relação a esta questão, Libertad Bittencourt (2007a) destaca alguns aspectos presentes no documento intitulado *Movimento e Organização Indígena*:

o CIMI acreditou no movimento indígena, nas suas variadas formas de luta, de articulação e de organização, ressaltando o apoio às iniciativas dos povos indígenas que ajudaram na difícil conquista de espaços de autonomia. Isso significou destinar recursos financeiros e humanos para tal finalidade. Entre as propostas elaboradas para “não se omitir e sim se colocar como parceiros destes povos”, o CIMI aponta dois caminhos: primeiro, a formação dos índios para superar os desafios surgidos com as organizações, como o gerenciamento dos recursos, a cooptação de lideranças no poder público, a compreensão política, o relacionamento com as comunidades e a representatividade das lideranças. O segundo é sugerir e propiciar a articulação das organizações indígenas e suas bases com as organizações populares do Brasil e de todo continente latino-americano, em vista das mudanças do modelo sócio-político e econômico (BITTENCOURT, 2007a, p. 129).

Para que essas propostas se concretizassem, eram necessárias formas específicas de articulação e, para isso, o CIMI definiu as seguintes linhas de atuação: *Terra, Formação, Movimento Indígena, Alianças, Políticas Públicas, Autossustentação, Diálogo intercultural e inter-religioso* e a *Pastoral Urbana*. De acordo com Suess (2012), “a luta pela terra está ancorada na cosmovisão indígena, na qual, terra e água, mundo natural e mítico, estão profundamente articulados” (p. 31) e ressalta que a “*formação* proposta pelo Cimi tem como base o protagonismo indígena, o diálogo respeitoso, a experiência e a realidade, os mecanismos

próprios e a pedagogia de cada povo” (p. 31). A linha de ação *Movimento Indígena* buscava apoiar os “processos organizativos, movimentos de resistência e articulação dos povos indígenas, em todos âmbitos, para afirmação de seus direitos, como manifestações de protagonismo” (SUESS, 2012, p. 31).

Sobre as *Alianças*, o CIMI buscava, “a partir de sua atuação, estabelecer alianças com setores da sociedade civil, organizações latino-americanas, grupos e entidades de solidariedade e cooperação internacional no sentido de assegurar aos povos indígenas as condições para a conquista de sua autonomia” (SUESS, 2012, p. 32) No que tange às *Políticas públicas*, o CIMI visava “intervir na elaboração e fiscalização das políticas públicas do Estado brasileiro com relação aos povos indígenas nos diversos campos” (SUESS, 2012, p. 32). Para Suess (2012, p. 32), a *autosustentação* estava articulada à luta pela terra, sendo que a preocupação do Cimi era a de proporcionar “condições adequadas para que cada povo possa definir de maneira autônoma os caminhos e os meios para assegurar sua qualidade de vida”. A questão do *diálogo intercultural e inter-religioso* envolvia o “respeito profundo pelas diversas concepções do sagrado, da origem e sentido da vida humana, e valorização das formas múltiplas de ritualizar a fé e alimentar as próprias crenças” (SUESS, 2012, p. 32). Já a *Pastoral Urbana*, estava ligada as migrações de indígenas para a cidade, tornando assim, como afirma Suess (2012, p. 33), “necessário conhecer melhor esta realidade, os motivos que empurram pessoas indígenas para fora de suas terras tradicionais [...] garantir os seus direitos e articular suas lutas com a questão indígena mais ampla”.

Além das linhas de ações, o CIMI trazia em sua estrutura alguns princípios que seriam norteadores de sua atuação entre os indígenas e que estavam relacionados ao “respeito à alteridade indígena em sua pluralidade étnico cultural e histórica e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas” (SUESS, 2012, p. 29). Esses princípios visavam o respeito aos indígenas e sua autodeterminação, tidos como essenciais para serem vistos como aliados, inserindo “o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural” (SUESS, 2012, p. 29).

Mesmo diante da insatisfação de setores da própria Igreja Católica, o CIMI definiu formas de apoio à articulação dos indígenas, a fim de que pudessem acessar espaços de escuta de suas reivindicações. Para tanto,

a organização proposta pelo CIMI, que dependia em muito do estabelecimento de acordos com lideranças indígenas simpáticas à ação do conselho, buscou propor a formação de agentes da Pastoral para atuação juntos às áreas indígenas, bem como estabelecer uma coordenação de representantes nos estados, aliando padres e lideranças indígenas (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 287).

No RS, os missionários formados pelo CIMI, que atuaram de forma mais direta com os indígenas, tiveram o papel fundamental de dialogar com lideranças locais, a fim de organizarem reuniões e discussões sobre os problemas que vinham enfrentando. A partir da identificação desses problemas, o CIMI buscava “denunciar às autoridades competentes e, caso necessário, aos meios de comunicação social, os abusos comprovados a respeito dos índios [...] apoio às denúncias feitas pelos próprios índios [...] Empenhar-se efetivamente na formação dos agentes de pastoral indigenista” (BI/CIMI, n° 20, 1975, p. 24).

Além das denúncias dos abusos cometidos contra os indígenas, o CIMI também procurou respeitar e incentivar o protagonismo indígena, como se pode constatar neste excerto extraído de um BI:

1. Acima de tudo, seja respeitada a chefia natural e, onde estiver destruída, seja promovido o seu restabelecimento.
2. Dar a chefia do grupo indígena os instrumentos legais para que possa escolher e demarcar sua própria reserva, aonde não possua e defendê-la, aonde já existe.
3. Promover encontros de chefes indígenas para reavivar entre os grupos a consciência de sua história (valores culturais, tradições, etc.) e para que tomem conhecimento dos problemas que os atingem.
4. Facilitar o auto reagrupamento das tribos dispersas.
5. Possibilitar ao grupo indígena um conhecimento das leis que o defendem dos abusos por parte da população não-indígena.
6. Encorajar os índios para que sejam eles próprios os autores das denúncias, junto às autoridades competentes, dos abusos contra os seus direitos.
7. Orientar os grupos indígenas no sentido de serem eles os agentes de seleção dos valores de culturas alheias.
8. Propiciar aos diversos grupos indígenas a possibilidade de fazerem visitas inter-tribais, para que o conhecimento de culturas indígenas diversas tragam um fortalecimento das mesmas.
9. Para que o paternalismo não apareça sob nenhuma forma, entreguem-se á lideranças indígenas as várias e novas responsabilidades surgidas depois do encontro (enfermeiras, professoras, cooperativas...)
10. O que for adquirido em nome dos índios (verbas, auxílios, maquinas, gado, etc) seja feito de acordo com um planejamento prévio com os líderes indígenas, dentro de suas possibilidades, e tudo venha a beneficiá-los realmente (BI/CIMI, n° 20, 1975, p. 23).

Nota-se que os dez aspectos listados se referem a formas de auxiliar, instruir e propiciar que os indígenas adotassem formas e meios que possibilitassem sua atuação de forma autônoma, ao mesmo tempo em que, se houvesse algo que necessitasse ser feito pelo CIMI, isto

deveria ser previamente acertado com as lideranças indígenas. De certa forma, isso vem ao encontro dos próprios objetivos do CIMI, que visavam

1. Reconhecer a autoridade dos chefes indígenas, pagés e outros líderes religiosos, anciãos, dentro de suas concepções sociais e familiares. Que as missões sejam as primeiras a romper, na prática, com o regime de tutela a que sujeitam os índios. 2. Incentivar assembleias indígenas tribais, regionais, nacionais e a sua participação em encontros internacionais. 3. Apoiar a criação de um boletim indígena, feito por eles e dirigido a quem lhes aprovar. 4. Difundir o ESTATUTO DO INDIO em linguagem acessível entre as populações indígenas, em seus próprios idiomas. 5. O CIMI forneça dados para membro do Congresso Nacional, no sentido que estes tenham condições de fiscalizar, como é o seu dever, o Poder Executivo. O trabalho realizado pela CPI do índio deveria se tornar função permanente de uma Comissão regular do Congresso. 6. As entidades internacionais, como a Comissão dos Direitos Humanos da ONU seja regularmente informada dos crimes cometidos contra a população indígena. 7. A legislação do país reconheça as normas, costumes indígenas nas suas relações internas. 8. Organizar uma Pastoral indígena Urbana, tendo em vista os indígenas que migraram para as cidades (BI/CIMI, n° 44, 1978, p. 24).

Os objetivos traçados pelo CIMI nos mostram que os missionários estavam preocupados em difundir o conteúdo da política indigenista vigente na época entre os próprios indígenas, de forma que fosse acessível a todos. É perceptível a ideia de manter um trabalho próximo do Congresso, para que a fiscalização sobre o que acontecia com os indígenas fosse mais eficiente. Também é notável a preocupação para que os costumes indígenas fossem respeitados, de forma que isso fosse respaldado em lei. Outro objetivo muito importante do CIMI dizia respeito às formas de mobilização, com destaque para as “reuniões de Chefes Indígenas [...] reuniões exclusivamente deles [...] organizações indígenas como, por exemplo, Federações e Confederações a nível nacional e continental” (BI/CIMI, n° 44, 1978, p. 12). Em sua atuação, o CIMI pôde contar com a OPAN, que também se mobilizou para

o engajamento radical nas aldeias junto à reflexão constante da prática e a “escuta” como atitude fundante do novo indigenista, constituiu uma práxis criadora, que deu origem ao que chamaria de indigenismo alternativo, por ser uma interlocução diferenciada, inexistente até o momento e que se contrapunha ao indigenismo oficial da época. Todas as condições estavam dadas para abrir a possibilidade de uma nova práxis indigenista (REBOLLAR, 2013, p. 112).

O CIMI compreendia que a Igreja, mais do que apoiar sua atuação, precisava se posicionar em relação à questão indígena e

intervir em casos de omissão de Missões que silenciam diante de injustiças graves e apelar ao mesmo tempo para as instâncias eclesiais superiores, como a CNBB e os superiores religiosos [...] contar, no processo total da evangelização, com a presença indígena; coloca-se numa posição de escuta; possuir um espírito de auto-conversão e desprendimento pessoal para mergulhar na cultura indígena; convencer-se que a Teologia é inadequada para evangelizar; desenvolver e fortalecer os valores comunitários do índio; exigir dos bispos posições claras a favor do índio; superar as fixações e as ideologias proclamadas em nome do evangelho (BI/CIMI, n° 44, 1978, p. 11).

Conscientes de que, mesmo que a Igreja tivesse um papel importante no apoio às causas indígenas, ainda assim haveria resistência de alguns setores, o CIMI traçou metas para angariar apoio da opinião pública:

15. Mobilizar a opinião pública no sentido de cobrar o prazo de cinco anos dado pelo estatuto do Índio, em 1973, para a demarcação de todas as terras indígenas. 16. Apoiar, com todos os meios ao nosso alcance, os povos indígenas que estão lutando pela demarcação, recuperação e garantia de suas terras. Defender também o direito que tem os índios de serem ouvidos nas demarcações, fazendo valer os seus critérios no traçado de limites. 17. Atuar em união com a CPT em relação às situações dos posseiros estabelecidos em áreas indígenas (BI/CIMI, n° 44, 1978, p. 11).

E, no caso do RS, foi definido um plano de atuação nos Postos Indígenas:

No plenário final do Encontro de Frederico Westphalen, foi apresentado um Plano de Ação para esta Diocese, que abrange as áreas indígenas de Guarita, Nonoai, Santo Augusto, Rodeio Bonito e Irai. É o seguinte: 1. Contatar os representantes da FUNAI e os vigários em cujas paróquias há presença indígena e dizer a eles o que se pretende fazer. 2. Tomar um conhecimento mais profundo da realidade indígena da região. 3. Formar uma equipe que depois de preparada, atuará nesta área. 4. Procurar a colaboração de elementos indígenas para a formação dessa equipe. 5. Conscientizar todas as áreas pastorais sobre a problemática indígena; assumir esta meta em termos de Diocese, a incluindo nos planos de pastoral (BI/CIMI, n° 24, 1975, p. 18).

Além do investimento no conhecimento da realidade da região e na conscientização das pastorais acerca da situação vivenciada pelos indígenas, o CIMI comprometia-se a criar uma equipe qualificada e que contasse com indígenas na sua composição, a fim de promover a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas, chocando-se com a prática de integração vigente que visava “transformar o índio em mão-de-obra barata (peão, boia-fria) e introduzir o índio nos segmentos marginalizados da sociedade” (BI/CIMI, n° 16, 1974, p. 9).

O CIMI foi um dos responsáveis pelo apoio a articulação indígena no RS e, para isso, muitas reuniões, assembleias e diálogos aconteceram entre os missionários e demais organizações de apoio e também entre missionários e indígenas. Certa vez, paralelamente

às reuniões dos missionários, houve reunião de um grupo de índios representantes de vários toldos ou reservas. Eles discutiram seus problemas e apresentaram as seguintes resoluções: urgente definição e ação direcionadas para a problemática das terras; cuidado na seleção e preparação de pessoal para trabalhar com os índios [...] reunião em Nonoai: esclarecer a todos os índios sobre a importância deste movimento; criação de fundo econômico para financiar viagens dos índios, encontros, as próprias famílias (BI/CIMI, nº28, 1976, p. 12).

Deste excerto depreende-se que a “postura autocrítica e propositiva [do CIMI] não ficou apenas no discurso. Ela viabilizou o apoio a auto-organização dos povos indígenas, bem como favoreceu o surgimento de ONGs indigenistas” (ZWETSCH, 2012, p. 42).

Em se tratando do investimento no conhecimento da cultura e da realidade vivenciada pelos povos indígenas proposto pelo CIMI, parece-nos pertinente considerar os conceitos de mediação e tradução cultural. Paula Montero (2006) enfatiza que fontes predominantemente de origem missionária carregam consigo alguns limites no que se refere a determinantes culturais, que a autora chama de “filtros”. Sua análise, segundo a autora, implica levar em consideração o contexto de sua produção, os atores, interesses e conflitos envolvidos, bem como o esforço de tradução cultural que a mediação implica. Montero também ressalta que, em relação a este tipo de documentação, é preciso observar as distintas vozes que compõem as narrativas e considerá-las enquanto *locus* da mediação cultural, isto é, do contato entre índios e missionários. Entendemos que esta reflexão sobre mediação e tradução cultural pode ser estendida aos jornais alternativos produzidos pelo CIMI, na medida que trazem, sob a perspectiva dos missionários, relatos feitos por indígenas por ocasião das reuniões e assembleias durante as quais foram discutidas formas de articulação e foram compartilhados os problemas por eles enfrentados.

4.2.2 Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI

A ANAI surgiu ainda na década de 1970, em Porto Alegre/RS, como resultado do Simpósio, “O Índio Brasileiro, um sobrevivente?”, que tinha entre seus coordenadores Assis Hoffmann. Contando com profissionais de várias áreas (advogados, antropólogos, sociólogos

etc.), a ANAI passou a atuar em várias partes do país, prestando apoio aos indígenas, muitas vezes, em parceria com o CIMI. No RS, a atuação desta entidade teve entre os principais colaboradores Júlio Marcos Germany Gaiger, Lígia Simonian, Caio Lustosa, Silvio Coelho etc. A ANAI tinha

por objetivos contribuir para uma nova consciência pública de respeito às minorias étnicas e sociais, apoiar os povos indígenas nas reivindicações para recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras, sua posse permanente, o usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas utilidades nelas' existentes (conforme o art. 198 da constituição em vigor), reconhecer, respeitar e apoiar sua autonomia cultural e o direito à autodeterminação dos povos indígenas; apoiar as lutas de sobrevivência do próprio Índio (BOLETIM INFORMATIVO AJURICABA, 1978 p. 3).³⁸

A ANAI previa que seus sócios deveriam “contribuir financeiramente, em caráter obrigatório, com uma quantia mensal mínima fixada anualmente em Assembleia Geral” (ESTATUTO ANAI, p. 10).³⁹ Quanto aos sócios, estabelecia que desempenhariam cargos eletivos não remunerados e que a ANAI seria constituída primeiramente pela Assembleia Geral, seguida da Diretoria Nacional e, por último, pelo Conselho Fiscal. O Estatuto da ANAI ainda previa que, além dos sócios, as “entidades organizadas sobre a forma jurídica que quiserem participar da ANAI poderão nela ingressar na condição de colaboradoras, sem direito a voto (ESTATUTO ANAI, p. 9).

Apesar de ter sido fundada em Porto Alegre, a ANAI se configurou como uma associação de nível nacional, possuindo núcleos regionais, com regras que estavam descritas no Estatuto da organização da seguinte forma:

Art. 19º - Os núcleos terão autonomia administrativa e financeira, regendo-se por estes Estatutos e podendo estabelecer Regimento Interno. Obrigam-se, entretanto, a I - Destinar recursos a Coordenação Nacional; II - Manter intercâmbio e articulação constantes entre si e com a coordenação Nacional; III - Realizar, a cada ano as eleições de suas direções; IV - Cumprir e fazer cumprir estes Estatutos (ESTATUTO ANAI, p. 8).

Também a atuação da ANAI, assim como a do CIMI, tem características que denotam um indigenismo alternativo, ao fazer oposição ao indigenismo oficial e estender sua atuação a outros cantos do país. Por meio dos JMC e dos JA, pode-se perceber as parcerias firmadas pela

³⁸ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000007_D0001DE0001

³⁹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003242_D0001DE0001

associação com o CIMI, as denúncias feitas sobre irregularidades que aconteciam nos PI, assim como as iniciativas de promoção da autonomia indígena.

Segundo informações registradas nos documentos do SNI,⁴⁰ a ANAI, apesar de ter relações próximas com o CIMI, teve uma relação difícil com outras entidades, especialmente pela ação catequista dos missionários. Consta, ainda, que a ANAI também não tinha boas relações com o cardeal Dom Vicente Scherer, pois segundo a associação, o cardeal infiltrava um diácono,⁴¹ chamado Nascimento, em suas reuniões, o que acabava por tumultuá-las. A ANAI tinha, no entanto, bom relacionamento com jornalistas, que frequentemente divulgavam matérias em apoio aos indígenas e as entidades que os auxiliavam, sendo que até mesmo o SNI reconhece que eles possuíam apoio da imprensa, especialmente do CP e ZH.

4.2.3 Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB

Sobre a IECLB, sabemos que, desde 1900, tentava ingressar nas comunidades indígenas, mas que foi somente na década de 1960 que conseguiram autorização para iniciar um trabalho na região de Tenente Portela/RS. A formação do trabalho missionário da IECLB entre os indígenas no RS, se deu a partir do momento em que

o missionário Schwantes acionou diversos interlocutores capazes de auxiliá-lo no processo de convencimento da Igreja para a implementação de uma frente de ação junto aos índios, sensibilizando-os para o compromisso e a importância de fornecer não apenas assistência religiosa àquelas populações, mas principalmente, de assisti-las na produção de formas básicas de subsistência [...] o plano do pastor Schwantes era o de desenvolver um trabalho missionário junto aos índios da região – a Missão Guarita – desvinculado da Paróquia de Tenente Portela, necessitando para isso que a IECLB se ocupasse de enviar um pastor que ficasse responsável especificamente pelo trabalho junto aos índios” (COSTA, 2016, p. 96).

A proposta de criar a Missão Guarita, mais do que propor assistência religiosa, previa ações que fizessem com o que indígenas usufríssem de melhores condições no seu dia a dia, como se pode constatar no excerto abaixo:

- Uma escola de nível primário bilíngue para crianças e adultos analfabetos;
- Uma escola normal indígena para alunos que tivessem cursado o primário, fossem inteligentes e apresentassem espírito de liderança, tanto da Reserva de

⁴⁰ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010696_D0001DE0001

⁴¹ Diácono Nascimento consta na lista de matriculado no curso “*Indigenismo, possibilidades de ação*” oferecido pela ANAI em parceria com CIMI em Ijuí/RS.

Guarita como de outras. Esta idéia era um sonho que me parecia ainda muito distante, mas era a razão maior do plano;
 - Uma enfermaria para assistência sanitária aos índios e na qual pudessem aprender práticas de vida saudável, visto que havia muitos doentes entre eles (SCHWANTES apud DECKMANN, 1985, p. 97).

Para que o projeto de criação da Missão Guarita se concretizasse era preciso contar com o apoio da própria IECLB, da FUNAI e dos indígenas, assim como como aporte financeiro para sua execução. Sobre estas condições, temos o relato de Schwantes:

Conseguida a promessa de financiamento pela Lutherjalpen da Igreja Luterana da Suécia, encaminhamos o projeto ao Posto de Serviço do SPI em Guarita, onde o projeto foi engavetado. Depois de muito esperar, tomei o ônibus e fui à Brasília falar com o Presidente do SPI. Lá, naturalmente, o projeto não tinha dado entrada e eu lhe entreguei a segunda via. O Presidente convocou informalmente os seus assessores e todos se entusiasmaram com o Projeto. Na mesma hora ele me deu autorização verbal para iniciar as construções enquanto que seus assessores ficaram encarregados de elaborar uma proposta de convênio. Ele deixou claro que o convênio teria que prever que todas as construções feitas em terra indígena seriam incorporadas ao patrimônio indígena. Mas isso já era do nosso conhecimento (SCHWANTES, apud DECKMANN, 1985, p. 98).

E, assim, se iniciou a *Missão Indígena de Guarita*, que contava com uma escola, CA e um posto de enfermagem. Como já mencionamos no capítulo 3, a IECLB em parceria com a FUNAI, atuou em Guarita desenvolvendo projetos agrícolas e de assistência à saúde. Entre outros projetos, destacamos a Escola Bilíngue, denominada CTPCC, que contou com a parceria do SIL⁴² e da FUNAI. Sobre essa iniciativa, sabemos que

a primeira turma de monitores bilíngues formada pelo SIL no Brasil foi entre Kaingang e saiu de um convênio entre a FUNAI, o SIL e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) a partir de 1972. Essa formação se deu via Curso Normal Bilíngue realizado no Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão (CTPCC), no município de Tenente Portela, RS, em 1970, com formação da primeira turma em 1973 (KNAPP, 2012, p. 225).

Como já mencionado no capítulo 3, a realidade na Missão Guarita foi distinta daquela que existia em outros PI, pois, apesar de assistência médica ainda ser precária, os indígenas puderam contar com ela. Sobre o CTPCC, sabemos que ele “se constituiu e realizou diferentes

⁴² “O Summer Institute of Linguistic (SIL) é uma missão evangélica especializada na tradução do Novo Testamento para línguas ágrafas e que surgiu no formato de um curso de treinamento realizado em 1934 em Arkansas, nos Estados Unidos” (COSTA, 2016, p. 98).

propósitos num misto de euforia e contradições. Euforia pelo inusitado, pelo pioneirismo na formação em educação bilíngue; contradições nos diferentes interesses das partes envolvidas” (LUCKMANN, 2011, p. 93). De acordo com Knapp (2012, p. 228), essa parceria entre FUNAI, IECLB e SIL embora tenha proporcionado “o primeiro curso de formação para a comunidade, não podemos considerar o curso satisfatório do ponto de vista de vantagens para a comunidade Kaingang, já que ele serviu mais aos interesses do SIL do que da comunidade indígena”. Um exemplo disso, segundo o autor, tem relação com o formato e metodologia adotados, uma vez que,

o bilinguismo de transição adotado pelo *Summer Institute of Linguistic* não foi um bilinguismo capaz de formar leitores e escritores. O SIL apenas usou o bilinguismo de transição para alfabetizar o indígena na língua portuguesa, além de utilizar dessa ferramenta com interesses proselitistas (KNAPP, 2012, p. 228).

Entre as principais críticas ao CTPCC, estão os castigos a que os indígenas eram submetidos e seu direcionamento religioso, como referido pela Kaingang Andila Belfort.

Nos proibiram de falar com nossos colegas e nos castigavam por qualquer coisa, eu então vivia de castigo, que era limpar e dormir na casa da diretora. Fazia muitas gravações da língua com ela. Não sabia por quê (BELFORT, 2022 apud LUCKMANN, 2011, p. 89).

Não tínhamos clareza do que isso representava para nós, nem para os brancos, mas para eles era bem claro o que queriam, nos usar enquanto alfabetizadores da língua Kaingáng e que faziam o processo de transição da língua Kaingáng para o Português em pouco tempo e então os professores brancos faziam o resto, abreviar a integração dos Kaingáng à sociedade nacional, usando os índios e sua própria língua para nos descaracterizar enquanto povo, mas não tínhamos clareza disso (BELFORT 2002 apud LUCKMANN, 2011, p. 90).

A despeito das críticas quanto à metodologia adotada, o “convênio foi importante e teve aspectos positivos, por que abriu as portas das aldeias indígenas, oportunizando assim a entrada de informações que assimilada e digerida pelos indígenas Kaingang os ajudaria para empreender a luta que estava por vir” (BRAGA, p. 2015, 75). Como veremos no capítulo 6, a escola bilíngue e o convênio com SIL contribuíram para a articulação Kaingang, pois “a escola não só formou professores, mas também com a ajuda deles conseguiu trabalhar na criação da língua Kaingang escrita e a elaboração de um Dicionário Kaingang, muito usado atualmente nas escolas Kaingang” (BRAGA, 2015, p. 77). Para Luckmann (2011, p. 94), o posicionamento

do CTPCC e da Missão pode ser visto como contraditório, pois, apesar de “uma postura de promoção da autodeterminação e autonomia dos povos indígenas, ainda é perceptível uma postura tradicional e colonialista”.

O trabalho desempenhado pela IECLB teve fim no início na década de 1980, em meio a um conflito interno entre caciques, que ocasionou a prisão de pastores e funcionários dentro da aldeia. O encerramento das atividades da Missão e do CTPCC significou para a IECLB “uma nova abordagem e maneira de atuação, pautadas pelo respeito à cultura e ao protagonismo indígena, críticas as propostas de aniquilamento, tutela ou catequização das comunidades indígenas, e pela parceria e diálogo com outras entidades indígenas e indigenistas” (LUCKMANN, 2011, p. 94). Embora houvesse essa preocupação da IECLB em priorizar as questões indígenas no Brasil, suas ações na

primeira metade de 1970, contudo, não representou atividades além do assistencialismo tradicional, promovendo atividades ligada a diaconia [...] foi somente a partir da segunda metade de 1970 que a IECLB, através de uma proposta de trabalho missionário mais comprometido com a realidade nacional criou comissões de estudo e grupos de trabalho. Tornara-se inevitável acompanhar a realidade do povo que compunha as comunidades da IECLB e eliminar preconceitos segregacionistas [...] apelos retórico precisavam ceder seus lugares a um trabalho social e político consciente [...] com exemplo dessa nova mentalidade postura engajada, a criação do Conselho de Missão Entre Índios (COMIN), pelo Conselho Diretor da IECLB, é apontada como uma manifestação concretada tentativa de um trabalho comprometido com a causa indígena (DECKMANN, 1985, p. 224-226).

Com a fundação⁴³ do COMIN, a IECLB adotou uma nova forma de apoio aos povos indígenas no RS, que viria a atender seus interesses, principalmente, no que se referia à educação. Entendemos que a atuação da IECLB, via convênio com a FUNAI, pode ser vista como de cunho assistencialista e/ou filantrópica, pois, de acordo com Sanglard (2017), o papel da filantropia como utilidade social é como uma espécie de complemento às ações do Estado, revelando, assim, uma relação público-privado, onde as ações de assistência filantrópicas são pontuais, enquanto que as do Estado são ações mais gerais. Quanto a estas últimas, elas podem ser vistas nas ações da FUNAI, enquanto que as da IECLB estiveram mais voltadas para atividades específicas e religiosas. Cabe, aqui, retomar a reflexão acerca do indigenismo alternativo, observando as ambivalências de que nos fala Ramos (2012), uma vez que “o indigenismo alternativo nasceu num período [...] de transformações neste campo e teve como

⁴³ Não nos deteremos aos primeiros anos de atuação do COMIN por entendermos que extrapola o recorte temporal estabelecido e, por também envolver um cenário que abrange novas problemáticas e focos para pesquisa.

característica contrastiva romper com a perspectiva de aculturação” (SCHROEDER, 1995, p.22 *apud* REBOLLAR, 2013, p.32). Considerando que a atuação da IECLB esteve voltada também para fins religiosos e que não consistia em uma oposição completa à política indigenista oficial, pois atuava em parceria com a FUNAI, podemos enquadrá-la dentro do indigenismo alternativo.

Ao nos questionarmos se a atuação da IECLB na Missão Guarita influenciou o processo de articulação dos povos indígenas do RS, entendemos que, por ter havido a instalação de uma escola, ela possibilitou a formação e, posteriormente, a participação de forma ativa de lideranças indígenas no processo de articulação indígena nos PI/RS. O aprendizado e o domínio da língua portuguesa se mostraram uma importante ferramenta para esta articulação, visto que as cartas, manifestos e denúncias na imprensa (como veremos no capítulo 6) foram decisivas nas lutas travadas pelos indígenas. Também a vacinação, o atendimento aos doentes na enfermaria e o encaminhamento para tratamentos com especialistas, por mais que não fossem os ideais, permitiram que muitos tivessem asseguradas condições melhores de saúde.

4.3 ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO NOS PI/RS: VISIBILIDADE E VIGILÂNCIA

Após apresentarmos as principais organizações de apoio aos indígenas durante o período da ditadura militar e explicar suas linhas de atuação, objetivos e propósitos, neste subcapítulo, nos dedicamos a, primeiramente, abordar a visibilidade que elas tiveram tanto na imprensa, quanto na comunidade de informações da época.

Como já mencionamos nos capítulos 2 e 3, a imprensa teve um papel fundamental no que diz respeito à visibilidade da situação que os povos indígenas viviam no RS. Sabemos que veículos de comunicação, “submetidos à censura prévia, tinham de enviar material a ser publicado aos censores, mas todos os órgãos estavam sob censura permanente para impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições” (FICO, 2019a, p. 83). No entanto, no que tange às denúncias sobre as violações de direitos indígenas, percebemos que a imprensa demonstrou ser uma aliada, pois, através dela, pautas relacionadas às reivindicações dos indígenas ganharam mais visibilidade, tanto pelas ações dos indígenas, quanto pelas ações das organizações de apoio. A Tabela 9 nos mostra, a partir dos títulos das manchetes, como os jornais destacaram a atuação destas organizações no RS.

Tabela 9: Organizações de apoio aos PI/RS nas manchetes dos JMC (1968-1985)

Organizações de apoio nos JMC (1968-1985)		
Org.	Manchete	Fonte
CIMI	Igreja denuncia grave situação dos índios no Rio Grande do Sul	CP, 01/06/1968
	Cimi denuncia irregularidades e ineficiência da Funai no Sul	OESP, 08/08/1975
	Ismarth diz que denúncias do Cimi são improcedentes	OESP, 09/08/1975
	Padre acusa Funai de explorar índios	OESP, 12/06/1975
	Padre denuncia a miséria dos índios	OESP, 07/03/1975
	Funai: grupos influenciam índios	OESP, 26/07/1978
	Cimi denuncia pressão da Funai	OESP, 16/02/1979
ANAI	Manipulação na Reserva de Guarita é denunciada pelo Cimi	O Estadão, 09/03/1983
	ANAI contesta emancipação	OESP, 20/02/1979
	ANAI ameaça Paulipetro em P. Alegre	Diário do Paraná, 05/02/1981
	PMDB vai investigar a denúncia da ANAI	ZH, 25/08/1982
	ANAI vai interpelar Funai judicialmente	ZH, 04/03/1983
	ANAI quer colono fora da terra dos índios	ZH, 16/03/1984
	ANAI busca provas para contestar Funai	ZH, 24/12/1985
	Denunciado uso de área Indígena como aeroporto	FSP, 10/08/1978
	Denunciados desvios de verba indígena	OESP, 09/10/1979
	ANAI luta para ampliar área dos caingange	ZH, 26/12/1985
Outros	Especialistas condenam projeto de emancipação indígena	JB, 03/12/1978
	Evangélicos preocupados com os índios de Tenente Portela	ZH, 30/11/1979
	Pastor revela entrega de armas: índios	Diário do Paraná, 02/12/1979
	OAB ⁴⁴ -RS submete denúncia à comissão	JB, 13/12/1979
	Um estudo dos antropólogos da Fidene ⁴⁵ de Ijuí mostra que os índios gaúchos já foram desapropriados em mais de 50% do território de suas reservas desde 1913	ZH, 18/05/1980

⁴⁴ Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Acreditamos eu a participação e atuação da OAB no apoio a articulação dos povos indígenas no período dessa pesquisa pode ser objeto de estudo promissor, visto que, esse processo contou com apoio de advogado e instrução jurídica aos indígenas. Portanto, não é foco de nossa análise, mas cabe destacarmos essa possibilidade.

⁴⁵ Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE). A FIDENE “caracterizou-se por uma profunda identidade regional. Sua formação remonta ao ano de 1956 em que, num processo de constante e progressiva inserção no contexto e na vida multifacetada da comunidade local e regional a que se destinou servir, [...] em 1969, com uma proposta de ampla abertura, integração, envolvimento e comprometimento das comunidades da região, por seus órgãos públicos e organizações privadas, num esforço coletivo e articulado visando à condução e à instrumentalização do seu próprio desenvolvimento, alicerçado numa instituição de educação superior, aberta e descentralizada, embrião de uma futura Universidade. Essa estrutura organizacional foi consolidada em 1985, com a criação/reconhecimento da Universidade de Ijuí - UNIJUÍ, permanecendo a FIDENE como sua mantenedora [...] Com sede em Ijuí, a FIDENE situa-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e se enraíza no contexto e na trajetória histórica de uma região que compreende uma área de 42.172 Km², 95 municípios e uma população de aproximadamente 1,3 milhão de habitantes, perfazendo 15% da área e 14,5% da população do Estado do Rio Grande do Sul. Instituição comunitária e beneficente, sem fins lucrativos, de caráter científico-técnico-educativo-cultural, é pessoa jurídica de direito privado, com prazo de duração indeterminado e rege-se pela legislação em vigor e por seu Estatuto.” Fonte: Disponível em: <<https://www.unijui.edu.br/fidene>> Acesso em: 07/07/2023.

Antropóloga condena descaso com índios	ZH, 12/08/1982
Deputado acusa Funai de prejudicar Caingangues	FSP, 01/02/1984
Os pastores eram contra as orientações do Cacique. Foram presos	Jornal da Tarde, 22/03/1985

Fonte: Elaborado pela autora

As manchetes sobre a atuação do CIMI se referem a denúncias e o conteúdo dessas matérias contemplam as situações de violências, vulnerabilidades e má administração da FUNAI, indo ao encontro do que o CIMI vinha destacando em seus JA. A reiteração das denúncias ao longo dos anos nos mostra que, apesar de a FUNAI ter conhecimento dos problemas que acometiam os povos indígenas no RS, não agia de forma a solucionar os conflitos oriundos dessas situações.

Sobre a atuação da ANAI, a Tabela 9 nos mostra que as principais manchetes referentes a essa organização estão relacionadas com a contestação das medidas adotadas pela FUNAI. Ao observarmos os assuntos envolvendo a participação da ANAI nos JMC, fica evidente que seus integrantes atuaram de forma a contestar o que consideravam prejudicial aos indígenas, especialmente nos PI/RS, como veremos em seguida quando tratarmos sobre como esta organização apareceu nos documentos do SNI e ASI/FUNAI. Quanto à atuação de outras organizações e apoiadores, percebe-se que as manchetes se referem também aos evangélicos, à OAB e a outros especialistas.

Ao consultarmos a documentação do Serviço de Segurança e Informação mantido durante o período da ditadura militar e os JÁ, veremos que o apoio aos indígenas não se limitou às organizações como a ANAI e o CIMI, na medida em que pesquisadores, antropólogos e membros de outras organizações também manifestaram sua preocupação com a questão indígena. É preciso, no entanto, ter presente que os “fracassos do governo ou quaisquer fatos que fragilizassem o regime também eram censurados” (FICO, 2019a, p.83), por isso a aliança entre as organizações de apoio aos indígenas e os jornalistas se mostrou uma tática corajosa, pois, além de fazerem oposição à atuação da FUNAI também abriam um novo espaço na luta pelos direitos indígenas.

A vigilância era, inegavelmente, um aspecto estratégico para o regime, isto porque, “sua função central era produzir informações sobre pessoas movimentos sociais, instituições, grupos políticos legais ou ilegais, evitando surpresas para o governo. Informações que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados” (NAPOLITANO, 2019, p. 131). O Sistema de Informações tinha acesso a dados sobre a atuação das organizações que, de alguma forma, confrontavam com os interesses do regime e também de seus agentes, registrando “não apenas

questões políticas, mas, frequentemente, o que pareciam ser, a seus olhos ‘desvios morais’” (FICO, 2019a, p. 70). Em relação às organizações de apoio aos indígenas, sabiam a data, hora, local de reunião e integrantes das organizações que se faziam presentes. A ampla vigilância exercida sobre as organizações de apoio e de seus membros consistia em uma tentativa de controlar as áreas indígenas e de deter atos de mobilização dos povos indígenas. No que se refere à ampla vigilância da comunidade de informações, vale lembrar que:

Os agentes de informação interpretavam a seu modo as atividades dos que faziam oposição ao regime [...] a visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na ‘escalada do movimento comunista internacional’ [...] essas interpretações peculiares dos escalões inferiores da comunidade de informações faziam surgir aquilo que podemos chamar de ‘técnicas de suspeição’, isto é, as maneiras encontradas pelos agentes para ‘provar’ que alguém era culpado de ‘subversão’. A mais usada era a reiteração: anotava-se na ficha de alguém um primeiro ‘indício’ (a simples frequência a uma reunião, por exemplo) e, nos meses e anos seguintes, acrescentavam-se outras ‘informações’, muitas vezes simples cogitações, que iam, assim, compondo um perfil nebuloso de suspeição em torno do acusado – que nem ao menos tinha notícia da acusação. Em resumo, elegia-se a priori o suspeito e providenciava-se a culpa depois (FICO, 2019b, p. 147).

A vigilância por agentes de informação descrita por Fico muito se assemelha àquela a que foram submetidos os membros da ANAI/RS. Entre as informações que constavam nestes registros de controle constam os nomes de alguns jornalistas e de outros apoiadores, seus locais de trabalho e características profissionais, tais como Assis Hoffmann e Antonio Hohdfeldt, jornalistas da Cia. Jornalística Caldas Júnior, citados como jornalistas e colaboradores da ANAI, “CLÁUDIA MENESES - Antropóloga, professora universitária, integra a equipe do Museu do índio [...] e - SILVIO COELHO DOS SANTOS - Antropólogo, professor universitário, trabalha na Universidade Federal de Santa Catarina”⁴⁶.

Os órgãos de segurança e informações passaram a buscar saber cada vez mais quem eram os membros dessas organizações, sendo que diversos documentos destacam o acompanhamento tanto delas, quanto de seus integrantes. Houve, ainda, um pedido de levantamento dos antecedentes dos membros da ANAI, que foi solicitado logo após a veiculação de uma matéria jornalística. Encontramos, ainda, informações relativas a uma assembleia da ANAI que teria acontecido em 10 de agosto de 1982, com o propósito de constituir a diretoria da entidade. Assim como no caso da missa de São Miguel, constata-se que o Serviço de Informações possuía a transcrição das falas literais desta assembleia, uma vez que

⁴⁶ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

encontramos passagens como esta: “a população indígena está sendo aniquilada culturalmente e a FUNAI é a principal responsável por isso”,⁴⁷ o que nos leva a crer que havia um informante presente.

Tanto a ANAI, quanto seus membros eram vistos pelo regime como pessoas “com tendências ideológicas contrárias ao regime político atual, com elementos esquerdistas em seu quadro diretivo”⁴⁸. Algumas reuniões e conversas informais entre indígenas e membros da ANAI estão registradas na documentação do SNI, especialmente os que se referem a Júlio Gaiger e Lígia Simonian. Isso nos leva a crer que os próprios funcionários e o chefe de posto poderiam ter repassado essas informações para os órgãos de segurança, ainda mais, por se tratarem de menções negativas à FUNAI, algo que marcou a atuação tanto da ANAI quanto do CIMI.

Outro caso, envolvendo a atuação da ANAI, encontrado nesta documentação diz respeito aos assuntos tratados na reunião de 25/11/1980, que discutiu a questão da ampliação do apoio aos indígenas no Brasil. O documento⁴⁹ não se limitou às atividades da ANAI, mencionando também o teor da reunião e quem dela participou, com destaque para Carlos José Lustosa, na época, Consultor Jurídico do Estado do RS. A pauta da reunião, que, segundo consta na documentação,

foi discutida a formação de um grupo de trabalho, isto é, uma “linha de frente” partindo da ANAI/RS que, efetivamente, se empenhe na causa do índio e que seja capaz de gestionar junto às autoridades civis e militares, junto a integrantes do clero e políticos de oposição; de fazer frente à FUNAI; de penetrar nas reservas indígenas; de veicular através da imprensa escrita, falada e televisionada o seu apoio ao índio e o repúdio às resoluções governamentais.⁵⁰

Como se pode constatar, a ideia era de adentrar as terras indígenas, apesar de as organizações estarem proibidas de acessar os PI, e de tornar pública a situação dos indígenas, tanto através da imprensa escrita, quando televisionada. Estas proposições foram tidas como subversivas e Lustosa foi visto como seu principal articulador, uma vez que, as reuniões da ANAI estavam acontecendo no seu escritório particular, no centro da cidade de Porto Alegre/RS. A ANAI propunha, ainda, que todos os movimentos de apoio aos indígenas no

⁴⁷ Fonte: AN, FUNDO SNI CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005090_D0001DE0001

⁴⁸ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006246_D0001DE0002

⁴⁹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012610_D0001DE0001

⁵⁰ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012610_D0001DE0001

Brasil deveriam se articular para, juntos, encontrar uma melhor forma de agir, como podemos ver nesta passagem:

Urge que paremos para pensar e discutir a história recente e presente. É necessário que possamos opor mais eficazmente à escalada da violência anti-indígena, e só o conseguiremos quando passarmos a ofensiva, invertendo o jogo e tomando a iniciativa. Somos, no País, muitos grupos e entidades de apoio ao índio. Urge que discutamos juntos uma orientação e articulação comuns, multiplicando nossa capacidade de resistência e ofensiva. Nossos compromissos não são com siglas, mas com o índio. Em nome desta causa, é preciso que passemos a construir uma política indigenista alternativa, dando um passo qualitativo indispensável à continuidade da luta. Uma política indigenista alternativa. É a proposta para a qual pretendemos sensibilizar as entidades de apoio ao índio e à própria ANAI, mais particularmente. Seja o tema incluído na pauta do Encontro de São Paulo, ou, pelo menos, da Assembleia Nacional da ANAI (ANAI, 1981).⁵¹

A ideia de articular uma “linha de frente”, que fosse capaz de fazer frente a FUNAI, nos leva a pensar que, para a ANAI, uma das formas mais eficazes de se contrapor à política indigenista vigente era propor uma política indigenista alternativa que fosse discutida por todas as organizações de apoio ao índio.

Além da utilização da imprensa, a ANAI também promovia conversas com indígenas, palestras em universidades e distribuição de panfletos. Em um desses panfletos,⁵² distribuído no PI Ligeiro, em Tapejara/RS, a ANAI explicava sua finalidade e seus projetos, descrevia como ajudava os indígenas e informava como era possível entrar em contato com seus representantes e, ressaltava que, se fosse necessário vir a Porto Alegre/RS, haveria serviço de busca na rodoviária e que o transporte de volta seria assumido pela ANAI. Além de reuniões, palestras, auxílio para viagens e distribuição de panfletos, também encontramos registros de que os membros da ANAI procuraram ocupar diferentes espaços em prol dos povos indígenas, tanto pela via judicial, quanto através de parcerias com pesquisadores e professores universitários.

A via judicial foi usada para buscar uma solução para a construção, de responsabilidade do DAER, de uma estrada que ligava Tenente Portela/RS a Redentora/RS, e que passava pela área indígena de Miraguai/RS e, que era de responsabilidade do DAER. Segundo a ANAI, não estariam sendo cumpridos os requisitos necessários para a obra, razão pela qual foi impetrada uma ação cautelar contra o DAER. Em relação a esta situação, tanto o Delegado Regional da

⁵¹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002542_D0001DE0001

⁵² Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009247_D0001DE0001

FUNAI, quanto a ANAI estavam de acordo, uma vez que o DAER e a construtora responsável pela obra estavam desrespeitando a Lei. A ANAI, então, decidiu responsabilizar criminalmente o DAER, visto que sobre esta área “somente a União pode efetivar intervenção, a área de terra retirada da reserva deve ser substituída por outra porção equivalente”,⁵³ devendo ser paga uma indenização aos indígenas.

Em relação à parceria com pesquisadores e professores universitários, ela pode ser observada na visita dos antropólogos Silvio Coelho dos Santos, Ana Elisa Nacki, Cecília Vieira Helm, Alcinda Rita Ramos e Luis Carlos Halfap, todos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC, ao PI Ligeiro. A visita tinha como objetivo um levantamento dos danos que seriam causados naquela área com a construção da barragem sobre o Rio Pelotas. No documento⁵⁴ produzido sobre esta visita não há, no entanto, qualquer menção ao estudo que seria realizado, sendo destacada somente as críticas feitas ao regime e a FUNAI.

O monitoramento das ações das organizações de apoio e de seus membros se tornaram cada vez mais frequentes, como demonstrado no *Relatório de Participação do “Encontro Sobre o índio Brasileiro” Promovido pelo Instituto Cultural Brasileiro/Alemão – ICBA Porto Alegre – Abril 1977*,⁵⁵ realizado pelo Superintendente Administrativo João Batista Cavalcanti. Esse relatório descreve as visitas de Cavalcanti à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial, à Mostra do ICBA, ao Presidente da Assembleia Legislativa, a entrevista que deu à imprensa, a sua presença à sabatina no Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e à uma palestra no auditório da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Sobre esta palestra, Cavalcanti diz:

No auditório identifiquei alguns conhecidos provocadores, como o Padre Egon Heck e o Bispo Dom Tomás Balduino, que se faziam acompanhar de um grupo de índios. Identifiquei um elemento, homem de cabelos brancos, que nos é desconhecido: Prof. José Lutzenberg esquerdista, Presidente da AGAPAN. Parece ser ecologista e ensina na Universidade, sendo muito agressivo contra o Governo, por ele chamado de "imperialista" e outros qualificativos de jargão (JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO, 1977, p. 4).

Sobre a entrevista à imprensa, o relatório informa que:

⁵³ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85048277_D0001DE0001

⁵⁴ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001490_D0001DE0001

⁵⁵ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77106276_D0001DE0001

o grupo entrevistador, composto por 26 jornalistas, não tinham qualquer simpatia pela FUNAI, e as indagações eram rigorosas e até algumas insultuosas. Sente-se existir um ponto de vista, em Porto Alegre, radicalizado contra a FUNAI, e “favorável aos índios” onde o enfoque romântico é preponderante, sendo que o CIMI é benquisto pelos jornalistas [...] Sente-se que os profissionais da imprensa em Porto Alegre estão dentro da linha do CIMI, graças a um trabalho persistente desenvolvido pelos ativistas do CIMI. Contra essa ação preconcebida procurei mostrar a verdade dos fatos, com a maior paciência e espírito de tolerância, no que fui parcialmente feliz, conforme o noticiário publicado (JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO, 1977, p. 3).

O referido documento, além de propor que a FUNAI deveria agir de forma mais enérgica diante das acusações que recebia, enfatiza a necessidade de continuar investigando as pessoas que faziam denúncias ao órgão, como se constata na passagem abaixo:

Sugiro uma investigação confidencial pelos órgãos competentes, sobre a pessoa do Prof. José Lutzenberg, Presidente da AGAPAN em Porto Alegre. Suas expressões denotam que é um ativista de esquerda, a serviço do CIMI, agindo no meio universitário não só contra a FUNAI, mas contra o Governo, como tudo (JOÃO BATISTA CAVALCANTI DE MELO, 1977, p. 7).

Os eventos que envolvem a ANAI, seus membros e a vigilância de suas atividades nos remetem à reflexão feita por Fico (2019b), quando menciona as técnicas de suspeição e as maneiras adotadas para provar a subversão de alguém. Constata-se nas passagens transcritas que os membros da ANAI eram vistos como “potenciais subversivos”, pois agiam de forma a apoiar e fortalecer a autodeterminação dos indígenas, também considerados um perigo para o regime.

Nestes documentos relacionados à vigilância e ao controle sobre as organizações de apoio aos indígenas do SNI, encontramos também menções à IECLB, inclusive, uma cópia da “*Carta Pastoral da IECLB sobre a situação dos índios no Brasil*” (1978). No documento⁵⁶ em questão, o destaque é dado às críticas feitas à política indigenista vigente, ao MINTER, à FUNAI e ao INCRA. Ressalta, ainda, que, para a IECLB, o conflito entre indígenas e posseiros se devia à “injusta distribuição de terras e pela errada estrutura fundiária do país”.⁵⁷

Outro documento a que tivemos acesso nos mostra a solicitação feita ao Chefe da ASI/FUNAI para que fosse verificada a possível infiltração comunista através da atuação de grupos religiosos nos PI/RS, obtendo a seguinte resposta:

⁵⁶ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000044_D0001DE0001

⁵⁷ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000044_D0001DE0001

Atuam nesta área, na assistência religiosa, as seguintes missões: IECLB (Luterana), Missões Novas Tribos do Brasil, Assembléia de Deus e Padres de Paroquias diversas (itinerantes). Os reflexos das atuações dessas missões, são geralmente negativos. As orientações ultrapassam o aspecto religioso e penetram nas atividades sociais, econômicas, educacionais, sanitárias e etc..., de competência da FUNAI. A ANAI atua junto a imprensa, e suspeitamos, junto a membros das comunidades indígenas, com grande influência na área de Guarita e Nonoai. A Sr^a Lígia Simonian membro daquela associação, vez por outra ingressa na área indígena sem qualquer autorização, causando distúrbios e disseminando a discórdia. [...] O CIMI se faz presente, sempre com críticas à política indigenista do governo, porém não atua diretamente junto às áreas [...] Bispo de Xapecó D. José Gomes, membro do CIMI, orienta os demais padres a desaprovar a política indigenista do governo, causando constrangimentos à FUNAI. O Padre Bartolomeu Meliá⁵⁸, também já se posicionou, com críticas à política indigenista vigente.⁵⁹

Ao descrever a atuação desses grupos, fica evidente a atenção dada às suas atividades em áreas que, a princípio, seriam de responsabilidade da FUNAI. Também observamos o direcionamento da culpa pelos atritos nos PI para os integrantes das organizações, bem como o evidente desconforto diante de seus posicionamentos em relação à política indigenista vigente na época. Estas organizações não só se tornariam alvo de vigilância do Serviço de Informações e da própria FUNAI, como seriam impedidas de acessar os PI, sendo seus membros acusados de agitação e subversão. Em algumas situações, como por ocasião da Assembleia Indigenista dos Missionários, que ocorreu de 24 a 27/06/75, em Goiânia, os participantes foram informados de que

na área do Sul, o sacerdote liberado para coordenar a pastoral indigenista, Pe. Egon Heck, foi acusado pela delegacia regional da FUNAI de espião, e proibido de penetrar nas aldeias indígenas. Ao mesmo tempo a Igreja do Sul era acusada pela FUNAI, de nada fazer pelo índio (BI/CIMI, n° 34, 1977, p. 28).

⁵⁸ Bartolome Meliá, espanhol, padre jesuíta, antropólogo e professor. No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 alternou seu trabalho de professor com o de indigenista, atuando entre os indígenas junto a OPAN e CIMI. Faleceu em 2019 aos 87 anos. “Sua pesquisa trouxe novas concepções do fazer historiográfico conciliando a antropologia à história [...]veio ao Brasil, convidado para lecionar como professor visitante da Universidade de São Paulo - USP, em 1977 [...] passaria pela Universidade de Campinas e seria coordenador da Missão Anchieta, em Mato Grosso, onde trabalhou com índios Kayabi e Nambiquara. Depois trabalhou no Rio Grande do Sul, na cidade de Miraguai – ao noroeste do estado – com os Kaingangs e lecionou na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.” Disponível Em: <<https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/594740-bartomeu-melia-jesuista-e-antropologo-evangelizado-pelos-guarani-1932-2019>>. Acesso em: 06/08/2023.

⁵⁹ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

Ao observarmos o destaque dado à atuação do CIMI nos documentos do Fundo SNI e ASI/FUNAI, notamos que, assim como a ANAI, a organização e seus membros tiveram suas atividades vigiadas, tendo as informações sobre suas viagens, palestras outras formas de manifestação amplamente monitoradas. A veiculação de matérias em seus JA foi tida como subversiva, os missionários foram vistos como agitadores e as assembleias acompanhadas com preocupação.

Em 1977, uma edição de um jornal intitulado *Rebentão*, editado e divulgado em Porto Alegre pelos noviços da Companhia de Jesus, foi classificado como subversivo. O referido jornal, em matéria de primeira página, assinada por José Oliveira Souza, afirma que estavam buscando “fazer parte de uma Igreja que denuncia as injustiças e explorações [...] da Igreja que anuncia a esperança e a paz” (Jornal Rebentão, 1977, p. 1).⁶⁰ O jornal traz uma série de trechos publicados nos Boletins do CIMI, a maioria destacando a situação indígena no país, mas os agentes de segurança deram destaque às críticas à atuação da FUNAI e ao governo de uma forma geral:

A FUNAI é sempre criticada como um órgão que prejudica o índio e procura afastar os missionários de seu trabalho junto ao índio. Apresenta o CIMI e aqueles que "defendem es problemas do índio" como cristãos verdadeiros, porque se identificam com o CRISTO ao encarnarem o índio [...] As palavras-de-ordem do REBENTÃO estão afinadas com o movimento de clero esquerdista na "conscientização do índio" e na criação de um clima de reação à integração das populações indígenas e ao avanço do progresso e desenvolvimento das áreas ocupadas pelos índios. Num segundo plano apontam o Governo como perseguidor da Igreja e obstáculo à propagação da fé cristã.⁶¹

Em praticamente todos os documentos produzidos pelos agentes de segurança o CIMI aparece associado à questão indígena e às denúncias feitas à FUNAI. A imagem dessa organização – e, por extensão, dos indígenas – acaba, em razão disso, sendo definida pelo encarregado de elaborar o relatório, como podemos observar na passagem abaixo:

O trabalho de doutrinação contínuo de natureza comuno-subversiva dos missionários religiosos está colhendo os resultados procurados [...] as ocorrências, ainda não solucionadas, do Nonoai demonstram que os indígenas absorveram as pregações de uma solução violenta para o problema e já passaram à ação.⁶²

⁶⁰ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77111699_D0002DE0003

⁶¹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77111699_D0002DE0003

⁶² Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77111699_D0002DE0003

Com isso, percebemos o quanto os indígenas estavam associados a uma imagem de influenciáveis, visto que a expulsão de colonos em Nonoai não é tratada como uma ação dos indígenas, mas, sim, como fruto de influência dos missionários. O CIMI também recebia grande destaque na imprensa, que também preocupava os órgãos de segurança e informação, como se pode observar em relação à *III Assembleia da Pastoral Indigenista CIMI/Sul*, ocorrida no PR, em 1977, como se pode constatar nesta passagem:

A imprensa deu ampla cobertura aos trabalhos desenvolvidos na Assembleia do CIMI/SUL, sendo que nos dias 15 e 16/mar, foram concedidas entrevistas aos vários órgãos de imprensa que cobriam o conclave, como a Revista “Veja”, os jornais “O Estado de São Paulo”, “Jornal do Brasil”, “O Estado do Paraná”, “Diário do Paraná”, “Gazeta do Povo, e outros abordando a situação do índio no Brasil.⁶³

Diante do exposto, é interessante observar a intensificação da preocupação por parte dos agentes de segurança e informações em relação à cobertura que a imprensa fazia tanto dos eventos coordenados pelas organizações de apoio, quanto dos indígenas – que veremos no capítulo 6 –. Isso fazia com que suas atividades fossem cada vez mais vigiadas e censuradas, implicando que, a todo momento, fossem consideradas medidas que pudessem ir contra o que as organizações de apoio defendiam.

Além disso, para a *III Assembleia da Pastoral Indigenista CIMI/Sul*, o CIMI fez um levantamento⁶⁴ sobre a situação dos PI da região sul do país. Algo semelhante, porém mais detalhado, foi feito em 1975, pelo Secretário Executivo do CIMI, que, em visita aos PI da região sul do país, também fez um levantamento⁶⁵ sobre a situação dos indígenas.

Em relação aos PI/RS, o CIMI identificou que, no PI Cacique Doble, os problemas estavam relacionados à “intrusão”, à discordância dos indígenas diante do projeto agrícola da FUNAI e ao desejo de os indígenas poderem escolher sua chefia. No PI Guarita, os problemas também se deviam à “intrusão”, ao abandono do artesanato para trabalharem na limpeza da “roça dos brancos” e ao mau atendimento que recebiam no hospital da região, com o qual a FUNAI estaria com dívidas. Já no PI Nonoai, além dos problemas decorrentes da “intrusão”, havia a exploração dos pinheiros para produção de soja e problemas relacionados à chefia do PI, sendo que indígenas eram retirados desse posto para servirem de “atração

⁶³ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77105276_D0001DE0001

⁶⁴ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77105276_D0001DE0001

⁶⁵ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD.: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0002_D0001DE0001

turística” em Iraí. O PI Inhacorá tinha como principal problema a gestão do chefe do PI, que não permitia que os indígenas saíssem de lá de forma alguma e também a falta de assistência médica. Por último, no PI Votouro, um dos principais problemas era que os indígenas não estavam tendo o direito de opinar sobre o uso de suas terras e a maioria trabalhava fora do PI.

Já os indígenas afirmavam que “o desespero leva[va]-o[s] às vezes a trabalhar junto aos colonos, onde recebe[m] mais [...] em Guarita o índio se transformou em ‘apêndice’ dos arrendatários” (SCHWADE, 1975). Analisando as dificuldades dos PI do sul do país, especialmente do RS, Schwade (1975) propõe algumas perspectivas de trabalho, que incluem (Assembleias de Chefes Indígenas, Reuniões dos agentes da Pastoral Indigenista [...] organização de Conselhos Indígenas nos quais os índios possam discutir livremente seus problemas, nos próprios postos”. Como resultado dessas avaliações sobre os indígenas por regiões, o CIMI propôs um caminho para a autodeterminação indígena, para que seus problemas fossem discutidos, ao mesmo tempo em que buscava conscientizar a população por meio de conferências, seminários e entrevistas na imprensa.

Em 1977, o CIMI promoveu o curso “*Indigenismo: possibilidades de ação*”, em Ijuí/RS. Tal evento ficou marcado pela elaboração e entrega à imprensa de um documento com críticas às ações da FUNAI, ao governo e à própria Igreja. No Fundo SNI localizamos a ementa do curso, bem como a qualificação do corpo docente e a listagem dos alunos e, até mesmo, a denúncia de que a própria Igreja Católica⁶⁶ era “conivente com o extermínio e a miséria” (JB, 17/03/1977). O Bispo de Erechim D. João Hoffman e D. Vicente Scherer, face a esta declaração, criticaram o CIMI publicamente, o que repercutiu na imprensa. Vale lembrar que D. Scherer,⁶⁷ então Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre/RS, era considerado

um dos prelados católicos mais alinhados às determinações das autoridades governamentais. Posiciona-se constantemente contra a “Teologia da Libertação” e alerta para os perigos da infiltração marxista na Igreja. Suas atitudes são coerentes com a orientação do Vaticano, usando de bom senso e alcançando um ótimo relacionamento com as autoridades constituídas.⁶⁸

A descrição que os agentes de segurança e informações fazem de D. Scherer vai ao encontro do que já citamos no início deste capítulo, quando apontamos que dentro da Igreja havia posições distintas quanto a atuação do CIMI. Percebemos que entre os missionários que

⁶⁶ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77102330_D0001DE0001

⁶⁷ Para saber mais sobre o Cardeal, ver a Dissertação de Rafael Kasper (2012), intitulada “Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de Dom Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)”.

⁶⁸ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004340_D0001DE0001

eram membros do CIMI, havia uma autocrítica acerca do tratamento dado aos indígenas desde a colonização do Brasil, tratavam com seriedade as mudanças que aconteceram na Igreja ao final da década de 1960 e início de 1970, também já elucidadas no início deste capítulo. Mesmo depois disso, em 1983, na 5^o Assembleia Nacional do CIMI, em SP, a organização seguia nessa linha de autocrítica e revisar o seu trabalho, visto que, a temática do evento girou em torno da questão se “a Igreja está ajudando ou atrapalhando o caminho do índio em direção à autodeterminação?”⁶⁹ Assim, se defendeu então, a participação dos indígenas na Pastoral Indigenista.

Outro evento promovido pelo CIMI diz respeito ao *Congresso Missionário - Missa em São Miguel/RS*, que aconteceu no dia 2 de novembro de 1978. A vigilância implantada pelo Sistema de Informações afetou também os povos indígenas, que, além de viverem em PI administrados pela FUNAI, precisavam de autorização para saírem dos postos e tinham seus deslocamentos monitorados, o que, muitas vezes, dificultou sua participação em reuniões e encontros de lideranças indígenas. Os chefes dos PI passaram além de proibir que os indígenas se afastassem dos postos em que viviam, mantivessem contato com representantes de entidades, acessassem a administração dos postos, desenvolvessem atividades e, ainda, suspenderam a autorização de acesso a pesquisadores que atuavam junto aos indígenas. Mesmo assim, na década de 1970, indígenas PI/RS contaram com apoio do CIMI para realização de encontros e reuniões com lideranças de diferentes PI e a não observância das ordens de chefes dos postos trouxe alguns impactos, pois ao romper “com a tutela estatal, passam a ser considerados subversivos e indesejáveis ao Regime” (BRIGHENTI, 2020, p. 13).

A seguir, na Figura 10, constata-se que a ordem para que uma reunião de indígenas fosse impedida partiu do alto escalão da FUNAI.

⁶⁹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_83014691_D0001DE0001

Figura 10: Orientação do MINTER para proibir a saída de indígenas para reuniões do CIMI.

TELEGRAMA	MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO		CARIMBO DA ESTAÇÃO <i>12/11/04</i>
	PREMIUNDO Espécie: OFICIAL	Número	Data Hora
	Origem	Palavras	Via a seguir
	INDICAÇÕES DE SERVIÇOS TAXADAS	HORA DA TRANSMISSÃO	
ENDEREÇO	ILMO. SR. DIRETOR DSI/MINTER BRASÍLIA-DF - 12.04.78 - ÀS HS		INICIAIS DO OPERADOR <i>[assinatura]</i>
TEXTO A TRANSMITIR	Nº 049/ASIDE 12 _ 04 _ 78 _ _ FACE REUNIÕES CIMI VG PREVISTAS DIAS 11 AA 14 ABR 12 EM XAPECOH ET 27 ABR EM RUINAS SÃO MIGUEL VG SR PRESIDENTE DETERMINOU TODAS UNIDADES REGIONAIS FUNAI VG IMPEDIR COMPARECIMENTO INDIOS CITADAS REUNIÕES PT SDS CH ASI/FUNAI)))))))		
Assinatura ou rubrica do expedidor <i>[assinatura]</i>			

Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0002_D0001DE0001

Os esforços do Serviço de Vigilância e de Informações não foram, contudo, suficientes para impedir que a reunião, que contou com a presença de indígenas de diferentes etnias e entidades de apoio, ocorresse. Os representantes dos órgãos de segurança e informações tiveram, no entanto, amplo acesso aos assuntos tratados e a informações dos presentes. Nesta ocasião, estavam presentes apoiadores da causa indígena do CIMI e da ANAI, entre outros. No Fundo que consultamos, encontramos dados de identificação de alguns presentes, as placas de automóveis e seus respectivos proprietários, cópia do roteiro da missa e 18 fotos da celebração, como podemos ver na Figura 11.

As fotos possuem uma numeração de identificação, sendo que, nelas, encontramos Tomas Balduino (Bispo de Goiás Velho – GO), Pedro Casaldáliga (Bispo de São Félix – MT), Vitor Hugo (Jesuíta), Martín Copias (Cantor da Terra, Argentino), Júlio Gaiger (ANAI), Hamilton de Tal (Integrante da CPT, Goiânia -GO), Estela Sampaio (religiosa, da redação “O São Paulo”) e outras pessoas não identificadas. Encontramos também a informação de que uma delas teria pago o almoço do grupo principal. Sobre os registros desse evento, coincidindo com o afirmado por Oliveira (2021, p. 116), entendemos que “provavelmente, havia um informante e/ou infiltrado presente”. A missa em São Miguel – RS foi entendida como “um engajamento político-antropológico de validade, no mínimo, discutível, atrelado a valores temporais e transmissor de mensagens totalmente desviadas de sua intrínseca natureza espiritual e religiosa”.⁷⁰

Em 18 de abril de 1977, houve uma reunião de 26 caciques indígenas com religiosos em São Miguel,RS e, teve continuidade com uma reunião na cidade de Ijuí/RS. Identificamos que esse evento também teve alguns infiltrados, pois, após o término desta reunião, o “Pároco de São Miguel, ao ser inquirido por um Agente incógnito desta AI negou que conhecesse qualquer um dos participantes da reunião citada, no entanto, foi visto, por um informante, conversando animadamente com alguns dos presentes na reunião”.⁷¹ Considerando que esse episódio se iniciou em São Miguel/RS e terminou em Ijuí/RS, o Pároco sido inquirido por um agente e visto por um outro informante, nos parece que havia uma mobilização por parte dos agentes de segurança, tendo assim, uma equipe a postos em diferentes cidades para acompanhar todas as atividades dos indígenas e religiosos. Consideramos que os próprios indígenas foram interrogados, uma vez que, segundo consta na documentação⁷² do Fundo SNI, “em contato com dois dos índios, foi verificado que o líder do movimento é um tal de Padre Egon Dionísio Heck” consideramos a hipótese desses agentes estarem tentando imputar a algum dos missionários a responsabilidade por tais eventos, muitas vezes considerados subversivos. Esta hipótese nos é considerada, pelo fato de perceber que a visibilidade dos indígenas aos olhos dos agentes de segurança, era de influenciáveis e, como já mencionado neste capítulo, dos missionários de influenciadores e agitadores.

Na época, as falas e materiais reproduzidos pelas organizações de apoio eram interpretadas como “uma nítida demonstração de discordância com a política adotada pelo

⁷⁰ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000196_D0001DE0001

⁷¹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008470_D0001DE0001

⁷² Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008470_D0001DE0001

Regime instalado no Brasil”,⁷³ por isso, a atuação de religiosos e de pessoas ligadas a entidades de apoio, imprensa e os próprios indígenas eram vigiadas. Com isso, no que tange à repressão, o CIMI denunciou que, quando os indígenas passaram a se organizar e a expor de forma pública os problemas que enfrentavam, encontros e reuniões não somente foram proibidos, como, também, foram feitas ameaças e “intimidação por transferência de posto ou expulsão. Exemplo disso foi a ocorrência de ameaças dirigidas aos índios e às respectivas famílias por ocasião de viagem à Brasília, em fins de 1975, quando foram pedir providências ao Presidente da Funai” (BI/CIMI, n° 34, 1977, p. 31).

Mesmo diante desse cenário de repressão, o CIMI continuou ativo, auxiliando os indígenas a se mobilizarem. Salientavam a todo momento que o indígena deveria ser considerado

como individuo [que] deve ter assegurado o direito de se reunir, conversar, visitar seus irmãos ou outras pessoas com quem deseja se encontrar [...] Apesar de todas as constatações, e as repressões que vêm sofrendo, os missionários da Região Sul do CIMI continuarão seu trabalho inalterado, dentro das linhas de ação (BI/CIMI, n° 69, 1981, p. 35).

Nota-se que, ao reforçar que continuariam com auxílio aos povos indígenas, o CIMI destaca continuar comprometido com suas linhas de ação, já mencionadas anteriormente, as quais se referiam a *Terra, Formação, Movimento Indígena, Alianças, Políticas Públicas, Autossustentação, Diálogo intercultural e inter-religioso* e a *Pastoral Urbana*.

Outro caso que podemos mencionar envolvendo a atuação das organizações de apoio aos indígenas, aconteceu em 1979, quando Antônio Vicente, chefe do PI Votouro, encaminhou um documento⁷⁴ à presidência da FUNAI, solicitando providências em relação à atuação da ANAI e CIMI nos PI do sul do país. Neste documento, o chefe do PI Votouro salienta diversas vezes que a atuação dessas organizações possuía caráter nefasto e subversivo, ao mesmo tempo em que faz críticas à imprensa, se referindo, principalmente, ao jornal CP, que não divulgava as melhorias feitas naquele PI. De acordo com Antônio Vicente, o PI Votouro possuía boa estrutura e relacionamento com os indígenas, que, inclusive, teria recebido monitores agrícolas do CTPCC para realizarem estágio, pois não teria sido possível realizar no PI Nonoai. Segundo Vicente, os monitores, apesar de pertencerem àquele PI, não teriam encontrado lá condições psicológicas para desempenharem suas funções. Vicente ainda refere alguns enfrentamentos

⁷³ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008657_D0001DE0001

⁷⁴ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0006

que vinham acontecendo entre indígenas, que denominou de “falsas lideranças”, e funcionários da FUNAI. Entretanto, alega que o PI Votouro ainda era um local que os representantes das organizações não tinham conseguido entrar, como podemos ver no relato a seguir.

Através de nossas intensivas reuniões e palestras de conscientização da comunidade e com ajuda recebida La dos altos Céus, temos conseguido até aqui que a comunidade não fosse atingida pela filosofia e interferência negativa e nefasta da ANAI, CIMI e de alguns jornais influenciados que dispensam a verdade, preferindo publicar a mentira. Na verdade, temos sido um espinho no seu caminho, uma pedra nos seus sapatos. E as calúnias à nossa pessoa provam isso, tanto que não vem ao PI VOTOURO. No PI NONOAI, com as interferências negativas e nefastas da ANAI, CIMI e jornais insufladores da desordem e da subversão, com reuniões aqui e àquela, implantando a desobediência e a rebeldia, a Funai, com os seus servidores abnegados, estão praticamente sem nenhuma atuação, agüentando insultos e abusos de índios falsas lideranças, que são pagas pela ANAI, CIMI e insuflação de jornais. Isso é agitação, subversão. Estamos na abertura política, mas não na subversão política. Os índios do PI NONOAI ultimamente, aceitando ou não a emancipação, é quem estão dando a desordem, se estivesse dando as ordens, seria realmente maravilhoso, lutamos para isso (Carta do Chefe PI Votouro Antônio Vicente para presidente da FUNAI, 1979).⁷⁵

Os “jornais influenciados”, aos quais o chefe do PI Votouro se refere, assim como as “mentiras” publicadas, dizem respeito à venda ilegal de madeira no PI Votouro. José Carlos Alves, em ofício ao chefe da ASI/FUNAI, manifestou preocupação quanto aos relatos do PI Votouro e descreveu a situação como “um grito de alerta do que está acontecendo no sul do país com relação às influências negativas e criminosas que o CIMI e ANAI, bem como outras entidades e certa imprensa, exercem sobre nosso índio e junto à opinião pública em geral”.⁷⁶ Como se pode constatar, o delegado da 4^oDR demonstrou preocupação não apenas com a atuação do CIMI e da ANAI, mas, também, com a imprensa e com a possibilidade de a opinião pública prejudicar a imagem da FUNAI e, por consequência, dos servidores. Considerando esta preocupação por parte do órgão, buscamos identificar e discutir, a partir das matérias divulgadas nos jornais da grande imprensa, a imagem que estava sendo passada sobre a FUNAI para a opinião pública.

⁷⁵ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0006

⁷⁶ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0006

4.4 ATUAÇÃO DA FUNAI NOS PI/RS: VISIBILIDADE E VIGILÂNCIA

Na imprensa, a visibilidade dada à FUNAI se deu de formas diferentes. Classificamos o teor do conteúdo das matérias que tratavam especificamente da FUNAI, considerando as seguintes categorias: *defesa*, *resposta*, *ação*, *rejeição*, *expectativa* e *omissão*. Por *defesa*, nos referimos a matérias cujo teor conota um posicionamento de defesa das denúncias das organizações de apoio. Foram classificados como *resposta*, as matérias que trazem em seu conteúdo um teor que visa à culpabilidade pela situação dos indígenas. A categoria *ação* foi empregada para nos referirmos aos feitos da FUNAI nos PI/RS. Já em *rejeição* enquadrados os episódios que iam contra as ideias da FUNAI ou também para reprimir situações que aconteciam nos PI/RS. *Expectativa* foi usada para classificar possíveis ações da FUNAI, que tinham potencial de se tornar ações concretas para solucionar problemas, mas que não haviam sido confirmadas ainda. Já na categoria *omissão* foram relacionadas as matérias que criticaram a inércia da FUNAI. Na tabela 10, podemos conferir as manchetes, os jornais em que essas matérias veicularam e sua classificação.

Tabela 10: Relações entre FUNAI e PI/RS nas manchetes dos JMC (1968-1985)

A FUNAI NOS JMC (1968-1985)		
Teor	Manchete	Fonte
Defesa	Trabalho, a resposta da Funai	OESP, 14/09/1969
Ação	Funai cria curso para os novos indigenistas	OESP, 01/07/1973
Ação	Índios Gaúchos ganham crédito agrícola de Cr\$ 2 milhões	OESP, 14/10/1973
Defesa	Ismarth diz que as Denúncias do Cimi são improcedentes	OESP, 09/08/1975
Defesa	Funai acusa o Rio Grande do Sul de apropriar-se por ardil da reserva de Nonoai	JB, 16/09/1976
Resposta	Reunião discute conflito de orientação dentro da Funai	OESP, 10/12/1976
Resposta	Funai e Polícia procuram torturadores de índios na reserva sulista de Nonoai	JB, 15/09/1976
Resposta	No dia do Índio, a Funai procura madeira furtada	OESP, 20/04/1976
Ação	Funai quer terra doada em cartório	JB, 11/09/1976
Resposta	Funai teme revolta de índios no Paraná	OESP, 16/02/1977
Resposta	Funai prevê novos ataques no Sul	OESP, 19/05/1978
Rejeição	Funai: grupos influenciam índios	OESP, 26/07/1978
Rejeição	Ismarth acusa estranhos	OESP, 11/05/1978
Resposta	Ismarth é contra, mas acha emancipação viável	OESP, 16/02/1979
Resposta	Funai autoriza colonos a colherem safra em Nonoai	FSP, 18/05/1979
Defesa	Funai desconhece a emancipação no Sul	OESP, 14/02/1979

Rejeição	Funai rejeita emancipação	OESP, 17/02/1979
Rejeição	Chefe da Funai acusa o Cimi de instigar índios	OESP, 20/06/1980
Ação	Funai assina convenio de Cr\$ 15 milhões para os índios de Guarita no Sul	JB, 12/06/1981
Resposta	Funai fará convênio para atender Nonoai	OESP, 21/02/1981
Resposta	Funai libera plantações interditadas na reserva	OESP, 19/03/1981
Defesa	Funai: reserva onde morreram 11 índios terá posto de saúde	O Globo, 26/02/1981
Resposta	Funai verifica ação da Assembleia de Deus entre os indígenas	CP, 14/10/1981
Resposta	Para representante da Funai, divisão foi a solução mais certa	ZH, 01/02/1983
Expectativa	Equipe da Funai busca acordo de paz	ZH, 28/01/1983
Ação	Funai conseguiu a paz entre os Caingangue	ZH, 29/01/1983
Ação	Funai intervém em disputa por chefia de tribo	FSP, 29/01/1983
Ação	Funai manda desarmar índios em Miraguaí	CP, 04/06/1983
Expectativa	Funai pode intervir para pacificar caingangues	O Globo, 04/06/1983
Expectativa	Funai não afasta possibilidade de intervenção federal	ZH, 08/03/1983
Omissão	Funai responsabilizada pela morte dos índios	OESP, 04/06/1983
Resposta	Funai nega intervenção após conflito dos índios	OESP, 07/06/1983
Ação	Funai evita golpe para derrubar cacique no Sul	OESP, 10/05/1983
Resposta	Funai celebra tratado de paz no Sul	JB, 30/01/1983
Resposta	Decisão da Funai trará problemas aos índios	ZH, 03/04/1984
Resposta	Funai dá mais dinheiro para reservas indígenas	ZH, 31/04/1984
Defesa	Funai continua sem delegado no Estado	ZH, 23/11/1985
Defesa	Funai já tem seu delegado regional. Que pede paz	ZH, 27/11/1985
Expectativa	Assessor da Funai quer liberar arrendamentos	ZH, 30/11/1985
Expectativa	Apoena entregou aos índios Cr\$ 300 milhões	ZH, 09/12/1985
Defesa	Funai desmente transferência de reserva	ZH, 26/12/1985

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme demonstrado na Tabela 10, as matérias cujo teor se referem à *defesa*, *resposta* e *rejeição*, podem ser compreendidas como uma forma que a FUNAI encontrou de conter as acusações que recebia, especialmente, do CIMI, uma vez que tanto as acusações dela, quanto as *defesas*, *respostas* e *rejeições* da FUNAI, foram, em sua maioria publicizadas no jornal OESP.

As ações da FUNAI publicadas na grande imprensa estão, em sua maioria, associadas à resolução do conflito interno instalado no PI Guarita – mencionado no capítulo 3 – e a medidas que liberavam crédito agrícola para os indígenas. Já as expectativas, percebemos que se relacionam com episódios que envolviam possibilidades de ações e envolveram o presidente da FUNAI, assessores e equipe. O teor das matérias que classificamos como *expectativa* pode ser compreendida como uma resposta rápida aos problemas enfrentados na época. Em relação às *ações* da FUNAI nas matérias publicadas, percebemos que esta visibilidade se deu de forma

reduzida, indo ao encontro da nossa compreensão de que a atuação da FUNAI esteve mais voltada às ideias desenvolvimentistas da época, o que explica que a maioria das manchetes e o teor das matérias publicadas na imprensa se restringiram a repudiar as críticas e denúncias que recaíam sobre ela.

No que se refere à omissão, entre as matérias que abordam a FUNAI de forma direta, encontramos apenas uma que aponta a instituição como omissa. No entanto, nas matérias que tratam de denúncias das organizações de apoio e dos indígenas, as menções negativas à atuação da FUNAI – tratadas no capítulo 2 e 3 – foram amplamente enfatizadas. O órgão, no entanto, tinha também entre seus servidores alguns descontentes em relação às práticas adotadas nos PI/RS, os quais também foram alvo da vigilância exercida pelos agentes de segurança e informação. As informações colhidas chegaram a implicar na demissão de alguns funcionários, episódio que o CIMI não deixou passar despercebido e se manifestou dizendo o seguinte:

Por mais que os coronéis mostrem os dentes com suas medidas administrativas, não têm conseguido a capitulação dos demitidos. Eles têm voltado continuamente à carga com suas denúncias, dando uma demonstração de dignidade sem precedentes no indigenismo brasileiro. Com isso, a direção da FUNAI viu-se obrigada a encomendar às suas delegacias regionais um lote de pronunciamento de apoio à sua frágil posição. Por fim, o próprio ministro do interior veio a público emprestar seu respaldo político aos dirigentes que ele colocou à frente do órgão. Dá no mesmo. No final das contas, são coronéis-delegados apoiando os coronéis-diretores. O coronel- ministro respaldando coronéis subalternos. Diante dessa crise – sem dúvida a mais profunda que o órgão já conheceu desde sua fundação – esta página deixa sua solidariedade aos 4 indigenistas da SBI demitidos e aos 7 outros que se demitiram em sinal de protesto. E, mais uma vez, fez coro com a voz geral dos índios, reforçando sua exigência de afastamento imediato dos coronéis instalados na direção do órgão, antes que eles causem maiores prejuízos aos povos indígenas (BI CIMI, n° 64, p. 3).

Como se pode constatar na citação acima, a diretoria e os demais cargos do órgão vinham sendo ocupados por generais, e estes, por sua vez, buscavam legitimar o espaço e apoiar as decisões uns dos outros. Entendemos que a solicitação de apoio dos funcionários pode ser interpretada como uma forma de assédio, uma vez que os colegas com posturas opostas à política da FUNAI eram desligados de seus cargos. As punições destes funcionários foram denunciadas pelo CIMI:

na sua campanha de cerco e aniquilamento dos povos indígenas, o corpo de coronéis que tomou de assalto a direção da FUNAI investe agora contra os indigenistas. Os indigenistas que ainda insistem em defender a causa indígena

dentro do órgão, estão sendo objeto de uma verdadeira blitz de pressões ameaças e demissões. Os coronéis colocam em ação o instrumento que mais conhecem e mais dominam: a repressão. Demitem sumariamente funcionários que dedicaram a vida ao trabalho indigenista – conquistando com isso uma autoridade que os coronéis jamais conseguirão nos seus gabinetes – em nome de uma suposta disciplina (BI/CIMI, n° 64, 1980, p. 3).

A partir do momento em que a FUNAI passou a fazer parte do Conselho de Segurança Nacional,⁷⁷ as críticas à sua atuação parecem ter se tornado ainda mais frequentes e diretas, demandando intervenções. O CIMI, em razão disso, intensificou suas críticas, se posicionando através de seu Boletim:

Através da imprensa, o CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI tomou conhecimento da vinculação formal da FUNAI ao Conselho de Segurança Nacional – CNS e ao Serviço Nacional de Informações – SNI. A mesma FUNAI, que dispensou em menos de um mês 30 antropólogos e indigenistas, que deviam ter sido os seus informantes naturais, recorre agora ao serviço clandestino de “Informação e Segurança”, por tanto tempo ligado a atos de violência e repressão. Com o trinômio FUNAI – SNI – CSN, a FUNAI ratificou uma aliança anti-índio e anti-indigenista, cuja formalização há tempos se vem preparando e que de fato já existia através dos coronéis, que vieram da área de segurança para tomar conta do órgão tutelar (BI/CIMI, n° 66, 1980, p. 3).

Sobre os fatos acima mencionados, sabemos que não foi a primeira vez que profissionais da área de segurança passaram a ter domínio sobre o órgão de proteção aos indígenas promovendo demissões. Na época em que vigorava o SPI, entre meados de 1950 e 1960, antropólogos, etnólogos e demais funcionários também foram desligados, ao mesmo tempo em que “um novo grupo de oficiais do Exército e funcionários públicos assumiam posições de

⁷⁷ Sobre isso, destacamos que, “há indícios de que somente após o decreto n. 66.882, de 16 de julho de 1970, que dispôs sobre a estrutura básica do Ministério do Interior (MINTER), compreendendo a Divisão de Segurança e Informações (DSI) como órgão de assistência direta e imediata ao ministro, a Fundação Nacional do Índio, já então sob a sigla FUNAI, incorporou as atividades de assessoramento de segurança e informações à sua estrutura organizacional por meio de uma Seção de Segurança e Informações [...] Regimento interno datado de 1975, aprovado pela portaria n. 239, de 24 de abril de 1975, em conformidade com o decreto n. 75.524, de 24 de março de 1975, e com o decreto n. 75.640, de 22 de abril de 1975, refere-se à unidade com esta competência como Assessoria de Segurança e Informações. O artigo 9 do estatuto aprovado pelo decreto n. 84.638, de 16 de abril de 1980, também faz menção à unidade dedicada à segurança e informações A Assessoria de Segurança e Informações (ASI), disciplinada pelo regimento interno, tinha, entre outras competências, a de produzir informações para atender ao Plano Setorial de Informações do Ministério do Interior (PSI/MINTER), estabelecer, coordenar e supervisionar as atividades de contrainformação e de comunicações no âmbito da FUNAI e coletar dados necessários aos estudos e planos relativos à segurança nacional, particularmente naqueles que se referissem à mobilização nacional. Essa unidade administrativa subordinava-se ao presidente da FUNAI, assessorando-o em assuntos pertinentes à segurança nacional e às informações setoriais de sua área de atuação”. Fonte: Arquivo Nacional. Disponível em <<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/assessoria-de-seguranca-e-informacoes-da-fundacao-nacional-do-indio-2>>. Acesso em 02/08/2023.

poder no SPI” (GUIMARÃES, 2015a, p. 33). Percebemos, assim, que os problemas que provocaram a derrocada do SPI também afetaram a estrutura da FUNAI, envolvendo formas de vigilância e inquirição de funcionários. Vale lembrar que “os procedimentos de repressão brasileira se pautavam pela combinação de repressão militar (interrogatórios à base de tortura ou execuções dentro da lógica de ‘não fazer prisioneiros’) e rituais jurídicos para imputar culpa, dentro dos marcos da Lei de Segurança Nacional” (NAPOLITANO, 2019, p. 137).

Um exemplo dessa vigilância pode ser observado na instauração de uma sindicância, no dia 18 de março de 1983, para “apurar a autoria de uma correspondência endereçada ao Senhor Mário Andreazza, Ministro do Interior, com cópias a diversos Órgãos da FUNAI/BSB, não datada, tendo como emitente uma entidade denominada ‘Comissão Informação e Vigilância Indígena’ (CIVI)”.⁷⁸ Desta correspondência, que conta com oito páginas, destacamos algumas passagens que se referem, primeiramente, à conduta de um núcleo de funcionários da 13^o DR/FUNAI,

trata-se Senhor Ministro de um pequeno Núcleo administrativo de seu Ministério que está infestado de víboras nefastas, corruptas e criminosas, chamada 13^o DELEGACIA REGIONAL DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, situada na Capital gaúcha/RS; cujo Titular um péssimo Político sujo, omissa a todos a todos os fatos criminosos que vem ocorrendo, desde a sua criação [...] cuja finalidade foi para projetar político, especialmente os de mau caráter (Carta para o Ministro do Interior, Mário Andreazza).⁷⁹

Na correspondência, encontramos a acusação de omissão do então Chefe da 13^o DR/FUNAI, Severino de Toni, em relação aos crimes contra pessoas e bens patrimoniais nos PI/RS. O(s) remetente (s) diz o seguinte:

Conversamos com vários índios, Servidores da [ilegível] nas Áreas Indígenas, inclusive com Servidores dos órgãos de Segurança que prestam serviços nas Áreas Indígenas (Polícia Federal, IBDF, Brigada Militar e etc) conhecedores dos problemas existentes e a resposta é sempre a mesma, omissão Criminosa do Delegado Regional da FUNAI, incompetência (Carta para o Ministro do Interior, Mário Andreazza).⁸⁰

Para o denunciante, esses fatos chegavam ao conhecimento do Delegado tanto por denúncias de funcionários, quanto por entidades via imprensa. Faz, ainda, acusações ofensivas

⁷⁸ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

⁷⁹ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

⁸⁰ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

a servidoras da FUNAI, acusando uma delas de exploradora, outra de prostituta e alcoólatra, e outras de corrupção. Também tece críticas ao trabalho de profissionais do CTPCC em Guarita por receberem verbas da FUNAI, sem cumprirem com as obrigações profissionais.

Outro ponto que merece ser destacado da correspondência diz respeito à represália que os Chefes dos PI/RS haviam sofrido ao denunciar as irregularidades que vinham acontecendo, tais como os arrendamentos irregulares e o roubo de madeira. Ao descrever episódios de corrupção, a CIVI denunciou que:

a maioria está preocupado com interesses pessoais. Não existe fiscalização, cada um manobra com o Patrimônio Indígena ou da FUNAI sempre voltado para lucros pessoais, inclusive Recursos Financeiros, encaminhados para cobertura de despesas em favor de índios [...] A corrupção é extraordinariamente organizada nos Postos Indígenas Guarita e São Joao do Irapuã (Carta para o Ministro do Interior, Mário Andreazza).⁸¹

Ao se referir à corrupção nos PI/RS, também alguns indígenas são alvo de críticas, pois estariam sendo corrompidos por colaborarem com tais práticas, especialmente em Guarita e Irapuã, onde havia conflitos internos. Em outras localidades, como Votouro e Ligeiro, alguns indígenas também são mencionados por apoiar práticas de arrendamento irregular de terras. Em Votouro, inclusive, o chefe do posto, Lourinaldo Veloso, é apresentado como um velho conhecido dos indígenas, pois, em meados da década de 1960, seu nome foi mencionado no RF (fl. 1796) por irregularidades, tendo sido descrito pelos indígenas como um dos administradores “da pior fase que viveu Cacique Doble” (FDT, 18/03/1968, n.p).

Em relação aos episódios de corrupção em Nonoai, a CIVI alerta para as consequências dos contratos de exploração de madeiras e pedras semipreciosas com empresas privadas firmados pelo chefe do Posto. Já em relação ao PI Cacique Doble e Carreiros, apesar de também sofrer com as irregularidades associadas à exploração irregular de madeiras, a maior preocupação era com o uso de produtos químicos nas lavouras e com as denúncias de que a família do chefe do PI empregava familiares. A Comissão salienta que o Chefe do PI Cacique Doble não tinha boa fama, e que não era aceito devido aos “seus negócios sujos e muitas vezes envolve índios para se safar das situações”.⁸²

Interessante observar que, ao final da correspondência, os remetentes enfatizam que todas as denúncias que nela constavam eram de inteiro conhecimento do Serviço de

⁸¹ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

⁸² Carta para o Ministro do Interior, Mário Andreazza – Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

Informações. Ressaltam, ainda, que a FUNAI possuía excelentes profissionais, o que podia ser observado em um “herói anônimo”, detentor de uma série de qualidades e características profissionais, que estaria sendo perseguido e pressionado pela 13ª DR/FUNAI. Alertam, contudo, que o número de funcionários corruptos crescia e seus nomes mereciam ser divulgados, assim como todas as denúncias já feitas através da imprensa, e que, caso não houvesse alguma mudança na atuação da FUNAI, cópias da carta seriam remetidas a órgãos internacionais.

Quanto à sindicância instaurada para averiguar a autoria da correspondência, alguns funcionários foram chamados a depor, entre eles, Sergio Schnardorf (motorista), Paulo Fernando M. Pesse (Assistente Administrativo), Paula Elisabeth Ebling (Antropóloga), Élio Rodrigues Neves (Chefe de Serviço, Assistente Administrativo), Neiva Carvalho da Costa (Assistente Social) e Zoraide Goularte dos Santos (Programadora Educacional), todos da 13ª DR/FUNAI, que compreendia o estado do RS. Todos, separadamente, receberam uma cópia da correspondência para leitura e, em seguida, em local reservado responderam às perguntas da comissão.

Interrogado sobre a autoria da carta, Sergio Schnardorf, argumenta que o fato de o denunciante fornecer detalhes sobre o local de trabalho de alguns chefes dos PI poderia ser um indicativo de que fosse um servidor da FUNAI. Também sugere que o autor fosse Élio Rodrigues Neves, pois acreditava que algumas palavras citadas na carta fossem de uso frequente do referido funcionário, que almejava ser Delegado da FUNAI. Sérgio discorda das acusações feitas a alguns funcionários, como Severino de Toni e Paula Ebling, mas confirma algumas das acusações feitas na carta, citando episódios de prostituição. Sobre as denúncias de corrupção, afirmou que havia escutado comentários e que discordava dos elogios feitos na carta ao chefe do setor administrativo.

Paulo Fernando M. Pesse, assim como Sergio Schnardorf, também atribui a autoria a Élio Rodrigues Neves, pelos mesmos motivos apontados por Sérgio, assim como nega ter conhecimento sobre a omissão e corrupção. Discorda das acusações feitas a Paula Ebling e ao delegado da FUNAI e em relação aos elogios feitos a chefe do setor administrativo. Já Paula Elisabeth Ebling, além de corroborar o depoimento de Paulo Pesse e Sergio Schnardorf, cogita que

Élio não tomaria a iniciativa de escrever essa carta se não tivesse sido pressionado ou instigado a fazê-lo por outra pessoa que é, quase com certeza, a Mercedes. Observando, de longa data, como vinham se acumulando as

situações anormais que envolviam a Mercedes nos PIs em que trabalhava, e as reações do Élio quando tomava conhecimento das mesmas sempre a defendendo, qualquer que fosse a circunstância - cheguei a alertá-lo dizendo que estava se tornando vulnerável em seu cargo de Chefe do SETAD, o qual exigia imparcialidade e observância das normas da FUNAI (Depoimento de Paula Ebling).⁸³

Em seu depoimento, a antropóloga chama a atenção para algumas inconsistências nas denúncias que diziam respeito a decisões que ela havia tomado, como a de ter se valido de informações sobre pessoas e entidades alheias à FUNAI, e que estavam relacionadas as áreas indígenas, obtidas junto aos órgãos de segurança para melhor desenvolver seu trabalho. Ao mesmo tempo em que reitera sua discordância em relação à maioria das denúncias, ela aponta as razões que a levavam a acreditar que o autor da carta era Élio.

A assistente social Neiva Costa, assim como os demais depoentes, também atribui a autoria da carta a Élio, sugerindo ainda a possibilidade de ter partido de outros dois nomes: Mercedes e José Gomes da Silva (Chefe de Posto). Interessante observar que, além de afirmar que algumas das denúncias feitas na carta são antigas, remontando ao tempo em que os PI/RS não eram subordinados a 3ºDR/FUNAI, Neiva não comenta as acusações feitas contra ela. Assim como Neiva, também Zoraide Goularte dos Santos menciona que a carta poderia ter sido escrita por Élio e Mercedes e não procura defender-se contra as acusações.

Já Élio Rodrigues Neves, apontado como possível autor da carta pelos depoentes e colegas da 13º DR/FUNAI, apesar de negar ter conhecimento de alguns dos fatos denunciados na carta, alega ter ciência de outros e em relação aos elogios que recebeu na referida correspondência, afirma que

os elogios não estão certos. Que suspeitaram então que eu quiz me auto promover. A minha vida é um livro aberto na FUNAI, eu acho que está errado, não é assim que se promove uma pessoa. Quem escreveu a carta é um inimigo meu. Ele fez a denúncia e me colocou no fogo [...]. Não estou me defendendo ou fugindo da responsabilidade da autoria desta carta, se fosse minha eu assinaria. Eu acho e julgo que devem se preocupar com os fatos e não com a autoria da carta, apurando os fatos se chega ao autor da carta. A preocupação do Delegado era saber se fui eu que fiz a carta (Depoimento de Élio Rodrigues Neves).⁸⁴

O auxiliar administrativo ainda salienta que sua conduta na instituição deixava claro que ele não recorreria ao anonimato, caso fossem necessárias quaisquer denúncias. O fato é que,

⁸³ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

⁸⁴ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

independentemente deste depoimento, se chegou a cogitar uma acareação entre os depoentes, que não foi, contudo, levada adiante, como se pode constatar na passagem abaixo:

Diante das fortes evidências da autoria do documento, já sutilmente detectada pela ASI com antecipação, pensávamos em promover uma acareação entre o leviano acusador e alguns acusados, com o objetivo de conduzi-lo a uma confissão da autoria do documento, espontaneamente. Mas, como isso poderia trazer consequências imprevisíveis, mudamos de opinião no mesmo dia.⁸⁵

Não ficam claras, no entanto, quais seriam as consequências e se elas estariam ligadas às prováveis reações do suspeito ou ao rumo que a acareação poderia tomar, visto que os depoentes salientaram terem conhecimento das denúncias feitas na carta. As perguntas formuladas e as respostas dadas durante os depoimentos parecem reforçar muito mais a importância dada à autoria da carta do que em apurar as denúncias feitas. Isto fica confirmado na decisão de que, “comprovada a autoria do documento, deverão ser objeto de observação, as ligações pessoais, comportamento, atuação, capacidade produtiva, tendência ideológica, probidade administrativa, relacionamento com colegas e Superiores, ligações externas e etc.”⁸⁶ Assim, apesar de o resultado da sindicância reforçar que os fatos denunciados deveriam ser tomados “como possivelmente verdadeiros, mas, ressaltados com malícia e apresentados de forma tendenciosa e exagerado”,⁸⁷ a investigação levou em conta “suas colocações (linguagem, forma, citações etc.)”, concluindo “tratar-se de pessoa com pouca cultura, porém experiente e com profundos conhecimentos da estrutura da FUNAI e dos problemas administrativos existentes em sua área de atuação”.⁸⁸ Concluída esta sindicância, a autoria da carta denúncia foi atribuída ao servidor Élio Rodrigues Neves (Chefe Administrativo), sendo recomendada a abertura de uma sindicância sumária para que os fatos fossem melhor apurados, para que, caso viessem a ser confirmados, fosse determinada demissão por justa causa.

Cabe lembrar que a maioria das denúncias feitas na carta já haviam sido divulgadas através dos JMC e levadas ao conhecimento da opinião pública pelas entidades de apoio à causa indígena, sendo que em muito se assemelhavam às denúncias feitas no RF da década de 1960. Outro aspecto que merece ser destacado é que, apesar de o remetente rubricar a carta, não há qualquer identificação de autoria, constando apenas “Comissão Informação e Vigilância

⁸⁵ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

⁸⁶ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

⁸⁷ Humberto da Costa Monteiro, Chefe ASI/FUNAI, Brasília-DF., 18 de fevereiro/83. Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

⁸⁸ Humberto da Costa Monteiro, Chefe ASI/FUNAI, Brasília-DF., 18 de fevereiro/83. Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

Indígena”, o que nos leva a conjecturar a possibilidade de ela ter sido escrita também por um coletivo de indígenas, de indigenistas vinculados a certas entidades e funcionários da FUNAI ou, até mesmo, pelo próprio Sistema de Informações do governo.

Esta última possibilidade de atribuição de autoria surgiu após observarmos as perguntas e respostas na sindicância instaurada, nas quais parece haver, como já mencionado, uma maior preocupação em identificar ou acusar o denunciante e pouca atenção em relação às denúncias. Já a possibilidade de ter sido produzida por alguma entidade parece se justificar pela menção do envio do documento a órgãos internacionais feita ao final da correspondência. Ora, sabemos que o representante da ANAI, Júlio Gaiger escrevia e mantinha contato com algumas organizações fora do Brasil, sempre descrevendo a situação dos indígenas no país.

Mas se consideramos que os indígenas estavam em um contexto de fortalecimento de suas alianças e articulações, também eles poderiam ter redigido o documento e acionado formas de encaminhá-la para o exterior, até porque, como veremos mais adiante, a elaboração e encaminhamento de cartas e ofícios a autoridades se tornaram uma importante ferramenta dos indígenas nas lutas por seus direitos. Mas a hipótese que parece ser a mais plausível é a de que a carta tenha sido escrita por um ou mais funcionários da FUNAI, visto que na própria sindicância os depoentes vincularam algumas situações e/ou informações a colegas. Não devemos, contudo, desconhecer que a correspondência pode não ter sido assinada, devido ao próprio contexto da época, no qual todos os que ousassem contrariar os interesses do regime instalado eram alvo de perseguição.

Diante de tudo o que foi exposto neste tópico, entendemos que a vigilância que se deu sobre as organizações de apoio e seus membros, foi um aspecto estratégico na tentativa de controlar os PI, evitando assim, qualquer ato que viesse contra aos interesses da época. Entendemos que a reflexão de Napolitano (2019, p. 132), se encaixa nesse contexto mencionado, pois, “a preocupação do sistema de informação era vigiar funcionários públicos civis, movimentações das lideranças políticas, atividades legais ou clandestinas dos movimentos sociais, trajetórias intelectuais e artísticas”.

Em síntese, neste capítulo, buscamos mostrar que, ao cotejarmos os dados oriundos do SNI, ASI/FUNAI com os dos JMC, as organizações de apoio no RS atuaram de forma a tornar possível o encontro de lideranças indígenas e a disseminação do conteúdo abordado por eles

nas reuniões. Percebemos, também, que a atuação desses apoiadores não se restringiu ao fortalecimento da articulação dos povos indígenas, estendendo-se a estudos sobre a realidade dos indígenas em seus respectivos PI. Entendemos, também, que a reflexão acerca do indigenismo se faz necessária para entendermos o contexto da articulação indígena, os atores envolvidos e as organizações de apoio que fizeram parte desse processo, bem como, os interesses envolvidos.

A documentação do Fundo SNI e Fundo ASI/FUNAI nos mostra a preocupação do governo em controlar as reuniões indígenas, os contatos e os lugares frequentados. Fica evidente o acompanhamento que a FUNAI fazia da atuação dos indígenas através dos chefes dos PI e o incômodo que a ANAI e o CIMI causavam a eles e na FUNAI. Na maioria das vezes, entidades e apoiadores são vistos como articuladores contra a política indigenista vigente a administração dos PI por funcionários da FUNAI. Também evidenciamos que a vigilância e o controle, não apenas aos indígenas, mas também a seus apoiadores e a tudo o que acontecia nos postos, foi uma estratégia utilizada na ditadura militar a fim de controlar essas populações e evitar a formação de um movimento maior que pudesse ir contra os interesses econômicos e políticos da ditadura militar.

Cabe destacar novamente que a imprensa se mostrou uma aliada dos povos indígenas, dos missionários do CIMI e dos integrantes da ANAI que constantemente traziam a público as irregularidades encontradas, faziam denúncias que envolviam situações graves nos PI/RS e, até mesmo, destacando a atuação das organizações de apoio e demais apoiadores como antropólogos e pesquisadores.

Ao concluirmos esse capítulo, salientamos que, apesar de todo controle, vigilância e repressão dos órgãos de segurança e informação, o CIMI, desde a sua fundação, auxiliou os indígenas em sua articulação, mantendo o compromisso com suas linhas de ação.

5 INTEGRANTES DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO E SEU LEGADO: “MAS ESTAS PERSEGUIÇÕES TORNARAM-SE UM VERDADEIRO FERMENTO”

No capítulo 4 vimos que a vigilância e a perseguição sobre as organizações de apoio aos indígenas geraram episódios conflituosos, os quais, colocavam em risco a vida de seus integrantes que não desistiam ou se afastavam de suas atividades. Em um dos documentos⁸⁹ que analisamos, encontramos a análise feita pelo SNI sobre o conteúdo do Jornal Rebentão. Várias de suas matérias foram vistas com preocupação, uma vez que apresentavam características tidas como subversivas e que influenciavam as ações, especialmente, dos apoiadores religiosos. Dentre as mensagens veiculadas por este jornal, destacamos: "Mas estas perseguições - (aos missionários) - tornaram-se um verdadeiro fermento para que o cristianismo florescesse ainda mais". Tal passagem, que aparece no enunciado deste capítulo, demonstra que, mesmo com a vigilância que recaía sobre os apoiadores da causa indígena, especialmente daqueles ligados ao CIMI, a repressão não foi um fator que impediu sua atuação, tampouco interferiu no seu compromisso com a causa indígena. Isto, no entanto, não significa que a vida dos membros dessas entidades e dos demais apoiadores foi tranquila, pois enfrentaram situações que colocaram a integridade física deles em perigo.

5.1 INTEGRANTES DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO

Como já mencionado nos capítulos anteriores, sabemos que as organizações de apoio aos indígenas e seus integrantes eram vistos como agitadores, subversivos ou qualquer outro qualificativo que definisse quem era contrário às posições do regime político da época. Entre os membros da ANAI que desenvolveram atividades ou que tinham vínculo com algum PI/RS, a vigilância maior se deu sobre Júlio Gaiger e Lígia Simonian. Já entre os membros do CIMI, sobre Antônio Iasi, Egon Heck e Egydio Schwade. Além dos já citados, é importante destacar que outras pessoas estiveram envolvidas no apoio aos indígenas nessa época, algumas delas atuantes na grande imprensa, outras em órgãos governamentais, porém, muitas delas, em virtude das fontes consultadas e do recorte temporal e geográfico estabelecido não foram abordados nessa pesquisa. Buscamos, no entanto, trazer informação sobre a atuação desses apoiadores quando estiveram em contato ou próximos dos nomes que foram priorizados na tese.

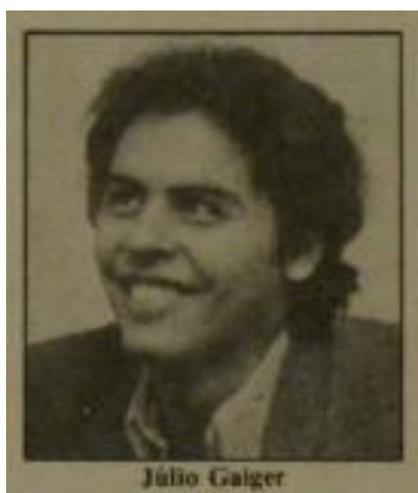
⁸⁹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77111699_D0002DE0003

5.1.1 Júlio Marcos Germany Gaiger

[...] o grande desafio para os índios é, exatamente, dar continuidade as lutas que já vinham realizando, e cujas formas concretas nem sempre limitaram-se aos espaços institucionais. Para isto, as nações indígenas devem considerar a importância de se apropriarem dos mecanismos estabelecidos pela nova Constituição (Júlio Gaiger, [s.d], p. 16).

Este excerto, de autoria de Júlio Gaiger (Figura 12), no nosso entendimento, melhor define a sua atuação, que propunha o acionamento de aspectos jurídicos como uma ferramenta de luta. Gaiger nasceu em 1956, no RS, e se formou em Direito pela Pontifícia Universidade Católica PUC do RS. Foi advogado do CIMI, atuou em algumas ONGs, especialmente na ANAI, e como Assessor Legislativo da Câmara dos Deputados.

Figura 12: Júlio Gaiger



Fonte: Jornal Porantim, n° 80, 1985, p. 6.

Sobre sua trajetória, sabemos que ele esteve

ligado à questão indígena desde 1977, quando dirigiu a Associação Nacional de Apoio ao Índio em Porto Alegre, Gaiger foi assessor jurídico do Cimi até 1991 e trabalhou como assessor na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara [...] No Cimi, desempenhou importante papel da defesa dos direitos indígenas atuando em casos emblemáticos. Um deles foi a demarcação da TI Toldo Chimbangue dos índios Kaingang (SC). Destacou-se ainda como assessor nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com forte atuação na formulação do capítulo referente aos índios. Autor de vários textos de análise sobre a questão indígena no Brasil [...] assumiu a presidência da Funai [...] indicado pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, em março de 1996 e deixou o órgão em junho de 1997

[...] voltou a trabalhar na Comissão de Meio Ambiente e Minoria da Câmara dos Deputados, onde acompanhou diversos projetos de interesse dos índios como o de saúde indígena, mineração em Terras Indígenas e o novo Estatuto do Índio (Panorama Ambiental, online, 2004).

Gaiger produziu textos e ministrou cursos que foram importantes para apoiar a causa indígena, dentre os quais destacamos “*Curso para jovens Kaingang*”, “*Por uma Política Indigenista Alternativa*”, “*Para os índios fazerem mais festa*”, etc., além de diversos pareceres para o CIMI e ANAI. Essas produções nos permitem ter uma noção sobre as formas como Júlio Gaiger atuou em defesa dos indígenas no período estudado.

O texto intitulado “*Por uma Política Indigenista Alternativa*” traz apontamentos levantados na Assembleia da ANAI que tecem críticas ao governo da época, propõe uma autocrítica da própria organização e sugere alternativas para repensar as políticas indigenistas da época. Ao falar sobre a política da época Gaiger a descreve da seguinte forma:

O poder instituído no Brasil desde 1964 é um poder fundamentalmente comprometido com os interesses do capital nacional ou estrangeiro. Seu deus é o lucro, e em nome deste ídolo estabeleceu-se num primeiro momento, uma ditadura feroz; agora, em nome do mesmo ídolo, forja-se uma abertura destinada a confundir. Pois para os oprimidos, índios ou não, não há abertura (GAIGER, 1981, n.p).

Desta passagem depreende-se que Gaiger percebia que os planos desenvolvimentistas, voltados ao lucro, não contemplavam soluções para os problemas enfrentados pelos indígenas. E isto definia seu posicionamento e atuação voltada para defesa, as denúncias e os protestos contra as violências às quais os indígenas estavam sujeitos. Além de apontamentos sobre o regime político da época, Gaiger expõe também sua percepção sobre a atuação das entidades de apoio, observando o seguinte:

A ANAI [...] os demais grupos de apoio [...] tem feito o possível para reagir à altura das intencões oficiais. Denunciamos, protestamos [...] estamos sempre respondendo à iniciativa oficial. Quem dita as regras do jogo ainda é o sistema, é a FUNAI, é o Ministério do Interior. Nós tentamos, desesperadamente, dançar conforme a música para não cairmos no final; tentamos acompanhar os passos oficiais para não chegarmos atrasado [...] (GAIGER, 1981, n.p).

Como se pode observar, para Gaiger, a atuação das entidades de apoio acontecia de forma previsível, havendo, em razão disso, a necessidade de adotar formas mais eficazes de apoio aos indígenas, face a um novo contexto político e econômico:

Nestes anos de militância pelo Índio nunca paramos para pensar grande, para tentarmos virar o jogo, para refletirmos uma alternativa que possamos propor à política indigenista oficial [...] caímos na mesma armadilha em que caíram os que escolheram a política institucional como opção militante: as várias entidades pelo índio agem desarticuladamente, cada uma se achando dona do melhor berro. Isto acontece porque não paramos para refletir acerca das mudanças institucionais acontecidas desde 1964 e seu significado mais profundo em relação ao futuro dos índios [...] (GAIGER, 1981, n.p).

Gaiger aponta para a necessidade de as entidades atuarem de forma mais articulada, algo que pode ser visto concretamente na sua atuação tanto no CIMI, quanto na ANAI, e propõe estratégias mais ofensivas:

Urge que paremos para pensar e discutir a história recente e presente. É necessário que nós possamos opor mais eficazmente à escalada da violência anti-indígena, e só conseguiremos quando passarmos à ofensiva, invertendo o jogo e tomando a iniciativa [...] urge que discutamos juntos uma orientação e articulação comuns, multiplicando nossa capacidade de resistência e ofensiva. Nosso compromisso não é com siglas, mas com o Índio. Em nome desta causa é preciso que passemos a construir uma política indigenista alternativa [...] (GAIGER, 1981, n.p).

Para Gaiger, a política indigenista alternativa seria capaz de “sensibilizar as entidades de apoio ao índio e a própria ANAI, mais particularmente” (GAIGER, 1981, n.p). No entanto, nos chama atenção que ele não propôs a colaboração das lideranças indígenas, destacando apenas a necessidade da articulação entre as entidades de apoio. Vale lembrar que, no RS, as assembleias contavam com indígenas de várias etnias presentes, assim como de missionários, jornalistas e antropólogos, enquanto apoiadores da causa indígena. Acreditamos que tal posição possa estar atrelada aos empecilhos jurídicos que envolviam os indígenas na época, uma vez que, segundo ele, ainda “havia muitas dúvidas sobre a possibilidade de os índios entrarem na justiça independentemente da FUNAI, devido ao problema da relativa incapacidade. A incerteza impedia que as organizações de apoio à luta indígena se arriscassem a protagonizar medidas judiciais” (GAIGER, 1986, n.p). Para Gaiger, era fundamental que os indígenas e as organizações de apoio contassem com assessoria jurídica em seu processo de articulação e na luta pelo reconhecimento dos seus direitos, pois, “devido à [sua] ausência, muitas vezes tornam-se questões de solução difícil, o que em grande parte poderia ser evitado” (GAIGER, 1986, n.p).

o papel de uma assessoria jurídica não pode ser reduzido à preparação de ações judiciais [...] cabe à assessoria jurídica uma grande variedade de iniciativas, que iniciam pelas informações às comunidades indígenas [...] e chega a incorporação permanente do raciocínio jurídico nas discussões dos problemas que afetam os povos índios [...] é apenas mais um instrumento de luta [...] é preciso que a assessoria jurídica se dê de forma integrada com a luta das comunidades indígenas, rompendo o distanciamento que em geral existe entre o sujeito do direito e o profissional a quem se recorre (GAIGER, 1986, n.p).

Uma das formas encontradas por Gaiger para auxiliar os indígenas do sul do país foi através de cursos ministrados para indígenas Kaingang, entre eles, o “*Curso para jovens Kaingang*”, que ocorreu em 1983 e que incluía orientações sobre como funcionava a Legislação. O curso contemplava perguntas e respostas de forma a levar os indígenas a compreenderem o aparato jurídico e burocrático e a percebê-lo como uma estratégia em sua luta.

De onde vem as leis? As leis são feitas para regulamentar as relações entre homens, dentro de uma sociedade. Servem para dizer o que se pode fazer e como se deve fazer; e pra dizer o que é proibido fazer e que castigo recebe quem faz o que está proibido [...] e as leis dos brancos? [...] como é que se explica que nessas leis existam coisas que, a rigor, não são tão ruins para os povos indígenas? [...] o Estatuto do índio, apesar de feito pelas classes dominantes, tem coisas boas para os índios [...] mas no fundo [...] deixa caro que a finalidade de tudo é que, um dia, no Brasil, não existam mais índios [...] Como evitar que isso aconteça? Os povos indígenas precisam se organizar para impedir que se façam coisas ruins, e aproveitar tudo o que existe de positivo nas leis dos brancos. Assim, poderão resistir melhor, até o dia que os índios possam eles mesmos fazer as leis [...] é fundamental conhecer bem as leis que tratam dos índios: o Estatuto do Índio, a Constituição Federal, etc [...] (GAIGER, 1981, n.p).

Já no texto intitulado “*Proposta de debate: a questão das etnias e a Constituinte*”, Gaiger propõe algumas reflexões à Constituinte:

O debate aí gerado abrirá novas perspectivas e dimensões, cuja tradução deverá, posteriormente, ser implementada, para propiciar a contribuição dos mais amplos segmentos da população. Não que se acredite que a simples elaboração de nova Carta Magna resolverá os problemas sociais, políticos e econômicos em que se debate o país; mas, sem dúvida, é passo importante obter que a lei reflita os equacionamentos e soluções vislumbrados em legítimo debate popular (GAIGER, 1983b, p.2).

Como se pode perceber nesta passagem, para Gaiger, a elaboração da Carta Magna não significava a resolução de todos os problemas que assolavam os povos indígenas, pois, apesar

de ser um passo importante, era apenas o começo de uma longa luta. A autonomia cultural dos povos indígenas era uma proposta importante para o debate, uma vez que,

em que o direito a ser diferente, a diferenciação dos modos de ser, pensar e agir inerentes historicamente aos povos indígenas, sejam admitidas e respeitadas no âmbito de uma ordem jurídica que lhes atribua validade equivalente à reconhecida às formas eleitas pela cultura majoritária todos os demais aí incluídos ou daí decorrentes, significa, por um lado, um passo fundamental na superação das dominações secularmente impostas aos povos invadidos e/ou subjugados, mas, por outro lado, certamente constitui providência essencial ao futuro da humanidade como um todo (GAIGER, 1983b, p. 3).

Gaiger também critica os objetivos integracionistas que ainda rondavam as discussões, uma vez que o

reconhecimento efetivo de tais direitos repugna que se tenha por objetivo final qualquer ideia de fusão, assimilação ou mesmo integração, eis que tais conceitos expressam, mais ou menos intensamente, a noção de que há um contexto cultural mais amplo e/ou mais desenvolvido, a que as culturas das minorias devem, um dia, se incorporar. O etnocentrismo latente revelado pela utilização destes conceitos faz-se presente na legislação brasileira (GAIGER, 1983b, p. 4).

Ainda sobre os objetivos integracionistas, Gaiger afirma que a

integração, contudo, na origem de sua elaboração jurídica, tem um fundo igualitarista, de nítido ressaibo liberal. Confirma-o Santa Cruz: 'a integração trata de: 1) eliminar todas as formas de divisão puramente étnicas, 2) de garantir os mesmos direitos, oportunidades e responsabilidades a todos os cidadãos, qualquer que seja o grupo a que pertençam'. Pois é justamente este enfoque igualitarista que se deve evitar na formulação dos direitos das etnias, cujo ponto de partida é, exatamente, o direito a permanecer diferente [...] (GAIGER, 1983b, p.5).

Em suas reflexões e proposições, ele também emprega o termo *indígena*, afirmando que era a denominação mais adequada ao invés de *índio* ou *silvícola*. As propostas de Gaiger estavam, portanto, em sintonia com a ideia de que a

proteção e o reconhecimento dos direitos específicos às minorias étnicas devem ser providos para que as minorias possam preservar suas especificidades e não, como se quer no Brasil, para que elas se integrem (leia-se: se assimilem) à cultura da 'comunhão nacional'. Buscando, a partir deste ponto, uma sistematização mínima que auxilie o estudo comparativo dos

diversos direitos assegurados às nacionalidades indígenas, procederemos ao seu exame conforme a seguinte divisão: direitos territoriais, direitos econômicos, direitos culturais, direitos sóciolaborais, direitos civis e direitos políticos (GAIGER, 1983b, p. 9).

Gaiger também produziu uma série de pareceres para o CIMI e ANAI. Em um desses pareceres, de 1985, ele fundamenta sua posição sobre a pretensão da FUNAI de permitir que apenas missionários que tivessem convênio com a instituição tivessem acesso às áreas indígenas. Segundo o parecer de Gaiger, a FUNAI buscava

basear-se no poder de polícia cometido ao órgão [...] porém, este poder de polícia, por si só, não autoriza a FUNAI a proibir ingresso em áreas indígenas [...] a vontade da FUNAI não pode ser imposta às comunidades indígenas, que das áreas onde habitam tem posse exclusiva [...] direitos individuais não se confundem com direitos civis ou políticos [...] entre tais direitos tem importância lembrar a liberdade de consciência e culto e o de reunião [...] pretender a FUNAI impedir que uma comunidade indígena receba alguém, um missionário, por hipótese, sem evidências inequívocas de que a presença ameaça a liberdade, segurança, ordem, costumes ou propriedade dos índios, não só agride o direito de locomoção do visitante, mas também o direito de reunião e, talvez, o direito à liberdade de culto dos mesmos índios (GAIGER, 1985, n.p).

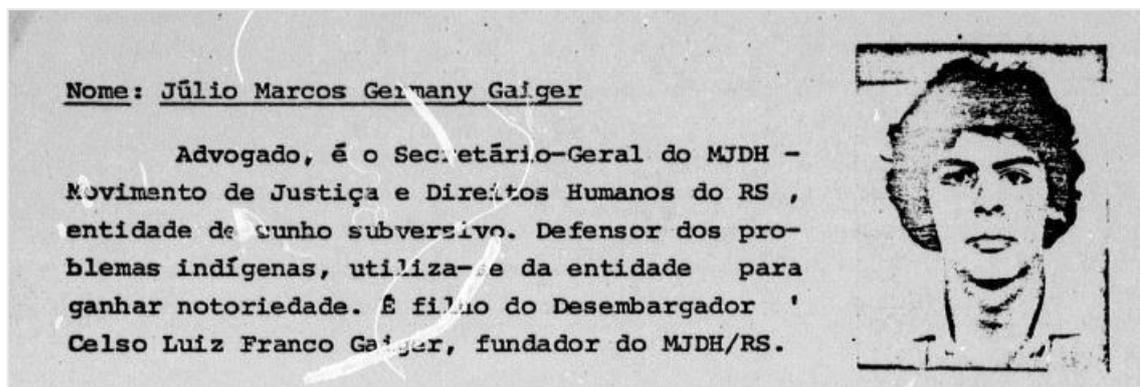
Como se pode observar, Gaiger estava atento às manobras que viessem tentar impedir as reuniões e articulações entre os indígenas, isto porque, como já vimos no decorrer desta tese, os missionários foram responsáveis por apoiar e desenvolver formas de articulação dos indígenas. Neste mesmo parecer, em nome da assessoria jurídica do CIMI, ele se coloca à disposição para examinar convênios que estivessem em perspectiva de serem assinados.

Em pesquisa no Memorial Jesuíta – UNISINOS, tivemos acesso às correspondências trocadas entre Júlio Gaiger, então Presidente da ANAI, e David Treece, assessor do setor de projetos da *Survival International – For the rights of threatened tribal peoples*, entre os anos de 1986 e 1987. Gaiger mantinha contato também com o ativista britânico Stephen Corry, da *Survival International* e *Amnesty International*. Embora essas correspondências ultrapassem o recorte temporal estabelecido para a pesquisa, podemos perceber através de seu conteúdo, que o contato entre eles já vinha acontecendo há algum tempo. Nessas correspondências, que se encontram traduzidas por Gaiger, encontramos solicitações de informações por parte da *Survival* sobre a militarização da Amazônia e a situação dos Kaingang do Toldo Chimbangue, entre outras etnias. Também revelam que Treece e Corry tinham acesso às matérias publicadas pela imprensa nacional, tanto no JP, quanto nos JMC.

Fica também evidente a colaboração entre a ANAI e o CIMI e os planos dessas duas entidades de lançar uma campanha internacional para pressionar o governo sobre as mudanças necessárias na política indigenista brasileira e de poderem contar com o apoio da *Survival International* para isso. Em carta para David Treece, Gaiger faz vários relatos sobre os Kaingang de SC, sobre as ações do governo e de funcionários da FUNAI e, ainda, sobre episódios de violência no Toldo Chimbangue entre outros episódios que vinham acontecendo no país.

Júlio Gaiger também foi bastante atuante na imprensa, como pode ser observado na documentação consultada nos arquivos do SNI e ASI/FUNAI. As denúncias feitas pela ANAI, que estava sob a presidência de Gaiger, e as que eram feitas pelo CIMI, junto ao qual era assessor jurídico, nos mostram o quanto ele esteve empenhado em trazer a público a realidade enfrentada pelos indígenas durante as décadas de 1970 e 1980. Além destas informações, encontramos também a ficha de identificação (Figura 13) de Gaiger:

Figura 13: Monitoramento do SNI sobre Júlio Gaiger



Fonte: AN, FUNDO SNI CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005090_D0001DE0001

O documento enfatiza sua origem familiar e especula quais seriam seus reais objetivos. Neste mesmo Fundo, também outras pessoas vinculadas à ANAI aparecem identificadas com fotos e descrição de suas atividades profissionais, tais como Mauro Silveira de Castro (vice-presidente), Raquel Cunha Waldow (1º secretária), Ariel Pedroni (2º secretário), Armando de Negri Filho (1º tesoureiro) e Maria Vanina Nobilis (2º tesoureira). A análise dessa documentação do Fundo SNI e ASI/FUNAI e dos documentos que compõem o AJG, mantidos no Memorial Jesuíta, contribui para a reconstituição da atuação de Júlio Gaiger em defesa dos povos indígenas, não apenas no período da Constituinte, mas, também, após a Constituição de

1988, e, especialmente, quando esteve à frente da FUNAI. Já a consulta aos documentos⁹⁰ dos órgãos de segurança e informação revelou que a atuação de Gaiger não se deu apenas no âmbito teórico e no suporte jurídico, pois ele também frequentou PIs, realizou reuniões e procurou manter contato com lideranças indígenas.

Mas, mesmo tendo dedicado parte de sua vida à causa indígena, Gaiger não esteve distante de episódios polêmicos, especialmente durante o período em que foi presidente da FUNAI, já na década de 1990, quando

anunciou reformas administrativas que desagradaram os chefes indígenas. Uma das atitudes durante sua gestão foi a redução de gastos com diárias de chefes indígenas em visita a Brasília, o valor gasto era de R\$250.00,00 e foi reduzido para R\$ 30.00,00. Devido a esta atitude Gaiger teve seu gabinete invadido por Xavantes que o mantiveram refém em protesto as suas reformas. Outra atitude política de Gaiger enquanto presidente da FUNAI desagradou aos indígenas, o fato de ele ter apoiado o decreto 1775 de autoria do ministro Nelson Jobim, o decreto permite que as demarcações de 334 reservas indígenas possam ser questionadas na justiça (2005, p. 2).⁹¹

Após esses episódios, Gaiger pediu demissão da FUNAI, em 1997, e retornou à função de “Assessor Legislativo na Câmara dos Deputados, cargo que exerceu até o 18 de dezembro de 2003 quando sofreu um acidente de moto e ficou internado em um Hospital em Brasília até o dia 25 de fevereiro de 2004, data em que veio a falecer” (2005, p. 3).⁹²

5.1.2 Lígia Terezinha Lopes Simonian

O meu envolvimento com uma universidade, com trabalho a nível ministerial, e com aperfeiçoamento, exigiu tempo e mudanças constantes. Mas em que pese seus aspectos positivos/negativos, tais experiências estiveram intimamente relacionadas aos trabalhos realizados com indígenas do sul e cafusos/as, e foram por eles influenciados (Lígia Simonian, 1990, p. 4).

Ao falarmos sobre a contribuição de antropólogos ao processo de articulação indígena durante o período da ditadura militar, se sobressai o nome de Lígia Simonian (Figura 14), que foi bastante atuante no RS no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

⁹⁰ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0020_D0001DE0001, AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009247_D0001DE0001

⁹¹ Fonte: Acervo Júlio Gaiger, Memorial Jesuíta – UNISINOS (Ficha Técnica, Cx 14, Pasta 1).

⁹² Fonte: Acervo Júlio Gaiger, Memorial Jesuíta – UNISINOS (Ficha Técnica, Cx 14, Pasta 1).

Figura 14: Lígia Terezinha Lopes Simonian



Fonte: Reprodução Currículo lattes de Lígia Simonian⁹³

É impossível escrever sobre a atuação de Lígia junto aos indígenas no RS, sem considerar sua trajetória profissional. De acordo com informações extraídas de seu currículo Lattes, sua formação e atuação estiveram efetivamente entrelaçadas com a causa indígena.

Possui graduação em Licenciatura Plena de História pela Universidade Federal de Santa Maria (1972), graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Santo Ângelo (1975), especialização em Antropologia pelo Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (1973). Fez mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981), doutorado em Antropologia pela City University of New York (1993) e pós-doutorado nessa mesma Universidade (2000). É Professora Titular [...] do quadro de docentes da Universidade Federal do Pará, junto ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), onde também coordenou recentemente o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU), de janeiro de 2013 a janeiro de 2015. É professora, orientadora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU) e do o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento (PPGGPD). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica, Antropologia do Desenvolvimento, Metodologia Interdisciplinar, bem como em Políticas Públicas, Gestão e Desenvolvimento Sustentável. Atua, principalmente, nas seguintes problemáticas: políticas públicas, gestão, áreas protegidas, turismo, Pan-Amazônia, Amazônia brasileira, Amapá, região das Guianas, biossocio-diversidade, populações tradicionais, mulheres, cidades de áreas fronteiriças internacionais; também,

⁹³ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6620574987436911>> Acesso em: 04/11/2022.

trabalha com imagem e fotografia, tanto em produção artística como em pesquisa.⁹⁴

Nas décadas de 1970 e 1980, a “presença nestas áreas e o conhecimento que as/os indígenas tinham sobre [sua] formação como advogada, os inspirou a solicitarem esclarecimentos, inicialmente sobre os ‘direitos dos Índios’” (SIMONIAN, 1990, p. 8). Seus trabalhos estiveram voltados para a

orientação prestada aos indígenas [...] no sentido da defesa de seus direitos históricos e constitucionais, em especial quanto à terra [...] esclarecimentos básicos quanto às possibilidades de encaminhamentos político/administrativo, de discussões sobre a adequabilidade de suas táticas de luta, de repasse de documentos e produção de outros para reforçar suas demandas, de encaminhamento de denúncias sobre violações de direitos, produção de laudos (SIMONIAN, 1990, p. 33).

Sua atuação, no entanto, não se limitou à assessoria, pois, em algumas situações, houve apoio material, como no caso de Nonoai, onde, segundo ela,

o que se fez foi garantir recursos mínimos para eles/as se fixassem na terra, e deixassem de depender exclusivamente do trabalho assalariado. Os recursos foram então viabilizados pelo CTI, e utilizado prioritariamente para apoiar a produção agrícola. No caso, para aquisição de uma junta de bois, outros instrumentos de trabalho agrícola, sementes selecionadas, mudas de árvores frutíferas e de erva mate. [...] também foram aplicados em melhoramentos para o transporte do pequeno excedente agrícola [...] se construiu uma barca, no que tais recursos foram utilizados. Esta veio facilitar o acesso a Rodeio Bonito [...] uma enchente [...] no entanto, a destruiu algum tempo depois [...] (SIMONIAN, 1990, p. 58-59).

Já em Votouro/RS, o apoio material se deu quando Lígia foi procurada pela liderança indígena à época

em busca de apoio para um trabalho de roça coletiva que estavam se propondo, diziam, como uma maneira de tentar “levantar a moral da comunidade” [...] eles/as então privilegiaram o trabalho de destocamento de uma área plana para receber financiamento, tendo ainda solicitado recursos para aquisição de alimentos para os indígenas que se envolveriam diretamente nas atividades [...] com os recursos eles/as alugaram um trator de esteira, para realização das tarefas mais árduas [...] o trabalho foi desenvolvido, a roça plantada [...] mas quando cheguei à AI para discutir a aplicação dos recursos, a “liderança” tinha

⁹⁴ Texto de apresentação informado por Lígia Simonian a Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6620574987436911>>. Acesso em: 18/11/2022.

sido trocada, prisões tinham sido feitas, e a chefia do posto se apropriado da colheita (SIMONIAN, 1990, p. 60-61).

Lígia também destaca a importância da “formação de uma base material para sustentar, respaldar as reivindicações dos/as indígenas do RGS, a pesquisa, e os demais trabalhos” (SIMONIAN, 1990, p. 62), à qual deveriam se somar as

várias notas produzidas para divulgação pela imprensa, à correspondências/denúncias enviadas à Procuradoria da República ou outras autoridades [...] ao depoimento que prestei como testemunha à ação que o CIMI move contra a FUNAI, no caso dos arrendamentos de Guarita [...] (SIMONIAN, 1990, p. 66).

Constata-se que, mesmo não fazendo parte do Estatuto da ANAI, Lígia fez o que estava ao seu alcance para auxiliar os indígenas na busca por apoio material, os assessorou na produção de documentos que viessem a atender suas reivindicações, bem como esteve disponível para orientar indígenas no que se referia a questões jurídicas. Seu envolvimento com a causa indígena pode ser percebido em seus trabalhos, com destaque para *“Uma experiência entre indígenas e caçadores do Sul – um relatório preliminar, seus limites e avanços”*, *“Índios/as e Brancos/as no RGS”*, *“Políticas de Terras Indígenas – O caso de Nonoai”* e *“Política indigenista, arrendamentos e lideranças indígenas”*. Para que pudesse desenvolver seus trabalhos em campo, foi necessária uma autorização de pesquisa da FUNAI, que foi, posteriormente, suspensa, sob a alegação de que estaria promovendo agitação nas AI. Durante o tempo em que pôde realizar seu trabalho de campo, Lígia observou:

O nível alto de tensão propiciado pelos conflitos de terra, eu optei por entrevistar pessoas que considere importantes no contexto, e a observar as relações entre indígenas e não-indígenas no interior das próprias áreas, e quando possível nos povoados próximos, nas cidades, no interior dos ônibus. Eu também procurei visitar todas as aldeias ou setores, contatar o maior número possível de indígenas, de invasores/as e arrendatários/as, os funcionários/os, fossem elas/es indígenas ou não (SIMONIAN, 1990, p. 12).

Sua identificação com a luta dos indígenas fez com que fosse vigiada de perto, razão pela qual menciona que,

ao mesmo tempo em que me recebiam em suas casas, tais agentes controlavam a minha ação. Desde a minha primeira visita às áreas indígenas eu percebi que estava sendo controlada pelos funcionários. Mas foi em Votouro, que soube sobre a existência de uma ordem para que os funcionários vigiassem "a

antropóloga". Na oportunidade, pude ouvir uma discussão entre o chefe do posto e sua esposa, pois esta lhe inquiriu do por quê de andar sempre me acompanhando, quando o mesmo lhe respondeu que tinha ordem para fazê-la (SIMONIAN, 1990, p. 12).

Segundo ela, “os não-indígenas que viviam nas AIs ou em suas proximidades passaram a me ver como ‘aliada dos/das indígenas’. Minha permanência no interior das mesmas por certo me identificava diretamente com a questão indígena” (SIMONIAN, 1990, p. 13). A cassação da autorização da FUNAI somada à repressão exercida pelos chefes dos PI se, por um lado, impediram a elaboração de um relatório final de seus trabalhos, por outro, permitiram a produção de outros textos, dentre os quais destaca “o trabalho sobre a ‘proteção’ estadual em Inhacorá, a pesquisa sobre terras em Nonoai, a assessoria política aos indígenas de Guarita, Inhacorá, Iraí, Nonoai e Votouro, e o Arquivo Kaingang/Guarani e Xetá” (SIMONIAN, 1990, p. 14).

Como se pode constatar, a atuação de Lígia não esteve restrita ao ambiente universitário, sendo que ela mesmo pensou seus trabalhos “não só como meramente acadêmicos, [para] que também pudessem ser usados como subsídios para as reivindicações” (SIMONIAN, 1990, p. 10):

As informações contidas no trabalho final - "O Serviço Estadual de Proteção aos Índios - O Caso do Inhacorá" (1979), evidenciam o caráter anti-indígena e genocida da política e das ações do "serviço estadual de proteção aos indígenas", principalmente após 1940. Elas também demonstram os preconceitos exacerbados da sociedade brasileira a nível local contra os/as Kaingang de Inhacorá, bem como sua ação destruidora em relação aos recursos florestais e a qualidade da terra (SIMONIAN, 1990, p. 15).

Para a pesquisa “*Políticas de Terras Indígenas – O caso de Nonoai*”, desenvolvida entre 1978 e 1981, Lígia conta que recebeu autorização dos indígenas, mas a FUNAI ordenou que o Chefe do PI, Lídio Della Beta, providenciasse a retirada da antropóloga desta área. Ela relata que:

Um major do exército e sediado em Santo Ângelo, conhecido pelos/as indígenas de Nonoai por vários nomes, dentre os quais por "Peaguaçú", invadiu a residência de Pénry e de Pénwá, onde eu me encontrava hospedada. De lá ele retirou parte do material documental que eu mantinha na área para consulta. No quartel eu fui interrogada sobre "as conexões", "os contatos", queriam listas de nomes que eu não dispunha, etc ... Uma sessão planejada para intimidar, por pessoas que fazem do ócio o seu "trabalho". (SIMONIAN, 1990, p. 19)

Sob a alegação de conflito de que estava incitando conflitos foi impedida de continuar na AI. O fato de buscarem o que ela estava produzindo, bem como os possíveis nomes com os quais ela trabalhava demonstra uma preocupação por parte da FUNAI com os resultados de seus estudos. Desta forma, a intimidação usada contra a antropóloga no quartel de Santo Ângelo/RS e o tratamento que recebeu ainda na AI nos revelam como se dava o cerco de vigilância que recaía sobre os apoiadores dos indígenas, especialmente, daqueles que faziam parte de alguma entidade.

Outro trabalho desenvolvido por Lígia se deu em Guarita e teve relação com as reivindicações das terras indígenas locais por parte de indígenas e não indígenas. A antropóloga faz referência à relação existente entre a posse da terra e as violências e descreve o momento como marcado pela “violência generalizada contra e entre os/as indígenas. Na maioria dos casos, no entanto, a mesma é silenciada e simultaneamente manipulada como mecanismo de intimidação dos indígenas, tanto por estes como por não indígenas, para o controle do acesso à terra” (SIMONIAN, 1990, p. 24).

Foram inúmeras as dificuldades enfrentadas por Simonian para dar continuidade aos trabalhos no sul do país e que se estenderam aos trabalhos de assessoria, sendo que ela faz referência ao “contínuo faccionalismo entre os/as indígenas” (1990, p. 71), ao “abuso de poder, o uso de violência” (1990, p. 72), à “presença de missionários fundamentalistas e às divergências entre os que labutam no movimento de apoio aos/às indígenas” (1990, p. 72) e à “pouca disponibilidade de recursos humanos” (1990, p. 73).

Ela descreve também algumas situações conflituosas que aconteceram, sendo que uma delas envolveu um pastor da Assembleia de Deus, outra um ex-vereador e ainda outra envolveu indígenas. De acordo com Lígia, os agentes desta Igreja já vinham há algum tempo tentando influenciar indígenas a fim de inviabilizar seu trabalho. Um dos pastores

radicalizou a sua posição após ter um sonho envolvendo a minha pessoa e identidade. No mesmo eu apareci como "a besta", "o anticristo", e se soube que 'o dinheiro dos projetos era coisa do demônio', e que, portanto, não era para ser tocado. [...] começou conclamando os/as indígenas a não me receberem em suas casas nem prestarem informações, sob a alegação de eu ser 'comunista'" (SIMONIAN, 1990, p. 28).

Já o ex-vereador teria causado uma indisposição entre a antropóloga e os indígenas, quando “aproveitou-se do fato de eu ter participado de uma reunião de ‘sem-terra’ em

Tronqueiras, Miraguaí, para indispor os/as indígenas contra mim. No caso, ele não apenas espalhou a notícia de que eu iria "cortar" a área para os 'sem-terra', mas ainda os intimidou" (1990, p.28), enfraquecer a ligação entre eles. Sobre este ex-vereador, Lígia informa que:

É de longa data que este cidadão vem arrendando terras indígenas na área, onde mantém agregados/as, e explorando palanques (inclusive por várias vezes eu o flagrei retirando palanques da área, sendo que em uma delas em companhia do ex-cacique Domingos Ribeiro), a mão-de-obra indígena e a dos "sem-terra" não-indígena. Ademais, explora a todos/as nos preços dos produtos existentes em seu mercado, na mesma localidade (SIMONIAN, 1990, p. 28).

Quanto aos conflitos que aconteceram entre os próprios indígenas, a antropóloga conta que chegou a ser ameaçada:

No dia 26 de Julho eu fui informada de que o cacique estaria para me prender assim em que me encontrasse, para apreender meus cadernos de anotações, câmaras fotográficas, filmes, etc Luiz Sojá Emílio (professor bilíngüe e funcionário da FUNAI) e Francisco Ribeiro (assessor do cacique Samuel) é que enviaram tal mensagem, mas seriam de fato os responsáveis pela articulação de tais ameaças. De todo modo eu continuei o trabalho junto a não-índios de povoados e cidades próximas [...]. Mas em seguida retomei o trabalho na área do Posto Indígena Guarita [...] (SIMONIAN, 1990, p. 29).

Ainda sobre esse episódio, a antropóloga ressalta que

muitos dos/as que souberam sobre a existência destas ameaças vieram me expor sua preocupação, ao que sempre respondi que eu estava acostumada, e que elas não passavam de estratégias para inviabilizarem meu trabalho. Uma pessoa inclusive me disse que "... por qualquer garrafa de cachaça os/as indígenas me matariam. Muitos também lembraram o caso do estupro, assassinato e queima do corpo da professora Lorinete Maria Brambati (crimes ocorridos em 1987 no interior da AI [...] nestes casos eu aproveitei para lembrar-lhes que os não indígenas tinham assassinado mais indígenas em Guarita, do que o contrário. Este incidente, no entanto, contribuiu para que eu levantasse muitas informações sobre a violência contra os/as indígenas e entre os mesmos (SIMONIAN, 1990, p. 30).

O nome da antropóloga foi também frequentemente mencionado pelos órgãos de segurança e informações da ditadura, por ser vista como agitadora nas áreas indígenas. Sobre Lígia Simonian, encontramos a seguinte descrição:

LÍGIA TEREZINHA LOPES SIMONIAN é antropóloga da FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO

NOROESTE DO ESTADO (FIDENE) de IJUÍ/RS, representante (presidente do Núcleo) da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO (ANAÍ) de IJUÍ/RS e considerada agitadora das Reservas Indígenas do RS, que em 1978 esteve proibida pela FUNAI de ingressar em áreas indígenas.⁹⁵

Para além de informações sobre a profissão e o local de atuação profissional, o Serviço de Informações destacou o envolvimento da antropóloga com os indígenas e entidades como a ANAI e o CIMI, bem como a sua condição de agitadora, ressaltando que foi proibida pela FUNAI de ingressar nos PI/RS. As palestras e reuniões das quais Lígia participava eram frequentemente monitoradas. Outro exemplo a ser referido é o ocorrido “em 11 ago 82, antes de participar de uma Reunião do Centro de Trabalho Indigenista em São Paulo, Lígia Simonian denunciou pela imprensa a transferência praticamente compulsória dos índios da Reserva de Votouro para a de Nonoai”.⁹⁶

Como se pode constatar, tanto através de seus trabalhos como antropóloga, assessora jurídica empenhada na busca de recursos financeiros e como membro da ANAI, Lígia se mostrou uma apoiadora da causa indígena e sua atuação no RS nos mostra o quanto seus estudos e trabalhos de campo foram e continuam sendo importantes para a história indígena, em especial, do processo de articulação dos Kaingang. Mesmo tendo deixado a região, Lígia optou “por continuar trabalhando com a mesma problemática, embora tenha ainda desenvolvido outros trabalhos fora de seus limites” (SIMONIAN, 1990, p. 9), dedicando-se ao estudo dos “processos envolvendo as lutas dos/as indígenas do sul [...]” e ao “debate em torno dos direitos históricos e legais/constitucionais das/os indígenas” (SIMONIAN, 1990 p.75). Ressalta, contudo, que “a nível pessoal não foi fácil ouvir sobre degolas, assassinatos impunes de tantos indígenas em Guarita, Nonoai, etc..., e menos ainda, escrever a respeito” (1990, p. 77).

5.1.3 Egon Dionísio Heck

“A causa [indígena], para mim, é um motivo que vale a vida, vale a morte. Cada vez mais, me sinto comprometido com essa causa, que é uma causa de vida e que exige uma decisão radical, sem temores e sem medo. Sinto-me tranquilo” (Egon Heck, 2010, online). Essas palavras nos dão uma dimensão da influência que as atividades desenvolvidas por Egon Heck (Figura 15), indigenista e cientista político, que “trabalha há mais de 40 anos ao lado de

⁹⁵ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005038_D0001DE0001

⁹⁶ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005038_D0001DE0001

comunidades indígenas em todo o país. Militante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Egon é ex-padre e um dos fundadores dessa entidade. Formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política”. Heck “foi padre durante 12 anos e hoje é missionário leigo. Engajado com as comunidades indígenas desde a juventude, adotou esta causa como parte integral de sua própria vida”. (IHU, 2010, online).

Figura 15: Egon Dionísio Heck



Fonte: Portal Franciscanos⁹⁷

É o próprio Heck que nos fala sobre sua história e envolvimento com a causa indígena:

Nasci no Rio Grande do Sul, no município de Cândido Godói, na região missioneira do Alto Uruguai. Meus pais, dentro da onda migratória dos gaúchos que foram do extremo sul para o extremo norte do país levando a perspectiva de um modelo de desenvolvimento de país, migraram para o oeste de Santa Catarina. Nesse contexto, de trabalho na agricultura, se desenvolveu a perspectiva da minha educação escolar, a qual está ligada à formação religiosa: estudei em seminários e internatos. Com algumas possibilidades de rebeldia, a partir do senso crítico e de mudança desencadeados pelo Concílio Vaticano II, fui aderindo às renovações que se deram na década de 1960 e 1970. Em 1967, fiz parte do movimento contra a Ditadura. Na época, os estudantes tinham uma força bastante articulada e eu participei do DCE, do Movimento Estudantil Universitário. (HECK, 2010, online)

Além de ter participado do movimento estudantil durante o período da ditadura militar no Brasil, Heck também se envolveu com a causa indígena, se empenhando em sensibilizar as

⁹⁷ Disponível em: <<https://franciscanos.org.br/noticias/e-preciso-lutar-para-que-nao-haja-retrocesso-nas-politicas-publicas-em-prol-dos-indigenas.html#gsc.tab=0>>. Acesso em 04/11/2022.

Igrejas, através de sua vinculação ao CIMI, a darem maior atenção aos problemas que assolavam os povos indígenas, conforme podemos ver no relato a seguir:

No início dos anos 1970, comecei a conhecer a questão indígena. Alguns colegas haviam criado, em 1968, a Operação Anchieta, que era uma organização de apoio ao trabalho junto aos povos indígenas a partir da inserção de leigos no trabalho missionário junto aos índios, principalmente na Prelazia de Diamantino, que, na época, era a principal região de atuação dos jesuítas com os índios. Envolvi-me nesse trabalho, interrompi os estudos e fiquei um ano em Rondônia, em 1972, quando foi criado o Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Concluí o segundo e o terceiro ano de Teologia na PUCRS. Quando voltei à Chapecó-SC, como padre, conversei com o bispo Dom José Gomes, que foi muito sensível ao destinar dois padres para se dedicarem à questão indígena. Nesta época, comecei a estruturar o Cimi na região Sul a partir de Santa Catarina. Todo o trabalho com os guarani do Rio Grande do Sul até os do Espírito Santo foi sensibilizado a partir da Igreja. Até então, o pensamento que prevalecia na Igreja Católica era o de que a questão dos índios era um problema do Estado. Ajudamos a romper essa mentalidade, a sensibilizar as igrejas locais, que começaram a se solidarizar aos indígenas (HECK, 2010, online).

Heck escolheu a causa indígena como a causa de sua vida, chegando a mencionar que

Quando perguntam qual é a minha profissão, levo um susto. Em geral, digo que sou professor. Imediatamente vem a pergunta: Leciona onde? E eu digo: Não leciono, só aprendo; estou há 40 anos na universidade dos índios. Tive a felicidade de ter uma convivência mais próxima com a realidade indígena e, com ela, amadurecer. Amadureci a questão central: na encruzilhada dos processos civilizatórios, os povos indígenas entram em pauta não pelas suas grandes conquistas, mas a partir de suas propostas de alternativas de vida e possibilidades de relação com a Terra, o planeta. Diante da inviabilidade do sistema vigente, eles se apresentam como uma possibilidade de contribuição de uma visão de mundo diferente. É gratificante estar com eles e poder dizer, com convicção e de coração, que eles trazem essa convicção de um mundo melhor, embora sejam obrigados a abdicar de sua própria identidade diante das pressões e violências às quais são submetidos (HECK, 2010, online).

Também ele refere as dificuldades que o CIMI enfrentou diante da oposição que a FUNAI fazia à atuação dos missionários:

Houve épocas em que o governo e a Funai proibiram o Cimi de estar nas aldeias; outras, em que os índios acharam que era melhor que nós não estivéssemos nas comunidades; momentos em que o Cimi achou que seria mais frutífera a participação não-presente nas terras indígenas, mas trabalhando a questão na sociedade. Cada período histórico exigiu um

reposicionamento em relação às formas de presença solidária e radical, mas nem sempre no mesmo espaço físico (HECK, 2010, online).

Como já destacamos, o SNI monitorou com frequência as ações do CIMI e, por consequência, de seus integrantes, sendo que os agentes de segurança se referiram a Heck como “liderança na ação do ‘clero progressista’ junto aos indígenas, objetivando aumentar as discórdias entre os índios, colonizadores e a própria FUNAI”.⁹⁸ Além disso, de acordo com os documentos deste Fundo que consultamos, Heck liderou uma reunião com 26 caciques nas Ruínas de São Miguel/RS e, em 1977, foi conferencista em diversas ocasiões: em Ijuí/RS, no curso “*Indigenismo: possibilidades de ação*”; em um debate promovido pelo Diretório Acadêmico de Biblioteconomia e Comunicação – UFRGS, e no Seminário “*O Índio Brasileiro: um sobrevivente*”, que ocorreu na Assembleia Legislativa do RS. A atuação de Heck foi assim descrita pelos órgãos de segurança e informação:

Atuação de liderança na ação do clero “progressista” junto aos indígenas [...] a ação psicológica negativa que vem desenvolvendo o Pe. HEGON HECK na orientação da opinião pública, de forma insistente e tendenciosa, faz parte de uma campanha que objetiva desgastar e desmoralizar as atividades da FUNAI na condução da política indigenista, bem como agravar as relações Igreja-Estado.⁹⁹

Referindo-se a este período conturbado e marcado por sucessivas ameaças àqueles que fossem contra o regime político, Heck (2010, online) informa que, durante a década de 1970, recebeu “os famosos bilhetinhos do CCC – Comando de Cassa [sic] Comunista, que diziam que, caso continuasse com esse trabalho, seria eliminado. A visão solidária em termos da CNBB, dos movimentos sociais, de alguns setores da mídia, ajuda a dar uma cobertura e garantia de que essas tragédias não aconteçam”. Heck diz que este período se caracterizou por “momentos de temor porque a realidade era muito dura.” E que, “por ajudar os índios a participarem de reuniões, fui [Egon Heck] ameaçado com arma por chefes de postos da Funai. Temia a brutalidade do sistema implantando, que não tinha grandes remorsos em eliminar pessoas” (2010, online). De certa forma, foi este cenário que impeliu Heck a abraçar a causa indígena, como ele mesmo afirma:

⁹⁸ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.:BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008470_D0001DE0001

⁹⁹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77103734_D0001DE0001

Sou um dos milhares de cidadãos deste país e do mundo que, por caminhos e motivações diversas, se põem a caminho solidariamente com esses povos. Nada de extraordinário. A gente que vem de uma cultura marcadamente europeia, com uma forte carga de preconceitos e racismo, precisa ter a oportunidade de descolonizar a mente, os conhecimentos e os sentimentos. A gente só consegue entender o diferente, e no meu caso os povos indígenas, despindo-se de uma história mal dita e mal contada, que tenta justificar o processo de colonização e dominação. Uma das questões que para mim foi determinante é que conheci a questão indígena no início da ditadura militar. Isso fez com que minha decisão de caminhar com os povos indígenas também fosse uma decisão de transformação social, mudança de paradigmas, de valores e de vida (HECK, 2015, online).

Ao falar em transformação social, Heck salienta a necessidade de a sociedade e os governantes, que veem os indígenas como entrave para o desenvolvimento, entendam que os indígenas “não têm nenhuma pretensão de inviabilizar nada [...] Infelizmente, esse pensamento persiste nas opções políticas do governo federal, que prioriza, em todos os aspectos, um sistema de favorecimento do capital em detrimento dos direitos e da vida de populações indígenas” (HECK, 2012a, online). Heck ressalta que a FUNAI “não consegue fazer as coisas avançarem e, em alguns casos, até promove retrocessos. Infelizmente, assim como foi o SPI, acaba sendo um mecanismo de acomodação em função dos interesses prioritários para o governo” (HECK, 2012a, online).

Em uma entrevista concedida ao IHU (2015, online), Egon Heck salienta que era impossível separar sua vida da causa indígena, que “ele não é índio, mas compartilha dos mesmos sentimentos, da vontade de viver em uma sociedade que respeita as diferenças, aprende com a espiritualidade e sonha com justiça social”. Assim como as trajetórias de Gaiger e Ligia Simonian, a de Egon Heck, por seu comprometimento com a causa indígena, também muito contribuiu para a reconstituição histórica do processo de articulação dos indígenas do RS e do protagonismo Kaingang.

5.1.4 Egydio Schwade

“Nossa posição era [...] cobrar ações em favor do índio e o cumprimento da legislação indigenista. Nós questionávamos a política do governo, que era contra a legislação indigenista.” (Egydio Schwade, 2014, online). *Cobrar ações em favor dos indígenas* parece-nos ser uma adequada definição da atuação de Egydio Schwade (Figura 16) durante o período de vigência da ditadura militar no Brasil.

Figura 16: Egydio Schwade



Fonte: Por João Paulo Machado/Amazônia Real *in* Portal Combate Racismo Ambiental¹⁰⁰

Sobre ele, sabemos que “é graduado em Filosofia e Teologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Foi um dos fundadores do Cimi e primeiro secretário executivo da entidade, em 1972. Hoje é colaborador dessa instituição, residindo em Presidente Figueiredo, AM” (IHU, 2012, online). Sobre como se deu o seu envolvimento com a causa indígena, Schwade conta que ela se deu da seguinte forma:

Quando se realizou o Concílio Vaticano II, eu era estudante jesuíta na UNISINOS. A gente vibrava com as novidades que os documentos do Concílio traziam. Nossas discussões giravam diariamente em torno dessas novidades: Igreja: é Povo de Deus, não mera instituição hierárquica. Missão: não doutrinação [...] Ecumenismo: diálogo e respeito com o diferente: culturas, credos...; Alegria e Esperança: encarnação na realidade das populações marginalizadas, animando-as na luta pela conquista dos seus direitos, etc. Em meio a este fervilhar na Igreja, escrevi ao Geral da Ordem, para que me deixasse partir para alguma missão entre as populações mais necessitadas do mundo [...] o Geral da Ordem quem me sugeriu ir aos indígenas. Não perdi tempo. Terminado o meu curso de Filosofia, ainda como estudante jesuíta, fui trabalhar [...] neste trabalho empenhei a minha vida até hoje: ao lado dos índios, na luta por justiça e pelos seus direitos [...] (SCHWADE, 2021, online).¹⁰¹

Embora a atuação do CIMI tivesse o propósito de intervir na situação dos indígenas em âmbito nacional, Schwade se destacou ao priorizar seu olhar sobre a região Sul.

¹⁰⁰ Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2022/01/10/funai-de-bolsonaro-e-pior-que-a-de-1968-diz-indigenista-que-enfrentou-a-ditadura-militar/>>. Acesso em 04/11/2022.

¹⁰¹ Disponível em: <<https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-o-forum-justica-no-rio-grande-do-sul-publica-esta-serie-de-entrevistas-co%E2%80%A6>> Acesso em: 04/02/2022.

Quando criamos o secretariado, decidimos que o Cimi deveria olhar a questão indígena como uma questão nacional. À época, alguns missionários ficaram muito chateados com isso, disseram que a Igreja já não dava conta das missões da Amazônia e agora iria se interessar por outros indígenas, como os da região Sul. Porém, nós sustentamos a criação e atuação do Cimi e essa decisão foi de grande importância para o dinamismo interior da organização (SCHWADE, 2014, online).

Com isso, Schwade, teve uma passagem importante pelo interior do RS, pois trabalhou em prol dos indígenas, denunciando muitos atos de violência, especialmente em Nonoai. Tais denúncias tiveram repercussão na imprensa e foram acompanhadas pelos órgãos de segurança. Embora sua atuação tenha se dado especialmente entre os Waimiri- Atroari, em suas passagens pelo RS, contribuiu significativamente, ao registrar a situação dos PI/RS e ao denunciar que o problema era anterior à implantação do regime ditatorial no Brasil.

No período em que estive no Rio Grande do Sul, nós fizemos uma visita aos índios Kaingang. Na semana santa, fizemos uma resolução de, em vez de ir às cerimônias [da Igreja Católica], ir ver a situação dos índios no estado. Começamos pela [Reserva Indígena] Nonoai. E no final escrevemos uma série de artigos para o [jornal] Correio do Povo relatando o que vimos. Quando saiu o terceiro artigo, surgiu a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito no Rio Grande do Sul. Como lá havia dois serviços [de atendimentos aos indígenas], um estadual e um federal, começou uma grande discussão, um acusando o outro. Porque a reforma agrária que tinha sido feita no Rio Grande do Sul quase toda havia sido feita sobre as áreas indígenas. E por outra parte o SPI [Serviço de Proteção ao Indígena, mais tarde transformado em Funai], roubava todos os pinheirais. Então ficou essa briga entre os dois que deu na famosa CPI dirigida pelo Jader Figueiredo. Aí foi a primeira esperança. Nós investimos tudo. Pensamos: “agora vai mudar a política indigenista”. Mas os postos foram ocupados por militares. Ainda assim a gente pensava: “bom, tudo bem, mas vamos ver se eles têm experiência”. E aí já começaram os desmandos. Eles entregavam os postos para empregados deles. E aí desandou totalmente de novo. E a política de integração continuou a mesma (SCHWADE, 2022, online).¹⁰²

Devido às suas constantes atuações em favor da causa indígena, Schwade não passou despercebido pelos órgãos de segurança da época, sendo que, segundo ele,

Pessoalmente senti de perto a perseguição e o controle da Ditadura Militar contra os missionários do CIMI e contra os índios [...]. No final do 3º. Encontro de Pastoral Indigenista, em Palmas/Paraná, em outubro de 1974, fomos cercados pela Polícia Federal. E enquanto os bispos, à frente D. Tomás

¹⁰² Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2022/01/10/funai-de-bolsonaro-e-pior-que-a-de-1968-diz-indigenista-que-enfrentou-a-ditadura-militar/>> Acesso em: 04/11/2022.

Balduino, discutiam com os policiais na portaria, nós queimamos, às pressas, o relatório do encontro. Represálias e tentativas de controle dos encontros do CIMI e das assembleias dos índios, semelhantes, tivemos também em Rio Branco/Acre e em Goiânia. Em janeiro de 1977, a 1ª. grande assembleia dos povos indígenas de Roraima, em Surumu, foi cercada pela FUNAI com a Polícia Federal e colocou os líderes sob o dilema, ou expulsam D. Tomás e Egydio da Assembleia, ou fecharemos a Assembleia. Os indígenas não cederam e a Assembleia foi fechada [...] (SCHWADE, 2021, online).¹⁰³

Ainda sobre as perseguições que aconteciam na época, Schwade relata uma situação que vivenciou:

Eu era responsável pela entrega do material de leitura que era enviado para leigos e padres, e lembro que certa vez telefonei de Brasília para Goiânia para pedir um estoque de textos sobre a questão indígena. Precisava fazer a solicitação a um leigo da prelazia de Dom Pedro, que era o responsável pela distribuição do material. Telefonei, mas ele estava viajando. Nesses casos, tínhamos de falar com as pessoas através de uma senha, que era “material escolar”. Ou seja, pedi para providenciarem mais “material escolar”. Quando cheguei a Goiânia para buscar o material, uma leiga da diocese de Dom Tomás, que foi fazer a entrega, estava trêmula, com um “pacotinho” na mão, e me disse que o Moura (um leigo) acabara de ser preso. Passei muito medo naquela noite, pois a única pessoa estranha que entrou no ônibus que peguei para voltar a Brasília se sentou justo atrás de mim (SCHWADE, 2014, online).

Na continuidade, ele explica como lidou com as perseguições e proibições que ocorriam neste período:

Desde meados de 1975 o Presidente do CIMI, Dom Tomás Balduino e toda a equipe do Secretariado, fomos proibidos de entrar em todas as áreas indígenas do país. Proibição que pesou sobre mim até o fim da Ditadura, em 1985. Mas, como não marca presença junto à maioria dos povos indígenas que para ele não existem e se existem não deveriam existir, eles serviram de refúgio e proteção para os membros da equipe do Secretariado do CIMI. E não tendo mais que pedir autorização da FUNAI para entrar em área indígena, foram os anos em que mais áreas indígenas visitei. Passei boa parte do meu tempo buscando localizar as populações indígenas mais abandonadas e destroçadas pelos seringais, garimpos e agronegociantes, abrindo caminho para os jovens da OPAN e do CIMI se encarnarem, em seguida, na situação dessas populações abandonadas e animá-las na luta pelos seus direitos à terra, à sua cultura e autodeterminação [...] (SCHWADE, 2021, online).¹⁰⁴

¹⁰³ Disponível em: <<https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-o-forum-justica-no-rio-grande-do-sul-publica-esta-serie-de-entrevistas-co%E2%80%A6>> Acesso em: 04/02/2022.

¹⁰⁴ Disponível em: <<https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-o-forum-justica-no-rio-grande-do-sul-publica-esta-serie-de-entrevistas-co%E2%80%A6>> Acesso em: 04/02/2022.

Por ter se disposto a enfrentar as perseguições e proibições impostas pela ditadura naquele momento, Schwade possibilitou que as denúncias feitas pelo CIMI tivessem ainda maior visibilidade, como ele próprio descreve:

[...] elaboramos o “Y YUCA PIRAMA”, documento que contém inúmeras denúncias das violências sofridas pelos índios; denunciemos madeireiras e latifúndios que se apropriavam, fora da lei, de terras indígenas no Sul, no Leste, no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste; a omissão da FUNAI na garantia do patrimônio indígena [...] como também denunciemos a situação aflitiva que viviam os índios Kaingang e Guarani em todo o Sul do Brasil [...] (SCHWADE, 2021, online).¹⁰⁵

Sobre esse documento,¹⁰⁶ em específico, Schwade (2014, online) revela que também participou de sua elaboração, mas que, por sugestão de D. Pedro Casaldáliga, não assinou, para evitar que o secretariado do CIMI fosse fechado pelos militares, uma vez que ele exercia o cargo de secretário do CIMI. Quanto às áreas indígenas do sul do Brasil, Schwade revela que:

Durante a Ditadura Militar os militares aproveitaram diversas áreas indígenas, principalmente no Sul, a dos Kaingang, para a produção de grãos, tanto pela FUNAI, como por agronegociantes, valendo-se da mão de obra dos índios que acabavam sendo escravizados sobre sua própria terra. Produziam para o órgão oficial e fazendeiros, sem verem jamais o lucro. A FUNAI não atendia às mossas denúncias por isso a gente recorria na época à Imprensa. Os indígenas que resistiam sofriam violência ou eram assassinados [...] Diante da omissão da FUNAI, relatei a situação aos líderes indígenas, na 3ª. Assembleia dos Povos Indígenas, em Meruri/MT. Estes levaram a sério e criaram uma comissão de índios Xavantes e Bororo, que foi comigo ver a situação in loco. E ao final se reuniram com líderes Kaingang e Guarani, em Frederico Westfahlen, onde os animaram a se libertarem eles mesmos. A partir desta assembleia, começaram a soprar novos ventos em quase todas as áreas indígenas do Sul [...] Em 1978 [...] Kaingang de Nonoai pegarem de surpresa os invasores de sua área. Nesta luta se distinguiu o líder Kaingang, Nelson Xangrê. Em menos de um mês todos os invasores foram expulsos da área. A maioria eram agricultores pobres que foram acampar em barracos, no Mun. de Ronda Alta, na Encruzilhada Natalino [...] (SCHWADE, 2021, online).¹⁰⁷

Schwade esteve sempre muito próximo dos Kaingang, e, dentre os integrantes do CIMI, foi um dos personagens que frequentemente aparece nos jornais e nos documentos de segurança

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-o-forum-justica-no-rio-grande-do-sul-publica-esta-serie-de-entrevistas-co%E2%80%A6>> Acesso em: 04/02/2022.

¹⁰⁶ *Y-Juca-Pirama* foi escrito por Padre Iasi, D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino, Elizeu Lopes, Frei Ivo Poleto, Frei Mateus (IHU, 2014, online).

¹⁰⁷ Disponível em: <<https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-o-forum-justica-no-rio-grande-do-sul-publica-esta-serie-de-entrevistas-co%E2%80%A6>> Acesso em: 04/02/2022.

da época, tendo suas atividades no RS, os assuntos tratados nas reuniões de que participou e as suas produções constantemente monitoradas. Em Santa Rosa/RS, no ano de 1975, participou como conferencista no 1º Simpósio Nacional de Assuntos Missionários, proferindo a palestra intitulada “*Organização Social, política e econômica das missões*”,¹⁰⁸ falando abertamente sobre as contradições que via na FUNAI e na política indigenista vigente. Em 11 de março de 1977, esteve na PUC do RS, a convite do DCE da instituição, onde proferiu uma palestra sobre os problemas que os indígenas enfrentavam no Brasil. A passagem de Schwade pela instituição foi definida pelos órgãos de segurança da época desta forma:

Aproveitando-se da oportunidade o Pe. EGIDIO, pixou violentamente a FUNAI, criticando todos os atos governamentais que estão sendo tomados em relação ao índio, falando que os mesmos "estão sendo massacrados", "que são cinzas", "que é uma verdadeira chacina o que está sendo feito com os índios", "que a FUNAI ao invés de proteger o índio, procura sua extinção" e “que os fazendeiros se apossam das terras indígenas e o governo não toma providências”.¹⁰⁹

Além de denunciar ativamente as violências e a condição de saúde em que viviam os indígenas, Schwade se manifestou também contra a FUNAI na imprensa. Entre os episódios denunciados estão os espancamentos contra indígenas da Reserva Florestal de Nonoai e Rio da Várzea, em Rodeio Bonito, os quais passaram a ser investigados por uma CI. Ele trouxe a público também o calote da FUNAI ao Hospital Santo Antônio, assim como denunciou a escassez de medicamentos, que comprometia o atendimento médico. Além disso, elaborou um documento chamado “*Dados colhidos por ocasião da visita do Secretário Executivo do Cimi aos Postos Indígenas do sul do País*”,¹¹⁰ o que aponta as irregularidades nos PI do sul do país e seus responsáveis. Mas não só as palestras que Schwade proferia eram monitoradas por agentes de segurança e informantes. Suas publicações da imprensa fizeram com que o SNI mantivesse um dossiê sobre as suas atividades, como pode ser constatado na Figura 17.

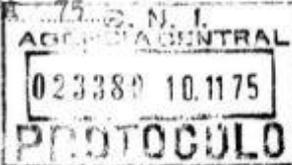
Figura 17: Monitoramento do SNI sobre Egidio Schwade

¹⁰⁸ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75089996_D0001DE0001

¹⁰⁹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008470_D0001DE0001

¹¹⁰ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0005_D0001DE0001

CONFIDENCIAL	
 PRESIDENCIA DA REPUBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGENCIA DE PORTO ALEGRE	
 89990	
I.N.F.O.R.M.A.Ç.Ã.O. Nº 786/19 ABA 75 N. 1	
DATA	- 07 NOV 75
ASSUNTO	- PADRE EGÍDIO SCHWADE
	- 1º SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIRO
ORIGEM	- APA/SNI
REFERÊNCIA	- TLX 349/19/AC/75, de 15 Out
DIFUSÃO	- AC/SNI
ANEXO	- Cópia xerox do programa do 1º Simpósio
	- Cópia xerox de artigos da imprensa



AGÊNCIA CENTRAL
023380 10.1175
PROTÓCOLO

Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75089996_D0001DE0001

Como se pode constatar, aparecem mencionados o 1º Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros e as críticas feitas por Schwabe ao governo, à FUNAI e à situação conflitiva que envolvia as terras indígenas. Anexadas ao documento, encontramos a programação do evento e nove reportagens que falam sobre o simpósio e os assuntos nele tratados, o que nos mostra como o Serviço de Informações estava atento às divulgações de tais episódios na mídia impressa. Assim como destacamos anteriormente em relação a Gaiger, Simonian e Heck, as informações sobre a atuação do Padre Egydio Schwade que levantamos nesta documentação contribui significativamente para a compreensão de como as lideranças indígenas do RS se articularam em defesa de seus direitos.

5.1.5 Outros apoiadores

Entre os outros apoiadores dos indígenas que tiveram grande influência no período abarcado pela tese, podemos destacar Antônio Iasi, sobre quem acessamos algumas informações em entrevistas concedidas por seus companheiros do CIMI, Egydio Schwade e

Egon Heck, “foi o primeiro a fazer ‘balançar a ditadura militar’, porque provocava os generais a partir da questão indígena. Padre Iasi não tinha nenhum patrimônio, a única coisa que possuía era uma malinha. Se as coisas cabiam lá dentro, ele as levava. Se não cabiam, ficavam” (SCHWADE, 2014, online).

Sabemos que a atuação de Iasi não esteve restrita à uma região específica do Brasil, e que “se deslocou do Norte ao Sul do país identificando e denunciando as graves violações dos direitos dos povos indígenas, especialmente na década de 70, ‘do milagre brasileiro’ e genocídio indígena” (IHU, 2014, online). No RS, Iasi ministrou diversas palestras, em Porto Alegre e em Santa Maria, voltadas ao público universitário, sendo que, nesta última cidade, chegou a ser alertado sobre a presença do capelão do Exército em uma das suas falas. Também foi conferencista nas cidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Passo Fundo, Caxias, Santa Rosa, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga. Em todas as suas falas tecia críticas a FUNAI e se referia à ela como Funerária Nacional do Índio ou Fundação Nacional do Investidor. Era uma forma de ressaltar suas críticas a instituição que, no seu entendimento, favorecia as situações de violências e miséria dos povos indígenas, ao mesmo tempo que facilitava que seu patrimônio fosse aos poucos destinados a projetos que visavam o lucro.

Sobre outros lugares, cargos e atividades exercidos por Iasi, cabe destacar o seguinte:

Padre Iasi exerceu inúmeros cargos como coordenador e assessor de diversas instituições: Setor Indígena da Prelazia de Diamantino, Secretariado Nacional de Ação Missionária da CNBB (1969-1970), Fundação Nacional do Índio (1970), Curso de Formação Missionária na Gregoriana, em Roma (1971), Conselho Indigenista Missionário (a partir de 1972). No ano de 1980, foi preso durante o trabalho missionário realizado na Aracruz Celulose, no Estado do Espírito Santo. Após a sua libertação, retornou a Diamantino e, no decorrer dos anos de 1982 a 1985 transferiu-se para Nicarágua, a fim de realizar ação missionária com aqueles índios. Retorna a Mato Grosso em 1986. Escreveu em muitos jornais e revistas, além de *O índio: aquele que deve morrer* (1973) e suas memórias referentes ao trabalho de contato com os Beijo-de-pau (IHU, online, 2015).

Nos documentos do SNI e SI/FUNAI, consultados, constatamos que, assim como Gaiger, Simonian, Heck e Schwade, Iasi também tinha suas atividades constantemente vigiadas. Sobre seus escritos para jornais e revistas da época, sabemos que “nesse período de tensão com a ditadura, uma das nossas estratégias — talvez até de sobrevivência — era recorrer à imprensa, aos jornalistas, e tínhamos jornalistas de peso do nosso lado” (SCHWADE, 2014, online). Por isso, conforme apontado por Schwade,

os jornalistas insatisfeitos com os programas da Ditadura Militar frente aos povos indígenas também se aproximaram logo de Iasi. Os missionários leigos, tiveram sua visita frequente, em especial os da OPAN, que marcavam presença junto a aldeias há séculos abandonadas pela Igreja e pelo Estado, em amplo território da Amazônia (SCHWADE, 2015, online).

Schwade nos fornece também informações sobre os aliados que Iasi tinha na imprensa, destacando que

peessoas que foram particularmente importantes para o Pe. Iasi, neste período, foram as jornalistas Eliana Lucena, do Estado de São Paulo, e Memélia Moreira, do Jornal de Brasília e Folha de São Paulo, não só pela coragem de publicarem em seus respectivos jornais as provocantes entrevistas do Pe. Iasi com constantes críticas à política indigenista da Ditadura, mas também pelo constante interesse com que acompanharam o Pe. Iasi, durante todo o período em que trabalhou no conflitivo trabalho do Secretariado do CIMI, fustigando a FUNAI. Iasi também teve os seus amigos dentro da FUNAI, pessoas que ansiavam por mudanças dentro do órgão (SCHWADE, 2015, online).

Cabe, aqui, ressaltar, mais uma vez, o importante papel desempenhado pela imprensa no apoio aos indígenas e sua atuação conjunta com os integrantes das organizações de apoio. De acordo com Schwade,

Quando entrávamos nas cidades, éramos cercados de jornalistas — Iasi e eu principalmente —, porque sempre tínhamos o cuidado de não expor demais os leigos, que geralmente eram a parte mais frágil. Houve uma época em que a ditadura militar começou a censurar os jornais, e essas censuras atingiram a questão indígena. Mas, assim mesmo, quando não conseguiam publicar em um jornal, os jornalistas publicavam em outro (SCHWADE, 2014, online).

Ele destaca, ainda, que a “sorte foi contar com a participação dos jornalistas, que tomaram a decisão de tornar pública a questão indígena a qualquer custo. Com isso eles nos evidenciavam quase toda semana nos jornais, o que dificultava uma posição contra nós por parte dos militares” (SCHWADE, 2014, online). Entendemos que a aliança estabelecida especialmente pelo CIMI, através de Iasi, com a imprensa, fez com que assuntos relacionados à questão indígena fossem trazidos a público e as situações em que eles viviam fossem denunciadas. Sobre o legado de Padre Iasi, Schwade ressalta:

O importante legado que Pe. Antonio Iasi nos deixa é a sua fé [...] na força transformadora que os povos esmagados encerram. Daí também o seu esforço no sentido de garantir um chão seguro para os povos indígenas. E a nível institucional junto à FUNAI teve uma atuação em dois sentidos: duros

questionamentos com relação aos mandantes e tratamento carinhoso para com os funcionários de base, fortalecendo o time daqueles que ansiavam por transformação. Semelhantemente na Igreja caminhou com a Igreja dos pobres. Pe. Iasi achou no CIMI o seu modo de marcar presença e de encarnar a realidade missionária [...] deixou também a sua mensagem de pobreza radical. Toda a sua propriedade cabia dentro de uma malinha de dois palmos e meio de comprimento, por um palmo e meio da altura, por 10 cm de espessura. Ali cabia tudo que lhe pertencia: rede, mosquiteiro e lençol de dormida, sua roupa de uso e caderno de anotações e eventualmente algum livro de leitura (SCHWADE, 2015, online).

Além de Iasi, outros integrantes do CIMI também foram relevantes no apoio aos indígenas, com destaque para Tomás Balduino e Pedro Casaldáliga, que visitaram as ruínas de São Miguel, por ocasião de uma assembleia, na qual discursaram. Tomás Balduino destacou que “cada acusação de comunistas ou subversivos feita em relação aos que trabalham por uma Igreja mais social deve ser considerada como partindo de quem se posiciona de extrema direita, retrógrado, reacionário”.¹¹¹ Também afirmou que “houve um boicote e lamentou as pressões exercidas pela FUNAI, que desenvolveu programações paralelas com a única finalidade de prejudicar o encontro”,¹¹² fazendo, assim, reduzir o número de indígenas na assembleia. Pedro Casaldáliga, por sua vez, “criticou nas ruínas de São Miguel a concentração de terras no Brasil em mãos de uma minoria [...] disse que a Funai permitiu em muitos casos, a expulsão dos indígenas de suas terras em favor de ricos fazendeiros e estrangeiros” (OESP, 30/04/1978).

Mas não apenas integrantes do CIMI estiveram envolvidos em atividades de apoio aos indígenas, pois também membros da IECLB se envolveram de forma comprometida com a causa, como, por exemplo, o pastor Norberto Schwantes. De acordo com sua biografia disponível na página da Câmara dos Deputados,¹¹³ Norberto Schwantes foi pastor, jornalista e empresário. No Município de Tenente Portela/RS foi pastor da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana (1960-1970), fundador e administrador da Escola Normal Indígena Bilíngue Clara Camarão (1963-1967), Presidente da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade (1961-1965), fundador e diretor do Internato Comunitário (1963-1968), fundador e Diretor-Presidente da Rádio Municipal (1970-1972) e diretor do Jornal da Terra (1971-1972).

Sobre o início de seu trabalho junto aos indígenas de Tenente Portela, Schwantes o descreve da seguinte forma:

¹¹¹ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010698_D0001DE0001

¹¹² Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010698_D0001DE0001

¹¹³ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/1538/biografia>>. Acesso em: 17/11/2022.

Numa visita que fiz ao Posto Indígena do SPI localizado a 20 km de Tenente Portela, na Reserva Indígena de Guarita constatei que os índios não tinham nenhuma escola e que todos eles eram analfabetos. O SPI, órgão extremamente corrupto, cuidava exclusivamente do arrendamento das terras dos índios aos colonos vizinhos à área indígena. Os índios, por sua vez, não tinham terra pra plantar e viviam na maior miséria (SCHWANTES apud DECKMANN, 1985, p. 96).

As ações de Schwantes iniciaram ainda na época do SPI, a partir de sua preocupação com a miséria em que os indígenas se encontravam naquela localidade. O pastor luterano acreditava que, através da educação, o cenário poderia mudar, razão pela qual propôs a instalação de uma escola bilíngue, que na “teria a função de revalorizar a pessoa do índio, através da valorização de sua cultura” (DECKMANN, 1985, p. 98). Empenhado em tornar realidade este projeto, Norberto Schwantes se dirigiu até Brasília para negociar a instalação de uma escola e um convênio com a FUNAI, ação que impactou diretamente no patrimônio do PI Guarita e nos trabalhos posteriormente desenvolvidos pela Missão IECLB:

Iniciamos a construção do Projeto com a extensão da linha telefônica até o local do Projeto no percurso de aproximadamente 8 km e instalamos um aparelho na casa do cacique Getúlio para que ele pudesse a qualquer hora se comunicar comigo. Os índios gostaram muito da ideia do telefone. A construção da linha telefônica foi o primeiro de uma longa série de mutirões nos quais eu trabalhava braçalmente ao lado dos índios. Eles colheram a madeira (os postes) da mata, cavaram os buracos e enterraram os postes. Nós contratamos com terceiros apenas a instalação do fio. Os índios também limpavam o local para a construção da Missão e construíram suas palhoças, tudo em mutirão e sem pagamento, a não ser o fornecimento de carne e do arroz-à-carreteiro que eles mesmos cozinhavam e apreciavam muito. Estes mutirões contribuíram para o ótimo relacionamento que depois sempre tive com os índios. Enfim, certamente, foi a primeira vez que eles sentiram que alguma coisa dentro da sua reserva estava sendo feita exclusivamente para eles (SCHWANTES apud DECKMANN, 1985, p. 99).

Este episódio destacado por Schwantes nos mostra a dimensão do trabalho que foi desenvolvido pela IECLB, mas, também, como ele mesmo viria a chamar a atenção, isso serviu “de palco para demonstrar o quanto o governo brasileiro faz pelos índios e para negar a imagem criada no exterior de que ocorriam verdadeiros genocídios no Brasil” (SCHWANTES apud DECKMANN, 1985, p. 101). Essas melhorias feitas no PI Guarita e outras que aconteceram posteriormente, tais como a construção da enfermaria e da escola agrícola, foram asseguradas por Schwantes, pois suas ações no PI Guarita “valeram [a ele] e à Missão auxílios financeiros provenientes do exterior, bem como a ajuda em termos de recursos humanos” (DECKMANN, 1985, p. 107).

A despeito das críticas que foram feitas à atuação de Norberto Schwantes e à IECLB no PI Guarita – já referidas nos capítulos 3 e 4 – os investimentos feitos no PI foram um passo importante para a articulação dos indígenas no RS na década de 1970, na medida em que a alfabetização bilíngue pôde ser útil para os indígenas na elaboração de cartas e manifestos direcionados à imprensa e às autoridades estaduais e nacionais. Sobre o fim das atividades de Schwantes no PI Guarita, ele informa:

Meu desligamento definitivo da Missão ocorreu em 1969, quando o trabalho pastoral da Paróquia de Tenente Portela passou para o Pastor Osvaldo Jahen. Eu fiquei a disposição exclusiva do Projeto da Emissora de Rádio em fase construção e formação de equipe. O meu desligamento foi mera consequência funcional e não houve nenhuma interferência da Igreja, nem qualquer desgosto com a política missionária da IECLB (SCHWANTES apud DECKMANN, 1985, p. 111).

Além de integrantes do CIMI e da Missão da IECLB, também Caio Lustosa, integrante da ANAI, merece ser mencionado por seu apoio à causa indígena. Assim como Gaiger e Simonian, também Lustosa teve suas atividades monitoradas pelo SNI. Uma delas aconteceu em Florianópolis/SC, “um seminário sobre problemas do índio, realizado de 09 a 11-Out-80, reunindo 30 Antropólogos, 20 Advogados, além de integrantes de uma entidade estrangeira denominada ‘SURVIVEP’. A reunião foi SIGILOSA, nada tendo sido publicado na imprensa catarinense”.¹¹⁴ Na ocasião, Lustosa salientou que, no Brasil, “os índios não só perderam suas terras, como tiveram suas famílias desagregadas num esforço do Governo brasileiro de dispersar os grupos reivindicantes”.¹¹⁵

Sobre Lustosa, encontramos uma extensa ficha de informações,¹¹⁶ na qual fica claro o monitoramento de suas ações profissionais de 1960 até 1980. Lustosa era visto como um dos principais articuladores da ANAI e recebeu uma atenção mais enfática do SNI, como podemos perceber na passagem abaixo:

esse movimento desencadeado pela ANAI, que existe a pretensão de uma mudança tática em suas ações, visando uma coesão de órgãos contestatórios da política indigenista e, em última análise, contra a política governamental. Com base em análise feita sobre o envolvimento do advogado CAIO JOSÉ LUSTOSA na atuação da ANAI/RS, conclui-se que o nomeado representa um

¹¹⁴ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012851_D0001DE0001

¹¹⁵ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012851_D0001DE0001

¹¹⁶ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012610_D0001DE0001

dos principais, senão o principal articulador da nova tática a ser adotada por aquela ASSOCIACAO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO.¹¹⁷

Como mencionado no capítulo 4, apesar de as ações do CIMI não contarem com total apoio dos religiosos, houve também aqueles que as apoiaram e que permaneceram anônimos, mesmo tendo exercido um papel fundamental no respaldo à atuação do CIMI. Schwade expressa esse momento controverso dentro da Igreja da seguinte forma:

Quando me tornei Secretário Executivo do CIMI, em junho de 1973, existia um grupo de aproximadamente 40 bispos que apoiavam ostensivamente a ação do CIMI. D. Ivo Lorscheiter, na época Secretário Executivo da CNBB, devido à fragilidade do órgão dentro da Igreja Institucional, recomendou sabiamente que o CIMI fosse apenas um “órgão oficioso da CNBB”. Com isto, para os bispos que acreditavam na ação do CIMI, éramos órgão oficial, e para quem nos contestava éramos apenas um “órgão oficioso”. Isto tornava o CIMI muito ágil, sem estar a todo o momento sujeito a responder questões colocadas pelos bispos que discordavam das linhas de ação do órgão. A estratégia funcionou muito bem até inícios de 1978, quando começaram fortes contestações da parte dos bispos tradicionais, exigindo estes uma ligação definitiva com a CNBB, que acabou sendo aprovada em assembleia da CNBB. Muitos bispos e padres ficaram contentes com a nova situação, mas o Pe. Iasi e eu ficamos muito preocupados, pois o CIMI tendo que participar das reuniões frequentes da CNBB, onde surgiriam constantes questionamentos, difíceis de serem respondidos a quem ainda imaginava a ação da Igreja junto aos índios, como uma ação prioritariamente catequética (SCHWADE, 2015, online).

No próximo tópico, nos debruçamos sobre o legado das organizações de apoio mobilizadas pela causa indígena durante o período do regime ditatorial no Brasil.

5.2 O LEGADO DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO E SEUS INTEGRANTES

Assim como destacado no capítulo 4, no qual abordamos aspectos da atuação de organizações de apoio, neste capítulo, enfocamos aspectos da atuação de alguns de seus integrantes, privilegiando os que tiveram alguma passagem pelos PI/RS. Como se pode observar na citação abaixo, muitos deles, em sua atuação missionária em outras regiões do país, foram alvo de violência e, inclusive, mortos:

Desde sua origem, a história do Cimi é marcada por testemunhas qualificadas. Muitas lideranças indígenas e missionários foram assassinados neste tempo pós-conciliar. Em 15 de julho de 1976, Simão Bororo caiu ao lado de Rodolfo Lunkenbein, missionário salesiano e desde 1973 conselheiro do Cimi, no pátio

¹¹⁷ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012851_D0001DE0001

da aldeia de Meruri. João Bosco Burnier, missionário jesuíta que atuou junto aos Bkairi, é morto, em 11 de outubro de 1976, na delegacia de Ribeirão Bonito (MT), onde socorria mulheres torturadas pela polícia. Em 26 de dezembro de 1979, Ângelo Pereira Xavier, cacique Pankararé de Brejo do Burgo, no norte da Bahia, é assassinado. Em 29 de janeiro de 1980 Ângelo Kretã, líder Kaingang de Mangueirinha (PR), é emboscado depois de ter recebido ameaça de morte. Em 10 de julho de 1983, Alcides do povo Maxakali foi assassinado a golpes de facão [...]. No dia 25 de novembro de 1983 é assassinado o líder Guarani Marçal Tupã-y, na farmácia da aldeia Campestre (MS). Em 2 de abril de 1985 é assassinada a coordenadora do sub-regional Purus do Cimi Norte I, irmã Cleusa Rody Coelho, missionária [...] junto com ela são assassinados os índios Apurinã Maria e Arnaldo. Em abril de 1987 é assassinado Vicente Cañas, irmão jesuíta, missionário junto aos Enawene-Nawê (SUESS, 2012, p. 28).

No RS, os indígenas estavam atentos às proibições e ao controle imposto pela FUNAI sobre seus deslocamentos, reuniões e demais formas de articulação, sobretudo, aqueles que faziam viagens longas e frequentes e mantinham bom relacionamento com organizações de apoio. Isso fica evidente no relato de “um dos padres ligados a causa indígena no Sul”, que diz o seguinte:

Companheiros, na medida que cresce a consciência das pessoas a repressão aumenta. É o que pude perceber e vivenciar profundamente por ocasião desses dias que sucederam a ida dos índios aqui do Sul à Brasília. A FUNAI viu-se na obrigação de baixar ordens, no sentido de desencadear uma onda de difamação e marginalização e ameaça de prisão aos índios que burlavam sua vigilância e buscaram seus direitos. Sobre mim, voltou a proibição e dessa vez explícita e incisiva também do Chefe de Posto, de não poder trabalhar na área. O pior é que se procurou jogar os próprios índios contra os que foram a Brasília e contra mim. E isso criou um clima de tensão e um mal estar em toda a área. Parcialmente isso já foi desfeito, mas acredito que seus efeitos nocivos continuarão ainda por muito tempo. Tenho esperanças de que o processo desencadeado não mais será estancado por nenhuma repressão ou ameaça seja da parte de quem for. Embora ainda de uma maneira incipiente e vacilante, a causa está sendo assumida pelos próprios índios e isso dá uma segurança bastante grande. No mais, espero que a esperança de libertação tenha se tornado ainda mais viva neste Natal e que o próximo ano, seja mais uma caminhada segura de todos os oprimidos. Um grande abraço a todos (BI/CIMI, n. 25, 1975, p. 8-9).

Acreditamos que esses efeitos nocivos podem estar associados à intimidação, ao medo, às ameaças e repressão à articulação dos povos indígenas, o que, no entanto, não impediu a realização de encontros entre comunidades, reuniões e assembleias de lideranças indígenas. O legado das entidades de apoio e das ações particulares e coletivas de seus integrantes pode ser observado na fala de Egon Heck sobre a pretendida articulação dos povos indígenas:

Eles assumirem a sua história, caminharem com os próprios pés, construir seus espaços de autonomia, autodeterminarem suas relações com os Estados nacionais e sociedade civil, contribuir com a construção de novos projetos políticos, sociais e econômicos, a partir de seus projetos de Bem Viver, é o nosso principal objetivo. Essa tem sido a perspectiva norteadora da caminhada de solidariedade e apoio aos povos indígenas [...] nosso sonho era de que em quatro décadas as mudanças na nossa sociedade fossem na direção de construção de um projeto político popular, plural e radicalmente democrático. Um projeto não comandado pela lógica capitalista da acumulação, mas um país orientado pela lógica da solidariedade, justiça social e diversidade étnica e cultural. Um país plural (HECK, 2012b, online).

A entidade, segundo Heck (2012b, online), “contribuiu com inúmeras lutas dos povos indígenas no país, especialmente na reconquista de partes de seus territórios e na denúncia das violências que eles vêm sofrendo há mais de 500 anos”, ações que foram essenciais para que, durante a década de 1980, os povos indígenas tivessem êxito em suas reivindicações, que foram asseguradas na Constituição de 1988.

Quanto à atuação da ANAI, podemos perceber que as ações de Gaiger, enquanto presidente da entidade, e de Lígia, enquanto integrante, foram fundamentais para que os indígenas pudessem melhor conhecer e acessar o aparato jurídico e burocrático da época. Já a IECLB, apesar das críticas que podem ser feitas à sua atuação, contribuiu para o melhor atendimento à saúde dos indígenas do PI Guarita e empenhou-se em assegurar educação e a formação dos indígenas, através da instalação de uma escola, o que, como já mencionado, possibilitou o conhecimento ou domínio da língua portuguesa.

Não há, com base no que foi exposto neste capítulo, como não reconhecer que as organizações de apoio foram fundamentais no processo de articulação dos povos indígenas, sobretudo, no sul do Brasil. Essa atuação, contudo, não deve ofuscar ou apagar as ações dos próprios Kaingang que são apresentadas e discutidas nos próximos capítulos.

A articulação dos indígenas teve início no final da década de 1970, como resultado da ação de entidades de apoio à causa indígena e, especialmente, de alguns religiosos e leigos cujas atuações destacamos. A esse esforço de denúncia e de intervenção na realidade vivida pelos povos indígenas em todo o país por parte destas organizações deve-se somar a potencialidade de articulação demonstrada pelos indígenas, aspecto que contemplamos no próximo capítulo,

que trata, especificamente, das evidências de protagonismo indígena e da articulação Kaingang no RS.

**PARTE III – ARTICULAÇÃO E PROTAGONISMO KAINGANG: “JÁ PASSOU O
TEMPO DE DIZER QUE O ÍNDIO NÃO SABE SE EXPRESSAR, QUE SOMOS
CRIANCINHAS”**

6 ARTICULAÇÃO KAINGANG NOS PI/RS: “A GENTE NÃO ESPERAVA QUE OS ÍNDIOS IAM REAGIR ASSIM”

Neste capítulo, nos concentramos na articulação Kaingang, a partir de episódios nos quais eles tiveram um papel de destaque, bem como nas formas por eles utilizadas para que fossem percebidos como sujeitos e tivessem suas reivindicações atendidas. Em linhas gerais, o objetivo deste capítulo visa identificar e descrever as formas de atuação e articulação dos Kaingang nos PI/RS durante o período da ditadura militar. A partir de fontes oriundas da imprensa e do aparato de segurança e informação da ditadura militar, apresentamos e discutimos as evidências de *articulação indígena*. Os dados que levantamos nos permitiram identificar os lugares visitados, os relatos escritos e as ações articuladas pelos Kaingang, bem como identificar as pessoas envolvidas e as táticas empregadas para garantir uma maior visibilidade para suas reivindicações.

6.1 O MOVIMENTO INDÍGENA E AS TÁTICAS DE ARTICULAÇÃO

Sabemos que as políticas indigenistas adotadas pelo Estado durante o período republicano fizeram com que os povos indígenas agissem de diferentes formas por ocasião de distintos eventos, organizando-se com apoiadores e/ou de forma autônoma, fazendo alianças com diversos povos, organizações e eventos. De acordo com Munduruku (2012, p. 43) “cada evento é ocasionado por uma série de fatores que as vezes interagem entre si. O somatório desses fatores é absorvido por atores sociais que percebem a oportunidade para tornarem alguns de seus ideais realizáveis”. Isso ficou evidente nas décadas que compreendem o período da ditadura militar no Brasil, marcado pela formação e fortalecimento de diferentes organizações e movimentos, alguns deles protagonizados por indígenas e pessoas que apoiavam as pautas indígenas, algumas delas ligadas a instituições religiosas, universitárias ou mesmo civis, que atuaram ativamente pelas causas dos povos indígenas.

Para Gersem (2007, p. 133), as *Organizações Indígenas* têm como objetivo a “defesa dos direitos indígenas, no sentido mais amplo. As lideranças indígenas costumam dizer que uma organização indígena é uma espécie de guardião ou de vigia dos direitos coletivos dos povos e comunidades indígenas”. Uma *organização* ou *associação Indígena* também pode ser entendida como “uma modalidade formal e institucionalizada de organização que os povos indígenas têm adotado nos últimos 30 anos, como uma forma de organizar, mobilizar e articular

a luta dos povos indígenas do Brasil (GERSEM, 2007, p. 133)”. Já os *Movimentos Indígenas* foram “se constituindo, na sua diversidade como uma rede de pessoas (lideranças, assessores, aliados) e de organizações (associações, entidades) que estão em permanente alerta na defesa dos direitos indígenas, até mesmo em nível mundial, facilitado pelos meios de comunicação” (GERSEM, 2007, p. 134).

Sobre a formação do MIB, Munduruku (2005, p. 17) informa que ele surgiu na década de 1970, quando a Igreja Católica proporcionou meios e espaços para que os indígenas, que até então estavam concentrados em discussões de problemas apenas locais, viessem a se reunir e discutir seus problemas em comum, ao mesmo tempo em que crescia o número de novas organizações e apoiadores aos indígenas. Bittencourt (2007a, p. 213), por sua vez, afirma que esse movimento trazia “de novo uma articulação mais ampla, difundindo-se em redes que se estendem além dos níveis meramente locais e regionais”.

Já Bicalho (2010b), ao historicizar o MIB, utiliza o conceito de *acontecimento fundador*, de Paul Ricoeur, para se referir às Assembleias Indígenas, ao Decreto de Emancipação de 1978, Constituinte 1987 e à Constituição de 1988, denominando-os de acontecimentos fundadores do MIB. Brighenti e Notzold (2011, p. 37) ressaltam que o MIB surge “no contexto de pressão social pelo fim da repressão militar e do cerceamento dos direitos políticos e, particularmente, pelo fim da tutela estatal a que estavam submetidas as comunidades indígenas no Brasil”.

Segundo Azelene Kaingang (apud BICALHO, 2010a, p. 371), nas décadas de 1960, 70 e 80, “havia um movimento muito mais localizado, não existia um movimento nacional, existia indígenas que se destacavam a nível nacional”, sendo que as questões cobradas nessas articulações locais estavam voltadas para a área de saúde e educação nas comunidades. Ela afirma, ainda, que, nesse período, o movimento indígena não estava fortalecido e não tinha visibilidade, sendo que apenas no fim da década de 1980 e 1990 o MIB se fortalece e ganha visibilidade. Gersem (2007) acrescenta a informação de que, com o surgimento das organizações indígenas, também novos espaços de atuação, com diferentes funções, foram criados.

Nos PI/RS, percebemos que a articulação se deu de diferentes formas e que os Kaingang dos diferentes postos passaram a agir em prol de demandas em comum, mesmo considerando os episódios de conflitos internos, ainda assim, como veremos adiante, em determinados momentos, a união foi fundamental. O emprego desta tática vai ao encontro do observado por Gersem (2007, p. 66), para quem, em meio ao fortalecimento dos movimentos indígenas, as

distintas lideranças “coexistem e tentam coordenar suas ações e representações de forma conjunta”.

Considerando as colocações feitas por Munduruku (2005), Gersem (2007), Bitterncourt (2007a), Bicalho (2010b), Brighenti e Notzold (2011) e Azelene Kaingang, somadas à pesquisa que realizamos sobre as ações dos apoiadores dos indígenas – abordados nos capítulos 4 e 5 –, entendemos que as táticas utilizadas pelos Kaingang nos PI/RS podem ser pensadas como um *movimento localizado*, como referido por Azelene. No entanto, esse *movimento localizado* não surgiu a partir de um ato isolado, mas, sim, a partir de uma articulação étnica dos Kaingang que, com o importante auxílio de apoiadores e da união entre indígenas de diferentes postos e, posteriormente, de etnias, passaram a expor os problemas em comum que enfrentavam, assim como passaram a traçar planos para o alcance de suas reivindicações.

Conforme ressaltamos no capítulo 3, a colonialidade se mostrou presente nos mais diversos episódios de violências e vulnerabilidades que os indígenas sofreram, os Kaingang, no entanto, como as fontes que analisamos demonstraram, empregaram algumas táticas¹¹⁸ para enfrentar tais episódios. Neste sentido, reiteramos nossa compreensão de que o contexto de constantes violências, situações de vulnerabilidades e conflitos envolvendo a terra foi o que impulsionou os Kaingang a se articularem. Já os governos estadual e federal, como apontamos no capítulo 2, visando ao êxito do projeto desenvolvimentistas, acabaram por prejudicar os povos indígenas através de uma política indigenista que tinha objetivos assimilacionistas, restringia a autonomia dos povos indígenas e cerceava sua liberdade, vigiando-os e monitorando-os por meio das ferramentas do SNI. A estas estratégias se somou a constante expansão agrícola, que implicou na invasão de terras indígenas, que desencadeou situações de conflitos entre indígenas e não indígenas, abordadas no capítulo 3. Diante destas ameaças, os Kaingang adotaram táticas para se contraporem às estratégias do regime ditatorial vigente.

6.2 TÁTICAS DE ARTICULAÇÃO KAINGANG NOS PI/RS

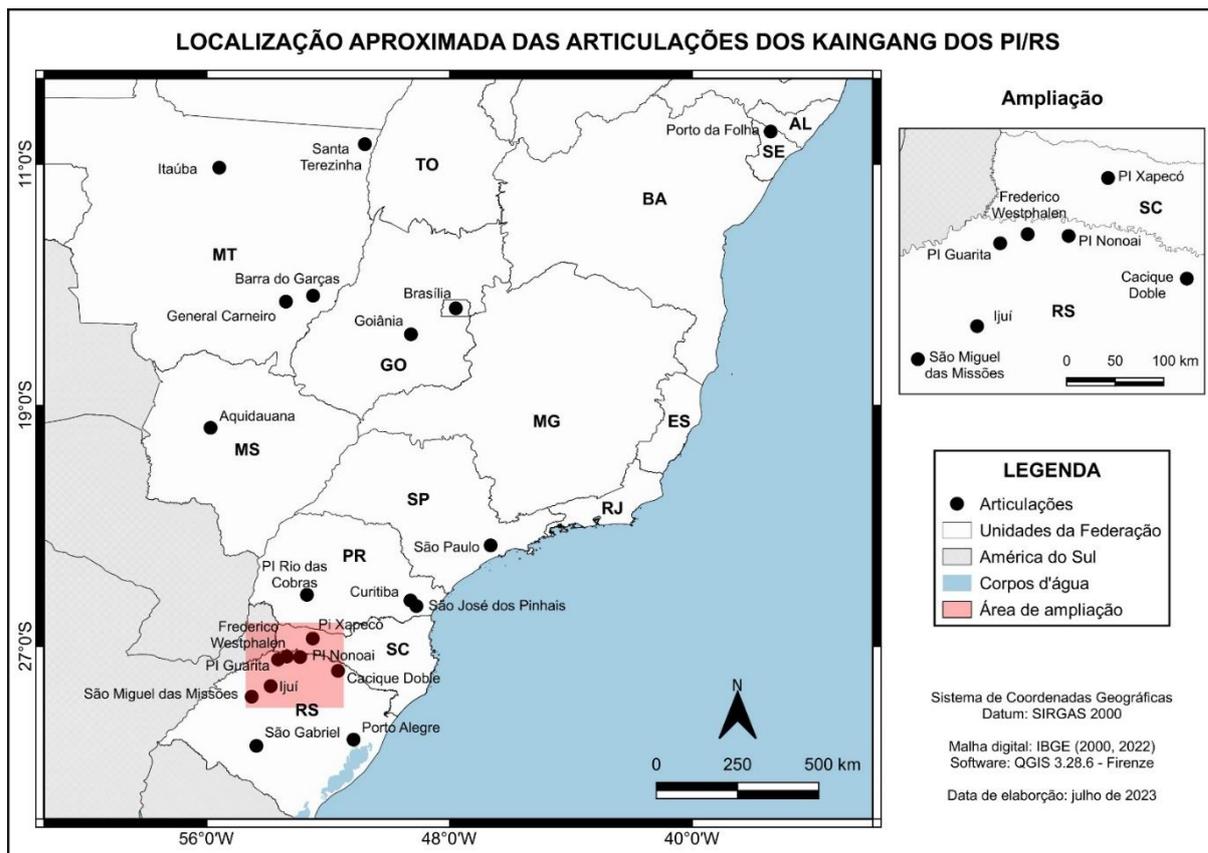
Como exposto no capítulo 3, foram diversos os episódios de violência e situações de vulnerabilidades que os Kaingang enfrentaram e, considerando as estratégias impostas por quem detinha o poder, destacamos algumas das táticas adotadas pelos Kaingang:

¹¹⁸ Ressaltamos que nossa compreensão do termo táticas se fundamenta em De Certeau, para quem “A tática não tem lugar senão o do outro. [...] a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, [...] e no espaço por ele controlado. Ela opera, golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (DE CERTEAU, 1998, p. 100)

- Alianças com organizações (CIMI, ANAI e IECLB);
- Mobilização regional: fortalecimento de vínculos em termos regionais, entre os PI próximos no RS;
- Mobilização nacional: fortalecimento de vínculos, com lideranças de PI de outros estados;
- Denúncias referente aos problemas enfrentados pelos Kaingang;
- Desobediência as ordens dos chefes dos PI/RS.

A partir do momento que os Kaingang estabeleceram alianças com organizações – conforme demonstrado no capítulo 4 e 5 – fica evidente que as formas de atuação deles puderam ser ampliadas, uma vez essas organizações auxiliavam no processo que visava à autonomia desses indígenas, amenizavam as situações de violências e vulnerabilidades, denunciando tais situações. Nessa perspectiva, as denúncias também se mostraram ser uma tática eficiente, pois era feita tanto pelos indígenas, quanto pelos seus apoiadores em um contexto que não os favorecia devido à censura, perseguições e repressão, características do regime ditatorial. Além das alianças e denúncias, as mobilizações dos Kaingang foram precedidas pela desobediência às ordens dos chefes dos PI do RS, as quais foram essenciais para que os Kaingang de diferentes PI localizados em outros estados pudessem perceber que muitas vezes compartilhavam das mesmas demandas. Nesse sentido, as táticas de articulação Kaingang atravessaram as fronteiras dos PI, como destacado Figura seguinte.

Figura 18: Cartografia das articulações Kaingang dos PI/RS



Considerando que “as táticas lançam oportunidades, transformações, maleabilidades, flexibilidades e contam com o tempo para se inserirem nas fundações dos poderes hegemônicos” (VICTOI, 2022, p. 79), as que os Kaingang passaram a adotar foram se aperfeiçoando e ocupando outros espaços. Como destacado no capítulo 4, enquanto os indígenas estiveram sob a tutela do Estado, nunca foram vistos como capazes de subverter a ordem, cabendo às organizações de apoio e a seus integrantes a atribuição de responsabilidade pela sua conscientização. Concordando com o proposto por De Certeau (1998, p. 102), de que as táticas são uma forma de “estar onde ninguém espera”, elencamos algumas das que foram adotadas pelo Kaingang, separadas por categorias que estabelecemos:

- **Produções escritas:**

- Voltadas à FUNAI e políticos reivindicando providências quanto ao cenário que os Kaingang enfrentavam naquele momento. Trata-se de cartas e documentos entregues a funcionário da FUNAI, deputados, governador e presidente da República;

- Voltados aos próprios indígenas, para que as informações circulassem e incentivasse a mobilização.
- **Promoção de encontros e deslocamentos:**
 - Assembleias, encontros e reuniões entre os Kaingang, com integrantes das organizações de apoio, com FUNAI e políticos;
 - Reuniões entre os Kaingang afim de escolher novo cacique, para averiguar denúncias e para deliberarem as suas próximas ações;
 - Reuniões com integrantes das organizações de apoio no intuito de angariar apoio para as mobilizações.
- **Movimento Kaingang:**
 - Ações coordenadas pelos Kaingang a fim de reivindicar seus direitos, principalmente no que tange ao patrimônio indígena: trata-se do movimento de expulsão de não indígenas no PI Nonoai, embargo ao DGPI e confisco a colheita no PI Cacique Doble.
- **Visibilidade nos JMC:**
 - Publicização das demandas Kaingang nos JMC, considerando a prática adotadas pelas assembleias de encaminharem uma cópia dos assuntos tratados à FUNAI e à imprensa, o que tornou público o que acontecia no interior dos PI.

As articulações feitas podem ser visualizadas no mapa da Figura 18, sendo que na tabela 11 listamos as articulações que foram cartografadas a partir da documentação analisada.

Tabela 11: Táticas adotadas para a articulação Kaingang nos PI/RS

ARTICULAÇÃO DOS KAINGANG DOS PI/RS		
LOCAL	DATA	ARTICULAÇÃO
Brasília (DF)	1975	Viagem de cerca de 10 Kaingang do RS, SC e PR
		Carta de Andila Inácio ao Presidente Geisel
		Documento entregue ao Presidente da FUNAI
	1976	Carta ao Presidente do Brasil
		Mensagem a todos nossos patrícios índios do sul do Brasil
	1977	Viagem dos Kaingang de Ligeiro (RS)
Carta ao Presidente da FUNAI		
1978	Reunião com Presidente da FUNAI	
	Depoimentos e Exigências da ACRI (ao Pres. República)	
General Carneiro (MT)	1975	III ACRI
Santa Terezinha (MT)	1977	X ACRI
Barra do Garça (MT)	1978	XI ACRI
Aquidauana (MS)	1981	Assembleia Geral

Porto da Folha	1979	Assembleia Geral
Itaúba (PA)	1975	II ACRI
Curitiba (PR)	1977	III Assembleia Regional CIMI/Sul
PI Rio das Cobras (PR)	1977	Viagem dos Kaingang do RS para apoiar o movimento de expulsão
São José dos Pinhais (PR)	1978	VI Assembleia Regional do CIMI/Sul
Goiás (GO)	1978	XII ACRI
PI Xaçepó (SC)	1978	Reunião entre Caciques da Região Sul
	1978	Viagem para investigar do roubo de madeira
São Paulo (SP)	1977	Viagem de um Kaingang de Nonoai a três PI de SP
	1980	Comissão Pró-Índio
Frederico Westphalen (RS)	1975	Encontro da Pastoral Indigenista
Ruínas de São Miguel (RS)	1977	VIII ACRI
		Mensagem do dia do índio
	1978	Reunião Indígena
São Gabriel (RS)	1978	Concentração Popular em Caiboaté – 222 anos da morte de Sepé Tiaraju
	1979	Viagem para denunciar a retirada de madeira de Votouro
Porto Alegre (RS)		Viagem para protestar contra projeto piloto FUNAI/Governo RS
	1980	Viagem para reunião com Delegado da FUNAI
		Viagem para reunião com Governador do RS
		Manifesto da Comissão de Indígenas entregue ao Governo/RS
PI Guarita (RS)	1976	Encontro dos Kaingang com apoiadores
PI Cacique Dole (RS)	1978	Tomada da lavoura
	1976	Encontro dos Kaingang
PI Nonoai (RS)		Reunião na sede do PI Nonoai
	1978	Carta de um Kaingang de Nonoai
		Movimento Kaingang: expulsão dos não indígenas
		Embargo a colheita de soja safra 76/77 (Granja ressurreição)
		Tomada de um trator

Fonte: Elaborado pela autora

Entendemos que estas táticas iam ao encontro do atendimento das demandas dos Kaingang, o que está em sintonia com o que propõe Gersem (2007, p. 133), para quem “a existência de uma organização indígena, seja tradicional ou não tradicional, é sempre resultado de uma decisão da comunidade, em função de suas necessidades”. Assim, mesmo diante dos conflitos internos que aconteciam, especialmente em Guarita – como vimos no capítulo 3 – houve esforços de união visando ao atendimento interesses em comum. No próximo tópico, analisamos mais detidamente estas articulações.

6.2.1 Produções Escritas: “*queremos levar ao conhecimento do órgão competente as nossas lutas e anseios*”

De acordo com Oliveira (2021, p.148), a educação escolar indígena no período da ditadura militar era “elemento fundamental nos projetos baseados em uma concepção etapista e integracionista, que era alicerce das políticas indigenistas”. Como já exposto nos capítulos 3 e 4, sabemos que são diversas as críticas às metodologias e tratamentos destinados aos indígenas na escola bilíngue, contudo, de acordo com Andila Nascimento, aluna e posteriormente monitora nesta escola:

Uma força dentro de mim que não queria morrer me dizia: ‘você não pode desanimar, as coisas vão mudar, não vai continuar assim’. Esta formação que vocês estão fazendo e que estão pagando um preço muito alto não favorecerá apenas aqueles que anseiam vê-los desaparecer, mas ao povo de vocês também (Andila Inácio, 2015).

Esta declaração nos leva a constatar que, o acesso às ferramentas que proporcionavam, especialmente o aprendizado da língua e escrita portuguesa, bem como ao entendimento do funcionamento da máquina burocrática da FUNAI e das leis que regiam a sociedade naquele momento, também poderiam ser utilizados a favor dos próprios indígenas. Exemplos de como essa formação passou a ser utilizada pelos Kaingang podem ser percebidas em cartas destinadas a autoridades políticas a fim de pressionar e lutar por seus direitos.

Um dos mais emblemáticos episódios da adoção desta tática ocorreu em 1975, quando a Kaingang Andila Inácio Nascimento, monitora bilíngue do PI Guarita enviou uma carta ao general Geisel. Nesta carta (Anexo B), ela descreve a insatisfação dos indígenas com os 1500 não indígenas que ocupavam suas terras no RS ilegalmente há cerca de trinta anos e, também, sobre seus anseios diante do cenário de incertezas, como podemos perceber nos trechos a seguir:

[...] são feridas que nós Kaingang, sentimos como feridas que nos atormentam no mais alto dos sentimentos, fazendo-nos diminuídos, oprimidos e transformando nossas noites em vigília na esperança de ver no amanhecer nossas terras desocupadas pelos brancos, e no entardecer, mais um dia de desilusão, iniciando-se uma nova esperança... pois a cada dia que passa sentimos o nosso sangue mais espesso e nossas veias cada vez mais finas, quando, então muitos dos nossos encontram conformismo no terrível vício do alcoolismo (Carta de Andila Inácio Nascimento ao Presidente Geisel, 1975, n.p).

[...] Entenda V. Excelência que a nossa mensagem não tem no espírito o sentido de coação ou revide e sim o de termos consciência tranquila e serenidade de olhar, bem no fundo, os olhos de nossos filhos (Carta de Andila Inácio Nascimento ao Presidente Geisel, 1975, n.p).

[...] enquanto o mundo todo grita e se vangloria da Paz do amor e Compreensão, o meu povo continua sofrendo as penúrias de um mundo remoto, tão bem conhecido por V. Excelência [...] (Carta de Andila Inácio Nascimento ao Presidente Geisel, 1975, n.p).

Na carta, Andila também afirma que a situação a que os indígenas estavam expostos nos PI do RS, devido à invasão de suas terras, estava insustentável e que se fazia necessário o cumprimento da promessa feita pela FUNAI de retirar os invasores até a data de 31/07/1975. Ela reforça que a carta não tinha objetivo de coação e que os Kaingang não estavam à procura de mais promessas, mas, sim, de soluções, pois o que para a FUNAI se tratava de problema jurídico, para os Kaingang era um problema que afetava sua cultura. A carta chegou a ser publicada na íntegra pelo jornal Folha da Manhã no dia 12/08/1975 e divulgada em outros jornais nos dias seguintes.

Vale ressaltar que o conteúdo da carta enviada por Andila ao general Geisel teve sua autoria posta em dúvida por Francisco Neves (4º Delegado Regional FUNAI), que sugeriu que a carta havia sido escrita pela antropóloga Lígia Simonian ou até mesmo por algum (a) servidor (a) do CTPCC. Tal questionamento se deu em um ofício direcionado à presidência da FUNAI, no qual o delegado expõe a existência de uma ação coordenada por missionários e estudiosos com o intuito de prejudicar a imagem da FUNAI diante da opinião pública. Além disso, o delegado também critica a forma de ensino no CTPCC – que, na época, funcionava com convênio entre FUNAI e IECLB –, acusando a IECLB de instigar os indígenas contra a FUNAI.

O questionamento quanto à autoria da carta nos possibilita algumas reflexões, uma vez que ele sugere que tanto o delegado da 4ºDR, quanto outros membros da FUNAI, ao direcionarem a culpa dos problemas enfrentados pela FUNAI nos PI aos apoiadores, acabaram por subestimar a capacidade intelectual da indígena. Vale lembrar que Andila exercia a função de monitora bilíngüe no CTPCC, e que, portanto, era alfabetizada na língua Kaingang e português, razão pela qual acreditamos que tinha conhecimento da legislação vigente. As produções escritas somadas a formação dos monitores foram um fator determinante para a articulação Kaingang, pois, com isso, “informações chegam para dentro da aldeia, e, de posse dessas informações, os Kaingang conseguem articular-se e lutar pelos seus direitos (BRAGA, 2012, p. 187).

Sobre o questionamento quanto à autoria da carta, além de subestimar a capacidade da indígena, nos mostra um posicionamento que reforça visões ainda presentes em nossa sociedade e que consideram que os indígenas

figuram em papéis secundários e depreciativos, entre as posições de vítimas passivas, bons selvagens ou bárbaros sanguinários” [...] essas ideias, além de extremamente danosas à autoestima dos índios, reforçam entre os não indígenas sentimentos preconceituosos e discriminatórios que resultam em atitudes de intolerância e violência contra eles [...] (ALMEIDA, 2017, p. 20).

A carta de Andila Nascimento foi novamente lembrada em uma reunião de lideranças indígenas no dia 19/12/1978 em Goiás. Aproximadamente 24 lideranças de 13 povos indígenas, incluindo os Kaingang, assinaram um documento intitulado “*Depoimento e Exigências da Assembleia de Chefes Indígenas*”,¹¹⁹ endereçado ao presidente da República. O documento reforça as denúncias feitas por Andila e cita trechos da carta.

Entre as produções escritas, podemos citar também a “*Mensagem a todos nossos patrícios índios do Sul do Brasil*” (Anexo G), publicada no BI/LI n°1 de 1976. Esta carta relata uma viagem a Brasília, a qual contou com um encontro com o presidente da FUNAI, mostra que os indígenas estavam conscientes que os problemas relatados nesse encontro continuavam acontecendo, tais como, a presença de não indígenas em suas terras e as dificuldades em produzir nos PI. A carta ainda reforça a necessidade de união com os Xavante e Bororo para lutar pela terra. A mensagem foi assinada pelos Kaingang Marcelino, Xangrê, João dos Santos e Lijã.

Ainda no Informativa Luta Indígena n°1 de 1976, há outra produção escrita por indígenas, trata-se de um “*Documento entregue ao presidente da FUNAI*” (Anexo E), datado de dezembro de 1975. Este documento que engloba os Kaingang, Guarani e Xoclog, foi assinado por Kãreig, Kanheró, Kãgdete, De Fei, Jakãg, Tolé, Fongre, Fokei e Klinton. Tal documento descreve um pedido ao presidente da FUNAI, para que fosse retirado intrusos das terras de Nonoai, mesmo que para isso fosse necessário acionar a Polícia, visto que, na interpretação deles, isto estava previsto no Estatuto do Índio. Pediam que o estado do RS devolvesse a área retirada dos indígenas nos anos anteriores, tais como, a Reserva Florestal de Nonoai e a Estação Experimental de Inhacorá. No documento, também consta o pedido de ajuda para impulsionar o desenvolvimento de roças comunitárias e a formação de armazém e

¹¹⁹ Fonte: AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_ECI_0002_D0001

cooperativa dos próprios indígenas. Além disso, o documento também citou demandas dos PI de SC e PR, destaca que as reuniões entre os indígenas eram a força deles.

Já a “*Mensagem do dia do Índio*” (Anexo H), elaborada nas ruínas de São Miguel em abril de 1977, relata a omissão da FUNAI na defesa dos interesses dos povos indígenas, as viagens sem sucesso dos indígenas até Brasília e que as decisões que afetam os povos indígenas de uma forma geral, não são tomadas por quem vive determinada realidade. Os indígenas também trataram de assuntos relacionados às Igrejas, destacando que, apesar terem colaborado e silenciado para a destruição dos povos indígenas, naquele momento, estava demonstrando estar disposta a trilhar um novo caminho na atuação com os povos indígenas. Reforçam então, que cabia às Igrejas “remodelar sua estrutura de assistência ao índio, despojando-se de sua ideologia colonialista” (*Mensagem do dia do índio, Ruínas de São Miguel, 1977*). Esta mensagem foi lida para a imprensa e, os indígenas enfatizaram o seguinte: “queremos mostrar a todos aqueles que nos oprimem que somos dotados de capacidade de raciocínio e que, de fato, procuramos dentro dos meios legais, solucionar os problemas” (*Mensagem do dia do índio, Ruínas de São Miguel, 1977*).

Também nas ruínas de São Miguel em a abril de 1977, foi elaborada uma “*Carta ao Presidente da FUNAI*” (Anexo A), endereçada a Ismarth Araújo de Oliveira, na qual é comunicada a reunião dos povos indígenas:

Queremos com esta, declarar à opinião da FUNAI os depoimentos feitos pelos representantes da região sul. Conscientes de nossa situação como povos, queremos levar ao conhecimento do órgão competente as nossas lutas e anseios. Anexo a esta carta, segue os principais problemas levantados. Esperamos que nossas sugestões sejam consideradas e que providencias sejam tomadas (1977, p. 6).

Entre os problemas apontados, destacamos o fato de a chefia do PI ser imposta pela FUNAI, razão pela qual os indígenas reivindicavam poder escolher o próprio cacique. Denunciaram, também, a invasão de suas terras por não indígenas e a falta de liberdade para usá-las, sugerindo que isso poderia ser feito até mesmo via DGPI. Nesta carta descrevem, ainda, os episódios de violências vivenciados pelos indígenas – mencionados no capítulo 3 – e reivindicam que as injustiças praticadas contra os indígenas sejam reparadas e punidas pelos meios legais, demonstrando estarem cientes de seus direitos, especialmente, de se reunirem. Assinam a carta, indígenas das etnias Bororo, Kyabi, Apiacá, Parecy, Xavante, Guarani, Terena e Kaingang.

Já a “*Carta pro Presidente do Brasil*” (Anexo D), assinada pelo cacique Alcindo Nascimento e Major Ângelo Garcia, em maio de 1976, foi elaborada na localidade de Guarita, durante uma reunião que contou com a participação de missionários da IECLB e estudantes da UNISINOS, FIDENE, UFRGS e antropólogos do Museu do índio. O objetivo era refletir sobre a ação missionária com perspectivas antropológicas, mas a carta dirigida ao Presidente do Brasil, em síntese, aponta os problemas enfrentados com a ocupação das terras por não indígenas, alegando ser um problema incentivado por políticos e que a FUNAI estava sendo incapaz de administrar e pede que ele ajude o Presidente da FUNAI a solucionar.

Também destacamos a “*Carta de um Kaingang de Nonoai*”, de dezembro de 1978 (Anexo C). Nesta carta, Pery relata o convite que recebeu para investigar o roubo de madeira no PI Xaçecó em SC. Em razão disso, ele e mais quatro Kaingang se deslocaram até lá e constataram que os pinheiros haviam sido derrubados. Na referida carta, consta, ainda, que, em reunião, haviam decidido que iriam até Brasília para se reunir com presidente da FUNAI. Relata que, nesta reunião com Ismarth, conseguiram um documento que impedia a derrubada de árvores, no entanto, Pery lamenta que não tenha sido especificado que se tratava de pinheiros e finaliza ressaltando a importância da união dos Kaingang.

Outro documento escrito por indígenas se refere ao “*Conclusões da Comissão Indígenas do Rio Grande do Sul sobre o Convênio FUNAI – Governo do Rio Grande do Sul*” (Anexo F). Este documento é fruto de uma análise dos indígenas sobre o chamado *Protocolo de Cooperação entre o Ministério do Interior e o governo estadual*. Tal convênio visava “entregar a cada Estado a responsabilidade pela assistência e tutela dos povos indígenas com supervisão da FUNAI” (BI/LI, nº12, 1980, p. 17). A comissão que assinou o documento era formada por indígenas Kaingang de Nonoai e Votouro. Nele, eles ressaltam que não precisavam de ajuda, mas, sim, que tivessem suas terras devolvidas e que nos próximos 40 dias iriam fazer um trabalho com os indígenas mais velhos para saber mais sobre as terras tiradas dos Kaingang antes mesmo de 1963 e que não viam vantagem neste novo convênio.

Como se pode constatar estas cartas e documentos escritos pelos Kaingang, após reuniões e assembleias que congregavam indígenas de diferentes PI, não eram elaboradas individualmente, tampouco concentravam as denúncias em problemas específicos de um único posto. Ao encaminhá-las para a imprensa e ao presidente da FUNAI e do Brasil, procuravam chamar a atenção para a situação dos PI/RS e obter o reconhecimento de seus direitos.

No tópico a seguir, abordamos os encontros, reuniões e assembleias realizadas com e pelos Kaingang dos PI/RS, bem como a rede de apoio que construíram como forma de articulação.

6.2.2 Promoção de Encontros (Deslocamentos): “*com nossa união a gente consegue, a gente tá aqui pra se entender*”

A frase que intitula este tópico foi proferida por Xangrê durante a VIII ACRI e nela encontramos uma palavra que define muito bem a articulação Kaingang: *união*. Foi durante os encontros, reuniões e, especialmente, nas assembleias, que foram definidas as táticas a serem adotadas. Bicalho (2010b, p. 92) se refere às Assembleias Indígenas “como o primeiro acontecimento fundador do Movimento Indígena no Brasil”, isto porque foi, a partir da década de 1970, que tais assembleias passaram a ocorrer, reunindo indígenas empenhados em denunciar a situação que viviam e em defender seus direitos. Sobre as assembleias, Gersem (2007) afirma que foram episódios marcantes na história indígena no século XX, na medida em que projetavam o

surgimento de lideranças indígenas carismáticas com projeção regional, nacional e internacional que impulsionaram o surgimento das primeiras grandes organizações indígenas regionais e nacional, sob a liderança da União das Nações dos Indígenas-UNI. O amadurecimento do movimento indígena leva à formação de uma frente indígena em defesa dos direitos coletivos (lideranças, organizações, local, regional, nacional e internacional), ao mesmo tempo em que são identificadas necessidades e estratégias de cada povo, que formam a base concreta do movimento e da luta indígena (GERSEM, 2007, p. 138).

Além disso, a

forma de articulação proposta aos indígenas era a de mobilização, por meio de uma sucessão de encontros e reuniões realizados em escalas diversas, indo desde as aldeias até polos regionais e capitais [...] Tais assembleias, que até o final da década chegaram a, tiveram grande importância para revelar um conjunto de indígenas que funcionavam como porta-vozes das reivindicações de seus povos, com especial destaque para a demarcação de terras (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 276).

A união dos Kaingang com demais PI de SC e PR, mais do que promover o fortalecimento do movimento indígena, projetou lideranças, nacional e internacionalmente, dentre aqueles que se faziam presentes nas assembleias e reuniões que aconteciam em diferentes

locais do país, dentre os quais, destacamos Xangre, Peny, Candete etc. A consolidação das assembleias dos PI em todo o país foi muito importante para que os indígenas debatessem as mudanças nas políticas indigenistas e suas implicações. Além disso, a informação sobre a legislação vigente era algo necessário, pois o conhecimento do aparato burocrático era essencial para que táticas pudessem ser traçadas. Nesse sentido, o CIMI se destacou pelo suporte dado à realização de assembleias e à formação de novas lideranças indígenas. De acordo com Bittencourt (2007a):

Os encontros eram concebidos como arma para a defesa dos índios e a reivindicação de seus direitos. Essa “autopromoção indígena” devia levar a uma livre organização de líderes, para que pudessem lutar pelos direitos e interesses reais de seus povos, e à criação de uma federação indígena. Os resultados obtidos demonstram a influência do CIMI no processo organizativo dos povos indígenas. O dinamismo das assembleias de chefes, rapidamente estendida ao restante do país desencadeou o embate político e produziu grande impacto na mídia, memoráveis nas lutas indígenas do período. A pedagogia do CIMI acerca do Estatuto do índio e seu apoio logístico em favor da mobilização dos líderes indígenas do país estabeleceram, ao longo dos anos 70, as “fundações históricas” do movimento indígena brasileiro (BITTENCOURT, 2007a, p. 127).

Sobre a organização dessas assembleias, Brighenti (2012) observa que a metodologia aplicada na sua organização seria uma adaptação do modelo empregado nas comunidades eclesiais, baseada no “*ver-julgar-agir*”. Em razão disso, as *Assembleias Indígenas* seguiam o seguinte modelo: apresentação e depoimento dos participantes, seguido por um momento de discussão dos problemas apresentados, outro momento destinado à busca por soluções e, finalizando, com a elaboração de documentos a serem publicados pela imprensa e enviados a FUNAI. As discussões realizadas nas assembleias e publicadas na imprensa faziam parte de uma estratégia, pois era uma forma “de fazer aliados e romper o controle exercido pela Funai” (BRIGHENTI, 2012, p. 357). Cabe, no entanto, ressaltar que:

Os indígenas modificavam a metodologia à sua prática e aos seus contextos, burlando os momentos estanques empregados pela metodologia. O *ver-julgar-agir* era aplicado num mesmo discurso, conjuntamente, ou seja, os discursos mesclavam-se entre a análise da situação das TIs, a percepção do Estado (SPI e Funai) como responsável por praticamente todos os problemas e a identificação de ações concretas, que passavam basicamente pela criação de unidade entre os indígenas, formação política nas comunidades para conhecimento dos direitos e pelo controle sobre as terras e meio ambiente das aldeias (BRIGHENTI, 2012, p. 355).

Sabemos, também, que nas assembleias os assuntos debatidos giravam em torno de três problemas específicos: oposição ao poder tutelar, dificuldades de acesso à terra e enfrentamento de políticas públicas. No que tange ao poder tutelar, devemos lembrar que os indígenas, naquele momento, precisavam de autorização para sair dos PI e se deslocar para outros, e, ainda, que as reuniões entre lideranças eram proibidas. No que diz respeito às dificuldades de acesso à terra, as invasões e arrendamentos ilegais de terras indígenas também foram divulgadas, pois se tratava de algo que gerava conflitos entre os próprios indígenas.

Já o enfrentamento das políticas públicas, especialmente aquelas que de alguma forma repercutiriam nos PI, dentre as quais estava a questão da emancipação, foi muito discutido, devido aos interesses existentes por trás de tal projeto que, na prática, resultaria em prejuízo aos indígenas. Essas assembleias passaram a ser malvistas pelos órgãos de segurança da época, pois representavam uma ameaça ao controle da FUNAI sobre os indígenas, sendo que os missionários que, inicialmente, forneceram apoio logístico e financeiro às assembleias, passaram a ser vistos como responsáveis por essas ameaças e acusados de agitação nos PI.

Dados levantados por Moura (2021, p. 54) dão conta de que “entre abril de 1974 e agosto de 1984 foram realizadas 57 assembleias de líderes indígenas, em 15 diferentes estados e no Distrito Federal”. Destas 57 assembleias, os Kaingang da região sul do país teriam participado de doze, e o RS, sediado duas delas. Dentre as assembleias que foram realizadas no RS, destacamos o Encontro de Pastoral Indigenista, que aconteceu em Frederico Westphalen/RS, nos dias 21 e 22 de outubro de 1975 e a VIII ACRI que ocorreu entre os dias 16 e 18 de abril de 1977. Kaingang dos PI/RS também se fizeram presentes em assembleias que ocorreram fora do estado, como a II Assembleia Caruru, em 1975, que aconteceu no município de Itaúba/PA e a III Assembleia do ano de 1975 entre os indígenas Meruri no município de General Carneiro/MT. Em 1979, também estiveram presentes na Assembleia que aconteceu no município de Porto da Folha/SE e na Assembleia Geral de Aquidauana/MS, em 1981. Dessas doze participações, encontramos alguns registros das falas dos Kaingang dos PI/RS em pelo menos sete delas.

O documento “*Em defesa dos índios do Sul*” salienta que, em reunião entre os Bispos de Frederico Westphalen/RS, Chapecó/SC e Palmas/TO, estiveram reunidos com lideranças indígenas dos povos Kaingang, Terena, Xavante e Bororo na cidade de Frederico Westphalen/RS, em outubro de 1975, para debater os problemas enfrentados pelos indígenas do sul do país. Nesta ocasião, entre os assuntos debatidos, destaca-se o que previa o Estatuto do Índio na época, que garantia que as terras indígenas não poderiam ser arrendadas, além de

buscar exigir que a FUNAI cumprisse seus deveres de forma a preservar as matas, combatendo a derrubada, inclusive, pela própria instituição. Outro assunto enfatizado foi a necessidade de que houvesse a resolução acerca da situação que envolveu a redução das terras indígenas pelo governo do estado do RS e, como resultado desse encontro, o documento já nominado, tornou-se público.

Nas ruínas de São Miguel/RS, em 1977, aconteceu a VIII ACRI, onde estiveram presentes os Kaingang Xangrê, Kagrê, Kofa Fagnhotê, Meiê, Peny e Xangu, os Kaingang manifestaram sua insatisfação com a FUNAI, em decorrência de promessas não cumpridas, sendo que a principal delas tinha relação com a não retirada de colonos das terras indígenas. O não cumprimento desta medida pela FUNAI gerou uma série de desentendimentos entre indígenas e colonos, marcados pela violência por ameaças de morte. Outra questão ressaltada pelos Kaingang foi a de que este não era um problema recente, mas que já se alastrava por anos. As lideranças destacaram também o do grande poder que o chefe do PI tinha, limitando deslocamentos e reuniões. Alguns deles manifestaram, ainda, a necessidade de não mais temer o chefe, ressaltando que a união entre eles se fazia necessária, mesmo que para isso fosse preciso desobedecer às ordens do chefe do PI. Na VIII ACRI, algumas lideranças Kaingang tiveram um espaço de escuta muito significativo, entre eles, Kagre, Yeicãg, Kofá Fagnhotê, Meye, Peny, Xangu, Xod Fei, Xangre e Candetê, cujos posicionamentos serão mais detalhados no capítulo seguinte. Durante a VIII ACRI foram propostas algumas soluções para os problemas discutidos, entre elas, destacamos as seguintes:

1. Chefia indígena: "... pedimos que seja respeitado o nosso direito de escolher nossos chefes conforme o nosso costume tradicional". A comunidade inteira deve escolher o cacique. O chefe de Posto não pode escolher o cacique. Ele trabalha pelo dinheiro e não pelo índio. 2. O chefe de Posto apoia o intruso mais do que o índio. "... queremos total apoio do chefe de Posto". 3. O chefe de Posto que é bom, a Funai tira. "... antes de ser mudado o chefe de Posto, devia ser consultado a comunidade indígena". 4. Proibição de nossas reuniões: ver o Estatuto do índio, artigo 66 que garante a Convenção 107, direito como todos os cidadãos. 5. Funai promete trator e não dá: Xavante três anos esperando o trator. Kaingang de Nonoai esperando dois anos, resolveram tomar parte da colheita de soja para garantir trator antes do fim do mês de abril. 6. Assistência médica: devia ser para todos os grupos. 7. Intrusos: Funai devia garantir as terras, pelo Título III, Cap. V do Estatuto do índio. 8. Atuação do DGPI: temos o direito às madeiras pelo artigo 22. Tem que haver revertimento em benefícios do índio pelo artigo 43. Tem que haver reflorestamento pelo artigo 46. Os índios podem usar as máquinas do DGPI pelos artigos 40 e 42 (VIII ACRI, 1977, p.22).

Como se pode constatar, as soluções debatidas pelos indígenas abrangiam os problemas como um todo, envolvendo todos os povos ali presentes, não se restringindo a um deles. Além disso, é perceptível o quanto estavam inteirados de seus direitos, destacando os dispositivos das leis que os favoreciam.

Figura 19: Reunião de 26 chefes indígenas em Ijuí/RS



Fonte: BI/CIMI, nº 38, 1977, p. 42.

Na X ACRI, que aconteceu em agosto de 1977 na localidade de Santa Terezinha/MT, os Kaingang foram convidados pelos Tapirapé a participar. Nessa assembleia, os Tapirapé relataram as dificuldades enfrentadas para a demarcação de suas terras e, Xangrê, por sua vez, se colocou à disposição para auxiliar e, se houvesse a necessidade, se comprometeu a trazer mais 4 Kaingang do RS para auxiliar na demarcação, que poderia acontecer por conta dos próprios indígenas. Os Tapirapé retribuíram o apoio se colocando à disposição para a expulsão de não indígenas em Nonoai.

A XI ACRI aconteceu na Aldeia Xavante de São Marcos/MT, em maio de 1978. Dela participaram 4 indígenas Kaingang de Rio da Várzea, localidade da Reserva Florestal e, na ocasião, foi declarado apoio aos Kaingang de Nonoai que estavam lutando pela expulsão de não indígenas de suas terras. É interessante observar, que nesta assembleia, ao falarem

especificamente sobre o caso de Nonoai, os indígenas reconhecem que alguns colonos também são vítimas da inoperância do governo.

Já a XII ACRI, que aconteceu em dezembro de 1978 em Goiás, também contou com a presença de indígenas Kaingang, no entanto, não tivemos acesso aos nomes dos participantes, mas sabemos que os assuntos tratados por eles estavam relacionados com a questão do projeto de emancipação. Sobre as reivindicações debatidas nestas assembleias, sabemos que

foram numerosas, mas a necessidade de demarcação das terras foi unânime em todas as Assembléias e em inúmeras falas. Em plena ditadura militar, quando os grandes projetos do Governo (estradas, pontes, hidroelétricas, empresas de mineração, etc.) adentravam terras indígenas de maneira desordenada e ambiciosa, os percalços relacionados com as demarcações das reservas e das terras indígenas atingiram o ápice na escala de preocupações do então em formação MIB. Até por que é preciso lembrar que a terra/território é essencial para a sobrevivência física e cultural destes povos (BICALHO, 2010b, p. 107).

Para os Kaingang da região sul, esta reivindicação sempre esteve no topo das discussões, isto porque, como bem destacado na citação anterior, a terra/território era essencial para a sobrevivência cultural dos povos indígenas, sobretudo para os Kaingang, como já evidenciamos no capítulo 2 e 3, ao abordarmos as violências cometidas contra os povos indígenas, seus impactos e relações com o corpo-território. Conforme podemos observar nos discursos das lideranças indígenas, especialmente nas falas dos Kaingang, a união deles era vista como algo fundamental na luta por solução aos problemas enfrentados. Além da união, as assembleias também significaram para os indígenas um “lugar onde as lutas são partilhadas, assim como os anseios, as frustrações, os medos, as necessidades, as esperanças, as conquistas, a cultura, os hábitos, os costumes” (BICALHO, 2010b, p.94). Ou seja, as assembleias proporcionaram uma maneira para que os povos indígenas pudessem coletivamente refletir sobre as violências, ameaças e interesses que rodeavam seus povos e suas terras.

Diferentemente das assembleias, as demais reuniões e encontros contavam com uma participação maior de não indígenas, isto porque

desde as primeiras Assembléias houve a intenção de limitar a presença de não-índios nas reuniões, embora alguns missionários, freiras, repórteres, fotógrafos e representantes da FUNAI tenham participado de muitas delas. A idéia era deixar os índios à vontade para expor os seus problemas sem medo e sem pressão de fora. Aos poucos, o número de não brancos foi ficando cada vez menor e os índios foram adquirindo cada vez mais autonomia para organizar e realizar os seus encontros (BICALHO, 2010b, p. 103).

Desta forma, além das assembleias interétnicas, as reuniões entre os Kaingang com missionários nas assembleias regionais do CIMI/Sul também tiveram um papel importante, pois era através dos discursos que essa aliança era fortalecida, a atuação futura dos missionários era pensada, ao mesmo tempo em que se colocavam à disposição da causa indígena.

Na III Assembleia Regional do CIMI/Sul, que aconteceu em Curitiba no ano de 1978, seis indígenas Kaingang, dois de cada estado do sul, estiveram presentes. Nesta ocasião, Xangrê expôs a insatisfação da comunidade com a atribuição que a FUNAI tinha de escolher o cacique. O principal resultado da reunião foi a decisão de que, a partir daquele momento, retornariam para suas comunidades e incentivariam as reuniões entre indígenas para discutir soluções.

Em paralelo com a VI Assembleia Regional do CIMI/Sul, que aconteceu em São José dos Pinhais/PR, indígenas da região sul estiveram reunidos com o objetivo de discutir os problemas enfrentados em cada estado e, posteriormente, participaram da assembleia regional, que contou com missionários e leigos do CIMI, IECLB e ANAI do RS, SC, PR e SP. Neste evento, foi mencionado que a ausência de missionários que atuavam em regiões onde havia indígenas no RS era um fator que prejudicava a discussão dos problemas enfrentados.

Em relação aos encontros com missionários, vale destacar também o Encontro da Pastoral Indigenista, que aconteceu em outubro de 1975, na localidade de Frederico Westphalen/RS, que contou com a presença de 13 indígenas Kaingang, entre eles, Xangrê, Lijã e Candete. Além dos Kaingang, também participaram os Terena, Bororo e Xavante, sendo que o encontro se propunha a discutir em conjunto a ação de cada grupo.

As reuniões entre os Kaingang também podem ser destacadas como meio de articulação, isto porque a maioria deles enfatizava a importância da união. Dentre essas reuniões e encontros entre Kaingang, podemos citar o “*Encontro de Índios Kaingang em Nonoai-R.S.*”, que aconteceu em maio de 1976, promovido por indígenas que haviam ido a Brasília no ano anterior. Mais de 20 indígenas estiveram presentes, representando o PI Nonoai e PI Xapecó. Foi ressaltada várias vezes a necessidade de união entre os Kaingang e, também, para que isso se tornasse “realidade [era] preciso que [houvesse] encontros, debates, esclarecimentos entre os próprios índios” (BI/LI, n°2, 1976, p. 32). Além de debater fortemente a questão da união entre os indígenas da região sul do país, também foram analisadas as promessas feitas pela FUNAI e o que poderia ser feito pelos próprios indígenas a partir daquele momento. Os assuntos abordados, as falas, as táticas propostas e conclusões deste encontro de Kaingang, em Nonoai, foram registradas na íntegra no BI/LI, n°2, de 1976. Nesses registros, chamam a atenção as

falas das lideranças indígenas, que não se distanciavam do propósito de articulação, estando associadas aos constantes episódios de violências e invasões de terras indígenas decorrentes da ineficiência governamental, o que fez com que os indígenas cada vez mais entendessem que somente a união deles seria capaz de conter o avanço das violências que vinham acontecendo. As falas também apontam para a possibilidade do embate através da violência como um caminho para solução de um problema que não havia sido resolvido com o amparo da lei. O discurso evidencia também o cansaço por parte dos indígenas, diante da inércia de ações do Estado. Revelam a manutenção do pedido de unidade entre os indígenas, independentemente do PI e, também, a outros indígenas que, embora não fossem lideranças, estivessem em sintonia com as pautas reivindicatórias deles. Entre as conclusões dessa reunião, constata-se que os indígenas do PI Xaçecó e PI Nonoai estavam de acordo em agirem uns pelos outros quando chamados. Ficou decidido, também, que os indígenas de Nonoai iriam fazer contato com os demais postos do RS para que pudessem agir juntos, firmando o compromisso de novas reuniões entre as lideranças.

No B/LI, n° 6, 1978, consta que para o CIMI, o “*Encontro de Índios Kaingang em Nonoai-R.S.*” se tornou um marco, uma vez que a partir desse evento, os Kaingang de Nonoai passaram a ter reuniões internas de forma frequente. Entre elas, destacamos a “*Reunião na sede do Posto de Nonoai*”, desta vez, em outubro de 1978. Na ocasião, foi discutida a situação do PI e, foi levantada, então, a pauta a substituição do cacique para que avanços na luta da comunidade viessem a acontecer. E Nelson Jacinto Xangrê foi o escolhido.

Em 1978, ao mesmo tempo em que o CIMI e a ANAI organizaram uma reunião com os indígenas nas ruínas de São Miguel/RS, a FUNAI comunicou que seria realizada uma reunião entre caciques da região sul do país no PI Xaçecó. Na ocasião, esteve presente o Kaingang Ângelo Garcia, do PI Nonoai, que ressaltou que o principal problema enfrentado pelos indígenas era a presença de não indígenas em suas terras, os quais causavam a devastação das florestas. No B/LI, n°6, 1978, o CIMI descreve que esta reunião proposta pela FUNAI tinha o objetivo de esvaziar a assembleia que estava sendo organizada, afetando, desta forma, a articulação indígena.

Já a reunião planejada pelas entidades de apoio aos indígenas contou com a presença de cerca de 400 pessoas, entre missionários, apoiadores dos indígenas e os Kaingang. Nele, foi tratada a questão da emancipação indígena, projeto que não foi bem acolhido, uma vez que

a emancipação da terra indígena e a forma de fazê-la entrar no circuito da troca, é a forma de torná-la cativa do capital, instrumento de sujeição de quem trabalha. É o capital que está sendo emancipado. É preciso remover as muralhas, as vontades, as formas de ser e pensar com que ele se defronta [...] sem a troca o capital não se multiplica, sem a coisificação a troca não se consoma. (MARTINS apud BICALHO, 2019, p. 154).

A reunião que decidiu pelo veto à emancipação contou com “apresentação de músicas nativas interpretadas por Noel Guarani e da dramatização, por um grupo teatral, de depoimentos indígenas em assembleias anteriores” (OESP, 28/04/1978, n.p).

Além destas reuniões e encontros realizados no RS, os Kaingang fizeram longas viagens a Brasília, na tentativa de encontrar soluções para os problemas enfrentados devido à presença de não indígenas nos postos. Em dezembro de 1975 cerca de 10 Kaingang do RS, SC e PR foram a Brasília denunciar tais irregularidades ao presidente da FUNAI e de entregar um documento contendo algumas reivindicações, entre elas, a retirada de invasores nos PI e o auxílio financeiro para cooperativas indígenas. O grupo também manifestou o desejo de fortalecer a unidade entre os indígenas através de reuniões e apresentou um relatório sobre a situação de todos os PI do RS. Além desse documento, contendo reivindicações dos próprios indígenas, também foi entregue outro documento intitulado “*Em defesa dos índios do Sul*”, assinado pelos religiosos Agostinho Sartori (Palmas/TO), Bruno Maldaner (Frederico Westphalen/RS) e José Gomes (Chapecó/SC). Este último consistia em um pedido desses religiosos para que o governo retirasse os invasores das terras indígenas e que, por meio de uma ampla reforma agrária, garantissem outro lugar aos agricultores que ocupavam as terras indígenas.

A ida do grupo Kaingang até Brasília representou para o CIMI um marco no processo de articulação e autonomia dos indígenas do sul do país.

A viagem a Brasília representou um novo avanço na consciência dos líderes indígenas, ao descobrirem que os meios oficiais não existem para resolver efetivamente qualquer problema, muito pelo contrário talvez. Assim reforçou-se na consciência deles a idéia de que a solução de seus problemas depende deles próprio, e não se podia acusá-los, a partir de então, de não terem feito o possível para obrigar o órgão oficial a cumprir sua função (BI/LI, nº6, 1978, p. 40).

Como se pode constatar, havia um incentivo para que os indígenas passassem a agir de forma autônoma e conhecessem o funcionamento da máquina pública, do órgão oficial responsável pela tutela dos mesmos e pela elaboração de políticas que atingiam diretamente os

povos indígenas. Nessa perspectiva, em janeiro de 1977, 4 Kaingang do PI Ligeiro foram até Brasília reforçar as mesmas denúncias. Para o CIMI, conforme consta no BI/LI, nº6, 1978, é a partir desse momento que os indígenas passam a frequentar Brasília, que eles passam a ter um maior entendimento do funcionamento do aparato burocrático que regia a Delegacia Regional (DR) da FUNAI.

Os indígenas Kaingang participaram, também, de outras atividades, como, por exemplo, a concentração popular em Caiboaté, que aconteceu em 7 de fevereiro de 1978, data que marcava os 222 anos da morte de Sepé Tiaraju. Entre as 100 pessoas que participaram, estavam dois Kaingang. Como se pode observar,

as lideranças tradicionais também procuraram se organizar. Através do debate em torno da lei 6001/73 oportunizou-se o encontro de caciques e a atuação das organizações não governamentais, que tiveram um papel muito importante no sentido de fornecer informações para a organização dos movimentos e é claro a tomada de coragem pelo povo. Este foi o pilar central da reação que eclodiu em 1978 (BRAGA, 2015, p. 79).

Destas reuniões, encontros e assembleias, nas quais os Kaingang estiveram presentes e que contaram com amplo apoio do CIMI, resultou a proposição de novas táticas, como as que veremos no próximo tópico. Dentre elas, estão os movimentos de expulsão dos não indígenas, uma vez que a publicização dos descontentamentos, através da divulgação de cartas e documentos na imprensa e nas viagens realizadas a Brasília, não estava tendo o retorno esperado, levando-os a adotarem esta nova tática nos territórios dos PI:

Os líderes Guarani e Kaingang já haviam enviado diversos documentos ao presidente da Funai pedindo a retirada dos invasores. Recebiam promessas, mas, na prática, as relações e promiscuidades políticas se sobrepunham às determinações legais. À medida que os indígenas acessavam informações relativas aos direitos assegurados na legislação, percebiam que nos contextos das suas aldeias as práticas de arrendamento eram totalmente ilegais. A partir de 1974, com a participação de líderes Kaingang e Guarani nas assembleias de Chefes Indígenas, ampliou-se o estímulo para expulsar os arrendatários (BRIGHENTI, 2021, p. 164).

6.2.3 Movimento Kaingang: “*chega, cansamos de esperar*”

Nos documentos produzidos pelos indígenas que analisamos, os não indígenas são denominados de intrusos, invasores, colonos, brancos etc. Sua presença nos PI representava o avanço da exploração da terra, a expulsão de indígenas que nelas viviam e, por consequência,

o aumento das situações de violências e vulnerabilidades. Vale lembrar que discurso vigente durante o período ditatorial era de que era preciso tornar as terras produtivas para atenderem os objetivos desenvolvimentistas. As terras indígenas eram vistas como promissoras, razão pela qual as políticas indigenistas da época foram sendo moldadas pelo

integracionismo acelerado, através das estradas, dos grandes projetos, da exploração das riquezas naturais. O caráter empresarial é implantado através do Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI). Projetos de desenvolvimento, os mais variados, são introduzidos nas terras indígenas. “Administradores de índios” são instalados nos diversos escalões. Muitos chefes de Posto foram recrutados, em sua maioria no Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), levando para as aldeias “apenas a experiência da caserna” (HECK, 2021, p. 232).

Sob esta perspectiva, as terras indígenas foram alvo de muitos interesses, sobretudo, regionais. Nos PI/RS já havia arrendamentos, no entanto, foi na década de 1960 e 1970 que eles se intensificaram, assim como as “intrusagens”. Com isso, a “sensação de desamparo diante da falta de assistência da FUNAI ampliou o sentimento de revolta e de luta, sinalizando para o fortalecimento da consciência do direito que tinham e ainda têm” (BICALHO, 2010b, p. 108). Foi a partir desta sensação que se construiu

a percepção de que em meio às diferenças étnicas havia um problema comum a todos – a necessidade de se organizar e lutar pela conquista dos direitos de cidadão e do direito à diferença junto ao Estado e a Sociedade civil – foi talvez o mais importante e a maior contribuição destas assembleias [...] além de ampliarem o conhecimento entre os indígenas das suas diferentes culturas, dos canais de reivindicação junto ao Estado (FUNAI), e reforçar a consciência e a percepção dos índios sobre os seus direitos (BICALHO, 2010b, p. 111).

Com o fortalecimento dessa consciência, os indígenas também compreenderam que, além de cartas e ofícios dirigidos aos agentes do Estado e da participação nas assembleias e encontros, era necessário agir de forma mais enfática. Entre os movimentos de expulsão promovidos pelos Kaingang está o que se iniciou no PI Rio das Cobras no PR, em dezembro de 1977, e se intensificou em janeiro de 1978, momento em que dois Kaingang do RS estiveram no posto e foram testemunhas desse movimento que almejava expulsar os que ocupavam suas áreas há mais de dez anos. Este movimento influenciou os Kaingang do RS, a ponto de terem desencadeado um conflito de proporções semelhantes na década de 1970,

momento em que os indígenas fizeram uso do direito assegurado na legislação brasileira e da afirmação da identidade para recuperar terras consideradas perdidas, ou seja, “consolidadas” no domínio de terceiros. A reterritorialização não foi um ato pontual, localizado, mas ocorreu de maneira sistemática, articulada e continuada. Incidiu em dimensões identitárias, para além da recuperação da terra ou expulsão de famílias intrusas. A década de 1970 pode ser tomada como o momento delimitador da reterritorialização, quando os indígenas assumem as ações de encontros e assembleias como ato político, que resultam na retomada de terras, no fortalecimento da identidade e na participação ativa na política indigenista nacional (BRIGHENTI, 2012, p. 556).

Como apontado por Brighenti, a reterritorialização não foi um ato pontual, e, assim como ocorria em Rio das Cobras/PR, no RS os arrendamentos e invasões se tornaram volumosos. Sobre a presença de não indígenas nos PI/RS, são estes os dados levantados por Brighenti (2021, p. 162), até 1977: na localidade de Nonoai, havia 263 arrendatários e 681 intrusos, somando 974 famílias, chegando a um total de 5.274 pessoas. Em Guarita, os arrendatários e intrusos somavam 871 famílias. Cacique Doble tinha 82 arrendatários, 50 intrusos, somando 132 famílias e 773 pessoas no total. Inhacorá, por sua vez, tinha o menor número de arrendatários, sendo 76 pessoas pertencentes a 15 famílias. Já Ligeiro, tinha 82 arrendatários, 38 intrusos, sendo de 120 famílias, que resultou em 723 pessoas naquela área.

Estimulado pelos resultados do movimento de expulsão que ocorreu em Rio das Cobras/PR,

em janeiro de 1978, o Cacique Xangrê criou um Conselho de Líderes, com a finalidade de organizar um plano para recuperar as terras. Logo após a elaboração do plano, equipes de cinco pessoas partiam de casa em casa dos intrusos para avisar que o prazo final para desocupação era o mês de maio, coincidindo com o fim da colheita. Esse prazo, de janeiro a maio, visava não prejudicar os camponeses em suas plantações e seria um tempo para eles providenciarem outros lugares (BRIGHENTI, 2021, p. 165).

Com o encerramento do prazo para a desocupação, os Kaingang buscaram solucionar eles mesmos a situação expulsando os não indígenas de suas terras. Sobre as repercussões deste movimento nos JMC e nos JA, não percebemos grandes diferenças quanto a sua abordagem. Em síntese, nas matérias publicadas, era notório que a responsabilidade pelo conflito era do poder público. No entanto, ao se referirem à forma como se deu o confronto, os Kaingang aparecem em evidência, destacando-se a coordenação de lideranças indígenas para colocar em prática a expulsão. Sob a ótica do jornalista Caco Barcelos (1978), o conflito se deu da seguinte forma:

Jamais existiu um exército tão frágil e pequeno como o de Niré: são 40 homens e 2 cachorros dorminhocos. As armas: porretes, facas de todos os tipos, foices, pedras, qualquer negócio. Toda a munição, 3 dúzias de flechas. E o que eles têm de mais sofisticado é uma espingarda de caça, com o cano enferrujado e o cão amarrado com borracha. Os inimigos são os 7.500 intrusos que moram dentro da área indígena Cacique Nonoai. Eles ocupam 10 dos 14 mil hectares, que por lei pertencem aos 2 mil caingangues do norte do Rio Grande do Sul, [...] os brancos também estão armados. Cada família tem pelo menos uma arma de fogo. [...] Niré é o líder desse exército de índios voluntários. Com 28 anos, cego de um olho, nariz quebrado, e também o mais experiente [...] descalços, há mais de 48 horas sem comer e sem dormir, “estão em pé de guerra”, como diz Niré, orgulhoso de seus guerreiros [...] O ano de 78 é decisivo para a questão da “intrusão” nas terras dos caingangues. [...] já na madrugada do primeiro do ano, Niré começou a organizar o seu exército e bolar um plano de ação. [...] A partir do dia 2, Niré e Menfá começaram a lutar. Ou melhor, iniciaram uma caminhada de mais de 4 meses, para falar com as 1.300 famílias. [...] De agora em diante, é proibido plantar em nossas terras. Vocês ganharam muito às custas do índio. Então chega, cansamos de esperar. O prazo final é maio. Quem não sair será massacrado aqui dentro... está bem entendido? [...] O grito de guerra dos guerreiros é um breve assovio. [...] se transforma num sinal [...] à meia-noite, um assovio corre as vilas. É a senha. [...] As ameaças eram motivo de piadas para os colonos. Então, 7 escolas apareceram queimadas. [...] Os incêndios deixaram 300 filhos de intrusos sem escola, o que revoltou alguns colonos que prometeram vingança: destruir todas as enfermarias indígenas. [...] Estavam nos duvidando. Esperamos demais pela Funai, pelo exército, pelo governo. Não queremos mais ajuda de ninguém. Faremos as coisas pelo nosso jeito, nem que isso cause a morte de toda a comunidade. [...] O período de impunidade dos comerciantes de madeiras, no entanto, está acabando. Eles figuram na “lista negra” do exército de Niré, [...] A chegada de mais 20 voluntários resolveu um problema estratégico: a segurança de Bananeiras. Com um grupo na retaguarda, para proteger as mulheres e os filhos dos guerreiros, o exército de Niré partiu [...] para o primeiro ataque. [...] A família Strudes, que morava há 10 anos em Bananeiras, era a primeira a sair da área, com móveis, galinhas e porcos dentro de um caminhão ambulante. [...] Niré diz que organizou seu exército sem avisar o cacique dos caingangues. Xangrê [...] não podíamos esperar a decisão do cacique, porque ele tem que dar explicações ao chefe da Funai. Vão ver: essa é uma revolta de toda a comunidade. [...] Na véspera do incêndio nas escolas, finalmente Niré e os guerreiros foram consultar o cacique. [...] O cacique apoiou a ideia de Niré e desabafou [...] chegou a hora de agir! Niré voltaria a Bananeiras com mais força. Agora, chefiar o exército caingangue era uma ordem do cacique. [...] Niré seleciona os 20 homens que vão passar a noite escondidos no milharal, [...] em volta do acampamento. [...] fala de “importância da estratégia”, [...] É proibido falar. Hoje só o silêncio nos salvará do chumbo dos intrusos. [...] O plano de Niré era atacar os intrusos de manhã bem cedo. Mas, às 9 horas, ele e metade do exército continuavam dormindo. Quem o acordou foi Menfá, com más notícias. Vamos, Niré! Os intrusos estão organizando grupos lá no Erval! [...] A notícia mudou os planos de Niré. Passou a chefiar o exército a Menfá e vai organizar outro grupo em Pinhalzinho, a vila mais “intrusada” de Nonoai. Com a partida de Niré, um “assessor” de confiança do cacique, Kacrê, [...] passou a coordenar os 2 exércitos: O de Bananeiras e o de Pinhalzinho. [...] Sob a chefia de Menfá, os

guerreiros haviam partido na direção do lugarejo de Porongo. Mas, depois de atacar 3 casas, mudaram de rumo. Voltaram ao acampamento – onde deixaram 2 porcos saqueados – e saíram de novo. Destino: Erval. Este ataque duraria 4 horas e seria o mais sofrido. [...] À procura de armas e comida, os guerreiros invadiram mais de 15 casas, e todas as famílias aceitaram os ultimatos de forma submissa. Menos os “índianos”. Estes discutiram muito com Menfá. Como são meio-branco e meio-índio - em geral brancos casados com índias. [...] Os guerreiros voltaram entusiasmados do Erval. E o boato de que os brancos estavam se unindo, naquela região, era procedente: ali os índios encontraram uma espingarda, duas pistolas e mais de 50 facas. A euforia pelo bem sucedido ataque ao Erval durou pouco. Acabaria à tarde, com a chegada de 130 policiais do 7º Batalhão Militar, de Três Passos, a quase 100 quilômetros de distância. Os guerreiros ingênuos cercaram os 2 carros policiais, como sempre fazem, aliás, quando alguém para na estrada de Bananeiras. Em menos de 5 minutos, uma dupla de PMs, portando metralhadoras, desarmou todo o exército de *Menfá*. [...] Tenente Frank, distribuiu seus homens de modo a policiar todos os acessos a Bananeiras. E lá os índios estão revoltados, [...] conforme disse o *cacique Xangrê*: Quem manda nessa terra é o índio, por isso os soldados não poderiam tirar as nossas armas. Isso tem que ser dito no rádio e na televisão. Sei que a Funai não quer divulgar nada, mas uma coisa eu garanto: continuaremos. Desta vez tiramos todos os intrusos daqui. Amanhã atacaremos Erval, novamente, e depois Porongo. [...] O segundo ataque a Erval causaria pânico nas famílias intrusas. E o seguinte, em Porongo, lugarejo [...] terminou com 3 feridos: 1 índio e 2 brancos. [...] O *exército de Niré e Menfá* [...] continuou avançando, desarmando intruso, invadindo casas. [...] O governo, através de um grupo de trabalho, calculou quanto custaria levar os intrusos para outros locais (Pará, Mato Grosso, Rondônia): Cr\$ 90 milhões. Considerando o “vulto do dispêndio”, o presidente da Funai achou melhor “desaquecer a questão”. E, por determinação do ministro do Interior, a Funai busca hoje uma “fórmula de transferência parcelada dos sem-terra, de modo a minimizar custos”. [...] Os índios dizem que nos próximos 2 meses, pelo menos, continuarão expulsando brancos. [...] Uma semana depois do primeiro aviso de que iam atacar, os guerreiros de Niré estavam confiantes. Era o dia 9 de maio. E muitos deles falavam como se já fossem vitoriosos. *Kacrê* -Me dá pena quando vejo um colono partindo. Mas é a realidade. Eu me criei levando pontapé de intruso e nunca fiquei me lamentando. Preferi lutar pelo que é meu. [...] *Niré* - Meu exército em Pinhalzinho está crescendo, e os intrusos desaparecendo. Estamos ganhando fácil. [...] *Cacique Xangrê* - Os graúdos da Funai sabem que fomos nós do Sul que descobrimos todos os problemas do índio no Brasil. Então a Funai treme o coração quando me vê. (BARCELOS, Repórter, junho/1978, p. 45–53)

Na matéria publicada por Caco Barcelos, observa-se o destaque dado a algumas ações que parecem ter sido primordiais para o sucesso da expulsão dos “intrusos”. Apesar de o número de envolvidos ter sido descrito como limitado e precário em armamentos, o confronto foi guiado por um plano de ação pensado e colocado em prática de forma coletiva, programada e objetiva, razão pela qual o cacique Xangrê não recebeu destaque. O jornalista menciona que os indígenas haviam dado um prazo para que os “intrusos” – mais de mil famílias – deixassem as terras de

Nonoai, e que isto não se deu ao longo de quatro meses. Destaca, ainda, que para reforçar a segurança nos diferentes setores do PI Nonoai foram recrutados voluntários, e que, sob a liderança de Niré, conseguiram desarmar os intrusos, se apropriar de alimentos e recuperar as terras. Nas figuras 20, 21 e 22, compartilhamos as imagens que foram publicadas na reportagem,

Figura 20: Conflito de Nonoai na imprensa



Fonte: Fotos Assis Hoffmann. Reporter, jun/1978, p. 45.

Figura 21: Conflito de Nonoai na imprensa



Fonte: Veja, mai/1978, p. 63.

Figura 22: Conflito de Nonoai na imprensa



Fonte: Veja, mai/1978, p. 63.

Já no Coojornal de maio/1978, o conflito foi descrito como “a guerra dos pobres no meio da riqueza”:

A guerra dos pobres no meio da riqueza [...] no começo deste mês de maio, os índios cansados de ouvir promessas, resolveram expulsar os colonos de suas terras. Acamparam no mato, como em estado de guerra, começaram incendiando as escolas dos brancos e depois intimidando-os a abandonar a Reserva. [...] Na sexta-feira. Os kaingangues estão iniciando outra etapa: uma série de visitas aos colonos do Posto das Bananeiras, onde tinham instalado o acampamento dos revoltosos. Estão todos armados de facas, facões

revólveres, pedaços de ferro e porretes de madeira fabricados no mato. Entre eles existe uma espécie de hierarquia militar, dividida em sargento, capitão, coronel e cacique. [...] No sábado de manhã - dia 6 - os índios invadem as primeiras casas de colonos, nos arredores do Posto das Bananeiras. [...] Na estrada de terra que liga Nonoai a Planalto e que passa por dentro da Reserva, os índios são vistos em grupos. As visitas são feitas por cerca de 40 índios, todos armados, e a requisição dos alimentos é justificada assim: "Nós estamos fazendo este trabalho e não podemos cuidar de nossas roças agora. Então a gente tem que requisitar a comida dos intrusos, comida que eles tiram das nossas terras". No início da noite de sábado, alguns colonos começam a abandonar a terra dos índios. As primeiras três famílias saíram completamente perdidas, sem conseguirem entender direito o que estava acontecendo. [...] No domingo de tarde um grupo de brigadianos encontra um grupo de índios perto do Posto das Bananeiras. [...] A situação está se tornando mais tensa. Os policiais não esperavam arrecadar tantas armas. [...] Os índios querem explicação para a "ação de polícia" dos brigadianos. Reclamam que eles estão desarmados e os colonos não. [...] Na terça-feira de manhã cedo ocorreu o primeiro incidente que todos estavam esperando desde o primeiro dia. Um agricultor reagiu contra um índio e o esfaqueou. Outros índios caíram sobre o colono armados com porretes de madeira e bateram até quase a morte. [...] Pobres e ignorantes como os índios, a maioria dos colonos que invadiram as terras daqueles não praticaram propriamente uma invasão. Foram levados mais por interesse político que por interesse de resolver uma questão social. Conduzidos por políticos da região que pressionavam funcionários da Funai e principalmente do organismo que antecedeu esta nas questões dos índios brasileiros (s/autor. COOJORNAL, maio/1978, p. 5-7).

A descrição feita do episódio remete à política agrária de governos anteriores, que impactou diretamente na vida dos povos indígenas no RS, especialmente, por destinar parte de suas terras a não indígenas, além da ineficiência do SPI, que facilitou as irregularidades através de arrendamentos e explorações indevidas. Na narrativa do Coojornal, uma parte desses não indígenas deveriam ser vistos como vítimas das políticas estaduais que antecederam a gestão da FUNAI. As Figuras 23 e 24 se constituem nas imagens divulgadas na matéria do Coojornal de maio de 1978.

Figura 23: Chegada da Polícia Militar em meio ao conflito em Nonoai/RS



Fonte: COOJORNAL, mai/1978, p. 8.

Figura 24: Mobilização indígena para expulsão de colonos de suas terras

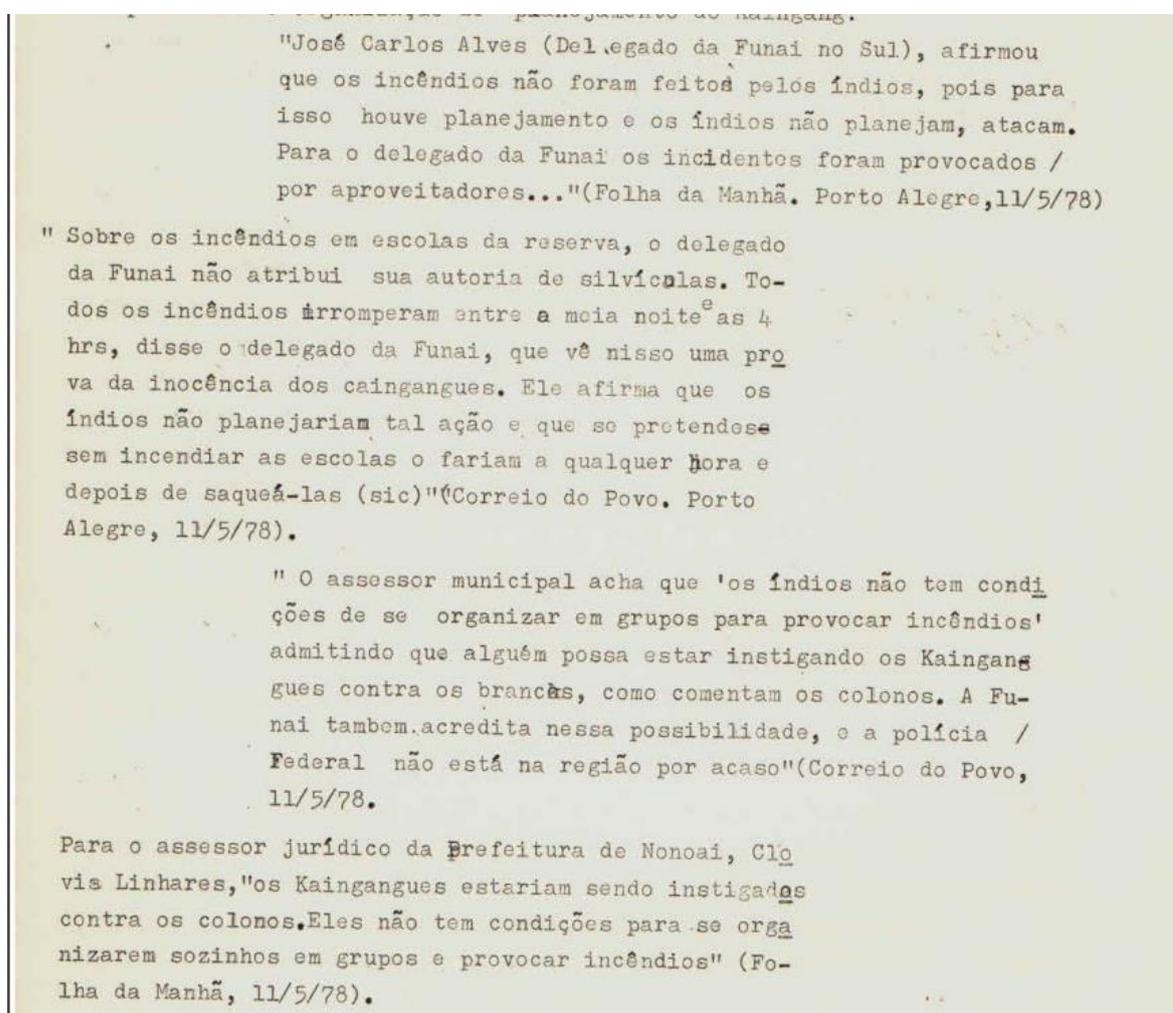


Fonte: COOJORNAL, mai/1978, p. 8.

Nas Figuras 23 e 24, o destaque é dado à atuação organizada dos indígenas, evidenciando que suas lideranças haviam sido bem sucedidas ao articular o movimento.

Podemos perceber, também, que os indígenas carregavam o que podiam para ser utilizado para sua defesa física, e que o destacamento militar não foi suficiente para conter os indígenas em sua mobilização para a retirada dos colonos. Estima-se que em torno de 210 policiais militares foram destacados para o PI Nonoai e que cerca de 60 jornalistas foram enviados para fazer a cobertura.¹²⁰ Observa-se, ainda, o esforço de desqualificar as ações dos indígenas, algo que foi destacado pelo CIMI ao listar os posicionamentos de políticos e da própria FUNAI sobre o movimento.

Figura 25: Posicionamentos de políticos e FUNAI sobre o Movimento Kaingang



Fonte: BI/LI, n° 6, 1978, p. 96.

¹²⁰ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003621_D0001DE0001

Apesar da tentativa de desqualificar as ações dos indígenas nesse confronto que ocorreu em Nonoai, a expulsão dos não indígenas fez com que “o movimento indígena regional saí[sse] fortalecido em termos de organização e de coesão para além das fronteiras das áreas indígenas demarcadas” (TEDESCO, VANIN, CARINI, 2021, p. 302). Os não indígenas expulsos de Nonoai, ficaram “por mais de um ano acampados nos arredores da cidade de Nonoai (RS) e, posteriormente ocupou uma fazenda no local, denominada Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta (RS), dando origem às ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (BRIGHENTI, 2021, p. 166). O jornal *O Movimento*, de 22/05/1978, trouxe uma matéria destacando as falas de “posseiros”, que relataram estarem surpresos com as atitudes dos Kaingang, alegando que “não esperavam que os indígenas iam reagir assim”, o que está em sintonia com as garantias – dadas pela FUNAI – de que os indígenas não interfeririam.

O movimento que resultou na expulsão dos não indígenas em Nonoai fez com que a FUNAI passasse a “reunir-se com os caciques e assim acalmando os ânimos, o órgão passou a participar ou acompanhar mais de perto a retiradas dos colonos que viviam em Nonoai, mas, também, em Guarita, Ligeiro e outras. A retirada de Nonoai aconteceu até os meados do ano de 1983 (BRAGA, 2015, p. 80).

Inspirados no movimento ocorrido em Nonoai, cerca de 70 Kaingang de Cacique Doble, adentraram a lavoura de posseiros e colheram aproximadamente 200 sacas de milho, entre outros produtos. Segundo o CIMI, não indígenas relataram que enquanto os homens estariam divididos em grupos armados, mulheres e crianças faziam a colheita. Como o movimento de Nonoai, a FUNAI e a BM tomaram posição em favor dos indígenas e os chamados “intrusos” optaram por não reagir.

Tanto o movimento de Nonoai, quanto o de Cacique Doble não foram os primeiros a registrarem a capacidade de articulação dos indígenas. Já em 1974, o BI/LI, nº 6, 1978, havia mencionado que indígenas de Nonoai como forma de protesto a reivindicações, impediram a travessia por suas terras de duas professoras dos filhos de não indígenas, deixando-os, desta forma, sem aulas. Em 1974, em Nonoai, já havia indícios de insatisfação dos Kaingang com a situação de suas terras, o que foi publicado no jornal OESP de 20/05/1974. Isto mostrar que, desde a década de 70, os Kaingang vinham buscando reaver suas terras, exigindo a saída de não indígenas, e reivindicando “instrumentos agrícolas, animais e colheitas”.

Em 1977, os indígenas também impuseram embargo à colheita da soja do DGPI, em Nonoai. A safra de 76/77 possuía cerca de 12 mil sacos de soja, os indígenas “avisaram a FUNAI que cinco mil sacos ficariam com a comunidade indígena de Nonoai, que com resultado

da venda, iriam adquirir máquinas agrícolas” (BI/LI, nº 6, 1978). Com a ameaça de embargo, funcionários da FUNAI foram até Nonoai negociar, prometeram aos Kaingang que receberiam dois tratores e uma kombi, no entanto, tal acordo favoreceu apenas a FUNAI, visto que, a promessa não se cumpriu.

Segundo Baga (2015, p. 71), o episódio que resultou na expulsão de não indígenas de suas terras, “serviu para aumentar a auto-estima do grupo que entendeu que era momento de avançar para os espaços perdidos durante seu longo período de recuo [...] esta ação/reação dos Kaingang foi de suma importância para a sobrevivência física e cultural do grupo” (BRAGA, 2015, p. 71). Brighenti (2021, p. 168), por sua vez, destaca que esse movimento foi impulsionado pelas assembleias indígenas e encontros de lideranças da região sul do Brasil, ao mesmo tempo em que destaca que esses processos foram desencadeados devido ao enfrentamento a tutela ainda mantida pela FUNAI. Além disso, nesses processos de expulsão em terras indígenas

nas comunidades Kaingang de Nonoai, Mangueirinha e Rio das Cobras, no transcurso da expulsão dos arrendatários, o discurso era pela recuperação dos costumes antigos, das tradições. O viver como antigamente era compreendido como o estabelecimento de vínculos entre saberes e práticas tradicionais em contextos contemporâneos, onde os próprios indígenas autonomamente decidiriam as relações com o meio e com os não indígenas (BRIGHENTI, 2012, p. 555).

Diante do exposto, entendemos que por trás desses episódios de articulação Kaingang, estava o desejo de retomar e fortalecer aspectos culturais e a identidade Kaingang – abordados no capítulo 2 –. A partir da década de 1980, conforme destaca Tedesco e Vanin (2013), tanto o movimento indígena, quanto o Movimento Camponês, entre outros,

passaram a lutar por bandeiras comuns em torno da terra: condições dignas de vida, de reprodução de culturas e de uma ética social e do trabalho, preservação e conquista de territórios, o problema da concentração da propriedade no Brasil, os direitos indígenas e do trabalhador (a) rural, as mazelas do capitalismo junto ao trabalhador urbano e rural, a crise da agricultura familiar, os pobres do campo, a total ausência de política para sua preservação e geração de renda etc. (TEDESCO; VANIN, 2013, p. 40).

Nessa perspectiva, no que tange à questão da terra,

o que foi deliberado e acordado na Constituição de 88, em torno do tema, em grande parte foi resultado de conflitos do final dos anos 70; também devem

ser correlacionadas a esses movimentos as lutas sociais de camponeses, vitimados também por políticas públicas equivocadas e por modelos de desenvolvimento que os produziram como excluídos (TEDESCO; VANIN, 2013, p. 37).

O movimento de expulsão de “intrusos”, iniciado em 1978, “não parou ali, ele teve continuidade, no caso, as reivindicações por terra” e permanecem reivindicando até os dias atuais. (BRAGA, 2015, p. 91). A articulação também recebeu destaque na imprensa, trazendo a público as movimentações dos Kaingang em torno da luta pela terra e pela afirmação de seus direitos, como veremos no próximo tópico.

6.2.4 Visibilidade nos JMC: “a vez e a voz do índio”

Conforme apontamos no capítulo 2, ao longo dos primeiros anos do regime ditatorial, os Kaingang do RS apareciam nas páginas dos JMC em matérias que divulgavam as situações de violência contra eles cometidas, suas condições de vulnerabilidade, sobretudo, em termos de saúde e higiene, e os conflitos que envolviam a questão das terras. Mas, se até o início da década de 1970, predominavam estas pautas, partir da criação do CIMI, das reuniões que passaram a acontecer e do fortalecimento da articulação Kaingang, as matérias divulgadas na grande imprensa passaram a destacar os Kaingang como atores e responsáveis por suas escolhas, como podemos evidenciar em algumas manchetes que foram relacionadas na Tabela 12.

Tabela 12: Manchetes sobre os indígenas nos JMC

INDÍGENAS NOS JMC (1974-1985)	
Manchete	Fonte
“Caingangues lutam para reaver terra”	OESP, 19/05/1974
“Índia gaúcha revela carta que mandou a Geisel contra invasores de suas terras”	JB, 13/08/1975
“Índio faz críticas à Funai”	OESP, 19/06/1976
“Na carta, índios reiteram seus pedidos à FUNAI”	OESP, 24/03/1977
“Índios fazem assembléia nacional e lançam manifesto”	JB, 19/04/1977
“Índios em assembléia fazem carta de reclamação à Funai”	JB, 21/04/1977
“Índio quer direito de reunião”	OESP, 30/04/1977
“Congresso Indígena veta emancipação”	OESP, 28/04/1978
“Índio não confia em branco nenhum”	OESP, 12/05/1978
“Índios expulsam colonos no Sul”	OESP, 10/05/1978
“Revolta de índios ameaça alastrar-se a 3 Estados do Sul”	JB, 19/05/1978

“Índios acusam chefe de posto”	OESP, 08/02/1979
“Índios querem dirigir escola”	OESP, 10/07/1979
“Índios pedem apoio político”	ZH, 09/05/1980
“Índios entregam documento ao governador pedindo de volta a sua terra”	Jornal do Comércio, 27/05/1980
“A vez e a voz do índio”	OESP, 14/05/1981
“Índios contra o candidato que quer suas terras”	O Liberal, 24/08/1982
“Índios buscam o direito de escolher seu cacique”	CP 30/01/1983
“Índios não aceitam novo chefe branco”	ZH, 18/10/1983
“Índios revoltados no Sul impedem chefe da FUNAI de assumir novo cargo”	JB, 19/10/1983
“Chefe nomeado pela Funai é expulso pelos caingangues”	A Tribuna, 19/10/1983
“Índios de Nonoai querem ficar com chefe atual”	ZH, 22/10/1983
“Índios prendem chefe do Posto que proibiu comércio”	ZH, 13/01/1984
“Índios querem ser ouvidos pelos chefes brancos”	ZH, 29/01/1984
“A luta da tribo caingangue pela posse das terras”	ZH, 11/04/1984
“Índios não querem mais saber da FUNAI”	ZH, 10/05/1984
“Índios querem chefe afastado pela FUNAI”	Notícias Populares, 24/10/1985
“Índios mandam diretor da FUNAI carregar ‘suas malinhas e o demitem”	JB, 22/11/1985
“Índios pressionam. E o delegado da FUNAI se demite”	ZH, 22/11/1985
“Pressão dos caingangues tira delegado da FUNAI”	O Globo, 22/11/1985
“Caciques decidem escolher o novo delegado da FUNAI”	ZH, 26/11/1985

Fonte: Elaborada pela autora

Percebe-se que a visibilidade que os Kaingang passaram a ter na grande imprensa estava diretamente associada aos caminhos que eles mesmo estavam decididos a trilhar. Merecem destaque os verbos associados aos interesses e ações dos Kaingang, tais como “*querem*”, “*não querem*”, “*fazem*”, “*pressionam*”, “*mandam*”, “*expulsam*”, “*decidem*”, “*acusam*”, “*impedem*”, “*buscam*”, “*aceitam*”. Mas se nos JMC e nos JA, o protagonismo dos Kaingang fica evidente, nos documentos do SNI e ASI/FUNAI, eles são apresentados como incapazes, influenciados, incapazes de estabelecer alianças e articulações.

Pode-se também constatar que em ambas as fontes, os episódios relatados envolviam disputas pelas terras e pelo patrimônio indígena, que eram apresentados de formas completamente distintas. A consulta que fizemos a estes documentos revelou, no entanto, que houve algumas situações que, apesar de não terem tido uma repercussão mais ampla, não deixaram de evidenciar as ações dos indígenas.

No que tange, especificamente, ao patrimônio indígena, podemos destacar o caso publicado em OESP (20/05/1974, n.p), quando os Kaingang de Nonoai expulsaram não indígenas de suas terras, como reivindicaram “seus instrumentos agrícolas, animais e colheita”. Neste mesmo jornal, uma matéria (18/05/197, n.p) narra que os Kaingang de Cacique Doble “liderados pelo cacique José Caradini, grupos de índios invadiram as lavouras dos posseiros e já colheram mais de 200 sacos de produto”. O jornal (OESP, 08/02/1979, n.p), também noticiou que três Kaingang (Xeta, Pery e Ketu) estiveram na cidade de Porto Alegre/RS, para denunciar a retirada de 2500 metros cúbicos de madeira em pé da reserva indígena de Votouro”. Os indígenas afirmavam que estavam de posse de um documento do General Ismarth, que impedia a derrubada desse patrimônio. Segundo o jornal, os Kaingang relataram que se essa derrubada não cessasse, eles mesmos iriam “impedir à força que os madeireiros continu[assem] tirando os pinheiros da reserva”. Em 20/12/1979 também publica que cerca de 450 Kaingang haviam conseguido a suspensão da retirada de madeira do PI Votouro. Na FSP, (18/05/1979, n.p) localizamos uma matéria que refere que os Kaingang de Nonoai impediram que os não indígenas colhessem a safra, avisando o seguinte: “aqui quem manda somos nós. Se tentarem impedir que os índios colham o milho, nós queimamos tudo”.

Algumas publicações nos JMC também abordaram os encontros dos indígenas com funcionários da FUNAI e autoridades políticas para reivindicar melhorias para os PI. Entre elas, destacamos as matérias publicadas no OESP (14/08/1980, n.p), e na ZH, (14/08/1980, n.p), que informam que o cacique Mário Farias do PI Nonoai esteve na cidade de Porto Alegre/RS, a fim de encontrar-se com o delegado regional da FUNAI e obter meios de garantir o plantio da safra. Em matérias de ZH (09/05/1980, n.p) e do CP (12/06/1981, n.p), encontramos a informação de que uma comissão de indígenas Kaingang do PI Guarita teriam visitado o deputado Jesus Guimarães, ocasião em que um documento denominado “abaixo assinado” com diversas reivindicações teria sido entregue. Entre as reivindicações, estava a busca por apoio para liberação de crédito para custear plantações e a reabertura de uma Serraria em Guarita, que teria sido fechada pela FUNAI. O jornal ZH (25/02/1984, n.p), também traz uma matéria publicizando o pedido feito pelos Kaingang ao então governador Jair Soares. O documento entregue solicitava tratores e máquinas, tendo havido a promessa de que haveria uma intermediação para que a FUNAI liberasse as máquinas solicitadas. Um outro encontro dos Kaingang com políticos foi publicado nas páginas do jornal O Liberal (17/04/1980, n.p) e do Jornal do Comércio (27/05/1980, n.p), porém, nessa ocasião, foram recebidos por Augusto Bethier, Chefe da Casa Civil. Os Kaingang entregaram um documento que exigia a devolução

das terras que haviam sido espoliadas em gestões anteriores. Na matéria há a menção de que o Kaingang José Pery tinha receio de que o documento não chegasse ao governador e que, por isso, pretendia voltar novamente ao Palácio do Piratini.

Os Kaingang também se mobilizaram para obter o direito de dirigir a escola bilíngue no PI Guarita. O jornal OESP (10/07/1979, n.p) revela que os Kaingang fizeram, inclusive, um documento propondo a nomeação de um novo diretor. Situação semelhante aconteceu no PI Nonoai, quando os Kaingang expulsaram o novo chefe nomeado pela FUNAI, João José Ferreira Júnior, substituindo-o por Elomar Gerhardt. Sobre essa situação, alguns jornais¹²¹ ressaltaram a insatisfação dos Kaingang, pois não haviam sido consultados, razão pela qual impediram a posse do novo indicado.

No Jornal CP encontramos matérias que evidenciavam mais a atuação das organizações de apoio, enquanto que no Jornal ZH houve um maior destaque às ações dos próprios Kaingang e às suas posições contrárias às medidas da FUNAI. Já o Jornal OESP, além de divulgar as críticas à FUNAI, conferiu grande destaque à articulação dos Kaingang, em especial, às formas adotadas para denunciar as situações de violências e vulnerabilidade. Uma das matérias publicadas pelo jornal OESP, afirma que “a iniciativa de procurar a imprensa – ‘única maneira de fazer a Funai tomar alguma providência porque pedidos diretos ela não atende’” (Cacique Mario, OESP, 29/09/1979, n.p). Além de tornar públicas as arbitrariedades que aconteciam, o OESP procurava expor a FUNAI, a fim de que houvesse uma reversão do cenário alvo de denúncias.

Deve-se, no entanto, considerar que, mais do que denunciar as arbitrariedades da FUNAI, as matérias publicadas na grande imprensa contribuíram para mobilizar apoio aos indígenas e para mostrar aos órgãos de segurança e informação, que apesar das proibições dos indígenas saírem dos PI e dos apoiadores neles ingressarem, os Kaingang estavam agindo, de forma articulada, para obter melhorias para os PI.

Como procuramos demonstrar, o cenário caracterizado por violências, vulnerabilidades e conflitos envolvendo a terra impulsionou os Kaingang a se articularem. Entendemos que as alianças firmadas com organizações de apoio constituíram a base dessa articulação, sendo que

¹²¹ A Tribuna 19/10/1983, FSP 24/10/1983, O Liberal 23/10/1983, ZH 18 e 22/10/1983, JB 19/10/1983 e Jornal de Brasília 23/10/1983.

ela se manifestou através de produções escritas, da promoção de encontros e de movimentos que visavam à preservação do território Kaingang que obtiveram destaque na imprensa. Já a articulação regional dos Kaingang nos PI/RS se fortaleceu a partir da formação de uma rede de apoio entre os Kaingang da região sul do Brasil.

Quanto ao protagonismo Kaingang, ele pode ser percebido de diferentes formas, uma vez que a rede de apoio buscava garantir o atendimento de anseios coletivos, especialmente, a retomada de suas terras. Sendo assim, entendemos que o protagonismo Kaingang foi dinâmico e se estruturou sobre a consciência da necessidade de luta pelos seus direitos. No próximo capítulo, tratamos desse protagonismo dinâmico, da atuação das lideranças indígenas e do papel que tiveram frente a articulação dos Kaingang.

7 OS KAINGANG DOS PI/RS E O PROTAGONISMO OUTRO: “*VARIAM OS NOMES DOS PERSONAGENS, NÃO AS HISTÓRIAS*”

Neste capítulo, descrevemos, primeiramente, a atuação de algumas lideranças indígenas no processo de articulação Kaingang, ocorrido em meados das décadas de 1970 e 1980, nos PI da região sul do país, em especial, nos PI/RS. Elencamos as principais características dos envolvidos, destacando seu protagonismo em uma época de censura, repressão, violações de direitos e sucessivas tentativas de invisibilizar suas demandas pelo Estado Brasileiro. Para isso, utilizamos os discursos e as falas dos Kaingang nas assembleias/encontros/reuniões divulgadas, em sua maioria, nos JA do CIMI. Para fins de complementação, também utilizamos algumas pesquisas recentes, que divulgam entrevistas com lideranças indígenas. Nos detemos, ainda, no legado da articulação Kaingang nos PI/RS e de suas lideranças.

7.1 PROTAGONISMO E LIDERANÇA INDÍGENA

Sobre o protagonismo indígena, estudos de Bicalho (2010a, 2010b) trazem uma reflexão sobre a origem da palavra protagonismo, a forma como foi adotada pelas Ciências Humanas. Para a autora, “protagonizar é, entre outras coisas, estar à frente, tomar para si a luta, participar dela, tocar os pontos de tensão da mesma com as próprias mãos, ou seja, não precisar de que outros falem pelo grupo ou indivíduo” (2010a, p. 317). A autora ainda propõe que a “consciência da ‘luta pelo reconhecimento’” é o que torna o protagonismo perceptível. (BICALHO 2010a, p. 22). Zwettch (2012, p. 46), por sua vez, se refere ao protagonismo indígena como um esforço dessas comunidades e “de suas lideranças e intelectuais pela garantia de direitos inalienáveis, por autonomia cultural, de pensamento e crença, e pelo direito a uma identidade diferenciada que remete a um modo de ser particular no conjunto da sociedade contemporânea”.

Santos e Felipe (2016, p. 31) advertem que “a partir de uma zona de conforto o termo protagonismo tornou-se figurativo por passar credibilidade metodológica à construção da narrativa do pesquisador”, como se, ao utilizar o termo protagonismo, automaticamente se estabelecesse uma posição que dá voz ao indígena. Segundo os autores, existem diferentes tipos de protagonismo, tais como o protagonismo dado, construído pela escrita, pela historiografia ou um protagonismo “outro”. O primeiro se refere ao protagonismo que surge da documentação; o segundo diz respeito aos documentos de autoria indígena, enquanto que o

terceiro se refere às prioridades demandadas pelo historiador. Já o protagonismo “outro” está relacionado com a interpretação da documentação. Santos e Felipe (2016, 2017) também nos instigam a refletir sobre o uso dos conceitos de agência e protagonismo, a fim de pensarmos se as ações de um personagem estão ligadas à estrutura e à função de uma sociedade ou se o personagem agiu-atuou de acordo com sua subjetividade em um ato isolado que lhe dava as indicações de como agir,

Para Santos e Felipe (2016, 2017), ao abordarmos as ações de determinados personagens é preciso levar em conta se elas estão relacionadas com a estrutura de uma sociedade ou se estão de acordo com sua subjetividade, a fim de melhor definirmos “qual protagonismo busca-se focar” (SANTOS; FELIPPE, 2017, p. 129). Os autores também ressaltam que a história indígena não pode “se limitar a narrar ou descrever os eventos em que os índios simplesmente aparecem na documentação ou são levados a reagir em função do contato e do convívio com os brancos e suas instituições” (SANTOS; FELIPPE, 2016, p. 43).

Já o protagonismo construído pela escrita pode ser definido como aquele

em que os indígenas se tornam autores dos registros [...] esse modelo de protagonismo é, aparentemente, o mais incontestável, na medida em que também é o mais imediato para o historiador, pois suas convicções teóricas, encontram-se avalizadas pela prova empírica do documento de autoria indígena (SANTOS; FELIPPE, 2017, p. 118).

Evidentemente, estamos cientes de que “a inserção deles [dos indígenas] como personagens e o lugar que vão ocupar no fazer historiográfico depende, fundamentalmente, do olhar do pesquisador sobre eles” (SANTOS; FELIPPE, 2017, p. 131). Considerando as diferentes formas como o protagonismo pode ser abordado, Santos e Felipe (2017, p. 118) nos alertam sobre o *protagonismo dado*, que, segundo os autores, busca corroborar “a narrativa pretendida por quem o produziu, assegurando antes a importância do papel e da atuação dos autores dos registros do que dos registrados”. Tal reflexão nos leva a olharmos nossas fontes de forma crítica, especialmente as oriundas da imprensa e do aparato de segurança e informação do Estado brasileiro. Mas, como as demandas dos indígenas eram encaminhadas para imprensa ao fim das reuniões, podemos dizer que não se tratava de um *protagonismo dado*, uma vez que elas representavam concretamente o resultado da aliança. O envolvimento de jornalistas e de membros das organizações de apoio aos indígenas na publicização das demandas dos indígenas também precisa ser considerado, uma vez que eram constantemente monitorados pelo aparato de segurança e informação do regime vigente naquele período. Isto, no entanto, nos os impediu

de atribuir protagonismo aos indígenas em seus movimentos no sul do país e desfazer a ideia corrente nos documentos produzidos pelos órgãos de segurança e informação de que os Kaingang eram acríticos, influenciáveis e incapazes de se organizar. Mas, como procuramos demonstrar ao longo deste capítulo, os Kaingang descumpriram ordens dos chefes, buscaram se articular de diferentes formas e pressionaram os órgãos institucionais, recorrendo à produção de cartas e de manifestos e a encontros com autoridades.

Santos e Felipe (2017, p. 118) fazem também referência ao chamado *protagonismo outro*, que visa “a interpretação dos dados documentais por meio da análise de categorias que expressam uma lógica particular, que não implica apenas [...] reações dos nativos”. Considerando as táticas de articulação adotadas pelos Kaingang e o protagonismo das lideranças Kaingang exposta neste capítulo, entendemos que podemos denominá-lo de *protagonismo outro*, na medida em que eles acionaram suas lógicas em defesa de sua integridade étnica, de seu território e patrimônio.

Ao trabalharmos com fontes que frequentemente utilizam os termos chefes e/ou lideranças para se referirem aos indígenas que participavam de assembleias, encontros e reuniões, estamos cientes de que sua análise precisa tomar algumas precauções, razão pela qual fundamentamos a discussão em autores que abordam esta temática, tais como Oliveira (2006), Gersem (2007), Silva (2020) e Moura (2021) e Laroque (2005, 2007).

Para tratarmos do protagonismo dos Kaingang em episódios específicos de articulação, apoiamo-nos na definição de João Pacheco de Oliveira (2006), para quem *Liderança Indígena* se trata de uma “categoria nativa, auto aplicada pelo movimento indígena e pelas agências governamentais e não governamentais englobando uma gama de personagens contemporâneos [...] que assumem importantes funções de mediação” (PACHECO D OLIVEIRA, 2006, p. 128-129). Já no que tange às funções de uma liderança indígena, Silva (2020, p. 2) observa que as funções atribuídas a elas, na maioria das vezes, estão associadas a quem exerce atividades de cunho religioso, político, econômico entre outros. Moura (2021, p. 63), por sua vez, chama a atenção para o fato de que uma liderança na condução de rituais nem sempre é o interlocutor para tratar de assuntos externos à comunidade, havendo uma liderança específica para isto. Gersem (2007, p 65) distingue as lideranças tradicionais das lideranças políticas, sendo que as primeiras são as que “seguem ou cumprem as condições e as regras herdadas dos seus pais ou ancestrais e aceitas pelo grupo”, enquanto que as segundas são as “que recebem tarefas específicas para atuar nas relações com a sociedade não-indígena”.

Laroque (2005), em seu artigo intitulado “*De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no Sul do Brasil*”, aborda a atuação destas lideranças no sul do Brasil, na segunda metade no século XX. O autor conclui que, diante das “questões advindas do capitalismo e da globalização, os Kaingang e as suas lideranças não deixaram de ser protagonistas” (LAROQUE, 2005, p. 58). O autor ainda reflete sobre a participação política das mulheres Kaingang, que, segundo ele, é “um tema que ainda merece ser aprofundado, uma vez que o olhar dos expedicionários, viajantes, padres, entre outros, que por aqui estiveram certamente não percebeu muitas das funções desempenhadas por elas” (LAROQUE, 2005, p. 56). Neste capítulo, procuramos contribuir para o aprofundamento do tema, ao abordar a atuação das mulheres no processo de articulação Kaingang e ao ressaltar sua participação no processo que culminou na articulação e fortalecimento do MIB.

7.2 LIDERANÇAS KAINGANG

Embora não tenha sido possível abordar neste trabalho todos os personagens e histórias que, em algum momento, colaboraram de alguma forma na luta pela consolidação e reafirmação de direitos, ainda, assim, esses personagens podem estar representados nessas linhas. Uma matéria do Jornal O Globo (28/05/1978, n.p), ao se referir aos discursos proferidos pelos indígenas durante a XI ACRI, menciona que “variam os nomes dos personagens, não as histórias”. De fato, apesar de muitos homens e mulheres Kaingang não terem seus nomes citados nas matérias jornalísticas, nos documentos e relatórios analisados na presente tese, viveram as mesmas histórias de violência e vulnerabilidade e também de lutas por seus direitos.

Entendemos que os Kaingang que se destacaram no processo de articulação, agiram, como proposto por Santos e Felipe (2017), enquanto sujeitos que dominaram regras e conseguiram vantagens na realidade que estavam inseridos. As histórias de vida destas lideranças e de sua atuação em nome do coletivo Kaingang são abordados no próximo tópico.

7.2.1 Mulheres Kaingang

Atualmente, mulheres indígenas têm desempenhado um relevante papel em todos os espaços da sociedade, principalmente, no meio político. Dentre elas, podemos destacar Sônia

Bone de Souza Silva Santos,¹²² Joênia Batista de Carvalho,¹²³ Célia Xakriabá,¹²⁴ entre outras, e, que estão, cada vez mais, construindo um espaço sólido de reivindicação de direitos e contribuindo para uma maior visibilidade do movimento indígena. Em relação ao protagonismo feminino, é preciso considerar que, ainda hoje, “a prática da mulher Kaingang em posição de liderança é sempre vista como pano de fundo, porque, no nosso povo, ainda é comum os homens falarem, decidirem e receberem o título de liderança” (SCHILD, 2016, p. 153). Em razão disso, o “estudo da presença feminina no universo político Kaingang é um processo em curso e muitas questões ainda encontram-se em aberto” (LAROQUE; SILVA, 2016, p. 12), o que deve-se ao fato de que “a maior parte dos documentos e material historiográfico produzidos refere-se quase que exclusivamente a aspectos da organização política como sendo do universo masculino” (LAROQUE; SILVA, 2016, p. 5). Mas, apesar de a atuação das mulheres indígenas ainda ser vista como pano de fundo, isto

não significa que não disponham de poderes na sociedade Kaingang [...] são elas que permanecem na casa paterna onde, junto às suas consangüíneas, tecem alianças e exigem posturas específicas de seus maridos, filhos e irmãos [...] Também, os homens Kaingang agem sempre com grande preocupação em relação à opinião e reação das suas mulheres, pois a visão que estas apresentam dos fatos não só conta, como é determinante (RAMOS, 2008 apud SCHILD, 2016, p. 153).

No âmbito nacional, “desde os anos 1970 indígenas mulheres atuam na geografia das políticas indígenas, indigenistas e de gênero, participando das mobilizações dos povos indígenas. A partir dos anos 1980 construíram associações e organizações nos próprios termos e atuaram em diferentes espaços das políticas públicas” (SAMPAIO, 2021, p. 360). As mulheres Kaingang não deixaram de se fazer presentes nesse processo e de somar-se à luta pela autodeterminação, com destaque para Andila Inácio e Hod Fei. Andila é citada com frequência nas fontes consultadas, podendo ser percebida como uma intelectual indígena na década de 1970. Sobre ela, sabe-se que

nasceu na Terra Indígena Carreteiro em 1954, no município de Água Santa – RS. Seu nome em kaingang é Nivygsãnh. É monitora bilíngue, formada na primeira turma de professores indígenas do curso de monitores bilíngues,

¹²² Indígena da etnia Guajajara. Ex-candidata à presidência da república em 2018, Deputada Federal eleita em 2022 pelo estado de SP e atualmente Ministra dos Povos Indígenas.

¹²³ Indígena da etnia Wapichana eleita deputada federal no pleito de 2018, representando o estado de Roraima e atualmente Presidente da FUNAI.

¹²⁴ Indígena da etnia Xakriabá, eleita deputada federal em 2022 pelo estado de MG.

pioneiro no Brasil, na Escola Normal Indígena Clara Camarão [...] Andila iniciou seus estudos somente aos 10 anos de idade, pois não ficou na escola na primeira tentativa, aos 8 anos, porque só falava kaingang e não conseguia entender o professor (JOZILEIA KAINGANG, 2016, p. 112-113).

Por dominar o português e ter conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento da FUNAI, Andila chegou a escrever ao então presidente da República, denunciando a situação dos Kaingang no Sul do país, sendo que muitos de seus escritos foram utilizados por outras lideranças indígenas e publicizados na imprensa. Na carta enviada a Geisel, ela nos mostra sua preocupação com a situação em que os Kaingang viviam, desiludidos e entregues ao vício do álcool.

Em pesquisas recentes, como as feitas por Jozileia Schild (2016), Juciane Silva (2020), Susana Andréa Inácio Belfort e Andila Kaingáng (2021) e Susana Andréa Inácio Belfort (2023), encontramos referências à atuação de Andila e à sua importância enquanto mulher e liderança Kaingang,

Andila é um exemplo de matriarcado dentro de um contexto kaingang. Criou, educou e formou suas cinco filhas (*Fakoj* e *Jofej* são advogadas, *Nivãn* é médica, *Vangri* é escritora e artista plástica e *Kokoj* jornalista) e fez um árduo trabalho com as sobrinhas, incentivando a todas à formação acadêmica e à atuação no movimento indígena, realizando de maneira concreta o papel *mynh si* a que se propôs. Tem suas filhas, filhos, genros, sobrinhos(as) e netos em relações de apoios mútuos, conseguindo um status de liderança local, embora não exerça uma função de liderança da estrutura da aldeia (SCHILD, 2016, p. 130).

Por sua coragem e persistência, Andila tornou-se uma referência não apenas para as mulheres Kaingang, mas, também, para o movimento indígena em âmbito nacional.

Figura 26: Andila Inácio Kaingang



Fonte: Captura do vídeo “Apoie! Assine a Petição do INKA por JUSTIÇA e RESPOSTA na TI Serrinha-RS”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WsMtGRDnTeA>>. Acesso em 09/06/2023.

Hod Fei – também conhecida como Angelina – foi a primeira mulher indígena a participar das assembleias, fazendo um relato das suas experiências enquanto mulher Kaingang e também atuando “na produção das refeições e da organização dos espaços de reunião e alojamento” (SAMPAIO, 2021, p. 180). Em sua participação na VIII ACRI, ela relatou as violências que sofreu, dentre as quais, o casamento forçado com um homem branco ainda muito jovem, a perda do direito de estar com seus filhos e o abuso sexual, com a conivência de parentes indígenas. O relato de Hod Fei se soma aos de outras mulheres mencionadas nas fontes consultadas e que trazem à tona as violências sexuais a que as indígenas são submetidas, uma vez que, como bem observado por Sampaio (2021, p. 360), “a classificação racial e de gênero do padrão colonial, segue impondo as indígenas mulheres a representação de não humanas, não mulheres e não sujeitas da própria história”.

Azelene Kaingang nasceu em 1965, na localidade de Carreteiros, município de Água Santa/RS, e, durante a ditadura militar, foi proibida de falar a língua Kaingang. Desempenhou importantes funções na FUNAI e foi uma ativista do protagonismo das mulheres Kaingang, ao

constatar que “na maioria das vezes em que alguém saía para representar a comunidade em algum fórum, discussão ou trabalho, o escolhido era homem” (AZELENE KAINGANG, 2012, p. 416). Isto se devia, segundo Azelene, ao fato de que

a estrutura de poder no Brasil também é historicamente machista, [assim] as mulheres indígenas encontram dificuldades para se inserir nos espaços de discussão política das questões que afetam os indígenas [...] ultrapassadas as barreiras da sub representação nas aldeias, elas lutaram, e ainda lutam, para conseguir se sobrepor ao machismo existente no movimento indígena (AZELENE KAINGANG, 2012, p. 417-418).

Azelene destaca, ainda, o quão

é difícil a luta pela superação dos inúmeros obstáculos. Mas teimosamente sobrevivemos a mais de cinco séculos de discriminação e exclusão, lutamos contra a cruz e a espada. Não será difícil, se nos unirmos, deixarmos definitivamente para trás o machismo e a negação de espaços que são nossos, que nos pertencem como mulheres indígenas. Porém, cabe a nós assumirmos a responsabilidade pela conquista desses espaços (AZELENE KAINGANG, 2012, p. 422).

Além das mulheres Kaingang que destacamos e que tiveram algum tipo de participação no período abarcado pela tese, a atuação de outras mulheres foi ressaltada por Oliveira (2021) que, através da história oral, desenvolveu um importante trabalho sobre os povos indígenas durante o período da ditadura, especialmente, sobre os Kaingang. A autora se detém nas vivências de três indígenas Kaingang – duas mulheres e um homem – que viveram este período. Tanto nos depoimentos de Iracema Nascimento, quanto nos de Odila Inácio Claudino a experiência escolar que tiveram no período ditatorial dentro dos PI mereceu grande destaque, sendo que Oliveira (2021, p. 148) observa que a escolarização “era um elemento fundamental nos projetos baseados em uma concepção etapista e integracionista, que era alicerce das políticas indigenistas”. As duas indígenas são hoje consideradas importantes lideranças do povo Kaingang no sul do país e desempenham um papel muito importante em suas comunidades e nas frentes de retomada de suas terras.

Na continuidade, abordamos as lideranças masculinas dos Kaingang no Sul do Brasil, com destaque para Xangrê, Peny, Candetê entre outros.

7.2.2 Nelson Jacinto – Xangrê

O nome de Nelson Jacinto Xangrê (Figura 27) é, sem dúvida, o mais mencionado nas fontes consultadas, por seu envolvimento nas denúncias das violências, vulnerabilidades e conflitos por terra nos PI/RS.

Figura 27: Nelson Jacinto Xangrê



Fonte: Foto por Ricardo Chaves. Disponível em: <<https://carloswagner.jor.br/blog/a-historia-esquecida-do-cacique-xangre/>> Acesso em 09/06/2023.

De acordo com o documento “*Em reunião, os Kaingang de Nonoai escolhem novo cacique*” (BI/LI, n°6, 1978, p. 80), Xangrê, ao ser escolhido, teria ressaltado que os indígenas deveriam ajudar uns aos outros e se conscientizar de que a escolha do cacique não deveria ser

uma escolha do Chefe do PI, mas, sim, uma escolha dos próprios indígenas. Eleito, Xangrê incentivou a

organização da comunidade em torno das reivindicações que ele, enquanto figura de destaque nos últimos anos e voz ativa e em diálogo com outras lideranças, incorporava em nome de seus representados. Xangrê, à época com 32 anos de idade, mobilizou seus pares e conquistou a condição, junto a outros mais, de porta-voz das reivindicações indígenas (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 292).

Em seus esforços, Xangrê contou com apoio dos Kaingang de diferentes PI da região sul do Brasil, mas foi essencial a aliança firmada com as organizações de apoio aos indígenas. A “aproximação de Xangrê ao CIMI e às suas ações desenvolvidas, demonstra a construção de relações exteriores à comunidade indígena como um todo, estendendo suas opiniões e posicionamentos para além de seus pares afim de conseguir apoios por parte do setor da Igreja Católica favorável à questão indígena” (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 287). Buscando atender as demandas de seu povo, Xangrê procurou estabelecer diálogo com diferentes pessoas e organizações de apoio e, desta forma, conseguiu ser ouvido para além dos PI/RS, fortalecendo alianças e conseguindo dar visibilidade à situação em que os Kaingang viviam.

Algo que chama atenção nas falas de Xangrê é a frequência com que fala sobre a união entre os indígenas e a necessidade de resolver seus problemas internos, e, ainda, sobre o quão importante era não ceder às pressões dos chefes dos postos para que juntos conseguissem buscar soluções para suas demandas. Nos encontros, reuniões e assembleias de que participou, Xangrê sempre destacava como as invasões as terras indígenas, os arrendamentos e a exploração do patrimônio indígena atingiam os Kaingang. Ao trocar ideias com as demais lideranças indígenas, Xangrê pôde perceber que estes eram problemas que atingiam todos os PI do sul do país. Desta forma,

a participação recorrente e o engajamento de Xangrê na luta por alterações na situação de invasão e exploração foi elemento decisivo em sua trajetória, construindo, aos poucos, a condição para a representatividade de líder e elevação de si enquanto liderança não apenas em Nonoai, mas em todo o Sul do Brasil (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 288).

Por ser considerada uma liderança no Sul do país, a sua presença em encontros, reuniões e assembleias era frequente e, foi por ocasião da VIII ACRI que Xangrê enfatizou que os

indígenas tinham capacidade de resolver seus problemas e que precisavam estar unidos também em nome dos que não tiveram a oportunidade de comparecer ao evento. Acusou o SPI de ser um dos responsáveis pela devastação dos PI, denunciou a precariedade da estrutura dos PI e a omissão da FUNAI, que alegava que as verbas recebidas eram destinadas ao pagamento de funcionários e de remédios. Se mostrou consternado com os relatos feitos por Hod Fei – abordados no capítulo 3 – e destacou a importância de mobilizar todos os PI, sem o uso de violência, e de encorajar seus moradores a não temerem o chefe dos PI. Relatou, ainda, a visita que fez aos PI Icatu, Vanuíre e Arariba, no interior de SP, cujas condições eram, segundo ele, ainda piores do que as do PI Nonoai.

Ele também esteve presente na “*III Assembleia Regional do Cimi/Sul*”, na “*Comissão de Indígenas do Rio Grande do Sul sobre o Convênio FUNAI-Governo RS*”, na *Comissão Pró Índio* e na X ACRI. As falas feitas nestes eventos reforçam a necessidade da união dos indígenas, como podemos ver nas passagens que selecionamos:

É o índio que tem que ajudar um ao outro, é o índio que tem que procurar jeito, a maneira de conseguir os problemas que é bom pro índio... o índio tem direito em qualquer lugar, ainda mais na propriedade nossa [...] o índio apenas ele quer o direito de viver. Ele quer ver a liberdade de viver, quer ter direito como muitos têm o direito na sua vida (XANGRÊ, X ACRI, BI/LI, n°6, 1978, p. 76-77).

[...] Há muito tempo que a gente vem sentindo esses problemas que vem acontecendo para nós [...] com o civilizado é uma vivência diferente, não é assim que seja pessoas diferentes, mas a vivência é tão diferente quanto vocês [...] eu não estou criticando a vivência de vocês, mas é que eu acho que é bom respeitar a vivência indígena porque nós temos o direito de reclamar nossa vivência que vai complicar com o tempo (XANGRÊ, Cadernos da Comissão Pró-Índio SP, 1979, p. 70).

Mas devagarzinho a gente vai conscientizar uns outros que não estão entendendo. Não é numa vez só que a gente consegue as coisas. É um dia pra outro, a gente resolve, a gente consegue. Mas junto com outras comunidades fazendo reunião é muito melhor; se não, a gente nunca vai conseguir resolver os nossos problemas. [...] Também o nosso problema das autoridades indígenas: nós temos que considerar, temos que dar valor um para o outro; se a gente vive dividido, procura divisão entre os próprios índios, aí que é o nosso atraso, aí que é nosso isolamento. Temos que continuar unido, temos que continuar junto, para nós resolver o problema mais fácil, mais tranquilo; se não é isso, nós vamos conseguir nada (XANGRÊ, BI/CIMI, n° 43, 1977, p. 11).

O índio tem capacidade de resolver os problemas deles dentro da área. Nós temos aqui pra ajudar todo aquele índio que ficou em casa. Temos que fazer a

coisa pra ajudar todos eles. Sem se preocupar temos que fazer um plano para todos. Temos sofrendo um igual o outro. Tem posto pior que nós aqui. [...] Com nossa união a gente consegue. A gente tá aqui pra se entender. Pra ver nossos problemas. Não vai acontecer nada (pra nós) – o índio tem direito de agir e está sentindo que a verdade vale mais. Nós tivemos há anos nossa terra, o índio é quem pode se envolver, se unir e resolver nossos problemas. Trabalhar unido também pra segurar essas madeiras que sai da área. Senão cuidar das madeiras nós vamos ficar sem madeira como outros lugar que tão aí raspados (XANGRÊ, BI/CIMI, n° 38, 1977, p. 15).

A gente obedece até uma altura. Já passou o tempo de dizer que o índio não sabe se expressar, que somos criancinhas. Nós tamos em casa, e vem gente de fora dizendo o que a gente tem que fazer. Eu nunca tenho medo do Chefe de Posto. Se ele não quer ajudar o índio, aí que o índio tem que se envolver e falar o que tá acontecendo. Eles (Chefe de Postos) tão ganhando 10mil cruzeiros. Agora eu tou contente, tenho mais esperança no Povo índio que na Funai e no chefe de Posto. É preciso envolver o índio e deixar a madeira pro índio. Eu até agora não vi um índio orientado pelo chefe de Posto. Os índios tão se orientando por si mesmos! Agora, nós índios Kaingang temos que sair nos Postos pra interessar os índios e os caciques que ainda não tão entendendo. Criar união pra ter forças para trabalhar. É como criar um porco no chiqueiro e só o dono que manda. O índio já pode fazer, tem a capacidade pra se envolver. A maioria não tem medo do Chefe do Posto. Não é o certo a gente viver governado pelos outros quando a gente tem capacidade de fazer. Então tá errado! (XANGRÊ, BI/CIMI, n°38, 1977, p. 16).

Além de ser presença constante nestes encontros e assembleias, Xangrê também foi um dos personagens centrais no movimento de expulsão dos colonos de Nonoai, junto com Menfá e Niré. Sobre esse episódio, em específico, o jornalista Carlos Wagner (2019, online), diz que “Xangrê é uma peça importante na construção da história do agronegócio brasileiro”, isto porque, ele associa o conflito que aconteceu em Nonoai, um marco para o “o surgimento do agronegócio no Meio-Oeste do Brasil”. Para o jornalista, a expulsão dos colonos das terras indígenas e a migração destes para outros estados vizinhos faz com que a “história da migração dos gaúchos para as novas fronteiras agrícolas (seja) dividida em duas: uma antes e outra depois do conflito de Nonoai” (WAGNER, 2019, online). De acordo com TEDESCO; VANIN; CARINI, (2021, p. 292), esta situação evidenciou um contexto “de efervescência e tensão entre indígenas e posseiros, grupos indígenas dentro da comunidade passavam a se organizar de maneira efetiva, montando conselhos de decisão que visavam ações práticas, esses, capitaneados por Xangrê”.

Para Tedesco, Vanin e Carini (2021) a liderança exercida por Nelson Jacinto Xangrê

legou a si não apenas a popularidade e o reconhecimento de seus pares, mas também a visão de que ele, enquanto peça chave do movimento indígena no

estado e na região Sul, era perigoso, principalmente aos olhos das autoridades. Pouco a pouco, Xangrê passava a propor a necessidade de uma “aliança pela terra”, a partir da qual indígenas e posseiros não deveriam mais compor dois lados de uma luta pela terra, mas sim estarem lado a lado na luta contra o verdadeiro inimigo: o latifúndio, a grande concentração de terra [...] em comparação aos períodos de luta a frente do movimento indígena na década de 1970 e primeira metade da década de 1980, Xangrê afastou-se do cenário das disputas e coordenação indígena após o período da redemocratização do país [...] as perseguições sobre ele nunca haviam cessado, o que o obrigava a viver no isolamento (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 304).

Nelson Jacinto Xangrê faleceu, aos 74 anos, em julho de 2020, na TI de Iraí, região norte do estado do RS. Seu maior legado foi, sem dúvida, a união e o diálogo entre os indígenas Kaingang, que passaram a tratar coletivamente suas demandas. Após seu afastamento, Xangrê foi sucedido por

Orestes Nascimento, mais conhecido entre os Kaingang como Zé Lopes. Lopes deu continuidade à luta de seu antecessor, mas agora a luta não era mais para tirar os colonos que moravam dentro da aldeia e sim pelo espaço que pertencia a aldeia no início de sua demarcação e que pela ação de governos estaduais de décadas anteriores foi tirada dos indígenas para loteamento e consequentemente venda aos novos colonos que chegavam a região (BRAGA, 2015, p. 82).

Nas décadas de 70 e 80, Xangrê pôde contar com o apoio de outras lideranças como

Alcindo Peni [que] era também liderança indígena envolvida ativamente nas reuniões do grupo. Para além do destaque atribuído a Xangrê, Nonoai contava com outros Kaingang, como os já citados Peni, Iakam, Kandete e Kagrê, que eram partidários entre si da noção da necessidade de constituir um movimento pela preservação do patrimônio indígena, pelo fim da exploração e pela expulsão dos colonos intrusos (TEDESCO; VANIN; CARINI, 2021, p. 294).

É sobre a atuação destas outras lideranças que trata o próximo tópico.

7.2.3 Alcindo Nascimento – Peny

Outro indígena Kaingang constantemente encontrado nas fontes consultadas é Alcindo Peni Nascimento, que, segundo informações levantadas por Maréchal e Nascimento (2018, p. 2), nasceu no PI Serrinha, se casou com Rosa Eufrásio, do PI Nonoai, onde Peny passou a morar, e, na década de 1960, foi eleito cacique, função que desempenhou por aproximadamente 14 anos. Posteriormente, já no PR, conforme apontado pelas autoras, Peny se opôs

à exploração de madeira dentro da T.I Mangueirinha, e por seu desacato com a autoridade do Chefe do Posto¹⁸ e das lideranças Kaingang associadas a ele, foi expulso da T.I Mangueirinha no fim dos anos 80. Retornando a Nonoai junto à sua família, foi novamente expulso da sua terra, essa vez junto a mais de 40 famílias Kaingang que se opuseram aos conhecidos “arrendamentos” incentivados, na época, pelos órgãos indigenistas que realizavam acordos com agricultores da região. Já muito velho, Alcindo Peni veio se instalar na periferia da cidade de Porto Alegre, onde, junto a outras lideranças do interior, retomaram terras ancestrais na Grande Porto Alegre (MARÉCHAL; NASCIMENTO, 2018, p. 9).

A vida de Peny pode ser definida pela luta coletiva e pelo diálogo que estabeleceu com os seus em um tempo em que a violência era exercida como um instrumento de dominação por parte de agentes representantes dos órgãos brasileiros responsáveis pelos assuntos indígenas. No período em que foi cacique em Nonoai, Peny é lembrado da seguinte forma:

não era de tomar decisão sozinho, também ele respeitava os *kujà*, ele era um cacique que dava importância à gente e consultava nós, ajudava a proteger nossos remédios, mas sobretudo isso, ele trabalhava em coletivo com os *iambré* [...] ele não era como os outros caciques que viram depois, quando tinha um problema, uma discussão, ele não colocava no tronco, ele dialogava, tentava achar um acordo. Não expulsava fora da aldeia também não, se alguém tinha feito algo errado, era um ou dois dias de cadeia, mas ele não gostava de castigar os parentes (Jorge Kagnãg Garcia apud MARÉCHAL; NASCIMENTO, 2018, p. 2-3).

Outros relatos dão conta de que Peny

não temia, que dava a cara para bater pelo povo que ele representava e ele nunca estava fazendo as coisas sozinho. A gente vem pegando essas coisas básicas deles tanto é que faz falta um líder que nem ele foi para funcionar as coisas aqui dentro porque não, porque os caciques que assumiram depois dele, eles são muitos autoritários, ele não era, ele era assim, deixava a pessoa livre, ele tinha paciência. Até na forma de punir a pessoa quando ela fazia alguma coisa errada, ele chamava de um lado, ele nunca chamava diante de tudo mundo para executar, par dizer: você sabe que você fez errado, faça diferente, faça para aca ou faça para lá, ele achava saída pro camarada (Dókã apud MARÉCHAL; NASCIMENTO, 2018, p. 8).

Além de ser recordado como um cacique que dialogava com seu povo, Maréchal e Nascimento (2018), também apontam que Peny é lembrado por

denunciar a política e os abusos da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) notadamente em relação à exploração de madeira na T.I Nonoai. Tornou-se

conhecido tanto pelas outras lideranças indígenas da região sul quanto pelos representantes dos órgãos governamentais ao denunciar as práticas de dominação da FUNAI sobre os indígenas, que além de destruir as florestas de araucária, castigava fisicamente os Kaingang que se rebelavam e demitiam os Chefes de posto que desenvolviam certa simpatia e empatia com a população Kaingang (MARÉCHAL; NASCIMENTO, 2018, p. 3).

A importância atribuída à coletividade também pode ser percebida em seus discursos nas assembleias, nas reuniões e nas cartas publicadas nos jornais. Na VIII ACRI, de 1977, por exemplo, Peny questionou o que seria do futuro das crianças indígenas com as terras sendo cada vez mais “intrusadas”. Lembrou as promessas feitas pela FUNAI, destacando que ela deveria consultar os indígenas sobre os problemas que vinham sendo enfrentados, e disparou várias críticas ao órgão, acusando-o também de enganar os indígenas. Nesta ocasião, Peny também denunciou que foi aprisionado por 12 dias, sendo que nos três primeiros não teve acesso a água, e alimentos. Ressaltou que, apesar violência sofrida, continuaria na luta ao lado dos indígenas.

Além de participar da VIII ACRI, Peny esteve presente no encontro que reuniu cerca de 20 indígenas, em Nonoai, e que foi organizado pelos Kaingang que viajaram a Brasília. Tal reunião foi um marco na articulação Kaingang, pois, a partir desse momento, outros encontros passaram a acontecer. Participou, ainda, da “*Comissão de Indígenas do Rio Grande do Sul sobre o Convênio FUNAI-Governo RS*”. Nesta ocasião, Peny integrou a comissão de indígenas de Votouro e Nonoai que reagiu ao *Projeto de Emancipação*. Peny também teve contribuiu na elaboração da *Carta pro Presidente do Brasil*, que resultou de uma reunião ocorrida em Tenente Portela, em 1976, e que contou com a presença de outros indígenas e integrantes de organizações de apoio que propunham ações para além do assistencialismo.

Como se pode constatar, Peny participou ativamente da articulação Kaingang no período da ditadura militar, esteve presente em reuniões com indígenas Kaingang de diferentes PI e escreveu às autoridades denunciando a situação de vulnerabilidade em que viviam. Também viajou para postos de outros estados para auxiliar seus parentes e pressionou políticos e militares em Brasília. Para Maréchal e Nascimento (2018, p. 9), ele “é lembrado como um homem íntegro que acreditava em um trabalho de liderança coletivo entre os *iamburé*”.

7.2.4 Marculino – Candetê/Kandetê

Além de Xangrê e Peny, outro Kaingang constantemente encontrado nas fontes consultadas, é Marculino, por vezes, também denominado Candetê/Kandetê, que exercia a função de “capitão” entre os Kaingang. Um dos episódios mais marcantes envolvendo Candetê,

está descrito no BI/CIMI n° 38, 1977, p. 21, no qual ele descreve as ameaças e a violência que sofreu por tentar embargar a retirada de madeira da reserva. Candetê diz que, em retaliação a sua atuação, teve sua casa invadida por oito homens armados que estavam a sua procura, obrigando que a esposa e filhos buscassem refúgio e ajuda dos vizinhos.

Candetê acompanhou os Kaingang em várias viagens e pronunciou-se em várias reuniões, nas quais sempre procurou denunciar as violências de que os Kaingang eram alvo:

O nosso problema na área é grande, e estamos lutando nas reunião. Nossa área é braba: já esta dividida desde 1930.já estamos cansados de promessa. Já foram a Brasília e já estamos fazendo alguma coisa. Precisamos de gente que ajude. A nossa gente é trabalhadora mas precisa de terra. Tem índio que é espancado [...] Já tou espremido de tanto intruso na nossa frente. Muita gente vai pra fora mas nós dá jeito de trazer pra dentro das casas. Intruso já tão tirando madeira, tão botando escola dentro. Eu tou com vontade de juntar meu povo e derrubar esta escola (CANDETÊ, BI/CIMI n°28, 1976, p. 13).

[...] Pra tirar o branco da terra dele, o índio tinha que arriscar a vida. Porque não é de agora que a gente vem apanhando. Isso faz já mais de quinze anos. Essa parte de violência é quase todo o mês. Nós temos que ter algum direito, alguma lei que proteja o índio (CANDETÊ, VIII ACRI, 1977, p.14).

Estes intrusos tem raiva do índio sendo que eles estão plantando na área do índio. Então ali o índio é dono da aldeia, né. Então, invés de trabalhar sossegado, eles vão iludir o índio para ele ir nas bodegas para então severar o índio. Então ali eles aproveita o índio e espanca o índio. Eles falam que o índio não trabalha. Hoje em dia ninguém vive sem comer, então o índio tem que plantar como de fato planta, feijão, milho, arroz, batata, mandioca, cria porco. Então ali o intruso já quer tomar a frente do índio. Em vez de colaborar com o índio, os intrusos ficam ameaçando (CANDETÊ, BI/CIMI n°38, 1976, p. 3).

Ao destacar as violências cometidas contra os indígenas, ele as vincula ao avanço dos não indígenas em suas terras, que passam a explorá-las e a instalar escolas, comprometendo o patrimônio das comunidades. Assim como Xangrê e Peny, Candetê entende que a união entre os indígenas pode ser uma tática para a recuperação de seu patrimônio, o que pode ser percebido quando menciona que todos deveriam se unir para derrubar uma escola, episódio que efetivamente aconteceu em Nonoi.

7.2.5 Outras Lideranças

Dentre as outras lideranças Kaingang, que esteve em evidência na imprensa, destacamos o Cacique José Caradini do PI Cacique Doble. Caradini liderou o movimento dos Kaingang do referido PI, que, inspirados no movimento de expulsão praticado pelos Kaingang de Nonoai, se apropriaram da produção que estava nas terras do PI Cacique Doble ocupadas por arrendatários.

Nos discursos proferidos por lideranças indígenas nas diversas ACRI, são mencionadas a participação e as manifestações de alguns Kaingang. Na maioria das vezes, elas se limitaram a informar a presença de um “grupo de indígenas”, de “representantes Kaingang” ou, então, o número específico de participantes de um determinado PI/RS à reunião, mas sem citar seus nomes. Alguns dos Kaingang que se manifestaram foram, no entanto, mencionados, tais como Lijã, Jakãg, Kagre, Meye e Xangu, o que nos possibilita ter acesso ao pensamento destas lideranças:

[...] Nós temo que cria união. Todos nós é união, porque nós temo numa boca braba. Vocêis podem bem verem que nós temo numa boca braba. Quer dizer que tudo é posto, tudo que é cacique tem que entra em assunto, em acordo porque eu justamente sou la de Nonoai, sou major então estou mais ou menos a par disso [...] Agora eu quero união de todos os postos, de cada cacique será unido ao pessoal dele. Onde um índio caí vamo todos nós caí. Eu também sou um deles que se de Chapecózinho manda pedí 100 homens lá de Nonoai eu venho com cem homens [...] Da guarita a mesma coisa. Se é preciso vim cem homens de guarita quero que o cacique também esteja de acordo defendê o que é nosso. Nem que nois morremo tudo, mas pelo menos fica as crianças porque justamente tê a terra deles sagrada, que a terra deles fica pra eles em final [...] (JAKÃG, BI/LI, n°2, 1976, p.34).

[...] A FUNAI não presta. A FUNAI é enganadora. Nós temos que se interessar entre nós pra resolver o problema do índio. Se nós fosse esperar essa gente, nós morre de fome. O que é que a FUNAI ta fazendo? Ta fazendo coisíssima nenhuma! [...] Se a FUNAI se interessasse os índios não tava assim. Tava bem. Bem taos colono que entra na terra. [...] O chefe só quer dinheiro, quer enganar e atrapalhar tudo aqui. Porque a FUNAI não ajuda [...] (XANGU, VIII ACRI, 1977, p. 6).

Como se pode constatar, Xangu, além de tecer muitas críticas à FUNAI, descreve as condições em que o PI vivia, sem água tratada e alimentação digna e, tampouco, escola para os indígenas. Por fim, ressaltou que o casamento de não indígenas com mulheres indígenas era apenas mais uma forma encontrada para a exploração de suas terras. Em sua participação na X ACRI, Kagrê mencionou os arrendamentos que remontavam à época do SPI, destacou os

problemas que o PI Nonoai passava, repudiou a proibição das reuniões entre os Kaingang e enfatizou que era importante que os indígenas não sentissem que estavam condenados. Na mesma assembleia, Meye denunciou a exploração das terras indígenas, destacando que a mata que existia nas décadas anteriores foi substituída por lavouras e, que os não indígenas eram tratados como donos das terras, enquanto que os Kaingang eram tratados como invasores. Já Antonio Nascimento, conhecido como Lijã, também participou de alguns encontros e, assim como Xangrê, destacou a necessidade da união dos indígenas, como se pode observar na passagem abaixo:

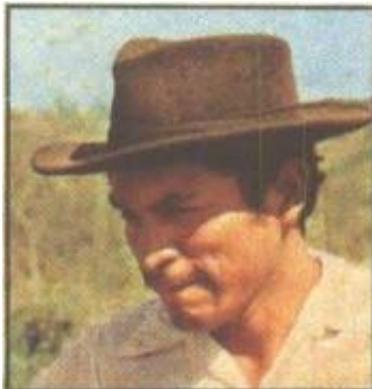
Desde que me conheço por gente tudo era união. Depois veio os intrusos. Nós temos interesses de encaminhar pra dentro da área, os que estão fora pra poder lutar por seus interesses. Nós temos que lutar. Procuremos o nosso valor [...] os índios precisam se unir pelas crianças que vem vindo [...] aqui índio vive padecendo à mingua. No tempo do meu avô eles tinham liberdade. Nós hoje tivemos sorte d epoder vir. Hoje tem que pedir autorização. O Governo não deixa sair pra falar em reunião (LIJÃ, BI/CIMI, n° 24, 1975, p. 16).

Vale lembrar que os temas contemplados nos discursos feitos nestas assembleias, de uma forma geral, remetem a um

contexto de perseguição e violação dos direitos indígenas por parte do Estado, muito menos desprezar o grau de autonomia, consciência e resistência dos povos indígenas frente a todos os desmandos e violências empreendidos pelos governos militares entre 1970 e 1980 contra eles (BICALHO, 2022, p. 118).

Cabe mencionar, também, o “exército de Niré e Menfá” – já referidos no capítulo 6 –, na denominação dada pelo jornalista Caco Barcelos, por ocasião do movimento de expulsão que ocorreu em Nonoai. De acordo com Barcelos, Niré era “o líder desse exército de índios voluntários. Com 28 anos, cego de um olho, nariz quebrado, e também o mais experiente” (1978, p. 45). O jornalista retrata Niré e Menfá como responsáveis pela linha de frente desse processo que contava com mais quarenta Kaingang e afirma que Niré e Menfá foram os responsáveis por buscar solucionar o problema da “intrusagem”, chegando a visitar as cerca de 1300 famílias. Vale destacar que Niré e Menfá procuraram, inicialmente, o diálogo a fim de evitar que mulheres e crianças fossem atingidas, chegando, inclusive a definir um prazo para a desocupação, que, no entanto, não foi observado pelos não indígenas.

Figura 28: Niré – Kaingang



Fonte: Fotos Assis Hoffmann. Reporter, jun/1978, p. 45.

Figura 29: Menfá – Kaingang



Fonte: Fotos Assis Hoffmann. Reporter, jun/1978, p. 45.

Figura 30: Armando Kacrê – Kaingang



Fonte: Fotos Assis Hoffmann. Reporter, jun/1978, p. 45.

Sobre esse movimento de Nonoai, uma reportagem do jornal Movimento, de 22/05/1978, menciona um indígena chamado João, descrito como capitão, que exercia um papel de liderança no movimento, razão pela qual acreditamos se tratar de Niré ou, então, de Menefá:

O que eu quero contar e dizer é que o que foi feito até agora na área indígena de Nonoai é trabalho dos índios, não mandado por ninguém. Foi entre a comunidade mesmo que fizeram e planejaram o trabalho. Então nessa parte ninguém é responsável sozinho, é a comunidade que é responsável, que fez e planejou. E algumas pessoas mal intencionadas por fora, também acham que nós fomos armados pelas mãos dos outros. Para prova, temos nossas flechas, feita pela nossa mão mesmo, vara do mato, cacete que nós cortamos, entonce, no nosso pensar, já era hora de nós morrer ou matar [...] (JOÃO, Jornal Movimento, 22/05/1978, p. 20).

Em sua fala destaca-se a ênfase que João dá à articulação dos Kaingang, ao afirmar que o movimento foi pensado, planejado e liderado pelos próprios indígenas, que não estavam agindo a mando de ninguém, e que, diferentemente do que foi relatado pela imprensa,¹²⁵ não teriam sido armados por estranhos. Ainda sobre este movimento protagonizado pelos Kaingang em 1978, cabe ressaltar que

foi um marco importantíssimo no processo histórico dos Kaingang. Depois de expulsar os intrusos de dentro dos pequenos bolsões conquistados com muito sacrifício, garantiram pelo menos um pequeno espaço para sobreviver e ali se reorganizar, como mostra a narrativa do Mito de Origem, e dali partem na busca das terras perdidas e lutam para garantir seus direitos, junto com outros povos na Constituição Federal de 1988. Este contexto de reivindicações e mudança política fez o Kaingang surgir para cenário nacional como povo guerreiro (BRAGA, p. 103).

Assim, apesar dos conflitos internos que aconteceram no PI Guarita, em especial entre Domingos Ribeiro e Ivo Sales, os Kaingang se articularam para juntos cobrarem uma resposta da FUNAI. E, como podemos observar na matéria em destaque na Figura 31, o conflito entre ambos parece ter ficado em segundo plano, sendo que o texto ainda sugere que Ribeiro e Sales pretendiam viajar juntos a Brasília.

¹²⁵ Diário do Paraná, 08/12/1979.

Figura 31: Reunião de caciques após conflito

Após o conflito que acabou na divisão das terras da reserva indígena da Guarita, os dois caciques vieram, unidos, pedir auxílio da Funai. E exibir o clima de harmonia da área

Caingangues unidos pedem ajuda à Funai

Diante do delegado regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Severino de Toni, os caciques Ivo Sales e Domingos Ribeiro cumpriram com esmero o papel que lhes foi destinado. Contaram que há "uma feliz harmonia reinando na reserva indígena da Guarita" desde que o conflito que patrocinaram em janeiro último acabou na divisão da área habitada por 2.800 caingangues. Disseram que "estão forcejando para o desenvolvimento das aldeias", criticaram a Anai "por nunca fazer nada pelo índio" e desmentiram notícias que chamam de focas dando conta que muitos indígenas abandonaram o território depois da divisão.

mentou ele. "Está difícil conseguir crédito no comércio". Exatamente por causa dessa dificuldade que os dois caciques divididos enfrentam é que eles vieram realmente a Porto Alegre exibir a tal harmonia que impera na reserva. Além de reivindicar melhor divisão na distribuição do pessoal da Funai que atua na área, eles pediram ajuda para elaborar um projeto agrícola para uma área de 200 hectares, onde pretendem plantar milho e soja. E, igualmente, solicitaram orientação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para tanto plantar como ex-

trair madeira das valiosas matas indígenas. "Agora, querem o desenvolvimento dos índios, chega de guerra", insistiu Ivo Sales. "Queremos cutucar as autoridades, desde o ministro do Interior e o presidente nacional da Funai até o novo governador, para nos ajudar". Os caciques até queriam ir a Brasília pedir ajudar financeira, mas o delegado da Funai aconselhou-os a desistir da viagem porque a entidade não tem verbas para auxiliar os índios. É possível, assim, que eles tenham descoberto que se não se unirem dificilmente conseguirão o almejado desenvolvimento.



Ivo Sales (camisa branca), Domingos e Severino de Toni (ao fundo): harmonia entre os índios

Fonte: Jornal ZH, 30/03/1983, n.p.

No próximo tópico, tratamos do legado desta articulação dos indígenas Kaingang no período em questão.

7.3 O LEGADO DA ARTICULAÇÃO KAINGANG NOS PI/RS

Como já demonstramos, as lideranças Kaingang adotaram diferentes táticas durante as décadas de 1970 e 1980, em prol da articulação Kaingang no RS, que se somou às demais articulações regionais, possibilitando a formação do MIB. Ao longo da década de 80 ocorrem várias ações a nível nacional, tais como a Comissão Pró-índio, discussões acerca dos direitos indígenas e a Constituinte. Enquanto isto, no RS aconteceu

uma reunião entre lideranças do RS na sede da Funai, em Passo Fundo, para discutir a criação do "Conselho Indígena Gaúcho". O órgão serviria como uma representação dos indígenas no governo do estado [...] A criação de um Conselho Indígena era uma forma de reconhecer que os indígenas não teriam mais a condição de tutelados [...] e que, ao mesmo tempo, teriam reconhecida a cidadania (como qualquer outro brasileiro), seus direitos à diferença, e a garantia da demarcação de suas terras (OLIVEIRA, 2021, p. 166-167).

O fim da ditadura militar, o fim da tutela sobre os indígenas, a repercussão da Constituinte e, posteriormente, a promulgação da Constituição de 1988, marcam na vida dos povos indígenas em um novo momento. Ao mesmo tempo em que grandes conquistas se consolidavam, grandes lutas também se desenhavam no horizonte dos povos indígenas do país, pois ainda havia muito pelo que lutar. Ao longo do período ditatorial, "o custo foi elevado para

o movimento indígena, por sua atitude de enfrentar os contextos de exploração e violência: pagaram com mortes, ameaças de morte, prisões, agressões, violências praticadas por não indígenas, por funcionários da Funai, e pelos próprios indígenas” (BRIGHENTI, 2012, p. 564). No entanto, não podemos deixar de destacar alguns pontos que podem ser considerados o legado da articulação Kaingang nos PI/RS, como, por exemplo, a rede de apoio que se formou regionalmente, o fortalecimento do movimento a nível nacional, o envolvimento de lideranças no MIB, o surgimento de novas lideranças e a conquista de direitos.

Ressaltar a capacidade de mobilização e o protagonismo Kaingang não implica, contudo, desconsiderar o importante papel que as organizações de apoio e apoiadores tiveram e ainda tem para os indígenas, com destaque para o CIMI e o COMIN/IECLB. Como bem destacado por Daniel Munduruku, a década de 1980 representou para o Movimento indígena “uma fase de afirmação de alianças com muitos segmentos da sociedade civil e com setores populares. Foi assim que surgiu toda uma rede de parcerias e alianças que fortaleceu a representatividade dos líderes envolvidos com o movimento nacional (MUNDURUKU, 2012).

Outro legado que merece destaque tem relação com os direitos consolidados na Constituição e com a consciência de que os povos indígenas devem permanecer vigilantes, pois os interesses econômicos seguem rondando as terras indígenas, constituindo-se em ameaça aos povos indígenas de todo o país, independentemente da ideologia do governo vigente. Somado a isso, a articulação Kaingang possibilitou encontros com outras lideranças indígenas, reforçando o quão importante era a formação de um movimento em âmbito nacional.

O engajamento regional e o fortalecimento da unidade nacional entre os indígenas podem ser percebidos nos discursos proferidos nas assembleias e nas reuniões, e, especialmente, na rede de apoio que se formou entre os Kaingang dos três estados da região sul e que se iniciou no PR e se estendeu aos PI/RS. Em relação a estes movimentos de articulação, entendemos que devem ser percebidos

como parcialmente libertadores, isto é, inacabados, [pois] apontaram para o desprendimento da tutela do Estado e da exploração capitalista à qual os indígenas estavam sendo submetidos durante séculos, mas tiveram suas limitações impostas por uma ação indigenista oportunista que enxergou nessas recuperações territoriais uma maneira de otimizar a exploração dos territórios e da mão de obra indígena, notadamente através da “cooptação” de lideranças que passariam a assumir um papel quase despótico dentro das Terras Indígenas recuperadas, incrementando assim a desigualdade social e econômica dentro do próprio grupo. Diante de tal situação, e impulsionados pelas vitórias da década anterior, após a Constituição de 1988 outorgar às populações indígenas direitos à terra e autodeterminação, outras iniciativas de

retomadas iriam surgir no interior dos estados de Rio Grande Sul, Paraná e Santa Catarina (MARÉCHAL, 2021, p. 506).

O processo de expulsão de não indígenas de Nonoai, Cacique Doble e Ligeiro, as mobilizações no meio político e através da imprensa e a promulgação da Constituição de 1988 acabaram por impulsionar a articulação dos Kaingang e a promover seu amadurecimento enquanto movimento. Assim, “a partir da década de 1990, iniciou-se um novo ciclo de retomadas, ancorado a um processo de afirmação étnica e respaldado na Constituição 1988. Nos anos 2000 e 2010, as retomadas kaingang, mbya guarani e xokleng se multiplicam” (MARÉCHAL, 2021, p. 506).

O legado da articulação Kaingang no RS também pode ser percebido no surgimento de lideranças importantes na década de 1970, que influenciaram e continuam influenciando os povos indígenas na atualidade, tais como Xangrê, Peny e Andila. De um modo geral, assim como Krenak (apud MUNDURUKU, 2005, p. 81), entendemos que o legado do movimento indígena naquele momento foi o de “sobreviver à ditadura militar, genocídio, aniquilação total das famílias indígenas, racismo e preconceito bruto”. Neste sentido, merece ser destacada outra grande contribuição da articulação Kaingang que foi a de mostrar aos não indígenas e às autoridades governamentais que não aceitariam mais ser tutelados.

7.4 PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988: NOVAS CONQUISTAS, VELHAS AMEAÇAS

Sabemos que as políticas indigenistas no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, passaram por muitas modificações. Mas a grande guinada para que os direitos indígenas fossem assegurados se deu com a Constituição Federal de 1988:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as

comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

Atualmente, segundo dados do último Censo do IBGE¹²⁶, existem quase 1.700.000 indígenas no Brasil, que estão presentes em todas as unidades da federação, sendo que pertencem a mais de 300 etnias, que falam cerca de 200 línguas. Considerando toda essa diversidade étnica e cultural, podemos compreender a importância que teve esta Constituição Federal, na medida em que garantiu que os indígenas tivessem sua organização social reconhecida, suas línguas, crenças e tradições. Nesse sentido, a proposta de assimilar os indígenas, vigente desde os tempos do SPI, acabou perdendo espaço diante da nova Constituição Federal. Sobre as terras tradicionalmente ocupadas, a Constituição entendeu que se tratavam de “terras de propriedade da União, demarcadas em processo administrativo, com usufruto permanente e exclusivo dos índios para garantia do seu modo de vida tradicional” (BARBOSA, 2018, p. 127).

Entre as conquistas dos povos indígenas, devemos destacar a Convenção nº 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo a qual os povos indígenas precisam ser consultados sobre os projetos que venham a envolver suas terras. É preciso também mencionar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007, e que define que:

Todos os povos contribuem para a diversidade e a riqueza das civilizações e culturas, que constituem patrimônio comum da humanidade [...] que todas as doutrinas, políticas e práticas baseadas na superioridade de determinados povos ou indivíduos, ou que a defendem alegando razões de origem nacional

¹²⁶Disponível em: <

ou diferenças raciais, religiosas, étnicas ou culturais, são racistas, cientificamente falsas, juridicamente inválidas, moralmente condenáveis e socialmente injustas (DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, p. 3, 2007).

À esta Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas e à Convenção n. 169 da OIT, somam-se o texto da Constituição Federal e uma série de Leis e Decretos, que tem legislado sobre os direitos das populações indígenas, sendo que, entre os principais, podemos destacar aqueles que se referem à educação e à saúde dos povos indígenas.¹²⁷ Em se tratando da educação, ficou estabelecido que as políticas públicas relativas à educação escolar e superior indígenas são de responsabilidade do Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e não mais da FUNAI. Já no que se refere à saúde, a execução de políticas voltadas ao atendimento dos povos indígenas passou a ser de competência da Secretaria Especial de Saúde Indígena e, também, de estados e municípios, através do Sistema Único de Saúde (SUS), para o atendimento de casos de maior complexidade. Neste caso, a FUNAI ficou encarregada de monitorar e fiscalizar as ações da SESAI, Estados e Municípios no que se refere à saúde dos povos indígenas. De acordo com o Decreto 9.010/2017, cabe à FUNAI:

- I - proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União;
 - II - formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos seguintes princípios:
 - a) reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas;
 - b) respeito ao cidadão indígena e às suas comunidades e organizações;
 - c) garantia ao direito originário, à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes;
 - d) garantia aos povos indígenas isolados do exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contactá-los;
 - e) garantia da proteção e da conservação do meio ambiente nas terras indígenas;
 - f) garantia da promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas; e
 - g) garantia da participação dos povos indígenas e das suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito;
- (DECRETO 9.010/2017, online).

¹²⁷ Informações sobre Leis e Decretos que envolvem questões de saúde e educação disponível em: Políticas Indigenistas no Brasil: avanços e desafios. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/todos-presidencia/2901-politica-indigenista-no-brasil-avancos-e-desafios?highlight=WyJwcm90ZVx1MDBGIN1x1MDBGIM28iLCJ0ZXJyaXRvcmlhbCIIsInByb3RlXHUwMGU3XHUwMGUzbyB0ZXJyaXRvcmlhbCJd&start=1#>> Acesso em: 13/10/2021.

Cabe, portanto, à FUNAI promover a regularização, a delimitação e a demarcação de terras indígenas, fiscalizar as TI e assegurar a aplicação das políticas indigenistas em vigor. Já no que tange à questão do patrimônio, salienta-se que cabe à FUNAI “administrar os bens do patrimônio indígena, conforme o disposto no art. 29, exceto aqueles cuja gestão tenha sido atribuída aos indígenas ou às suas comunidades, podendo também administrá-los na hipótese de delegação expressa dos interessados” (Decreto 9.010/2017, online).

Como já mencionado, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para os direitos dos povos indígenas, pois, a partir dela, ficou estabelecido o direito não apenas à autodeterminação, mas, também, conforme consta no art. 231, que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. Porém, atualmente, os direitos definidos na Constituição de 1988 têm enfrentado uma grande ameaça chamada Recurso Extraordinário 1.017.365 (RE 1.017.365), que, em síntese, diz respeito à

Reintegração de posse de área da Terra Indígena (TI) Ibirama/La Klãnõ, do povo xoclengue, a pedido do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA). Ao determinar que esse caso terá repercussão geral, o STF definiu que será decisivo para o futuro dos povos indígenas do Brasil (IHU, online, 01/07/2021).

Também conhecida como “Marco Temporal”, o RE 1.017.365 poderá atingir os povos indígenas de todo o país, ao colocar em risco as TI já demarcadas, uma vez que:

É uma tese jurídica que busca restringir os direitos constitucionais dos povos indígenas. Nessa interpretação, defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras tradicionais, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988. Alternativamente, se não estivessem na terra, teriam que comprovar a existência de disputa judicial ou conflito material na mesma data de 5 de outubro de 1988. A tese é perversa porque legaliza e legitima as violências a que os povos foram submetidos até a promulgação da Constituição de 1988, em especial durante a Ditadura Militar. Além disso, ignora o fato de que, até 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado e não tinham autonomia para lutar, judicialmente, por seus direitos (IHU, online, 30/06/2021).

Em 2017, no início do governo Bolsonaro (2019-2022), observou-se a tentativa de transferir da FUNAI para o Ministério da Agricultura a competência de demarcação de TI, o que se configurou na primeira tentativa de afrontamento aos direitos indígenas, sendo importante lembrar que, durante a campanha presidencial, o atual presidente declarou que, em

seu governo, não demarcaria um centímetro sequer de TI. Posteriormente, o Congresso determinou que a competência de demarcar TI deveria permanecer a cargo da FUNAI.

Nos últimos anos, apesar da escalada de casos de afrontas aos direitos indígenas, têm sido frequentes as manifestações de indígenas. Dentre elas, destacamos a que ocorreu em 2021, quando “mais de seis mil participantes do Acampamento Luta pela Vida realizaram uma vigília às vésperas do julgamento que pode decidir o futuro das demarcações [...] contra a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro e do Congresso” (ISA, online, 24/08/2021). Em 2019, o Acampamento Terra Livre também reuniu, por três dias, indígenas de diversas etnias que buscavam “a garantia dos direitos estabelecidos na Constituição de 1988” (ISA, online, 26/04/2019). Importante ressaltar a manutenção dos apoios de organizações não governamentais (ONGs), da Articulação dos Povos Indígenas (APIB) e daqueles provenientes de universidades e instituições que, mesmo durante o período da ditadura militar, têm apoiado os indígenas, tais como o CIMI e o COMIN.

Sobre as ameaças que cercam os povos indígenas do Brasil, para além das afrontas aos direitos consolidados na Constituição, seguem sendo frequentes as situações de vulnerabilidade social e violências físicas vivenciadas tanto pelos indígenas que vivem em áreas demarcadas, quanto daqueles que se vêm envolvidos em processos de retomada em áreas urbanas. No RS, por exemplo, as TI que, desde o início do século XX passaram por diferentes processos demarcatórios e, até hoje, sofrem os efeitos dos conflitos com agricultores, seguem enfrentando o descaso na área de saúde e toda sorte de violências. Estas, contudo, vêm sendo denunciadas por lideranças indígenas e por grupos que apoiam as causas dos povos indígenas no Brasil, e que têm, através da imprensa, procurado alertar os órgãos públicos.

Neste capítulo, destacamos o papel desempenhado pelas lideranças Kaingang, apontando para as especificidades e semelhanças observáveis em suas atuações em busca da articulação indígena nos PI/RS. Nelson Xangre, por exemplo, salientava sempre a questão da união entre os Kaingang, ressaltando que somente assim teriam força. Peny, frequentemente mostrava preocupação com o futuro dos Kaingang, enquanto que Marculino denunciava as violências sofridas. Já as mulheres Kaingang, apesar de aparecerem de forma menos frequente nas fontes analisadas, não podem ocupar um espaço secundário, pois seus relatos nos mostram o quanto estiveram envolvidas, denunciando e buscando soluções para os problemas que os

Kaingang enfrentavam. Apesar de termos dado destaque ao protagonismo de alguns líderes Kaingang, não podemos deixar de ressaltar que o processo de articulação Kaingang se deu de forma coletiva, visando ao atendimento das demandas de todos os indígenas dos PI do RS. Fundamentais para a estruturação e consolidação dos movimentos indígenas foram as redes de apoio construídas entre os próprios Kaingang dos estados do sul e destes com organizações empenhadas em denunciar as violências e a situação de vulnerabilidade em que viviam devido à forma como a FUNAI tratava os indígenas em todo o território nacional.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, procuramos identificar e discutir as formas de articulação dos Kaingang no RS e, através delas, reconstituir historicamente esse processo, resultante de ações de protagonismo indígena e indigenista, vinculando-o ao enfrentamento das situações de violências, vulnerabilidades e conflitos no período da ditadura militar. Estruturamos a tese em três partes, sendo que na primeira descrevemos o cenário em que os Kaingang viviam durante o período ditatorial; na segunda, nos detemos na atuação das organizações de apoio aos indígenas, bem como nas características da administração da FUNAI, marcada por repressão e corrupção administrativa, e, na terceira, destacamos as táticas adotadas pelos Kaingang para que suas demandas fossem ouvidas e o protagonismo de alguns de seus líderes.

No decorrer da história do Brasil, as políticas indigenistas estiveram voltadas aos interesses do governo vigente, privilegiando a exploração dos territórios, com objetivos assimilacionistas, buscando inserir o indígena na comunhão nacional e visando ao desenvolvimento econômico. Os indígenas, mais do que indivíduos que precisavam ser tutelados, eram vistos como um empecilho para os objetivos propostos, independentemente da posição do governo em vigor. Isto acabou fazendo com que fossem alvos de toda sorte de violências e se vissem envolvidos em conflitos de terras.

Dentre as estratégias adotadas pelo governo militar e pelo órgão indigenista oficial, estiveram a manutenção dos indígenas sob a tutela estatal, o reforço da sua condição de incapazes, a proibição de saírem dos postos sem autorização, a repressão às tentativas de articulação e a vigilância de pessoas que buscavam aproximação com os indígenas para apoiar sua articulação. A estas estratégias se somava a má administração do órgão indigenista oficial, moldado hierarquicamente para administrar os PI e DR e que se encontrava vinculado ao Exército.

No capítulo 3, caracterizamos a situação de vulnerabilidade e de constantes violências a que estavam sujeitos os indígenas que viviam nos PI do RS, destacando os espancamentos, os abusos sexuais, as torturas, a miséria, a falta de acesso à água potável, a proliferação de doenças pelas más condições de acesso a saúde e falta de medicamentos, assim como, a afronta aos costumes tradicionais de sua medicina. Em tais situações, constatamos traços característicos da *colonialidade do poder*, uma vez que impunham aos indígenas uma condição de não humanos, e, no caso das mulheres, de objetificação devido aos abusos sexuais que sofriam. Nesse sentido, as violências aplicadas aos corpos indígenas podem ser vistas como uma forma

de manutenção do controle e do poder por parte das autoridades governamentais. Situação que se estendia às terras, que eram alvo de conflitos, devido às constantes *intrusagens* dos territórios Kaingang por não indígenas. Para os Kaingang, a terra e o corpo estão intimamente entrelaçados, razão pela qual as variadas formas de violência impactavam o corpo-território Kaingang, enfim, comprometiam seu modo de viver e seu futuro.

Como reação a estas práticas da FUNAI e ao projeto desenvolvimentista do regime ditatorial, os Kaingang dos PI/RS adotaram algumas táticas, na acepção dada ao termo por De Certeau (1998), a fim de subverter e agir sobre aquele cotidiano. Neste sentido, a articulação Kaingang pode ser vista como uma consciente oposição à ditadura militar, através do acionamento de alianças, da mobilização de cunho regional e nacional, de denúncias e de desobediências aos chefes dos PI. Para além dessas táticas, os Kaingang puderam contar com o CIMI, a ANAI e a IECLB, organizações de apoio aos indígenas que, apesar de terem encontrado resistência à sua atuação e de terem sido vigiadas pelos órgãos de segurança e informação da ditadura militar, contribuíram de forma significativa para a articulação dos povos indígenas.

O CIMI procurou auxiliar os indígenas por meio de alianças, assegurando, desta forma, meios para que eles pudessem atuar em prol de sua autodeterminação, bem como com apoio financeiro para deslocamentos, promovendo encontros, reuniões e assembleias entre os indígenas. Promoveu, ainda, cursos e treinamentos, a fim de capacitar os indígenas para lidarem com a pluralidade étnica e com a burocracia e a legislação brasileira. No decorrer das décadas de 1970 e 1980, encaminhou denúncias a delegacias, para a imprensa e para a FUNAI, contribuindo, desta forma, para publicizar a situação em que viviam os Kaingang no RS.

A ANAI surgiu com objetivo de apoiar a autonomia dos povos indígenas e suas lutas, e a atuação dessa organização nos PI/RS esteve voltada para esclarecimentos e suporte acerca das questões burocráticas e jurídicas e, assim como o CMI, também foi atuante nas denúncias sobre o cenário degradante que os Kaingang enfrentavam. Já a IECLB, que teve sua atuação junto ao Kaingang consolidada antes dos demais órgãos citados, atuou em parceria com a FUNAI e o SIL. Embora a IECLB tenha sido a que mais desenvolveu projetos dentro dos PI/RS, foi também a que mais encontrou críticas dos próprios indígenas, que consideraram a metodologia adotada na escola instalada em Guarita como prejudicial à língua e cultura Kaingang. Mais tarde, no entanto, algumas lideranças reavaliaram as críticas feitas, pois perceberam a importância do domínio do português para o diálogo com as autoridades e para a elaboração de cartas e manifestos de denúncia.

Essas alianças com as organizações de apoio, revelaram também que a atuação de alguns de seus integrantes foi extremamente dedicada, colocando seu próprio bem estar em perigo, uma vez que devido à atuação que tiveram, foram ameaçados, acusados e perseguidos pelo sistema de vigilância e informação a serviço da ditadura militar. Júlio Gaiger e Lígia Simonian, ambos da ANAI, assim como Egon Heck e Egydio Schwade foram acusados de estarem subvertendo a ordem e instigarem os indígenas a se rebelarem contra o regime vigente. Tiveram seus passos vigiados, foram vítimas de difamações, proibidos de ingressar nos PI e de manterem contato com os Kaingang. Ao manterem suas alianças com os Kaingang, desafiaram as ordens impostas vindas dos militares que ocupavam altos cargos nos órgãos responsáveis por manter o controle e o poder, reafirmando, assim, o compromisso com a formação do MIB.

Além das alianças com as organizações de apoio, percebemos que os Kaingang também encontraram na mobilização regional e, posteriormente, nacional, uma forma de se articularem. A mobilização regional proporcionou o fortalecimento de vínculos entre os Kaingang de diferentes PI e se somou às outras mobilizações que vinham acontecendo, o que implicou na realização de viagens de lideranças visando à participação em reuniões, e possibilitou a formação do MIB. Com essas mobilizações feitas no âmbito regional e nacional, os indígenas perceberam que viviam as mesmas situações de vulnerabilidade e eram alvo das mesmas práticas de violência, que precisavam ser denunciadas na imprensa e às autoridades. Outro caminho para fortalecer essas mobilizações foi a desobediência às ordens dos chefes dos PI, que impediam o deslocamento dos indígenas para os encontros, reuniões e assembleias. A estas manifestações – individuais ou coletivas – se somaram as produções escritas pelos próprios Kaingang, sendo que muitas delas resultaram destes momentos em que foram debatidas as formas possíveis de articulação.

A análise de cartas e manifestos escritos pelos indígenas revelou a consciência que os Kaingang tinham em relação aos seus direitos e, principalmente, a disposição ao diálogo com agentes políticos do governo estadual, federal e da FUNAI. Às denúncias se somam pedidos de ajuda e manifestações que apontam para o conhecimento das irregularidades cometidas pelo órgão responsável pelas violências e pela situação de vulnerabilidade em que viviam. Em outros momentos, as cartas estão carregadas de um profundo sentimento de frustração das expectativas diante da inoperância da FUNAI, de desesperança e de descrédito em relação às promessas feitas pelas autoridades. Para mantê-los mobilizados muito contribuíram os encontros, as reuniões e as assembleias, tanto as de âmbito regional, quanto nacional, na medida em que se

constituíram um espaço importante para o compartilhamento dos problemas enfrentados e para a discussão de soluções.

No que se refere ao chamado Movimento Kaingang, entendemos que as mobilizações que resultaram na expulsão de não indígenas das terras Kaingang, bem como a apropriação e embargo da colheita de milho e soja das terras exploradas fazem parte de um plano articulado pelos Kaingang, a fim de retomarem seu patrimônio, uma vez que os pedidos de ajuda e soluções foram ignorados pelos órgãos responsáveis. Sendo assim, o Movimento Kaingang visou, originalmente, a reterritorialização ou a “desintrusão” de suas terras, algo que, posteriormente, acabou por pautar as mobilizações indígenas que se seguiram.

A visibilidade dada à situação em que viviam os Kaingang constituiu-se em uma das mais bem sucedidas táticas de sua articulação, pois por meio das denúncias feitas na imprensa, especialmente nos JMC, conseguiu atrair a atenção da opinião pública e também das autoridades estaduais e federais. A visibilidade que os Kaingang passaram a ter nos JMC nos leva a afirmar que parte da imprensa foi aliada dos povos indígenas, publicando matérias encaminhadas pelas organizações de apoio ou elaboradas pelos próprios indígenas após as assembleias, apesar da forte censura e vigilância a que jornais e jornalistas estiveram sujeitos.

O processo de articulação dos indígenas dos PI do RS envolveu tanto homens, quanto mulheres, e foi articulado pelos e para os Kaingang que almejavam a recuperação de suas terras e o fim dos episódios de violências. Trata-se de um processo que envolveu diferentes táticas, que foram colocadas em prática por distintos personagens que lutaram pelo atendimento de interesses coletivos. Dentre estes personagens, que identificamos como lideranças, destacamos Andila Inácio, Hod Fei, Peny, Xangrê, Niré, Menfá. Se Andila Inácio merece ser destacada por ter sido uma das pioneiras na busca de soluções para os problemas que os Kaingang enfrentavam, Hod Fei deve ser lembrada por sua coragem em expor as atrocidades a que foi submetida por não indígenas. Já o cacique Peny, atuou ativamente na articulação Kaingang, participando de reuniões, visitando diferentes PI a fim de ajudá-los e se encontrando com representantes do governo e da FUNAI. O cacique Xangrê despontou como uma grande liderança, por ter enfatizado a necessidade de união entre todos os Kaingang, e, assim como Peny, também visitou diversos PI, trocando experiências e levando auxílio. Cabe também lembrar que Xangrê, Niré e Menfá estiveram à frente do movimento que resultou na expulsão de não indígenas de suas terras em Nonoai.

Considerando as táticas empregadas pelos Kaingang para sua articulação, entendemos que elas revelam um protagonismo dinâmico, que se manifestou tanto de forma individual,

quanto coletiva. A partir da análise e cotejo das fontes consultadas, pudemos observar que os Kaingang, além de autores de cartas e manifestos, acionaram o uso da legislação e de documentos oficiais como ferramenta de diálogo com políticos. Além disso, em suas produções escritas, pode-se constatar a evocação de uma outra lógica, fundamentada em suas pautas culturais, representando, desta forma, os interesses coletivos dos Kaingang, sobretudo em relação aos direitos sobre suas terras. Neste sentido, podemos enquadrar o protagonismo Kaingang no que foi denominado por Santos e Felipe (2016, 2017) como *protagonismo outro*, por entendermos que agiram de forma consciente e autônoma, apresentando demandas específicas e comuns de reivindicação. Os esforços e, em especial, os resultados da articulação Kaingang nas décadas de 70 e 80 do século XX influenciaram outras gerações, que seguiram (e seguem) pautando suas mobilizações nas alianças e no conhecimento da legislação vigente para assegurar seus direitos.

Em nosso entendimento, os objetivos definidos para esta tese foram alcançados, na medida em que reconstituímos historicamente o processo de articulação Kaingang no RS no período ditatorial. Contudo, ao finalizamos a sistematização dos dados que levantamos das fontes consultadas, constatamos que elas permitem novas investigações, como, por exemplo, a análise dos contratos de arrendamentos nos PI/RS, feitos entre não indígenas e a FUNAI, que podem contribuir para esclarecer os arrendamentos ilegais, o tamanho do prejuízo em cifras, bem como os envolvidos (há uma listagem dos arrendantes e dos arrendatários) e a relação que tinham com a FUNAI.¹²⁸ Outra temática que pode ser explorada a partir das fontes que acessamos se refere à questão de saúde dos indígenas, pois uma busca nos registros nos hospitais das regiões dos PI/RS pode oferecer um novo quadro sobre o atendimento prestado aos indígenas e um levantamento das verbas destinadas pela FUNAI para o pagamento dos atendimentos dos indígenas. Também os registros de denúncias de corrupção administrativa da FUNAI podem nos ajudar a desvendar a vinculação do órgão com o avanço do agronegócio e se as verbas que deveriam ser destinadas a melhorias dos postos indígenas foram deslocadas para os projetos desenvolvimentistas em regiões específicas. Em síntese, os demonstrativos financeiros da FUNAI se mostram uma fonte importante para responder muitas perguntas que ainda pairam sobre essa temática.

¹²⁸ Fonte: AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002457_D0001DE0001. AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_AVU_0032_D0001DE0001

Também estudos sobre o funcionamento da escola bilíngue no PI Guarita se mostram promissores para entendermos de forma mais ampla como ela pode ter influenciado na articulação Kaingang. Neste sentido, a localização de outras produções escritas pelos Kaingang, que não as exclusivamente divulgadas pela imprensa e pelo SNI, tais como cartas trocadas entre os Kaingang com seus parentes, com autoridades, jornalistas e funcionários da FUNAI, pode nos revelar o que os Kaingang pensavam sobre outros assuntos, próprios de seu cotidiano, tradições ou espiritualidade, que não aqueles que fundamentavam as denúncias.

Entre outras possibilidades de continuidade ou de complementação das questões abordadas na presente tese, acreditamos que trabalhos que se detenham nas trajetórias de lideranças Kaingang podem contribuir para dar uma maior visibilidade a homens e a mulheres que não tiveram seus nomes revelados na documentação consultada, mas que, por meio da metodologia da história oral, podem ter suas histórias tiradas do anonimato.

A primeira eleição direta e a promulgação da Constituição de 1988 têm uma grande importância para a história dos povos indígenas, assim como a mobilização indígena em Brasília e a atuação de Aílton Krenak e de professores universitários, antropólogos, advogados, entre outros, na Constituinte. Não existem, no entanto, estudos que enfoquem a articulação Kaingang no período que sucedeu à ditadura militar, razão pela qual se mostra um tema promissor, e que, com certeza, pode preencher uma lacuna em relação à história do povo Kaingang.

Como bem observado por Almeida (2010, p. 160), “há ainda muitas histórias de índios para se escrever e contar, há, principalmente, muito o que repensar sobre as histórias regionais e do Brasil, quando se reconhece os índios como sujeitos dos processos nos quais se inserem”. Esta tese se constituiu, justamente, em um esforço de atender ao convite feito pela autora e de contribuir para a história dos Kaingang do RS durante o período da ditadura militar. Uma história marcada por várias formas de violência, e, também, pela crescente conscientização da importância da união dos Kaingang para a defesa de seus direitos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, André Ítalo Gomes. CALAÇA, Helder Lincoln. **Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural: uma análise da (in)segurança jurídica acerca do FUNRURAL**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade Raízes.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.

_____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

_____. Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens Interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro. **Revista História Social**, n. 25, segundo semestre de 2013.

_____. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

ALMEIDA, Antônio Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. **Interações**, v. 19, n. 3, p. 611-626, 2018.

ALVARENGA, Rodrigo; JUNIOR, Érico Américo. Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 55, N. 2, mai/ago, p. 212-222, 2019.

AZELENE KAINGANG. Entrevistadora: Poliene Soares dos Santos Bicalho. Sala Warã Instituti Indígena Brasileiro. Brasília-DF. Dia 04/07/2008 às 14h30min. Duração: 40mn30seg.

AZELENE KAINGANG. Indígenas. Depoimento de uma militante. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. Editora Contexto, 2005, p. 23-79.

BECKER, Ítala Irene Basile. **O índio kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1995.

BELTRÃO, Jane F.; SILVA, Sergio B.; SAMPAIO, Patricia M.; FERNANDES, Rosani de F. (Org.). “Dossiê Povos indígenas e Ditaduras na América Latina”. **Espaço Ameríndio**, 12(2):4-260, 2018.

BELTRÃO, Jane Felipe. Povos indígenas, saúde e ditadura. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 19, n. 39, p. 61-69, maio/ago, 2019.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010a.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. As assembleias indígenas - o advento do movimento indígena no Brasil. **OP SIS**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun, 2010b.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Resistir era preciso: O Decreto de Emancipação de 1978, os povos indígenas e a sociedade civil no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 136-156, jan./abr. 2019.

BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina – A luta para superar a exclusão. **Anais do IV Encontro da ANPHLAC**. Salvador, 2000.

BITTENCOURT, Libertad Borges. **A formação de um campo político na América Latina: as organizações indígenas no Brasil**. Goiânia, EdFUG, 2007.

BITTENCOURT, Libertad Borges. ROCHA, Leandro Mendes. **Indigenismo e participação política na América Latina**. Goiânia, EdUFG, 2007.

BRAGA, Danilo. **A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: Do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)**. Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BRAGA, Danilo. Conhecimento histórico e luta indígena pela garantia de direitos constitucionais. **Revista Aedos**, n. 10 vol. 4 - Jan/Jul, 2012.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Movimento indígena brasileiro na década de 1970. **Anais, Congresso Internacional de História**. Maringá, 2009.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Movimento indígena brasileiro na década de 1970: construção das bases para o rompimento da invisibilidade étnica e social. *In: Ilse Scherer-Warren; Lígia Helena Hahn Lüchmann. (Org.). **Movimentos Sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**. 1ed. Florianópolis: EdUFSC, 2011. p. 37-58.*

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Ditadura militar em terras kaingang. *In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História***. Natal, 2013.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n.32, p. 103 – 120, set./dez. 2015.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 01-24, jan/mar. 2020.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Rebeliões indígenas no sul do Brasil contra os arrendamentos, abusos e omissões da Funai. *In: O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Clovis Antonio Brighenti (Org.), Egon Dionisio Heck (Org.). **O movimento**

índigena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Janete. SILVA, Sandra. O “uso” dos artefatos culturais como movimentos táticos e estratégicos, em espaços lisos e estriados, nos currículos praticados no cotidiano escolar. **Teias**, v. 10, n. 20, 2009.

CASTRO, Susana de. Origem e ideias centrais. Dossiê O que é o feminismo decolonial? **Cult**, ano 23, edição 262, outubro 2020.

CAZAUBON, Carmem Sena. **Povos Indígenas na Ditadura Militar: Relatos de Experiências Kaingang no Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Licenciatura em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

CHAUI, Marilena. Ética e violência. **Teoria e Debate**, edição 39, online, 1998.

CHAUI, Marilena. **Escritos de Marilena Chauí / Sobre a violência**. Canal Grupo Autêntica. Youtube. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R0YvaTEOiJQ> Acesso em: 02/08/2022.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV), **Povos Indígenas e Ditadura Militar**. Subsídios à Comissão Nacional da Verdade (1946 – 1986). Relatório Parcial 01 de 30/11/2012.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV), **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, Volume II, Textos Temáticos 5, Violações dos direitos humanos dos Povos Indígenas, Brasília: CNV, 2014.

COSTA, Fernanda C. C. **Relações transnacionais para a prática missionária da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil: transformações, sinuosidades e conflitos**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro 2016.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Povos da mega diversidade: o que mudou na política indigenista no último século**. 6 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/01/06/povos-da-megadiversidade-o-que-mudou-na-politicaindigenista-no-ultimo-meio-seculo-por-manuela-carneiro-da-cunha>>

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do Milagre**: o desenvolvimento e os índios do Brasil. São Paulo: Zahar, 1978.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

DECKMANN, Eliane Cristina. **A IECLB e a questão indígena no RS**. (Monografia de conclusão em graduação de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS). São Leopoldo, 1985.

DIAS FILHO, Antônio Jonas. **Sobre os viventes do Rio Doce e da Fazenda Guarany**: dois presídios federais para índios durante a Ditadura Militar. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo**, n. 13, do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, dezembro de 1995, p. 15-19.

FERREIRA, Bruno. **Educação Kaingang**: processos próprios de aprendizagem e educação escolar. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2014.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 2019a.

_____. **O regime militar no Brasil (1964-1998)**. São Paulo, Saraiva, 1998.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

_____. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2019b.

FLORES, Andressa de Rodrigues. **A atuação do Serviço de Proteção aos Índios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do Relatório Figueiredo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2019.

FÓRUM JUSTIÇA. **A questão Indígena e a Ditadura Civil-Militar: Entrevistas com Missionários que se Colocaram ao lado da Causa Indígena e dos Povos Originários**. 08/03/2021. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/a-questao-indigena-e-a-ditadura-civil-militar-o-forum-justica-no-rio-grande-do-sul-publica-esta-serie-de-entrevistas-com-missionarios-que-se-colocaram-ao-lado-da-causa-indigena-e-dos-povosoriginario/?fbclid=IwAR3RbSghamthNeilXUgn35mDElJfv2qrEsJ2npaBeNVM2IVlgHeaTYBh_1U> Acesso em: 23/03/2022

FREIRE, José Augusto da Rocha. **A decadência do indigenismo brasileiro**. *Jornal o Globo*. 8 de junho de 2013.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In*: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GERSEM, Luciano dos Santos - Baniwa. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, SECADI, 2006.

GERSEM, Luciano dos Santos - Baniwa. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Tellus**, n. 12, p. 127-146, abr. 2007)

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-graduação em Memória Social - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a.

_____. Relatório Figueiredo: crimes continuam 50 anos depois. Entrevista concedida ao **IHU Online**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 01 out. 2015b. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/547493-relatorio-fgueiredo-crimes-continuam-50-anos-depois-entrevista-especial-com-elena-guimaraes>>

_____. Máquina de exterminar indígenas. Entrevista concedida ao **IHU Online**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 30 nov. 2015c. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6267-elena-guimaraes>>

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Geographia**, vol: 22, n.48, 2020.

HECK, Egon Dionísio. **Os índios e a caserna**: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, 1996.

_____. A barbárie secular e a cegueira atual. Entrevista concedida ao **IHU Online**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 30 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6272-a-escolastica-e-sua-reflexao-sobre-a-fe-e-os-parametros-eticos-no-novo-mundo>>.

_____. Há 40 anos na universidade dos índios. Entrevista concedida ao **IHU online**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 25 out. 2010. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3615-egon-heck-4>>.

_____. “As reservas são confinamento de índios”, acusa Egon Heck. Entrevista concedida ao **IHU Online**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 30 out. 2012a. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/noticias/515044-as-reservas-sao-confinamentos-de-indios-acusa-egon-heck>>.

_____. “A lógica do sistema capitalista não deixa espaço para a sobrevivência dos povos indígenas”. Entrevista concedida ao **IHU Online**: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São

Leopoldo, 09 jun. 2012b. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/510210-a-logica-do-sistema-capitalista-nao-deixa-espaco-para-a-sobrevivencia-dos-povos-indigenas>>.

HECK, Egon Dionísio. Repressão e tutela nas políticas indigenistas da Ditadura Militar: o indígena é o inimigo. *In*: Clovis Antonio Brighenti (Org.), Egon Dionísio Heck (Org.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

INÁCIO, Roselinda Vângri. Indígenas Kaingang de Serrinha. *In*: BUENO Lucas. **Terras Indígenas Kaingang**. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Florianópolis, 2016.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **Anais 10º Encontro Nacional de História da Mídia**. Ufrgs, Porto Alegre, 2015.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. Lideranças femininas no universo Kaingang: um estudo sobre a Terra Indígena *JamãTÿTãnh*, Estrela/RS. **Anais III Encontro Estadual da ANPUH/RS: ensino, direitos e democracia**. UNISC, Santa Cruz, 2016.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930). **Pesquisas, IAP**, nº64, 2007.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no sul do Brasil. **História UNISINOS**. São Leopoldo, v.9, n.1, p.56-59, Jan/abril. 2005.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. Editora Contexto, 2005, p. 111-153.

LUCKMANN, Sandro. **Educação Escolar Indígena na Terra Indígena de Guarita**: um olhar sobre a trajetória missionária indigenista da IECLB e do COMIN. Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UMIJUI, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, nº 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014a. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>.

MARÉCHAL, Clémentine. NASCIMENTO, Iracema Gá Teh. Alcindo Peni Nascimento e sua ação política nas T.I Nonoai/RS e Mangueirinha/PR. *In*: **Anais 31ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Brasília/DF, 2018.

MARÉCHAL, Clémentine. Política do etnocídio e resistência nas retomadas Kaingang no Rio Grande do Sul. **Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 5, p. 29-54, 2018.

MARÉCHAL, Clémentine. **Ëg ga ãg kófa tú (A nossa terra é a nossa história) Território, trabalho, xamanismo e história em retomadas kaingang.** Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2021.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. *In:* NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-250.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. *In:* **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau.** SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONE, Luís Donizete Benzi (Orgs). Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores.** Estudos de História indígena e do indigenismo. Tese de Livre Docência. Unicamp, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra.** Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo, no século XVI. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. As assembleias de líderes indígenas no Brasil (1974-1984). *In:* O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Clovis Antonio Brighenti (Org.), Egon Dionisio Heck (Org.). **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988).** Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.

MILANEZ, Felipe. **Memórias sertanistas:** cem anos de indigenismo no Brasil. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

MOREIRA, Maria Geralda de A.; SOUZA, Lídia Priscila P. Silva. Memórias Silenciadas: a violação dos Direitos dos Povos Indígenas no Brasil, durante a Ditadura Militar. *In:* **Anais Congresso Internacional de História.** Jataí: Universidade Federal de Goiás, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. **O Caráter educativo do Movimento Indígena Brasileiro (1970-1990).** 01. ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi Pinky (org.) **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. P.235-289.

NEGOCIO, Carla Daniela Leite. A violência física e cultural contra os povos indígenas durante o regime militar. **Aracê – Direitos Humanos em Revista,** Ano 4, nº 5, Fev. 2017. p. 263-294.

OLVEIRA, Joel de. Histórico da Terra Indígena Votouro. *In:* BUENO Lucas. **Terras Indígenas Kaingang.** Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Florianópolis, 2016.

OLIVEIRA, Aline Nóbrega de. **Civilização ou Barbárie? A política estatal de extermínio indígena no Relatório Figueiredo (1967-1968).** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Licenciatura Em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela da Rocha. **O Relatório Figueiredo e suas contradições:** a questão indígena em tempos de ditadura. Trabalho de conclusão de curso (Graduação).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre - RS, 2017.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela da Rocha. Povos indígenas e Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: o caso dos Kaingang no Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, 2020.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela da Rocha. Povos Indígenas e Ditadura: a luta dos Kaingang no RS. Curitiba: Appris, 2021.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A Viagem da Volta: Reelaboração Cultural e Horizonte Político dos Povos Indígenas do Nordeste”. *In: ATLAS das Terras Indígenas/Nordeste*. Rio de Janeiro: Peti/MN/UFRJ, 1996, p. 1-5.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **A presença indígena na formação do Brasil**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). LACED/Museu Nacional. Brasília,DF: Coleção Educação Para Todos, 2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAULA, Janice de. Aldeia Pinhalzinho: educação, língua e a mulher Kaingang. *In: BUENO Lucas. Terras Indígenas Kaingang*. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Florianópolis, 2016.

PRADO, Felipe Sousa. **O processo de militarização das políticas indigenistas na ditadura civil-militar brasileira**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu, 2018.

POCHMANN, Cristiano Antônio. **Discursos e imagens da ideologia desenvolvimentista no ensino de história do Brasil durante o período da ditadura civil-militar (1964-1984)**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In: B. S. Santos, & M. P. Meneses (Orgs.), Epistemologias do sul*, Coimbra: Coimbra, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142.

RACISMO AMBIENTAL. Por Murilo Pajolla no Brasil de Fato. Funai de Bolsonaro é pior que a de 1968, diz Egidio Schwade, indigenista que enfrentou a ditadura militar. 10/01/2022. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2022/01/10/funai-de-bolsonaro-e-pior-que-a-de-1968-diz-indigenista-que-enfrentou-a-ditadura-militar/>> Acesso em: 23/03/2022.

RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. Universidade de Brasília, Ciências Sociais, **Série Antropológica n. 32**, 1982.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo: um orientalismo americano. **Anuário Antropológico**, v. 37, n.1, p. 27-48, 2012.

REBOLLAR, Maria Dolores Campos. **Os processos formativos na OPAN e os novos desafios políticos-pedagógicos**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Educação. UFMT, Cuiabá, 2013.

RESENDE, Ana Catarina Zema de. **Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960-2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial**. Tese – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Brasília, 2014.

RESENDE, Ana Catarina Zema. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a ‘justa memória’. *In: Anais XXIV Encontro Nacional do CONPEDI/UFS*. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

ROSA, Marcelo Caetano de Cernev. **A luta pela terra em memórias kaingang**. 2004. 127f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ROSA, Patrícia Carvalho da. A noção de pessoa e a construção de corpos Kaingang na sociedade contemporânea. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 15-43, jan./jun. 2008.

SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. *In: KORNDORFER, Ana Paula et al. História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 19-40.

SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. Protagonismo como substantivo na História Indígena. *In: SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos (org.). Protagonismo ameríndio de ontem e hoje*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 13-52;

SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. **Apropriações possíveis de um protagonismo outro**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, n° 76, 2017.

SANTOS, Maria Cristina dos; FELIPPE, Guilherme Galhegos. **Debates sobre a questão indígena: histórias, contatos e saberes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

SANTOS, Maria Cristina dos. **Caminhos historiográficos na construção da História Indígena**. Revista História Unisinos. São Leopoldo, v. 21, n° 3, 2017.

SARAIVA, Márcia Pires. Uma pedagogia para os índios: A Política Indigenista de Getúlio no Contexto do Estado Novo (1937-1945). **Margens**, Pará, v. 7, n.9, 2013.

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen. **Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na TI Serrinha**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2016.

SCHWADE, Egydio. O legado de Pe. Iasi e a crítica à política indigenista brasileira. Entrevista concedida ao **IHU Online**: Revista Instituto Humanitas. Unisinos, São Leopoldo, 31 mar. 2015a. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/541357-o-legado-de-pe-iasi-e-a-critica-a-politica-indigenista-brasileira-entrevista-especial-com-egydio-schwade>>.

SCHWADE, Egydio. A atual política indigenista brasileira permanece nos moldes deixados pela ditadura militar. Entrevista concedida ao **IHU Online**: Revista Instituto Humanitas. Unisinos, São Leopoldo, 2 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/528748-evangelizacao-e-o-que-ajuda-los-a-lutar-pelas-suas-terras-entrevista-especial-com-egydio-schwade>>.

SEAWRIGHT, Leandro. Etno-história-oral: a sobrevivência de uma indígena Kaingang à época da ditadura militar brasileira. *Religião e Protagonismo*. **Fronteiras: Revista de História**. Dourados, v. 19, n. 34, Jul. / Dez. 2017. p. 280 – 301.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e ditadura no Brasil: Veja e consenso. In: Padrós, Enrique Serra (org.). **Cone Sul em tempos de Ditaduras: reflexões e debates sobre a história recente**. Editora Evagraf/UFRGS, 2013.

SILVA, Edson; SANTOS, Ana Maria Barros. A política indigenista dos governos militares na imprensa alternativa: uma face da história do nosso tempo. **Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 13 a 15 de outubro de 2014.

SILVA, Paulo da Silva; LIMA, Izaíra Thalita da Silva. Discursos e Práticas da/na Política Desenvolvimentista da Ditadura Militar Brasileira: Efeitos sobre os Povos Indígenas. **Exodus: conto e recontos**, n. 13, 2016.

SILVA, Ilma Maria de Oliveira. Lideranças indígenas para além do emaranhado de conceitos e funções nos rastros da história: um exercício de escuta. **Pesquisa & educação a distância**, n. 6, 2020.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. **“Trajetório Indígena” e Trajetórias de vida: a agência do feminino na relação com os territórios, corpos e pessoas Kaingang**. (Tese). UNIVATES. Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Lajeado, 2020.

SIMONIAN, Ligia. **Uma experiência entre Indígenas e Cafusas/os do Sul – Um Relato Preliminar, Seus Limites e Avanços**. Apresentado no GT Política Indigenista – Etno-desenvolvimento. ANPOCS. Rio de Janeiro: Itatiaia. Agosto, 1990.

SOUZA LIMA, A. C. **Um Grande Cerco da Paz**. Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Jheuren Karoline Costa de. Mulheres indígenas e ditadura militar brasileira. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 343-363, jul./dez. 2018.

TEDESCO, João Carlos. VANIN, J. Ações coletivas de luta pela terra e de defesa de modos de vida: índios, comunidade negras e colonos no norte do RS. Um histórico de conflito. In: João Carlos Tedesco e Henrique Kujawa. (Org.). **Conflitos agrários no Norte Gaúcho. Indígenas, negros e colonos**. Porto Alegre e Passo Fundo: Letra & Vida e IMED, 2013, v. 1, p. 11-56.

TEDESCO, João Carlos. VANIN, Alex Antônio. CARINI, Joel João. Intrusão, expulsão e organização indígena: o protagonismo do cacique Nelson Xangrê na luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul – 1975-1978. In Rocha, Humberto José da. TEDESCO, João Carlos. MYSKIW, Antônio Marcos. (Orgs.). **História dos movimentos sociais de luta pela terra no sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo, Acervus Editora, 2021.

TOMMASINO, Kimiye. ALMEIDA, Ledson Kurtz. Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. **Mediações**, Londrina, v. 19 n. 2, p. 18-42, JUL./DEZ. 2014.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

VALENTE, Rubens. Agonia e extinção do Serviço de Proteção aos Índios no regime militar. **Campos**, v. 20, n. 2, jul.dez. 2019. pp. 37-58.

VEIGA, Juracilda. **Rituais e cosmologia Kaingang**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Antropologia – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, 2000.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura kaingang**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.

VICTOI, Raquel Simões. **Liberdade de consciência em Michel de Certeau: experiência, ciência e heterologia**. Programa de Pós-Graduação em História (Tese), UFG, 2022.

DECRETOS E LEIS

BRASIL. Decreto nº 8.072 Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, 1910.

BRASIL. Decreto nº 3.454. Serviço de Proteção aos Índios, 1917.

BRASIL. Decreto nº 17.684. Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, 1945.

BRASIL. Lei 5.371. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. 1967.

BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971. Cria a PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ACERVO ARMAZÉM DA MEMÓRIA

ARMAZÉM DA MEMÓRIA CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL – AMCRV. Hemeroteca Indígena., 2020. Disponível em: <<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pesq=cimi&hf=armazemmemoria.com.br&pagfis=0>> Acesso em: março/2021.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 1, 1972.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 2, 1972.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 3, 1973.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 8, 1973.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 9, 1974.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 14, 1974.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 16, 1974.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 19, 1975.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário n° 20, 1975.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 22, 1975.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 23, 1975.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 24, 1975.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 25, 1975.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 28, 1976.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 29, 1976.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 31, 1976.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 32, 1976.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 34, 1977.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 36, 1977.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 37, 1977.

Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 38, 1977.

- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 42, 1977.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 43, 1977.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 44, 1978.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 46, 1978.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 47, 1978.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 48, 1978.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 52, 1978.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 54, 1979.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 57, 1979.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 64, 1980.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 66, 1980.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 69, 1981.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 73, 1981.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 74, 1981.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 75, 1976.
- Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário, n° 76, 1981.
- Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, n°1, 1976.
- Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, n°2, 1976.
- Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, n°3, 1977.
- Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, n°4, 1977.
- Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, n°6, 1978.
- Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, n°7, 1979.
- Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, n°8, 1979.
- Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, n°10, 1979.

Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, nº12, 1980.

Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, nº13, 1980.

Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, nº14, 1981.

Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, nº15, 1981.

Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, nº20, 1983.

Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, nº21, 1983.

Boletim Luta Indígena: informativo dos índios e missionários do Sul do Brasil, nº23, 1984.

ACERVO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

ACERVO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ACERVO ISA. 2019. Disponível em: <<http://acervo.socioambiental.org>> Acesso em: novembro/2018.

A TRIBUNA. “Chefe nomeado pela Funai é expulso pelos caingangues”, 19/10/1983.

COOJORNAL. “A guerra dos pobres no meio da riqueza”, maio/1978.

CORREIO DO POVO. “Igreja denuncia grave situação dos índios no Rio Grande do Sul “01/06/1968.

CORREIO DO POVO. “Funai verifica ação da Assembleia de Deus entre os indígenas”, 14/10/1971.

CORREIO DO POVO. “Empréstimos aos índios para lavoura de trigo”, 12/06/1981.

CORREIO DO POVO. “Índios buscam o direito de escolher seu cacique”, 30/01/1983.

CORREIO DO POVO. “Funai manda desarmar índios em Miraguaí”, 04/06/1983.

FOLHA DA TARDE. “A triste história dos índios Kaingang”, 18/03/1968.

FOLHA DA TARDE. “Tuberculose ataca índios de Votouro e Nonoai”, 31/07/1970.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Índio não confia em branco nenhum”, 12/05/1978

DIÁRIO DO PARANÁ. “Pastor revela entrega de armas: índios”, 08/12/1979.

DIÁRIO DO PARANÁ. “Pastor revela entrega de armas: índios”, 02/12/1979.

DIÁRIO DO PARANÁ. “ANAI ameaça Paulipetro em P. Alegre”, 05/02/1981.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Denunciado uso de área Indígena como aeroporto”, 10/08/1978

FOLHA DE SÃO PAULO. “Funai autoriza colonos a colherem safra em Nonoai, 18/05/1979.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Funai intervém em disputa por chefia de tribo”, 29/01/1983.

FOLHA DE SÃO PAULO. “FUNAI abre inquérito no RS”, .24/10/1983.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Deputado acusa Funai de prejudicar Caingangues”, 01/02/1984.

JORNAL DA TARDE. Começa o mais difícil: investigar a guerra entre os índios”, 06/06/1983.

JORNAL DA TARDE. “Os pastores eram contra as orientações do Cacique. Foram presos”, 22/03/1985.

JORNAL DE BRASÍLIA. “Inquérito da FUNAI incrimina chefe de postos dos Nonoai”, 23/10/1983.

JORNAL DE SANTA CATARINA. “Sonda de Petróleo, uma nova ameaça aos Kaingang de Nonoai”, 10/02/1981.

JORNAL DO BRASIL. “Colonos do Sul podem deixar área da Funai”, 24/12/1971.

JORNAL DO BRASIL. “Índia gaúcha revela carta que mandou a Geisel contra invasores de suas terras”, 13/08/1975.

JORNAL DO BRASIL. “Funai quer terra doada em cartório”, 11/09/1976.

JORNAL DO BRASIL. “Funai e Polícia procuram torturadores de índios na reserva sulista de Nonoai”, 15/09/1976.

JORNAL DO BRASIL. “Funai acusa o Rio Grande do Sul de apropriar-se por ardil da reserva de Nonoai”, 16/09/1976.

JORNAL DO BRASIL. “Inquérito apura se RS ocupou área indígena”, 17/09/1976.

JORNAL DO BRASIL. “Bispo nega conivência da Igreja na miséria indígena”, 17/03/1977.

JORNAL DO BRASIL. “Índios fazem assembleia nacional e lançam manifesto”, 19/04/1977.

JORNAL DO BRASIL. “Índios em assembleia fazem carta de reclamação à Funai”, 21/04/1977.

JORNAL DO BRASIL. “Revolta de índios ameaça alastrar-se a 3 Estados do Sul”, 19/05/1978.

JORNAL DO BRASIL. “Especialistas condenam projeto de emancipação indígena”, 03/12/1978.

JORNAL DO BRASIL. “Cimi afirma que reforma agrária de Brizola não passou de áreas indígenas”, 27/09/1979.

JORNAL DO BRASIL. “OAB-RS submete denúncia à comissão”, 13/12/1979.

JORNAL DO BRASIL. “Funai assina convenio de Cr\$ 15 milhões para os índios de Guarita no Sul”, 12/06/1981.

JORNAL DO BRASIL. “Funai celebra tratado de paz no Sul”, 30/01/1983.

JORNAL DO BRASIL. “Índios mortos em conflito no Sul são seis e feridos 13”, 04/06/83.

JORNAL DO BRASIL. “Índios revoltados no Sul impedem chefe da FUNAI de assumir novo cargo”, 19/10/1983.

JORNAL DO BRASIL. “Índios mandam diretor da FUNAI carregar ‘suas malinhas’ e o demitem”, 22/11/1985.

JORNAL DO COMPERCIO. “Índios entregam documento ao governador pedindo de volta a sua terra”, 27/05/1980.

MOVIMENTO. “A riste guerra dos caingang”, 22/05/1978.

NOTÍCIAS POPULARES. “Índios querem chefe afastado pela FUNAI”, 24/10/1985.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Trabalho, a resposta da Funai”, 14/09/1969.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai cria curso para os novos indigenistas”, 01/07/1973.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índios Gaúchos ganham crédito agrícola de Cr\$ 2 milhões”, 14/10/1973.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Caingangues lutam para reaver terra”, 19/05/1974.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Os índios querem as suas terras pela lei” ,20/05/1974.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Padre denuncia a miséria dos índios”, 07/03/1975.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Padre acusa Funai de explorar índios”, 12/06/1975.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Cimi denuncia irregularidades e ineficiência da Funai no Sul”, 08/08/1975.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Ismarth diz que denúncias do Cimi são improcedentes”, 9/08/1975.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índio faz críticas à Funai”, 19/06/1976.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Colonos ficam nas reservas”, 30/08/1975.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “No dia do Índio, a Funai procura madeira furtada”, 20/04/1976.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Denunciada séria violência em área indígena no Sul”, 13/09/1976.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Invasões afligem Kaingang no Sul”, 07/10/1976.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Reunião discute conflito de orientação dentro da Funai”, 10/12/1976.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai teme revolta de índios no Paraná”, 16/02/1977.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Na carta, índios reiteram seus pedidos à FUNAI”, 24/03/1977.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índio quer direito de reunião”, 30/04/1977.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índio de Nonoai revela agressões”, 18/06/1977.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Congresso Indígena veta emancipação”, 28/04/1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índios querem dirigir escola”, 10/05/1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Ismarth acusa estranhos”, 11/05/1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índio não confia em branco nenhum”, 12/05/1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Criticada mudança de colonos para reserva florestal”, 18/05/1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai prevê novos ataques no Sul”, 19/05/1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai: grupos influenciam índios”, 26/07/1978.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índios acusam chefe de posto”, 08/02/1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai desconhece a emancipação no Sul”, 14/02/1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Ismarth é contra, mas acha emancipação viável”, 16/02/1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai rejeita emancipação”, 17/02/1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Cimi denuncia pressão da Funai”, 16/02/1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “ANAI contesta emancipação”, 20/02/1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índios querem dirigir escola”, 10/07/1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Para Cimi, plano de Brizola só atingiu índios”, 28/09/1979.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Nonoai: chefe do posto é acusado”, 29/09/1979.

- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Denunciados desvios de verba indígena”, 09/10/1979.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Chefe da Funai acusa o Cimi de instigar índios”, 20/06/1980.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Cacique quer atendimento”, 14/08/1980.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai fará convênio para atender Nonoai”, 21/02/1981.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai libera plantações interditas na reserva”, 19/03/1981.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “A vez e a voz do índio”, 14/05/1981.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai evita golpe para derrubar cacique no Sul”, 10/05/1983.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai responsabilizada pela morte dos índios”, 04/06/1983.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Começa o mais difícil: investigar a guerra entre os índios”, 06/06/1983.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Funai nega intervenção após conflito dos índios”, 07/06/1983.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Índios fazem acordo de paz no Sul”, 23/06/1983.
- O GLOBO. “XI Assembléia de chefes indígenas”, 28/05/1978.
- O GLOBO. “Funai: reserva onde morreram 11 índios terá posto de saúde”, 26/02/1981.
- O GLOBO. “Funai pode intervir para pacificar caingangues”, 04/06/1983.
- O GLOBO. “Pressão dos caingangues tira delegado da FUNAI”, 22/11/1985.
- O LIBERAL. “Índio gaúcho só quer as terras de volta e não ajuda do governo”, 17/04/1980.
- O LIBERAL. “Foram 12 os índios mortos por sarampo na reserva”, 28/02/1981.
- O LIBERAL. “Índios contra o candidato que quer suas terras”, 24/08/1982.
- O LIBERAL. “Funcionário vendia madeira dos índios no posto da Funai”, 23/10/1983.
- REPORTER. “Fon-Korén tun Kaingang! (Intrusos fora da terra caingangue”, junho/1978.
- VEJA. “Os conflitos de Nonoai”, maio/1978.
- ZERO HORA. “Evangélicos preocupados com os índios de Tenente Portela”, 30/11/1979.
- ZERO HORA. “Índios pedem apoio político”, 09/05/1980.
- ZERO HORA. “Um estudo dos antropólogos da Fidene de Ijuí mostra que os índios gaúchos já foram desapropriados em mais de 50% do território de suas reservas desde 1913”, 18/05/1980.

ZERO HORA. “Índios de Nonoai querem vender madeira para comprar sementes”, 14/08/1980.

ZERO HORA. “As portas da reserva de Guarita estão abertas para os granjeiros. Por quê?”, 21/03/1981.

ZERO HORA. “A diarreia está matando os nossos indígenas”, 23/11/1981.

ZERO HORA. “PMDB vai investigar a denúncia da ANAI”, 25/08/1982.

ZERO HORA. “Antropóloga condena descaso com índios”, 12/08/1982.

ZERO HORA. “Briga de caciques”, 27/01/1983.

ZERO HORA. “Equipe da Funai busca acordo de paz”, 28/01/1983.

ZERO HORA. “Funai conseguiu a paz entre os Caingangue”, 29/01/1983.

ZERO HORA. “Cainganguês comemoram a paz”, 30/01/1983.

ZERO HORA. “Para representante da Funai, divisão foi a solução mais certa”, 01/02/1983.

ZERO HORA. “Até quando vai durar a paz em Miraguai?”, 02/02/1983.

ZERO HORA. “ANAI vai interpelar Funai judicialmente”, 04/03/1983.

ZERO HORA. “Funai não afasta possibilidade de intervenção federal”, 08/03/1983.

ZERO HORA. “Cainganguês unidos pedem ajuda à Funai”, 30/03/1983.

ZERO HORA. “Na guarita, tentativa de golpe e ameaças de mortes”, 09/05/1983.

ZERO HORA. “Anai, já esperava conflitos”, 10/05/1983.

ZERO HORA. “Morte entre os Cainganguês”, 04/06/1983.

ZERO HORA. “Cainganguês temem novos confrontos”, 13/06/1983.

ZERO HORA. “Pelotões da Brigada mantêm paz na reserva”, 21/06/1983.

ZERO HORA. “Promessa dos índios: desta vez paz é pra valer”, 23/06/1983.

ZERO HORA. “Índios não aceitam novo chefe branco”, 18/10/1983.

ZERO HORA. “Índios de Nonoai querem ficar com chefe atual”, 22/10/1983.

ZERO HORA. “Se ajuda da Funai não chegar a paz termina”, 29/01/1984.

ZERO HORA. “Índios prendem chefe do Posto que proibiu comércio”, 13/01/1984.

ZERO HORA. “Índios fazem pedido a Jair”, 25/02/1984.

ZERO HORA. “ANAI quer colono fora da terra dos índios”, 16/03/1984.

ZERO HORA. “Decisão da Funai trará problemas aos índios”, 03/04/1984.

ZERO HORA. “A luta da tribo caingangue pela posse das terras”, 11/04/1984.

ZERO HORA. “Índios não querem mais saber da FUNAI”, 10/05/1984.

ZERO HORA. “Funai dá mais dinheiro para reservas indígenas”, 31/04/1984.

ZERO HORA. “Índios pressionam. E o delegado da FUNAI se demite”, 22/11/1985.

ZERO HORA. “Funai continua sem delegado no Estado”, 23/11/1985.

ZERO HORA. “Caciques decidem escolher o novo delegado da FUNAI”, 26/11/1985.

ZERO HORA. “Funai já tem seu delegado regional. Que pede paz “, 27/11/1985.

ZERO HORA. “Assessor da Funai quer liberar arrendamentos”, 30/11/1985.

ZERO HORA. “Apoena entregou aos índios Cr\$ 300 milhões”, 09/12/1985.

ZERO HORA. “ANAI busca provas para contestar Funai”, 24/12/1985.

ZERO HORA. “ANAI luta para ampliar área dos caingange”, 26/12/1985.

ZERO HORA. “Funai desmente transferência de reserva”, 26/12/1985.

ARQUIVO IECLB

ARQUIVO IECLB. Fundo de Obra Missionária da IECLB (Missão Indígena Porto dos Gaúchos/Posto dos Canoeiros/MT e Toldo Guarita/RS). Faculdade EST, São Leopoldo-RS.

OM 6/3 Setor Agrícola, período 1978-1980.

OM 6/4 Enfermaria, período 1974-1980.

OM 6/5 CTPCC e enfermaria.

OM 20/3 Enfermaria: fichas de atendimentos efetuados.

OM 21/1 Enfermaria: CTPCC, fichas de atendimentos efetuados.

ARQUIVO NACIONAL

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL – SIAN. Fundo SNI, 2020.
Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp> Acesso em:
junho/2020.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75089996_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77102330_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77106276_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77103734_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77105276_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77111699_D0002DE0003

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012851_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012610_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85048277_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000007_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000196_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001490_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002457_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003242_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003621_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002542_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005090_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004340_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005038_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006246_D0001DE0002

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009247_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008470_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008657_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010696_D0001DE0001

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_83014691_D0001DE0001

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL – SIAN. Fundo ASI/FUNAI, 2020. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp> Acesso em: junho/2020.

BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

BR_DFANBSB_AA3_0_ECI_0002_D0001.

BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0002_D0001DE0001

BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0005_D0001DE0001

BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0006

BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0010_D0001DE0001

BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0020_D0001DE0001

BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_AEC_0003_D0001DE0001

BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0022_D0001DE0001

BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0029_D0001DE0001

BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

MEMORIAL JESUÍTA - UNISINOS

MEMORIAL JESUÍTA – UNISINOS. Acervo Júlio Gaiger. São Leopoldo/RS.

Memorial jesuíta – UNISINOS. Júlio Gaiger. A questão indígena no Brasil: os desafios de hoje. Brasília, 1988/1989.

Memorial jesuíta – UNISINOS. Júlio Gaiger. Texto-proposta: Por uma política indigenista alternativa. Porto Alegre, 1981.

Memorial jesuíta – UNISINOS. Júlio Gaiger. II Curso para jovens Kaingang: Legislação. Porto Alegre, Chapecó, 1983a.

Memorial jesuíta – UNISINOS. Júlio Gaiger. Sociedades Indígenas e o Direito. Proposta para debate: a questão das etnias e a constituinte (aportes de direito comparado). Florianópolis, 1983b.

Memorial jesuíta – UNISINOS. Júlio Gaiger. Convênio com a FUNAI convém? Aspectos Jurídicos. Parecer CIMI. Brasília, 1985.

Memorial jesuíta – UNISINOS. Júlio Gaiger. Recursos Jurídicos para a reconquista e garantia das Terras indígenas. ANAI. Porto Alegre, 1986.

Memorial jesuíta – UNISINOS. Júlio Gaiger. Ficha Técnica. São Leopoldo, 2005.

APÊNDICE A – PESQUISA NO AN – FUNDO SNI

ARQUIVO NACIONAL
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL - SIAN
FUNDO – SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)

MEIO DE BUSCA

Acesso: Jun/20

Tabulação dos dados: Jun/20

Termos pesquisados: FUNAI; Nonoai; Guarita; ANAI; CIMI; IECLB;

Período pesquisado: 1968-1985 (Arquivo Digital)

Quantidade de arquivos nos resultados: 1378

Arquivos salvos para pesquisa: 108

INTEGRANTES DAS ORGANIZAÇÕES DE APOIO E ATIVISTAS

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78115328_D0001DE0001

- 09/10/1968 - Conferência de D. Tomás Balduino na UNISINOS, com participação e organização CIMI, ANAI e Diretório Acadêmico Direito/UNISINOS;
- Informações dos temas abordados na palestra;
- Ênfase ao assunto da emancipação, críticas à política indigenista oficial e a FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78115831_D0001DE0001

- 21/11/1978 – Campanha contra a emancipação;
- Encontro entre sociólogos, sertanistas, integrantes do CIMI e ANAI debateram sobre a “falsa emancipação” das comunidades indígenas;
- Informações sobre a atuação do “Clero Esquerdista”, críticas feitas pelo CIMI à FUNAI, SNI e ao projeto de emancipação;
- Informações de uma “Mesa Redonda sobre a emancipação do índio”;
- Envolvidos: Cacique Nelson Jacinto (de Nonoai); D. Thomás Balduino; Orlando Villas Boas; Darcy Ribeiro. Carmen Junqueira; Roberto Cardoso; Roque Laraia; Júlio Cesar Melatti.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79000953_D0001DE0001

-
- 19/12/1978 – Palestra sobre a situação da terra e do índio no Brasil/UNISINOS;
 - Palestra organizada pelo CIMI, ANAI e, informações sobre os assuntos abordados na palestra
 - Mesa composta por D. Tomás Balduino (CIMI), José Pelegrini, Caio Lustosa (ANAI) e Mauro Pinto.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80009535_D0001DE0001

- 25/04/1980 - Informações sobre o documentário “Terra dos índios” e o PI Nonoai;
- Informações de que o documentário (narrado por D. Tomás Balduino e Darcy Ribeiro) retrata o governo como inimigo dos índios.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80011870_D0001DE0001

- 18/11/1980 – Atividades de grupos religiosos e informações sobre a atuação deles com ideias políticas e econômicas opostas as do governo;
- Informações de que ABA, CIMI e ANAI desenvolvem um trabalho de contestação das políticas indigenistas oficiais;
- Identificação de líderes, militantes e correntes e linhas da Igreja Católica, que estaria assumindo função posições políticas.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83035775_D0001DE0001

- 25/07/1983 – Atuação de Lígia Simonian no PI Nonoai;
- Informação de que Lígia Simonian estaria insuflando os indígenas de Nonoai e se juntares aos da Reserva Florestal de Rio Bonito para invadirem a área.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86053692_D0001DE0001

- 17/01/1986 - Informação veiculada no jornal ZH sobre o conflito de Miraguaí;
- Informação sobre a expulsão da Missão Luterana;
- Informação de que Pe. Meliá, Pastor Lúcio Schwingel e jornalistas da ZH estariam interferindo no trabalho da FUNAI e que religiosos estariam doutrinando os indígenas.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_78000028_D0001DE0001

- 18/12/1978 - Panfleto contracorrente UNISINOS (Cópia do panfleto);
- Informações sobre o conteúdo do panfleto em circulação;
- Panfleto possui a proposta de formar uma comissão de apoio ao índio.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000404_D0001DE0001

- 12/12/1978 – Atuação de Lígia Simonian no PI Nonoai;
- Informação de que Lígia teria solicitado recursos provenientes da Holanda para empregar em trabalho no PI Nonoai.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000802_D0001DE0001

- 23/03/1979 – Atuação de Lígia Simonian no PI Nonoai;
 - Informação de que Lígia foi vista jantando com o Antônio Vicente, Chefe do PI Votouro;
 - Informação de que o cacique de Nonoai recusou conversar com Lígia, alegando que ela teria criado problemas na reserva e que ela tem mantido frequente contato com Luteranos.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001604_D0001DE0001

- 06/08/1980 - Quadro de entidades de apoio ao índio;
- CIMI, CPT, AGS, ANAI;
- Informações contendo nomes e localidades dos envolvidos.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001818_D0001DE0001

- 24/08/1980 – Missão Novas Tribos do Brasil;
- Informações que se trata de um grupo norte-americano atuando em mais de 30 aldeias no Brasil, a qual tem como responsável o pastor Timothy Mark Brennan;
- Informação de que essa missão possui 25 ha de terras junto à reserva de Nonoai e, que esta missão foi acusada de espionagem na Amazônia.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002229_D0001DE0001

- 04/02/1981 – Missão Novas Tribos do Brasil;
- Informação de que esta missão atuou no PI Nonoai de 1953-1967
- Lista de pessoas ligadas a entidade.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002236_D0001DE0001

- 04/02/1981 – Missão Novas Tribos do Brasil;
- Informação de que a referida missão busca autorização para ministrar trabalhos na área de agricultura, saúde e educação no PI Nonoai;
- Solicitação de informações: por que a missão saiu da área anteriormente, os nomes que já atuaram na missão em Nonoai, os motivos que desejam retornar e os antecedentes das pessoas envolvidas na missão.

AN, Fundo SNI, Cód: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_81002602_d0001de0001

- 08/05/1981 – Missão Novas Tribos do Brasil;
- Informações sobre a sede da Missão nos EUA e Brasil, assim como, local e povos com quem mantém trabalhos;
- Lista de objetivos da referida missão no PI Nonoai.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83007425_D0001DE0001

- 04/10/1976 – Informações sobre o Pe. Emílio Shwantz, de que era vinculado a UNISINOS, de que seria um dos fundadores do CIMI e que recebia dinheiro da Alemanha Oriental para aplicar nas atividades do CIMI, sob cobertura que seriam recursos para CNBB;
- Informação de que o CIMI era ligado a OPAN e que para ingressar na entidade era necessário o consentimento do Pe. Emílio;
- Informação de que o CIMI era usado para fins subversivos e que seus componentes eram treinados na Vila Morenza em Porto Alegre/RS, pertencente aos jesuítas.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84010014_D0001DE0001

- 30/04/1975 – “Encontro entre ajuda missionária” que ocorreu em Caxias/RS, contou com a participação de entidades como, OPAN, COM, OED, etc;
 - Lista de participantes e lista de materiais e folhetos apreendidos em Caxias;
 - Informação de que haveria conteúdo subversivo de autoria de Antonio Cechim e Frei Beto.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012428_D0001DE0001

- 05/06/1985 – Encontro de entidades indígenas em Passo Fundo/RS;
- Encontro discutiu a atuação da FUNAI, a situação dos PI da região sul do país e a atuação das próprias entidades presentes no encontro;
- Participaram do encontro entidades como, CIMI, ANAI, IECLB, GTME, FAPES e Pastoral Indígena;
- Nesse encontro foi produzido um documento para a FUNAI com pautas para uma nova política indigenista no sul.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_MMM_81001234_D0001DE0001

- 07/05/1981 – I Assembleia Geral da União das Nações Indígenas;
- Participaram 24 caciques, 120 indígenas e entidades como, CIMI, ANAI, Comissão Pró-índio etc;
- Lista de participantes e informações sobre a programação.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_RRR_84009550_D0001DE0001

- 28/11/1984 – Novas Tribos do Brasil (Continuidade de informações);
- Informações sobre os trabalhos de assistência social desenvolvido em outras 32 reservas indígenas no Brasil;
- Cópia do Estatuto da Missão.

ANAI/RS

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77106276_D0001DE0001

- 30/05/1977 – Informações sobre a criação da FUNAI;
- Solicitação dos antecedentes dos integrantes da ANAI;
- Relatório sobre o “Encontro sobre o índio brasileiro”, promovido pelo Instituto Cultural Brasileiro – Alemão;
- Informações sobre críticas feitas a FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012610_D0001DE0001

- Atividades da ANAI;
- Informações sobre a atuação do Adv. Caio Lustosa.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012851_D0001DE0001

- 10/12/1980 – Atividades ANAI no RS;
- Informação de que integrantes da ANAI trouxeram índios GUARANI para participar de suas reuniões em Porto Alegre;
- Informação de que ANAI buscava apoio da OAB para ingressar na justiça contra a União;
- Reunião no escritório do adv. Caio José Lustosa;
- Lustosa teria participado de uma reunião com antropólogos, advogados e representantes de organização internacional (Surviver);
- Cópias de reportagens.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85048277_D0001DE0001

- 07/03/1985 – Atuação da ANAI para impedir a construção de uma estrada que cortaria o PI Guarita.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86053555_D0001DE0001

- 06/01/1986 – Insatisfação da ANAI com a nomeação de Álvaro Villas Boas para dirigente da FUNAI, alegando ser uma pessoa corrupta e por caluniar antropólogos e entidades de apoio aos indígenas.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000007_D0001DE0001

- 01/12/1978 – Informação de que a ANAI pretendia difundir um Boletim Informativo no interior do PI Nonoai por Lígia Simonian;
- Informação de que o referido Boletim possuía conteúdo contra a política indigenista vigente;
- Cópia do Boletim.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000196_D0001DE0001

- 21/02/1979 – Congresso Missionário: Missa em São Miguel/RS;
- CIMI e ANAI organizaram o evento ministrado por D. Tomás Balduino;
- Informações sobre a cerimônia religiosa e sobre os presentes;
- Informação de que o conteúdo da missa era de cunho político e antropológico;
- Cópia dos cânticos entoados na missa;
- Anexo: fotos e identificação dos presentes.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001490_D0001DE0001

- Informação de que antropólogos e integrantes da ANAI (Sílvio Coelho, Ana Elisa Nacki, Cecília Vieira Helm, Alcida Rita Ramos e Luiz Carlos Half) estariam no PI Ligeiro e que estariam fazendo um levantamento dos prejuízos que os indígenas teriam com a construção de uma barragem sob o Rio Pelotas;
- Informação de que teriam aplicado questionários aos índios e distribuído panfletos;
- Cópia do questionário.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001604_D0001DE0001

- 06/08/1980 – Entidades de apoio ao índio;
- Lista de apoiadores (ANAI), respectivas áreas de atuação no RS e objetivos.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002542_D0001DE0001

- 29/04/1981 – I Assembleia Geral da União das Nações Indígenas;
- Informação sobre uma matéria publicada no jornal Correio do Povo, abordando a política indigenista oficial. Jornalista Antônio Carlos Holfeldt;
- A referida reportagem traz a posição da ANAI sobre o assunto;
- ANAI pretende levar essa posição para a I AGUNI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003242_D0001DE0001

- 03/08/1981 – Informações sobre a criação da ANAI;
- Cópias de documentos da criação da ANAI, todos com autenticação em cartório (ata, certidão e estatuto).

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005038_D0001DE0001

- 17/08/1982 – Atividades da ANAI;
-

-
- Denúncias de Lígia Simonian sobre a transferência compulsória de indígenas de Votouro para o PI Nonoai/ RS.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005090_D0001DE0001

- 25/08/1982 – Nova diretoria da ANAI;
- Informações sobre como ficou constituída a nova diretoria;
- Acusações ao trabalho da FUNAI;
- Pequena biografia com foto de integrantes dessa nova direção.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005154_D0001DE0001

- 30/08/1982 – Informação sobre a nova constituição da direção da ANAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006246_D0001DE0002

- 25/04/1983 – Atividades dos principais movimentos de pressão atuantes no RS;
- Informação de que a ANAI era um desses movimentos;
- Informação sobre as principais lideranças, posições ideológicas e reivindicações.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008292_D0001DE0001

- 24/07/1978 – Informações sobre a atuação de Lígia Simonian, líder do núcleo ANAI/Ijuí;
- Informação de que Lígia teria ministrado uma palestra em Pelotas intitulada “A Política Imperialista Brasileira”;
- Informação de que Lígia foi convidada a ministrar um curso de indigenismo no semestre seguinte.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009247_D0001DE0001

- 20/07/1984 – Folheto de Propaganda da ANAI;
- Informação de que Júlio Gaiger esteve no PI de Ligeiro, mas que foi repellido pelo Cacique;
- Informação de que Gaiger deixou no PI Ligeiro, um folheto explicando a atuação da ANAI e criticando a FUNAI;
- Cópia do folheto.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010577_D0001DE0001

- 04/01/1985 – Atividades da ANAI;
- Informações sobre as atividades desenvolvidas pela ANAI no decorrer do ano de 1984 no RS.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010696_D0001DE0001

- 30/05/1977 - Informações sobre a criação da ANAI, sobre o núcleo de Ijuí/ANAI;
- Informação de que a ANAI possui proximidades com CIMI, porém não tem simpatia a determinados líderes religiosos (Vicente Scherer);
- Informação de que a ANAI conta com apoio da imprensa (Correio do Povo e Zero Hora);
- Lista de integrantes da ANAI.

CIMI/RS

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_75089996_D0001DE0001

- 07/11/1975 – 1º Simpósio Nacional de Estudos Missionários;
-

-
- Críticas de Egídio Schwade a FUNAI;
 - Informações sobre as ideias abordadas por Schwade em palestra;
 - Cópias da programação do Simpósio e de reportagens falando sobre ele.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77102330_D0001DE0001

- 01/04/1977 – Realização de curso do CIMI em Ijuí;
- Curso *Indigenismo: possibilidades de ação*, ministrado por Lígia Simonian na FIDENE;
- Informações sobre os temas abordados no curso;
- Cópias do programa do curso, participantes, textos e de reportagens.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77103734_D0001DE0001

- 20/05/1977 – Informações sobre o coordenador do CIMI/SUL, Padre Egon Dionísio Heck, sobre suas críticas a FUNAI e sua atuação em 1977.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77105276_D0001DE0001

- 24/03/1977 – III Assembleia Nacional Indigenista do CIMI/SUL, contou com cerca de 60 pessoas entre religiosos e indígenas (Índio Nelson Jacinto; Índio João Carlos; Índio Armando; Thomáz Balduino; Egídio Schwade; Egon Heck; Pastor Martins);
- Informações sobre os debates da situação dos PI do Sul;
- Destaque das principais lideranças religiosas;
- Cópias de documentos referentes aos assuntos tratados na assembleia.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78111974_D0001DE0001

- 29/05/1978 – Pronunciamento do Pe. Antônio Iasi no RS;
- Informações sobre as críticas a FUNAI feitas por Iasi em palestra para secundaristas e universitários no RS;
- Informações sobre a palestra de Iasi na Câmara dos Vereadores de Pelotas, sobre a situação dos índios no Brasil;
- Informações sobre o teor das críticas a FUNAI que foi chamada de “Fundação Nacional do Investimento” e “Funerária Nacional do Índio”;
- Informações sobre a palestra de Iasi em Santa Maria, referente à temática indígena e as terras brasileiras;
- Trechos dos cinco programas gravados por Iasi a programas de rádio;
- Cópias de reportagens tratando das visitas de Iasi no RS e suas palestras.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79004547_D0001DE0001

- 02/07/1979 – Informações sobre o conteúdo do Boletim intitulado “Luta Indígena” do CIMI/Sul;
- Informações de que o conteúdo do boletim dá ênfase em aspectos negativos sobre a situação dos PI do RS.
- Cópia do referido Boletim do Cimi.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80009296_D0001DE0001

- 27/06/1980 – VI Assembleia Regional Sul do CIMI;
- Informações sobre os assuntos tratados na Assembleia que ocorreu em Curitiba.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80011809_D0001DE0001

-
- 08/04/1980 - Informação de que o CIMI pretendia fundar no Brasil uma “Federação do índio”;
 - Lista nominal de 27 integrantes do CIMI, incluindo funcionários da FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_84042880_D0003DE0004

- Sem data - Relação de eventos ocorridos em áreas indígenas de todo o Brasil, assim como, seus respectivos envolvidos e órgãos atuantes;
- Caso de Guarita envolvendo os indígenas Domingos Ribeiro e Ivo Ribeiro.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_83014691_D0001DE0001

- 13/09/1983 – 5º Assembleia Nacional do CIMI;
- Informações sobre os assuntos tratados na referida assembleia.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004340_D0001DE0001

- 02/04/1982 – Levantamento nominal de religiosos e leigos que colaboram com governo no RS;
- D. Scherer destacado como um dos mais alinhados com o governo; Pe. Inácio Vale, Maria do Carmo Gasparetto, Reinaldo Kroth. Desembargador José Danton de Oliveira, Pe. Francisco Brys, Irmão Isidoro, PE. Pedro Cunegatti.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008470_D0001DE0001

- 09/05/1977 – Palestra de Egídio Schwade no diretório central de estudantes da PUC/RS;
- Informações sobre os assuntos tratados na fala de Schwade, inclusive suas críticas a FUNAI;
- Informação de que o CIMI está tumultuando a política indigenista;
- Cópia de panfleto distribuído ao fim da palestra;
- Informações sobre as atividades desenvolvidas por Schwade.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010698_D0001DE0001

- 25/05/1978 – Encontro nas ruínas de São Miguel ANAI/CIMI/OPAN;
- Informações sobre as atividades de D. Thomáz Balduino e D. Pedro Casaldáliga no RS;
- Informações sobre críticas dos nominados a FUNAI, inclusive de boicotar o evento em que compareceram apenas quatro indígenas entre os 200 presentes;
- Cópias de reportagens.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_80000711_D0001DE0001

- 19/06/1980 – Atuação do CIMI;
- Informações sobre uma série de publicações do CIMI na imprensa;
- Informações sobre o folheto elaborado pelo CIMI e intitulado “Emancipação: Estado vai cuidar do índio”.
- Cópia no folheto (informações do PI Nonoai);
- Informação de que quem distribuiu o folheto era funcionário da FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008657_D0001DE0001

- 22/06/1977 – Reflexões sobre a Missão Social da Igreja;
 - Presença dos Kainang Xangrê, Meiê e Kagrê; Críticas ao governo e informações sobre o referido evento.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77111699_D0002DE0003

- 11/10/1977 - Informações Sobre a atuação do “clero esquerdista”;
- Críticas à atuação do CIMI;
- Informações sobre o CIMI e envolvimento nas Assembleias Indígenas;
- Informações sobre a VII Assembleia Nacional do índio nas Ruínas de São Miguel;
- Informações sobre conflitos entre índios e posseiros nos PI do RS.

IECLB/RS

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_77102815_D0001DE0001

- Informações sobre as correntes doutrinárias da IECLB;
- Cópia da relação de pastores e organização da IECLB;

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000138_D0001DE0001

- Atuação do Pastor Henrich Gittinger;
- Informações sobre o Centro Educacional e Assistencial Indígena em Guarita/RS;
- Solicitação de recursos financeiros para a Missão de Guarita.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86053692_D0001DE0001

- Conflito entre Caciques em Guarita;
- Índios que não concordavam com a expulsão da IECLB estariam sendo ameaçados para concordarem com os métodos de Ivo Sales;
- Teoria de que a imprensa (Zero Hora) estaria alimentando o conflito e interferindo no trabalho da FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000044_D0001DE0001

- Cópia da carta Pastoral da IECLB sobre a situação do índio no Brasil, com críticas à Política Indigenista, FUNAI e INCRA.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000138_D0001DE0001

- Atuação do Pastor Henrich Gittinger; Informações de que o referido pastor não tinha boa reputação; Solicitações do pastor foram negadas.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001664_D0001DE0001

- Dados sobre entidades de apoio (IECLB e Assembleia de Deus); Informações de financiamento e dos trabalhos desenvolvidos; IECLB atua c/ recursos próprios e com recursos da FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006078_D0001DE0001

- Atuação de Noberto Schwantz; Informações sobre o trabalho do nominado em Guarita/RS.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011550_D0001DE0001

- Expulsão da IECLB de Guarita pelos índios;
 - Mensagem do COMIN na semana do índio.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012428_D0001DE0001

- Encontro de entidades indigenistas em Passo Fundo/RS; Analisa a situação do índio e a atuação da FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81013362_D0001DE0001

- 13/02/1981 – Concílio Extraordinário da IECLB;
- Informação de que Pastor Stenn avalia como positiva a situação do PI Guarita, pois os indígenas eles estavam assumindo o controle de suas reivindicações;
- Informação de que os pastores luteranos estariam preocupados com a situação da terra e do índio brasileiro.

POSTOS INDÍGENAS/RS

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81018348_D0001DE0001

- 11/08/1981 – PI Guarita
- Exploração irregular de terras; retorno de agricultores as terras indígenas;
- Informações de que a atuação de alguns líderes indígenas estariam dificultando (interesses políticos e pessoais) o trabalho da FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82022139_D0001DE0001

- 5/10/1981- PI Guarita;
- Exploração irregular de terras;
- Informações sobre os acontecimentos na área de Guarita;
- Cópia de parecer, relatório e mapa da área de Guarita.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83036136_D0001DE0001

- 28/07/183 - PI Guarita;
- Tensão social na reserva;
- Informações sobre as tensões na reserva, principalmente sobre a divisão tribal na área;
- Exploração de terras via contratos ilegais;
- Fala de omissão da FUNAI em relação atos ilícitos cometidos por indígenas;
- Solicitação de intervenção federal na reserva;
- Informações sobre a divisão e chefia da área de Guarita;
- Informações sobre as estruturas das áreas divididas;
- São Citados: Ruy Cotrim Guimarães; Albertino Pereira Soares Filho; Lídio Della Beta; Cacique Ivo Sales Ribeiro; Cacique Domingos Ribeiro.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_84039985_D0001DE0001

- 06/12/1983 – Tensão social na reserva PI Guarita;
- Informações sobre a estrutura econômica dos dois PI de Guarita;
- Tensão devido aos contratos de arrendamentos;
- Atuação ANAI;

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_84042622_D0001DE0001

- 01/06/1984 – Arrendamento de terras;
-

-
- Informação de que o prefeito de Miraguaí estaria incentivando a continuidade dos arrendamentos, dificultando, desta forma, o trabalho da FUNAI;
 - Preocupação de que os líderes indígenas viessem a se rebelar contra a FUNAI.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86053873_D0001DE0001

- 24/01/1986 - PI Guarita;
- Conflito de lideranças;
- Informações sobre “lideranças corrompidas”;
- Discordância dos Caciques sobre o delegado da FUNAI;
- Nomes envolvidos: Lourinaldo Rodrigues Veloso; Irani Cunha e esposa; Cacique Ivo Ribeiro; Francisco Eugênio dos Santos.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86054016_D0001DE0001

- 20/12/1985 – PI Guarita;
- Substituição de delegados regionais;
- Informações sobre reivindicações já atendidas pela FUNAI;
- Novas reivindicações dos Caciques;
- Informações sobre o conflito entre Caciques;
- Nomes envolvidos: Francisco Eugênio dos Santos; Lourinaldo Rodrigues Veloso.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001650_D0001DE0001

- 21/08/1980 – Informações sobre o PI Guarita;
- Crítica à rotatividade de indigenistas na reserva
- Dificuldades administrativas e financeiras;
- Informações de problemas recorrentes, inclusive de óbitos infantis;
- Nomes envolvidos: Sebastião Alfaiate; Rui Cotrim Guimarães.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002457_D0001DE0001

- 07/4/1981 – PI Guarita;
- Desentendimento entre índios e representante da FUNAI;
- Tensão devido à nova proposta de divisão dos arrendamentos, dando uma porcentagem a FUNAI (confisco);
- Projeto especial de desenvolvimento comunitário;
- Relação de 32 intrusos que exploram a reserva;
- Relação de 101 intrusos cadastrados no Projeto Rondon;
- Relação de 45 intrusos segundo informe de Dona Nilva;
- Relação de 94 intrusos segundo informe de Cesar;
- Cópia do relatório de incidentes ocorrido devido à tentativa de implantação do projeto;
- Documento ressaltando a inabilidade do pessoal da FUNAI no trato com os indígenas e relatando insegurança e que os índios teriam saído fortalecidos desse episódio;
- Nomes envolvidos: Coronel Anael Lemos Gonçalves; Sebastião Alfaiate; Ivo Ribeiro; Jesus Sales; Severino de Toni.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81002750_D0001DE0001

- 28/05/1981 – PI Guarita;
 - Exploração irregular de terras, reingresso de colonos na área indígena;
 - Nomes envolvidos: Severino De Toni; Rubens Ardenghi (PDS).
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003538_D0001DE0001

- 07/10/1981 – Situação da reserva PI Guarita;
- Informações sobre uma reunião que teria ocorrido em Redentora com representantes da ANAI, IBDF, FIDENE e CIMI;
- Carta de Redentora;
- Nomes envolvidos: Walter José Irber; Lígia Simonian; Rui Cotrim Guimarães.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004382_D0001DE0001

- 19/06/1981 – PI Guarita;
- Documentos que ressaltam a volta de agricultores brancos as terras indígenas;
- Relatório sobre a presença de brancos na área da reserva;
- Financiamento Banco do Brasil para índios;
- Presença da BM na reserva;
- Nomes envolvidos: Anael Lemos Gonçalves; Prefeito Noedi Rodrigues de Almeida; Israel Capellari; Arnaldo Roever; Alívio João Rebelatto; Walter José; Ivo Cotrim Guimarães; Manoel Carvalho; Alfredo Hardt; Ivo Ribeiro; Francisco Ribeiro; Charneski; Adão Dalmasi; Juruna.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005279_D0001DE0001

- 16/10/1982 – PI Guarita;
- Troca de Cacique, substituição do Cacique Sebastião por Ivo;
- Informação de ameaça de morte de Sebastião a Ivo.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006143_D0001DE0001

- 25/03/1983 – Conflito no PI Guarita;
- Informações sobre a reserva e histórico de exploração da área;
- Informação de que Albertino influenciava os índios a permanecerem unidos e assim serem donos de suas terras; também afirma que Albertino sumiu com dinheiro do caixa da FUNAI;
- Informações sobre como teria iniciado o conflito entre Caciques;
- Conflitos entre índios da reserva: menciona uma “polícia do cacique”;
- A divisão da reserva e conseqüentemente dois caciques é vista como uma solução temporária;
- Descontentamento da atuação do Cacique Ivo Ribeiro;
- Informação de que alguns índios teriam provocado a BM para solicitar proteção aos “atos de verdadeiro terrorismo” de Ivo Ribeiro;
- Informação de que Ivo Ribeiro estaria se beneficiando na extração de madeira e arrendamentos;
- Informação de que Ivo Ribeiro era mandatário de prisões e maus tratos;
- Intervenção da Polícia Federal na reserva;
- Cópias de reportagens que alertavam sobre a instabilidade interna na reserva;
- Nomes envolvidos: Ruy Cotrim Guimarães; Lídio Della Beta; Albertino Pereira Soares Filho; Sebastião Alfaiate; Ivo Ribeiro; Lourenço Bento; Nery Camé; Lourival Ribeiro; Loir Jacinto; Domingos Ribeiro; Afonso Moraes; Paula Ebling; Severino De Toni; Paulo Claudino.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83006540_D0001DE0001

- 27/06/1983 – PI Guarita;
 - Reunião de indígenas;
 - Representantes da UNI na AL/RS;
-

-
- Críticas a FUNAI sobre as formas de tentar solucionar os problemas de Guarita;
 - Reunião em Redentora e acordo de paz entre os caciques;
 - Nomes envolvidos: Aílton e Álvaro (UNI); Jerônimo Bráz; Ivo Ribeiro Sales; Domingos Ribeiro.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_83007031_D0001DE0001

- 14/10/1983 – Divisão do PI Guarita;
- Divisão contestada pelos indígenas da área;
- Dificuldades enfrentadas por funcionários da FUNAI;
- Cópia de solicitação de intervenção federal na reserva;
- Lista de 13 indígenas envolvidos com os caciques;
- Cópia de contrato: compra e venda de madeira.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84008474_D0001DE0001

- 12/04/1984 – PI Guarita;
- Arrendamento de terras;
- Dificuldade em colocar fim aos arrendamentos;
- Prefeito de Miraguaí estaria dificultando o fim dos arrendamentos;
- Cópia de contrato de arrendamentos;
- 30/03/1984 – Informações sobre a situação atual do PI Guarita;
- Reunião na TI Ligeiro: reunião promovida pela FUNAI teria decidido pelo termino dos arrendamentos, porém os dois caciques decidiram não acatar a decisão;
- Informação de que Domingos Ribeiro teria convocado uma reunião com os arrendatários;
- Lista de 132 arrendantes e arrendatários;
- Nomes envolvidos: Ivo Ribeiro; Domingos Ribeiro; Índio Samuel Claudino; Índio Dorvalino Carvalho.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012602_D0001DE0001

- 11/07/1985 – Conflito interno no PI Guarita;
- Informação sobre possível reativação de conflito entre caciques;
- Informação sobre um princípio de briga que teria sido rapidamente contornado pela polícia indígena;
- Informação de que pastores luteranos teriam vasado informações sobre o conflito para a imprensa;
- Envolvidos: Domingos Ribeiro; Ivo Ribeiro; Lúcio Schwingel; Erno Feidem.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85013044_D0001DE0001

- 14/11/1985 – Problemas/conflitos existentes no PI Guarita;
- Informação de que a maioria das famílias da TI Guarita vive em situação de miséria;
- Apontamentos de alguns dos problemas existentes: furto de madeira, posse arma de fogo, prostituição, estupros, mortes violentas, abuso de poder, violência, perseguição, interferência na administração do PI, manipulação dos servidores da FUNAI e desmandos com verbas;
- Relatório da Antropóloga da FUNAI, Paula Ebling sobre A TI Guarita;
- Cópia de documento da reunião de lideranças indígenas e da ata da reunião;
- Nomes envolvidos: Domingos Ribeiro; Ivo Ribeiro; Lourinaldo Veloso; Paula Ebling.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81000876_D0001DE0001

- Levantamento de áreas dos PI do RS;
 - Análise da situação dos PI do RS;
 - Dados de PI da região sul do país.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010699_D0001DE0001

- Painel de debates na AL/RS sobre a situação do PI Nonoai;
- ZH/ANAI: indígenas reclamam de como FUNAI conduz problema com a madeira;
- Recortes de jornais, especialmente ZH.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005796_D0001DE0001

- Informe sobre como os indígenas estão diante da invasão de terras;
- Retorno de posseiros as terras da área do PI;
- Informe de que os indígenas estão mais revoltados por influência de padres e pastores;
- Envolvidos: Posseiros: Romilde Fauna; José Duarte; Ex-interventor José Salmoni; Padres: Eugênio Wenzel; Ângelo de Tal.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003621_D0001DE0001

- Histórico da ocupação das terras indígenas, expulsão dos agricultores, atuação da ANAI/CIMI;
- Prefeito e dentista acusados de utilizar mão de obra indígena sob regime escravagista;
- Igreja acusada de influenciar indígenas;
- Cópia do relatório do BM sobre a situação atual;
- Cópias de recibo e renovação de arrendamentos;
- Envolvidos: Prefeito Fridolfo Rower; Dentista Linno Cotese; Pastor Noberto Schwantes.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_84039158_D0001DE0001

- Tensão social no PI Nonoai;
- Desagrado dos indígenas devido à substituição do Chefe do PI Elomar Gerhardt, substituído por José Ferreira Júnior;
- Desconfiança de que ANAI e CIMI estariam influenciando as populações indígenas desta área;
- Informações sobre a instauração de uma comissão de sindicância para apurar danos ao patrimônio, a qual concluiu atos de negligência de Elomar;
- Envolvidos: Elomar Gerhardt; José Ferreira Júnior.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79003021_D0001DE0001

- Incidentes em reservas do sul (RS, SC, PR);
- Indígenas reivindicam 1019 hectares de terras ocupadas por Domingos Dalastra (desde 1975);
- Chefe do PI e lideranças: elaboração de um documento ameaçando invadir e retomar a área.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79000149_D0001DE0001

- Informações sobre a atuação de Lígia Simonian no PI Nonoai;
- Informação de solicitação de recursos de Lígia a Holanda;
- Informações de que ANAI/CIMI tem influenciado indígenas a expulsarem posseiros;
- Envolvidos: Lígia Simonian; Josef Schoenmaker; índio José Lopes.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78112196_D0001DE0001

- Tensão entre brancos e índios em 1978;
-

-
- Informação de que em maio, foi ateado fogo em quatro escolas que eram frequentadas por filhos de brancos;
 - Informação de que indígenas saquearam animais dos brancos e exigiram a saída deles da área;
 - Embates que resultaram em ferimentos de dois brancos e um índio;
 - Presidente da FUNAI vem ao RS para intermediar soluções a este conflito;
 - Pessoas ligadas a ANAI e ao CIMI estariam influenciando o conflito;
 - Informação de que cerca de 60 jornalistas estiveram na área para cobrir os fatos;
 - Envolvidos: Cacique Nelson Jacinto; Auxiliar do Cacique Amandio Vergara e Ângelo Garcia; Major Juvenal João da Silva; Capitão Adão Jacinto; Capitão José Lopes; Capitão João Isaias; Índio Avelino Pedroso; Atílio Vieira e Ildo Volp; Thomáz Balduino; Pedro Casaldáliga; Antonio Iasi; Assis Hoffmann; Hilário Barbian; Jorge Pereira.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78109881_D0001DE0001

- 10/09/1978 – PI Nonoai
 - Proposta do presidente da FUNAI ao governador do RS para remanejar os posseiros de Nonoai e eviar conflitos;
 - Reflorestamento da reserva de Nonoai (araucárias);
 - Desconfiança de que o CIMI estaria influenciando os índios contra os posseiros;
 - Cópia do documento de Ismarth ao governador do RS;
 - Cópias de documentos da AL/RS;
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76104730_D0003DE0003

- Cópia do Relatório da situação da área indígena de Nonoai – BM/RS;
 - Lista de arrendatários desabrigados;
 - Copias de contrato e demonstrativo financeiro da FUNAI.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76104730_D0001DE0003

- Tortura contra índios kaingang em Nonoai;
 - Origem da denúncia foi uma reportagem, a qual descrevia torturas físicas, violência sexual e moral contra índios kaingang, praticada por guardas florestais;
 - Informação de que o CIMI acusou o SNI de estar agindo como coautor e intimidador, omitindo a realidade dos fatos denunciados;
 - Conflito de legislação (área indígena e Parque Estadual de Nonoai); Terras pertencentes ao poder estadual e/ou federal;
 - Levantamento sobre a situação geral da área de Nonoai;
 - Levantamento de formas e áreas arrendadas;
 - Cópias de documentos: matérias da imprensa, manifesto do CIMI 1976, mapa de localização da área de Nonoai e legislação;
 - Documento do governo do RS constituindo uma sindicância para apurar a conduta dos guardas florestais;
 - Cópia do Relatório da Comissão de Sindicância já mencionada;
 - Matérias desmentido à ocorrência de torturas;
 - Cópia Processo nº15/76 Polícia Civil de Rodeio Bonito.
 - Envolvidos: Vitorino Canieró; Belmira Vitorina Canieró; Antônio Canheró; Cema Kanheró; Adão Kanheró. 37 nomes de depoentes (p.45).
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76104730_D0002DE0003

- PI Nonoai. Continuação - Cópia Processo nº15/76 Polícia Civil de Rodeio Bonito.
-

-
- Problema de terras: histórico de ocupação e conflitos;
 - Cópias de reportagens;
 - Informações sobre a atuação de Noberto Schwantes (assunto de terras).

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74075284_D0001DE0002

- Informações sobre área indígena invadida PI Nonoai.
- Conflito, índio baleado; 1974;
- Brigada militar, operação de desarmamento de intrusos e arrendatários;
- Acusação sobre o Chefe do PI estar induzindo os índios a conflitos;
- Declaração do Chefe do PI sobre intrusos;
- Apoio do prefeito a posseiros;
- Declaração de Lourinaldo Veloso (atual Chefe do PI) sobre motivo dos conflitos;
- Pronunciamento de José Rech (Prefeito Nonoai) cita incompatibilidade do Chefe do PI com indígenas e de interesses políticos.
- Políticos citados: Ivo Sprandel e Afonso Batista;
- Influência de prefeito e agricultores na troca do Chefe do PI;
- Cópia de documentos, relatórios e imprensa;
- Documento solicitando abertura de inquérito policial p/investigar episódio do índio baleado;
- Acusação de invasão de terras;
- Cópia de solicitação de intimação p/depoimento;
- Zero Hora 10/05/1974
- Envolvimento nos conflitos: Paixão, Fioverante Andreis; dono do hospital em Nonoai e advogado;
- Grupos armados;
- Envolvidos: Índio José Martins; Chefe PI José Maria Belfort; Oscar Padilha; Modesto Fischer; Oswaldir Pires dos Santos; Alvino Fischer; Dalmiro Alves; Nildo Vani; Romado Antunes da Silva; Vilmar Martins; Theobaldo Fischer; Ilmar Fischer; Luíz Fischer; Turíbio Martins da Silva; Autores intelectuais do crime: João Carlos Paixão (ex-Cabo, expulso da BM) e Oswaldo Fischer; Acusado: Romildo de Tal; Amazonas Fachimbach; Jovelino de Tal e Leonildo de Tal; Oscar Padilha; Modesto Fischer; Oswaldir Pires dos Santos; Alvino Fischer; Dalmio Alves; Nildo Vani; Vilmar Martins; Theobaldo Fischer; Ilmar Fischer; Luíz Ficher; Sebastião Rodrigues; Adão Sfoglia; “Aleluia”; “Pelé”; “Teré”; Chefe José Clementino Vaz.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_74075284_D0002DE0002

- Relatório de averiguações na Terra Indígena de Nonoai;
- Solicitação de abertura de inquérito administrativo sobre movimento amado de caráter subversivo p/intrusão na área de Nonoai;
- Alegação de que os problemas de intrusão seriam por falta de policiamento no PI;
- Roubo e desvios de madeira; invasão de terras; venda ilegal de terras pelos arrendatários; falta de pagamento dos arrendamentos; espancamentos; Arrendatários armados; “vários inquéritos policiais se encontram arquivados na delegacia de Nonoai desde 1965”;
- Vários documentos solicitando informações sobre a situação de Nonoai;
- Situações de violência e arrendamentos ilegais que se estendem desde 1965;
- Lista de soluções para resolver os conflitos (expulsão dos intrusos, policiamento da BM na área etc);
- Envolvidos: Hermínio Tissani e Cia LTDA; Oswaldo Barbosa Granja.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78112169_D0001DE0001

- FUNAI estaria estudando formas de frustrar os planos do CIMI e de evitar agitações no PI de Nonoai;
 - Monitoramento dos grupos atuantes em Rio das Cobras/PR para evitar que os esmos venham p/RS;
 - Acusa CIMI de estar planejando uma reunião de todos os líderes indígenas do Brasil.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_80011071_D0001DE0001

- Crise interna entre servidores da FUNAI;
- Programa socioeconômico e cultural firmado entre o Ministério do interior e Rio Grande do Sul. Voltado à preservação das populações indígenas.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85052272_D0001DE0001

- Situação fundiária em Inhacorá Santo Augusto/RS; Informações sobre o histórico da redução de terras da área nominada; Reivindicação dos kaungang pela devolução de terras e indenização;
- Possível negociação quanto à retomada da terra.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000090_D0001DE0001

- Levantamento de áreas “sensíveis” no RS: Tenente Portela, Miraguaí, São Valentim, Planalto, Nonoai, Cacique Doble, Tapejara, Santo Augusto;
- Atuação do CIMI e IECLB nas áreas sensíveis;
- Envolvidos: Egídio Schwade; Antônio Iasi Júnior; Egon Dionísio Heck.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_79000660_D0001DE0001

- Venda ilegal de madeira em Votouro São Valentim/RS;
- Lista de compradores;
- Denúncia feita por Antônio Vicente (Chefe do PI);
- Avistaram irregularidades: Cacique Batista Paulo, Juvêncio de Paula, João Maria;
- Relação de índios e brancos envolvidos;
- Envolvidos: Índios: João Pedro; Dorvalinno Forte; João Ferreira; Ernesto Ferreira; João Canhero; Alcides; Antônio Ferreira; José Raimundo; Brancos: Sebastião Teodoro; Eurico Eufrásio; Maximiliano de Paula; Gabriel Ciqueira; João Fortes; Pedrinho Candioa; Selvino da Cruz; Getúlio Casemiro.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_81003621_D0001DE0001

- Problema de invasão de terra e histórico da situação no RS;
- Atuação ANAI, Missão Luterana e CIMI;
- Ênfase em Nonoai;
- Incêndios em Nonoai;
- Relatório da situação entre índios e Posseiros em Planalto/Nonoai;
- Levantamento de posseiros e dependentes;
- Contratos e recibos de arrendamentos;
- Envolvidos: Pastor Norberto Schwantes; LIDERANÇAS INDÍGENAS: Cacique Nelson Jacinto; Amandio Vergara; Angelo Garcia; Juvenal João da Silva; Adão Jacinto; José Lopes; João Isaias; RELIGIOSOS: Aloísio Hoffmann; Batista Timóteo Brennam; Eugenio Wenzel.

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82004271_D0001DE0001

- Levantamento de indígenas e Posseiros no RS (Charrua, Água Santa, Guarita, Planalto, Nonoai, Iraí, Santo Augusto, Cacique Doble, Santo Augusto, Vicente Dutra e Votouro).

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_82005311_D0001DE0001

-
- Problemas nas Reservas de Guarita e Miraguai;
 - Ação inconveniente do Chefe do PI (FUNAI).
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_84009028_D0001DE0001

- População e Localização dos PI do RS.
-

AN, FUNDO SNI, CÓD: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_81000876_D0001DE0001

- Situação das áreas indígenas do RS;
 - Análise dos PI/RS.
-

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE B – PESQUISA NO AN – FUNDO ASI/FUNAI

ARQUIVO NACIONAL
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL - SIAN
FUNDO – ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (ASI/FUNAI)

MEIO DE BUSCA

The screenshot shows the SIAN search interface. The search term is 'CIMI' and the selected fund is 'BR_DFANBSB AA3 - Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional d - Fundo'. The search results show 75 records. A filter sidebar on the left shows 'PERÍODO' from 1968 to 1985 and 'REPOSITÓRIO' set to 'Arquivo Digital'. The search results list includes a document titled 'BR_DFANBSB AA3.0.MRL.2 - conselho indigenista missionário - CIMI - Dossiê - ARQUIVO.: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0002_d0001de0001.pdf - 128,00 MB'.

Acesso: Jul/20

Tabulação dos dados: Ago/20

Termos pesquisados: Nonoai; Guarita; Cacique Doble; Ligeiro;

Período pesquisado: 1968-1985 (Arquivo Digital)

Quantidade de arquivos nos resultados: 75

Arquivos salvos para pesquisa: 42

POSTOS INDÍGENAS/RS

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_AVU_0032_D0001DE0001

- Atas sessões do conselho indigenista da FUNAI: 16/05/1978;11/07/1978; 25/07/1978;
- Informação que em Guarita havia 91 famílias de forma irregular na reserva e que 25 delas aceitaram reassentamento no MT,15 possuem terras e 36 não aceitaram reassentamento;
- PI Ligeiro tinha 84 famílias intrusas, que 40 eram favoráveis ao reassentamento e outras 32 tinham propriedade;
- PI Cacique Doble tinha 44 intrusos, 10 delas aceitavam reassentamento e o restante não;
- Informação de que em Cacique Doble há 75 famílias e que 10 aceitariam ir para MT e 14 ficaram na área, o restante possui propriedade;
- Informação de que o mais grave é em Guarita e que o problema maior consistia em tratar com quem não aceitava o reassentamento;
- Fala do despertar guarani ao reivindicarem para serem atendidos.
- Informação de que o Jornal Zero Hora havia levado quatro índios de Nonoai para Porto Alegre, sem conhecimento do Cacique, para que prestassem declarações e que tal iniciativa tinha relação com a ANAI;
- PI Guarita, PI Ligeiro, PI C Doble.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0027_D0001DE0001

- Documento (1984) do CIMI sobre os kaingang do Toldo Chimbague/SC.
- Atuação do CIMI em SC.
- PI Nonoai.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0002_D0001DE0001

- Documento do CIMI “O CIMI e a terra dos índios”.
- Comercialização de pinheiros pela FUNAI. Informação de Dilapidação do patrimônio indígena via DGPI.
- Carta direcionada ao presidente da FUNAI. Pede a devolução da área da Reserva Florestal pertencente a Nonoai. Carta assinada por 10 lideranças indígenas da região sul, entre eles, Jacinto Xangre, Fonge, Ângelo Garcia, Vitorino Canheró).
- PI Nonoai.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0005_D0001DE0001

- Documento produzido por Egydio Schwade “Dados colhidos por ocasião da visita do secretário executivo do CIMMI aos Postos Indígenas do Sul do país: 12 a 22 de fevereiro de 1975”;
- Informação sobre espoliação do patrimônio indígena;
- Arrendamento em Guarita;
- Informações sobre a enfermaria de Guarita e do CTPCC, sobre os lucros dos arrendamentos. Que a saúde de Inhacorá é precária por não haver consenso entre FUNAI, FUNRURAL e Hospitais.
- Trata da adm dos PI de Carreteiro, Ligeiro, Votouro e Serrinha antes da FUNAI. Compara os índios do sul a peões;
- Invasão de terras em Nonoai;
- Boletim CIMI fala de um plano de ação que abrange terras indígenas;
- Boletim CIMI com depoimento de Antônio do Nascimento (Kaingang de Nonoai);
- Boletim CIMI com carta de Índio Pery (Kaingang de Nonoai).
- Documento do CIMI abordando que uma firma se apossou de forma fraudulenta de 20 km² da área indígena de Nonoai.
- Documento falando de reflorestamento de 100 ha de terras em Nonoai.
- Documento relatando que o Chefe do PI Guarita foi procurado devido a acusação de que índios e religiosos teriam feito um manifesto subversivo no Jornal ZH.
- Documento direcionado ao presidente da FUNAI. Trata-se de uma espécie de ata da assembleia indígena que ocorreu em São Miguel em 1977. Possui uma relação de problemas discutidos, entre elas, perseguição de índios que vão a reuniões, a imprensa ou a Brasília.
- Documento trata sobre o reassentamento de famílias que viviam em Nonoai.
- Telegrama informando a participação de indígenas em reuniões organizadas por bispos;
- PI Nonoai, PI Votouro, PI Ligeiro, PICarreteiro, PI Inhacorá, PI Guarita.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0008_D0001DE0001

- Boletim CIMI. Depoimento de indígenas: João Carlos Meiê, Nelson Xangre, Armando Kagre,
 - Relato de que indígenas deixaram de usar remédios devido a religião, ocasionando a morte de crianças.
 - Intrusos em Nonoai e situação de Cacique Doble.
 - Informações sobre sustento e problemas nos PI de Guarita e Inhacorá.
 - Aborda os casos de violência cometidos por intrusos.
-

-
- Depoimento de índios Kaingang de Nonoai.
 - Situação de terras em Guarita, sobre a falta de cultivo por parte dos índios.
 - Relato de violência do indígena que ficou três dias amarrado em uma árvore.
 - Documento “CIMI denuncia violências e espancamento de índios no sul do Brasil”. Fala do caso Canheró.
 - Cita o caso dos indígenas torturados por guardas florestais;
 - PI Nonoai, PI Guarita, PI Cacique Doble.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0009_D0001DE0001

- Boletins CIMI;
- Documento da Assembleia do CIMI em 27/06/1980; Informações de terras griladas em Nonoai, Votouro e Inhacorá. De que Nonoai, Ligeiro e Cacique Doble estariam ameaçadas por barragens;
- Questionário do CIMI enviado ao vigário de Cacique Doble;
- PI Nonoai, PI Cacique Doble, PI Votouro, Inhacorá, Ligeiro.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0010_D0001DE0001

- Documento da VI Assembleia Regional CIMI Sul. Informação de terras griladas em Ventarra, Lagoão e Caseiros e parcialmente griladas em Votouro, Toldo Guarani, Inhacorá e Nonoai. Cacique Doble ameaçado por barragem e Guarita invadida.
- - Pg 104: Documento fando de uma reunião entre um representante do COIMI e lideranças de Nonoai e Votouro, chamado no documento de ‘Comissão de indígenas Kaingang’.
- - Pg 107: histórico de perda de territórios em Caique Doble, Caseiros, Guarani, Inhacorá, Lagoão, Ventarra, Serrinha e Votouro.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_PJU_0007_D0001DE0001

- Carta destinada ao Ministro do Interior assinada por indigenistas alegando descaso com crimes cometidos contra os Kaingang (Nonoai)

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_POI_0012_D0001DE0001

- Boletim CIMI maio/1978.
- Aborda a espoliação nos PI de Nonoai e Guarita.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DCI_0004_D0001DE0001

- Processo De Tomada de Contas do DGPI de 1977 (dados do PI Guarita e Nonoai).
- Vários documentos: Demonstrativo de recursos liberados pelo DGPI.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0019_D0001DE0001

- Documento listando as missões religiosas em terras indígenas.
- Contrato do convênio entre FUNAI e IECLB no PI Guarita.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_PJU_0008_D0001DE0001

- Documento de reivindicação de solução de problemas referente a políticas indigenistas.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0032_D0001DE0001

-
- Documento sobre a área indígena de Iraí, com informações sobre o PI Nonoai e Guarita.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0006_D0001DE0001

- Carta de um funcionário de Votouro exigindo providências da FUNAI devido a interferências negativas da ANAI e do CIMI.
- Documento do CIMI sobre os povos indígenas do Brasil. Informações sobre os Kaingang e os PI do Rio Grande do Sul.
- Documento avulso abordando problema de arrendamento de terras nos PI do Rio Grande do Sul e expulsão de arrendatários por parte dos Kaingang.
- Diversos documentos do CIMI falando dos PI do sul do Brasil.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0014_D0001DE0001

- Documento listando as áreas e nomes de missionários da “Novas Tribos do Brasil”;
- Ficha com informações e fotos dos missionários;
- PI Nonoai.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0020_D0001DE0001

- Reunião de Gaiger com indígenas em Nonoai.
- Expulsão de missionários luteranos de Guarita.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_PFI_0402_D0001DE0001

- Informações sobre CTPCC.
- Documento da FUNAI ressaltando a insatisfação de indígenas com a política indigenista.
- Telegrama informando a presença de membros da ANAI em Guarita.
- Diversos Documentos relatando presença e influência da antropóloga Ligia Simonian nos PI do Rio Grande do Sul.
- Documento relatando ações do CIMI e FUNAI.
- Carta do Pe. Arlindo Rubert para FUNAI alertando sobre elementos subversivos da ANAI.
- Documento do CIMI fala em envolvimento de prefeitos e deputados no processo de invasão de terras em Guarita, Nonoai, Cacique Doble e Ligeiro.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

- Diversos documentos referentes a possíveis irregularidades administrativas no PI Guarita;
- Diversos documentos tratando sobre o conflito entre caciques em Guarita;
- Diversos documentos relatando instabilidade política na área de Guarita;
- Documentos que versam sobre corrupção em Nonoai;
- Informações sobre o caso de espancamento por parte de guardas florestais em Nonoai. Pg 53 também fala dos interesses em pedras preciosas na região de Nonoai;
- Documentos que versam sobre a visita de Padre Meliá aos PI do Rio Grande do Sul;
- Informações sobre a atuação da Missão Novas Tribos do Brasil em Nonoai;
- Problemas relacionados a terras em Cacique Doble e Ligeiro.
- Depoimento de um funcionário da FUNAI, de que a Missão Novas Tribos do Brasil estaria explorando pedras preciosas em Nonoai.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0084_D0001DE0001

-
- Lista de lideranças indígenas e familiares dos PI do Rio Grande do Sul.
 - Documentos que versam sobre o conflito entre caciques em Guarita.
 - Lista de indígenas que concorreram a eleições municipais em 1982 no Rio Grande do Sul e cópia do material eleitoral.
 - Documentos da FUNAI que versam sobre a troca de Cacique em Guarita.
 - Documentos que versam sobre extração irregular de madeira em Nonoai.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DCI_0004_D0001DE0001

- Documentos que listam as fontes de receita dos PI do Rio Grande do Sul.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0095_D0001DE0001

- Documentos “Comissão do Índio”, Informações sobre o conflito entre caciques de Guarita.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

- Informações sobre atrito entre indígenas e guardas florestais em Nonoai;
 - Documentos repetidos e já mencionados.
 - Documentos de uma sindicância: Informação de que havia pedras preciosas acumuladas no terreno da “missão” em Nonoai;
 - Documento FUNAI relatando " infiltração comunista e atuação de grupos religiosos" em terras indígenas no Rio Grande do Sul. Aponta influências negativas dos grupos religiosos atuantes no Sul e também da ANAI e CIMI;
 - Críticas aos posicionamentos de Lígia Simonian, Padre Meliá, CIMI e ANAI;
 - Documento versando sobre reunião de lideranças indígenas;
 - Depoimento da Antropóloga Paula Ebling, relatando instabilidade no relacionamento com demais funcionários da FUNAI;
 - Relato de que a Missão Novas Tribos do Brasil tem levado pedras preciosas da região sob a justificativa de fazer pesquisa mineralógica;
 - PI Guarita, PI Nonoai, Inhacorá, Carreteiro.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_AEC_0003_D0001DE0001

- Relatório do Departamento de Mineralogia e Petrologia da UFRGS, destacando a importância de dar continuidade nos estudos sobre ágatas, ametistas e quartzo no PI Nonoai. No documento, a UFRGS se coloca à disposição da FUNAI e alerta que estas pedras estão sendo saqueadas por pessoas que não são indígenas e tão pouco pertenciam a FUNAI;
 - Relatório de viagem da UFRGS a Nonoai e Planalto. Esclarecimentos sobre as pedras e do uso da turfa como adubo.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DCI_0016_D0001DE0001

- Projeto de José Lopes, capitão Kaingang e Lígia Simonian, antropóloga, para trabalhar junto aos Kaingang de Nonoai no “Projeto comunitário erval”.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0028_D0001DE0001

- Informações sobre transferência de famílias do Toldo Chimbague para Nonoai.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_ECI_0002_D0001DE0001

-
- Denúncias da ANAI de irregularidades em Nonoai;
 - Simonian: Solicitação de recursos ao governo do estado para execução de seu projeto em Nonoai e informações sobre o projeto;
 - Documentos repetidos e já mencionados;
 - Documento da ANAI e do CIMI sobre o projeto de emancipação da FUNAI;
 - Cópia do folheto “Luta Indígena”. Informação sobre a demarcação da área de Nonoai;
 - Documentos sobre as ações da ANAI;
 - Documento sobre a criação do PI Pinhalzinho;
 - Documento da ANAI sobre os conflitos de Guarita.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0002_D0001DE0001

- Documentos repetidos e já mencionados.
 - Documento com informações sobre reunião de lideranças indígenas do sul do país.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0013_D0001DE0001

- Documentos repetidos e já mencionados.
 - Autorização para Novas Tribos do Brasil atuarem em Nonoai.
 - Informações pessoais de missionários da NTB. Informações de serviços prestados na área de saúde, educação e agricultura.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0014_D0001DE0001

- Documentos repetidos e já mencionados.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0020_D0001DE0001

- Informação de que a ANAI estaria promovendo reuniões entre indígenas.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_PFI_0565_D0001DE0001

- Informações sobre atritos entre indígenas e funcionários da FUNAI;
 - Documentos repetidos e já mencionados;
 - PI Nonoai.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0075_D0001DE0001

- Documentos FUNAI de avaliação do trabalho dos chefes de postos indígenas.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DAI_0083_D0001DE0001

- Informações sobre o conflito entre Caciques em Guarita;
 - Informações sobre o conflito entre guardas florestais e indígenas em Nonoai;
 - Informações sobre a sindicância instaurada para apurar irregularidades nos PI do RS;
 - Documentos repetidos e já mencionados.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DCI_0024_D0001DE0001

- Ficha técnica do projeto desenvolvido em Nonoai e Cacique Doble.
 - Relação de PI.
-

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0022_D0001DE0001

- Cópia do “Projeto Uruguai (UFSC). Consequências da construção da Barragem Machadinho para os índios do PI Ligeiro (RS)”.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0029_D0001DE0001

- Relatório Antropológico de identificação da área indígena de Rio da Várzea.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0095_D0001DE0001

- Cópias de Boletins do CIMI com informações de Nonoai e Guarita.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0133_D0001DE0001

- Informações sobre o patrimônio de Guarita.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0138_D0001DE0001

- Informações quantitativas sobre os Postos Indígenas.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_ECI_0002_D0001DE0001

- Documentos sobre a atuação da ANAI junto aos indígenas.
- Documentos repetidos e já mencionados.
- PI Nonoai, PI Guarita, PI Cacique Doble.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0002_D0001DE0001

- Documentos repetidos e já mencionados.

AN, FUNDO ASI/FUNAI, CÓD: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0006_D0001DE0001

- Documentos referentes a atuação da ANAI e do CIMI;
- Informações do Chefe do PI Votouro sobre atuação dos índios;
- Documentos repetidos e já mencionados.

Elaborado pela autora

ANEXO A – CARTA AO PRESIDENTE DA FUNAI

CARTA AO
PRESIDENTE DA FUNAI

Ruínas de São Miguel, RS
19 de abril de 1977
Dia do Índio

Exmo. Sr. Presidente
Ismarh Araújo de Oliveira,

Estamos nós reunidos em Assembleia de caráter nacional, com participação dos índios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Estado do Rio. Como Vossa Excia. pode notar houve participação maciça da região sul. Portanto queremos com esta, declarar à opinião da FUNAI os depoimentos feitos pelos representantes da região Sul. Conscientes de nossa situação como povos, queremos levar ao conhecimento do órgão competente as nossas lutas e anseios. Anexo a esta, segue os principais problemas levantados. Esperamos que nossas sugestões sejam consideradas e que providências sejam tomadas neste sentido.

Com apreço de estima e consideração

Os representantes dos povos
Kaingang, Terena, Guarani, Xavante
Pareci, Bororo, Kayabí, Apicá.

ANEXO I

PAINEL DOS PROBLEMAS DISCUTIDOS

1. A chefia de algumas das comunidades é imposta pela FUNAI, o cacique sendo escolhido pelo Chefe de Posto. Pedimos ao Exmo. Sr. Presidente da FUNAI o reconhecimento do nosso direito de eleger os nossos chefes e caciques segundo nossos costumes tradicionais, sem a interferência do Chefe de Posto.
2. Alguns Chefes de Postos se interessam em apoiar os colonos e não os índios, como é o caso do P.I. Votouro (RS). O índio assim está sendo desamoralizado. Também alguns chefes de postos que vemos que, de fato, querem o bem da comunidade indígena, esses são afastados. Queremos que os Chefes dos Postos nos dêem total apoio na luta para atingir nossos anseios, e que antes de

quando os chefes dos Postos, as comunidades indígenas sejam con- -7
sultadas.

3. Queremos denunciar a intrusão das terras por colonos nas áreas do Sul, sem que a FUNAI nada faça para impedir essas intrusões.
4. Não há liberdade para que possamos usar nossas terras e os recursos nela existentes. Somos proibidos de desmatar para fazermos nossas roças mas, no entanto, aos intrusos é permitido.
5. A espoliação das riquezas do nosso solo pelo DGPI (projetos de soja, trigo e madeiras) sem o revertimento em benefício das comunidades indígenas. Somos obrigados a trabalhar fora de nossas áreas pois o DGPI nos tira as condições de trabalho dentro de nossas terras e a FUNAI não nos dá outros recursos, como tratores ou mesmo juntas de bois para desenvolver nossa agricultura.
6. Existe a proibição de encontros e reuniões. Os índios de Xanxerê, (SC), foram ameaçados e repreendidos pelo Chefe de Poste porque foram visitar seus irmãos Kaingang em Nonoai, perseguição dos índios que vão às reuniões, à imprensa ou à Brasília. Vem a colônia que o índio não trabalha e vive passeando.
7. A Assistência Médica é precária na totalidade das enfermarias. Violência em alguns postos é usada contra índios. A comida dada aos doentes nem sempre é adequada, como na Cade do Índio em Campo Grande (MT).
8. Existe a instrumentalização dos índios que participam da vida pública do país. Como é o caso do vereador Jair de Oliveira, de Aquidauana, (MT), que em nenhuma das hipóteses é representante do Povo Terena, como se fala na imprensa e é acreditado pela FUNAI.
9. Muitas promessas são feitas, mas na maioria das vezes não são cumpridas.

RECORRENDO A VÓS PARA QUE SEJA TOMADA A NECESSÁRIA PROVIDÊNCIA PARA QUE SEJA REGULARIZADA A SITUAÇÃO DE NÓS INDÍGENAS.

ANEXO 2

REIVINDICAÇÕES LEGAIS

Apelamos através dos meios legais que sejam regularizadas estas injustiças. Com profundo respeito a Vossa Excia, alertamos que tudo o que foi apresentado está contra as leis contidas nos termos do Estatuto do Índio.

Quanto ao nosso direito de nos reunirmos para discutir nossos problemas comuns, e buscar soluções para eles, vemos que está amparado no artigo 66 do Estatuto do Índio que diz que se fará divulgar e respeitar as normas da Convenção 107 que nos dá os mesmos direitos humanos de todos os cidadãos.

Quanto à ação do DGPI, temos a declarar:

- No P.I. Xapocó, em Santa Catarina, existe uma serraria ser -

rando, em média, 130 metros de madeira por mês. Poucos índios são empregados como mão-de-obra neste projeto. A maioria da nossa gente trabalha na roça e quando necessita de algumas tábuas para construir suas próprias casas tem que comprar madeira na serraria. Por que temos que comprar o que é nosso? Por acaso no Estatuto do Índio não se diz que nós temos o "direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e dos bens existentes nelas" ? (Artigo 22). Não estamos tirando a madeira das terras alheias. As madeiras ó que estão sendo tiradas de dentro de nossa área e não sabemos para onde vai tanto dinheiro. Até agora não houve o revertimento dessa renda em programas de assistência ao Índio como prevê o artigo 43 do Estatuto. Também não está havendo o reforestamento da área, previsto no artigo 46.

- Em Nonoai, (RS), existe uma granja de soja e trigo administrada pelo DGPI já há 6 anos. Não temos visto nenhum retorno à comunidade indígena da renda retirada dessa área. Inclusive as enfermarias desse posto estão com falta de remédios. Este ano, os índios de lá se viram forçados a retor parte da colheita de soja a fim de receber da FURAI os dois tratores equipados e o veículo que lhes foram prometidos para o fim deste mês de Abril.

- Em Nonoai também alguns índios são empregados neste projeto do DGPI. E temos o caso de tratoristas que pediram para usar as máquinas que estavam paradas na ocasião, a fim de levar suas próprias terras e foram despedidas pelo DGPI. Parece que isso está contra o Título IV (artigos 40 e 42) porque nós como titulares do Patrimônio Indígena.

- O caso do P.I. Mangueirinha, no Paraná, é outra infração do Estatuto. Os Índios Kaingang e Guarani continuam lutando para reaver mais da metade de sua área (8.976 hectares) que lhes foi tirado pelo próprio Governo do Estado há quase 20 anos atrás, e mais tarde passou para o domínio da firma Siviero. Pelos termos do Estatuto do Índio, a FUNAI deve assegurar essas terras para os povos indígenas e não para uma firma particular (Título III, Capítulo V).

ANEXO 3

CASOS DE VIOLÊNCIA

Aproveitamos a ocasião para apresentar apenas alguns dos casos de violência que continuam sendo praticados contra os Índios. Reconhecemos que Vossa Excia. talvez não tome conhecimento de todas as injustiças que são cometidas.

Em Votouro, (RS), temos o caso de prisão, espancamento e maltr

tes sofridos para conseguir Natalício porque ele insistiu até Brasília estudar a possibilidade de desenvolver um projeto de agricultura para sua área. Violência também foi usada legalmente em 25 de fevereiro deste ano, pela polícia indígena com aprovação do Chefe do Posto, Lincoln da Silva, quando o Natalício e D. Angelina, também da área, passaram a viver juntos. Dona Angelina nessa ocasião foi espancada brutalmente, violentada e seus cabelos cortados dentro da prisão do Posto Indígena de Votouro.

No ano passado, em Dezembro, o Índio Quirino foi assassinado por Valdir Ferreira nas redondezas da área de Votouro e nada foi feito contra ele. Ele continua solto, talvez porque ele seja metade branco.

Na Aldeia de Pinhalzinho, P.I. Noncaí, temos casos de violências praticadas por colonos intrusadores da área indígena contra os Índios. No início do ano passado, o capitão Kaingang, Marculino, prendeu as cargas e os bois do intruso Miro Ferreira, que estava se mudando para dentro da área. Miro Ferreira, que continua na área, invadiu a casa de Marculino Mineiros e ameaçou sua família com uma espingarda. Os intrusos são permitidos de usar armas para intimidar os Índios, mas os Índios não são permitidos nem de usar ou fabricar suas próprias armas, como arco e flechas.

Para os Índios é perigoso andar de noite dentro de suas próprias áreas, devido aos ataques e emboscadas dos colonos intrusadores. Em Abril de 1976 o Índio Ernesto de Souza foi baleado no rosto por um intruso, e isso mais tarde causou sua morte. No entanto, nada foi feito para se descobrir o assassino, que pode continuar solto na área.

+ + + + +



ANEXO B – CARTA AO PRESIDENTE GEISEL



UMA MULHER
KAINGANG
ESCREVE AO
PRESIDENTE

CARTA DE ANDILA INÁCIO
AO GENERAL GEISEL

A brincadeira da Funai de expulsar os intrusos, segundo a acusação do Pe Egydio, lamentavelmente foi também uma "brincadeira" para distrair e iludir os indígenas. Mais uma vez a Funai tripudiou sobre os direitos, a esperança e o amor do povo Kaingang, e isso fica patente quando se descobre, na carta de uma professora indígena dirigida ao General Geisel, Presidente da República, a esperança de seu povo na solução de seu drama pelos meios oficiais:

" Senhor Presidente, confiamos em vossas decisões e acreditamos que no dia 31 de julho, prazo dado pela Funai para a entrega de nossas terras, seja realmente um grande dia para o povo Kaingang pois, se assim não for, temos não mais poder casinhar em paz e harmonia em busca da fonte para secar nossa sede de justiça. Entenda V. Excelência que a nossa mensagem não tem no espírito e sentido de coação ou revide e sim o de termos a consciência tranquila e serenidade de olhar, bem no fundo, os olhos de nossos filhos". (Folha da Manhã. Porto Alegre, 12/8/75).

A carta da Kaingang Andila Inácio, datada de 7 de junho de 1975, embora sendo professora do Posto indígena da Guarita, demonstra a medida da dor e dos sentimentos da gente Kaingang naquele momento de sua história, não permite que se alegue desconhecimento, pelas autoridades, da realidade indígena do Sul.

Escreve Andila: "enquanto o mundo todo grita e se vangloria da Paz do amor e Compreensão, o meu povo continua sofrendo as penúrias de um mundo remoto, tão bem conhecido por V. Excelência.

"Senhor Presidente, não seria talvez por este meu povo falar e entender somente sua língua materna e não compreender estes gritos de Paz, Amor e Compreensão. Não, Senhor Presidente, tenho certeza que meu povo entenderá a esta mensagem, embora em outras línguas, como entendeu a de paciência até a agora gritada aos seus ouvidos, paciência esta que chega agora aos limites, co

no chegaria a de qualquer povo, fosse qual fosse o estágio de civilização.

" Senhor Presidente, V. Excelência há de convir que o sangue do meu povo não pode mais ser contido nas veias...

"Eis, Senhor Presidente, para o povo branco e civilizado, como se julgan, talvez possa parecer romantismo ou coisa que equivalha, mas para o meu povo não. Para ele é estilo de vida, é razão de viver e, conseqüentemente, motivo bastante para morrer. A invasão de nossas terras para o vosso povo tem significado simplesmente um problema jurídico, ou como quer chamá-lo, mas para o meu povo não, são problemas que nós Kaingangos, sentimos como feridas que nos atormentam no mais alto dos sentimentos, fazendo-nos diminuir, oprimidos e transformando as nossas noites em vigílias, na esperança de ver no amanhecer nossas terras desocupadas pelos brancos e, no entardecer, mais um dia de desilusão, iniciando-se uma nova esperança... pois a cada dia que passa sentimos o nosso sangue mais espesso e nossas veias cada vez mais finas, quando, em tão, muitos dos nossos encontram conformismo no terrível vício do alcoolismo...

" Sei que somos uma minoria e além disso, poucas condições temos de lutar, se preciso for, contra as armas, mas preferimos lutar contra as armas que coagem e contra o aço branco que ranga a carne, provocando o delírio final e ver o sangue de nossos filhos derramando sobre nossa terra, do que velos encurralados e arrancados deste último sustentáculo da vida" (Folha de manhã, 12/8/75).

Este tipo de apelo seria tentado no ano seguinte, em Dezembro, pelo cacique Kaingang do Posto indígena Xapocó, SC, também devido à invasão de suas terras por agricultores. A carta do cacique Jag- Kag ao Presidente da República informava que os índios desta área estavam "dispostos a lutar contra os intrusos, caso as promessas (da Funai) não sejam cumpridas" (O Estado, Florianópolis, 12/12/76).

ANEXO C – CARTA DE UM KAINGANG DE NONOAI

CARTA DE UM KAINGANG DE NONOAI

Pinhalzinho, 11 de dezembro de 1978

Foi recebido convite de alguns membros da comunidade Kaingang do P. I. Chapecó para ir investigar um roubo de madeiras e pinheiros em suas frentes. A seguinte exploração era feita pelo mesmo funcionário da Funai o chefe do P.I. Chapecó João Mader. Então saíram um grupo de 4 Kaingang do P.I. Nonoai para fazer a pesquisa e investigar o fato de que vem acontecendo em vários Posto Indígena da Funai. Estes 4 membros da comunidade Indígena Nonoaiense chegaram as 12 horas em Xanxerê e as 4 horas e meia da tarde na aldeia Pinhalzinho daquela mesma área. Começando fazer o trabalho foi achado vários pinheiros derrubados no meio das lavouras dos índios. E foi muito lamentado pelas mulheres e crianças que gostava de ajuantar pinhão daqueles pinheiros e agora juntar aonde que até aqueles mato foi terminado. A injustiça é que foi derrubado com pinha os pinheiros. Então foi palestrado durante das 6 horas da tarde até as 10 horas da noite. Foi decidido para fazer uma viagem até o gabinete do general Ismarth da Funai. Então no dia 14 em combinação e união saíram 3 membros da comunidade do P.I. Nonoaiense. Chegando no dia 19 em Brasília e denunciando o fato ao general foram recebidos com prazer e trouxeram uma carta proibindo as derrubadas de madeira dentro da área só que não fale em pinheiro. No todo eles já tiraram 120 pinheiro, com 40,50 ano, com metro, metro e pouco de grossura. Os índios de Chapecó tem que se unir e lutar contra esses robo.

Índio Péry, P.I. Nonoai

ANEXO D – CARTA PRO PRESIDENTE DO BRASIL

" Pro Presidente do Brasil
nosso pai vóio geral ,

" Nós fomo co presidente da FUNAI. Ele disse que tinha boa vontade. Existia muitos que trabaiam contra o índio. Paço pro Presidente da República que tenha dó de nós. Que ajude o presidente da FUNAI. O índio é em primeiro lugar no Brasil. Fico muito sentido co essa situação. Se estivesse um aperto neste país com pobreza de terra daí seria outro caso. Os Xavante falaram. Porto Alegre era terra de índio.

Erexim também, Xanxerê , Xaxim também. O que é do índio é do índio. Já demoo muitas terra a essa gente. Os xavante também prometeram nós ajudá, Se não toma medida imediata que vida será esses inocente. Os intruso sempre vai entrando mais, tem projeto de acabá com todo o mato, robá madeira de lei, pinheiro, loro, grápio, até as casa dos índio estão sendo ocupado pela gente branca, por exemplo o índio vai fazer compra com a família, quando volta tem gente lá, tira a bagage do índio pra fora e se coloca na casa do índio e ninguém sabe quem é, cortaro a perna de um coa foice na casa do índio mesmo que enfrente o intruso que queria tomá conta da casa dele, Tem mais de 700 índio fora da área . Estão morando de tres familia numa casa porque não tem mais lugar onde morá e trabaiá, Os intruso alega que são mandado pelo Prefeito, pelos comissio de vereadô e na justiça o prefeito diz que não falô, que deu ordem prá respeitá o índio e não prá entrá. As política prejudica pra tira estas gente. São que nem gato, que dá o tapa e esconde a uña. Até nós reser vemo uma reserva de mato prá nós entre Bananeira e Pinhalzinho em Nonoai e os intruso derrubaro o mato esse ano. Então nós pra todos os índios do país pedimo pro senhor como pai maior ajudá o presidente da FUNAI, que diz tenho boa vontade de reservê o problema de vocôis, de vossa terra.

" Guarita, RS 2 de maio de 1976

" Cacique Alcindo Nascimento .

" Major Angelo Garcia " (Folha da Manhã, 26/6/76).

ANEXO E – DOCUMENTO AO PRESIDENTE DA FUNAI

DOCUMENTO QUE ENTREGUÊMO PARA O PRESIDENTE DA FUNAI.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO.

SENHOR PRESIDENTE.

Nós em nome dos 6.000 índios da nação(CAINGANGUE) dos 700 XOKLENG e dos 1.500 índios da nação GUARANI, lembrando a luta e o sofrimento dos nossos antepassados que morreram e derramaram seu sangue, para que nosso povo Indígena sobre vivesse vienos - aqui fazer um apêlo, porque a nossa situação é muito difícil, vivemos na maior aflição e ameaçados pela invasão das nossas terras.

Pedimos para o nosso Presidente que nós ajude a tirar os intrusos das nossas terras, conforme a nossa Lei o Estatuto do Índio, Art. 34 "O órgão Federal de assistência ao índio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e auxiliares e Polícia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades Indígenas".

Pedimos também mais forças e apoio aos nossos Chefes de Posto e a nós índios para agirmos em defesa de nossas terras.

Nossas terras antigamente eram grandes e foram sendo tiradas pelo branco, agora nós pedimos que sejam devolvidas.

Que o Estado do Rio Grande do Sul, devolva as terras que ele tirou do nosso povo, especialmente a Reserva Florestal parte que é da nossa área do Nonoi, e Estação Experimental que é da área do Posto Indígena Inhaçorá.

Que o Estado do Paraná devolva as terras que foram tiradas dos índios, especialmente na Época do Governador Moisés Lupion, e que a parte tirada da área de Mangueirinha atualmente em questão com a Firma Slaviero, seja decidido logo para os índios.

Que o Estado de Santa Catarina, devolva as terras que ele ajudou do P.I. Xapocó, especialmente a área do Toldo do Umbú.

Que o senhor nós ajude a conseguir de volta a terra dos nossos Patrícios do Toldo Iraní.

Cont.

Que a FUNAI nos ajude dando um impulso para nós mesmo se desenvolver através das nossas roças comunitárias e particulares, e da formação de uma Cooperativa e armazém nosso.

Nós estamos procurando nossos direitos e fazendo - força para melhorar nossa situação, por isso pedimos apoio de todas as pessoas que queira nós ajudar em nossos planos, tanto gente da FUNAI, MISSIONÁRIOS e outras pessoas.

Vamos também por isso fazer reuniões dos nossos - chefes e líderes de todos os nossos Patricios do Sul, creio que essa vai ser a nossa força.

KARIG
KAIHERÓ
KAGETE
KUPI
KALIG
KIVORÉ
TOLÉ
KURORÉ
KORÉ
KILANTON

O PRESIDENTE
PROMETEU
EXPULSAR TODOS
OS INTRUSOS DE
NOSSAS TERRAS
ESSE ANO!

NOIS TEMO QUE
ABI, NÃO ESPERA.

QUEREMOS JUSTIÇA - NOSSAS TERRAS E O RESPEITO AO NOSSO POVO

Brasília, dezembro 1975.



ANEXO F – DOCUMENTO AO GOVERNO DO RS

C O N C L U S Õ E S

da Comissão de Indígenas do Rio Grande do Sul
sobre o Convênio FUNAI - Governo do Rio Grande do Sul

Não precisamos de ajuda. A ajuda que nós precisamos é devolver as terras que foram tiradas de nós.

Nosso plano que nós achamos quando conversamos no nosso idioma é a ajuda que nós queremos é que devolvam aquelas terras que os Governos tomaram de nós até 63. O nosso plano é esse. Depois nós vamos pensar em outras ajudas.

A população indígena está crescendo. Queremos terras aonde que foi encontrado índios no Brasil de Sul a Norte. Primeiro lugar que nós vamos pedir de auxílio pro governo do Estado é terras que tomaram de nós.

Nós não estamos criticando os Governos de 63 pra cá. Estamos criticando os anteriores.

Esse convênio nos deixava fora. Primeira coisa que queremos é as terras porque a nossa população indígena Kaingang está bastante crescida.

Pretendemos dentro de 40 dias fazer o resto do trabalho consultando os índios mais velhos e os demais postos indígenas sobre as terras que foram tiradas até 1963.

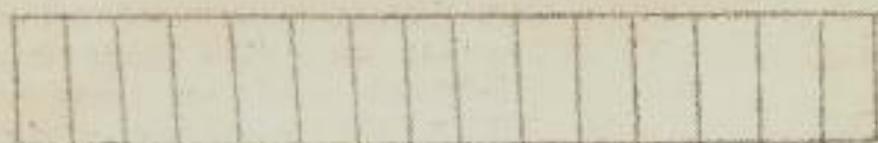
O que a Comissão achou um absurdo foi de achar os meus intuitos antigo órgão que cuidava do índio Brasileiro. Porque deram de não em tudo que era das comunidades indígenas no País e hoje vem a ser culpado - pelo intermédio do Convênio Funai e Estado - o índio. Mas agora pedimos aonde encontrarão um contrato de arrendamento de terra ou também um contrato de venda de pinheiros, ou seja de madeiras de lei de uma comunidade indígena que seja feito por algum índio. Porque nós pretendemos conhecer este índio e também seus documentos legais. Porque para fazer estes tipos de negócios tem que ser um índio muito bem documentado e autorizado pela comunidade. não é só índio, é em todas as nações. Porque venda de madeira e arrendamento de terras foi em quase todo o Rio Grande do Sul, Posto por Posto.

Comissão de Indígenas Kaingang de Votouro e Noroeste

Seriam talvez esses os índios que fizeram contratos de venda de madeira: João Lopes Voloso de Oliveira, Laurinaldo Waldereys Voloso, Ercides Teixeira, Renier Gasparotto.

ANEXO G – MENSAGEM A TODOS NOSSOS PATRÍCIOS

NOSSA MENSAGEM



MENSAGEM A TODOS OS NOSSOS PATRICIOS INDIOS DO SUL DO BRASIL

A nossa luta já começô, precisamos se uni pra defendê juntos as nossas terra e os nossos direito. Nois temo que pisá firme e não arredá mais senão o branco pega os últimos pedacinho de terra que ainda temo. E os nossos filhos onde vão vivê?

No fim do ano passado nois fomo falár com o Presidente da FUNAI, em Brasília, e contamo pra êle a situação dos nossos povo e o problema das nossas terra que já intrusada. Ele falô e prometeu / pra nois que esse ano nossas terra ia ficá limpa dos intruso e deu até o prazo até maio.

Agora nós se reunimo de novo e vimos que só faltam dois meses e parece que os intruso tão mais fortalecido, por causa das / conversa e proteção que os politico tão fazendo pra êles. Então nois precisamos agi e mostrá a forças do nosso povo unido.

Nóis sabêmo que os abuso e judiaria com o nosso povo continua, e nossas terra sempre ameaçada. No posto de Nonoai continua entrando intruso. E estão até construindo tres escolas em cima da nossa terra, no Ervalzinho, na Toca do Tigre e na Lage. E quando nós, Marcullino, Nelson Xangrô, João dos Santos e Nico N. Lijã, fomo falá com o prefeito de Planalto pra pedi pra êle pará de construí as escola na nossa terra ele disse que tinha autorização do posto e até tinha licença pra usa

os pinheiro desvitalizado na construção da escola. Isso já é abusá de nós, temo que agi unido contra isso.

Na Lincira tem 100 famílias que estão derrubando o /
mato. O presidente prometeu que ia mandá a policia tirá elas daí, até o /
dia 20 de janeiro. A policia foi lá, olhó as casa e não feiz nada, e o peg
soal continua lá, derrubando o último matinho que ainda tem.

No "inhalsinho (Nonoai), o índio Jorge Frazo foi re-
clamá pro intruso que o gado d'êle estava comendo e estragando a planta do
índio. Então o intruso respondeu: -"Eu solto a criação aqui onde eu quero,
vocês não manda mais aqui". Eles não respeita a Lei e os nossos direito.

Nossos irmão continuam sendo pisado e surrado pelos
intruso. Ainda no mes de fevereiro o patricio Juvenal Jacinto de Nonoai /
foi porreteado pelos intruso, sem motivo.

É essa a nossa situação. Pra enfrenta temo que se un
e luta, nem que nós tenha que morro pra nossos filho depois ter onde vivê.

Nós estamos defendendo nossa terra e tudo que é nosso
conforme nossa lei o Estatuto do Índio: "Cabe aos índios ou silvícolas a /
posse permanente das terras e o direito ao usufruto exclusivo de todas as
utilidades naquelas terras existentes". (Art.22)

Por isso nós também perguntamo por que os pinheiro e
otras madeira das nossas área continuam sendo serrada, sem licença nossa,
já que por lei elas são só pra nós índios? No P.I. Chapecó foi montada /
uma fita nova que serra 1.500 dúzias por mês, e pra onde vai o dinheiro?

Isso tudo dá muita tristesa no nosso coração, e ven-
tade grande de resolvê os problema e melhorá nós índio a nossa situação.

Por isso fazemo um pedido bem forte a todos os nossos
patricios pra se uní, fazê reunião pra vê como agi, luta unido. E também /
aqueles do nosso povo que tão fora das área nós fazemo o pedido pra êles
voltá se juntá com nós nas nossas terra pra garanti o futuro pras nossas
famílias pros nossos filhos.

Também sechtimos unido para lutar para viver e melho-
ra o nosso povo e todas as nações de índio do Brasil, -rincipalmente os /
Xavantes e Bororos que vieram nos visitar e ajudá levá pra frente nossos
plano.

Unidos vamos vencê.

Comissão - Brasilia - março 1976.

ANEXO H – MENSAGEM DO DIA DO ÍNDIO

MENSAGEM DO DIA DO INDÍO

- 3

19/ABRIL

Hoje, dia 19 de abril, é o dia que no país inteiro se dedica ao Índio. Não sabemos quando foi criado o Dia do Índio e nem de sua especificação, mas aproveitamos a oportunidade para levarmos à opinião pública nossa mensagem do DIA DO INDÍO.

Primeiro queremos dizer que o dia 22 de abril do ano de 1500, quando Pedro Álvares Cabral, pela primeira vez, pisou nestas terras, foi o começo da expansão da civilização ocidental e o começo do fim das sociedades indígenas.

Com o passar dos anos intensificou a nossa destruição, que foi acarretada pela civilização ocidental. Esta usou os mais diversos instrumentos de degradação, que foram o massacre de grupos indígenas. Auxiliam nesse método, as doenças trazidas pelo branco e por nós nunca antes conhecidas; a expropriação de nossas terras; aplicação de métodos de educação colonialista-etnocêntrica que não respeitou a nossa estrutura política-econômica-religiosa.

Tanto assim é que até o século XVI os Índios eram considerados animais irracionais, e precisou que o Papa Paulo II declarasse à opinião pública da época que éramos seres humanos dotados de corpo e alma. Mas apesar disso a destruição do povo indígena continuou.

Foi com alarmante situação nossa e nos classes de alerta de pessoas de outros países, que então foi criado o SPI - Serviço de Proteção ao Índio. A corruptividade dessa entidade fez com que ela fosse dissolvida ao menos no nome e foi criada a atual Fundação Nacional do Índio, FUNAI;

Não podemos deixar de reconhecer aqui o esforço que a FUNAI tem feito no campo de assistência à saúde. Mas por outro lado temos a dizer que fatos comprovam também a omissão desse órgão nas resoluções eficazes da defesa dos nossos interesses, no ponto de auxiliar na expropriação do patrimônio indígena.

Portanto, estamos aqui tentando mais uma vez ser ouvidos pelos órgãos oficiais e a opinião pública. São inúmeras as viagens dos representantes indígenas até Brasília tentando resolver seus problemas. Nunca somos consultados pela FUNAI no que se diz a respeito dos planejamentos. Tudo é decidido em Brasília, sem a presença ou sugestões de qualquer Índio. Se a FUNAI quer realmente ajudar o Índio em seu desenvolvimento, ela é que deveria promover e possibilitar esse tipo de encontro, onde aos Índios é permitido se expressar livremente e juntos

- 4
basear as relações para os problemas. A FUNAI existe há 10 anos e os problemas continuam os mesmos.

Os índios são povos livres que vivem há milhares de anos nessas terras. Não podemos admitir que outro povo decida os caminhos que devemos trilhar. DIA DO ÍNDIO deveria ser o dia de escutar o Índio.

As pessoas entendidas de problemas indígenas e que fazem as decisões em Brasília são antropólogos e gente alta da FUNAI que não vivem a realidade do Índio Brasileiro, portanto não sentem o problema. Essa gente parece que não quer ouvir o Índio.

Não seria o momento de ligar a FUNAI diretamente à Presidência? Para não nos acusarem de que estamos sendo teleguiados, somos francos em dizer que esta idéia surgiu há uns anos atrás por pessoas simpáticas com a Causa Indígena. E que, no momento estudado pelos índios, vêm como única alternativa viável, porque como está, a FUNAI jamais terá autonomia em suas decisões a favor do Índio. Como se pode conciliar divergências de interesses dentro da próxima família?

EMANCIPAÇÃO, INTEGRAÇÃO - são termos antropológicos. Que representam essas palavras para o Índio? Acaso foram termos criados pelo Índio? Como as sociedades indígenas interpretam estes termos? Emancipação e Integração na sociedade da civilização ocidental? Acaso estamos pedindo "integração" e "emancipação" na sociedade dos brancos? NÃO! Nós queremos apenas reconhecimento e respeito à nossa integridade física e cultural. Que nossa integração e emancipação sejam feitas dentro dos nossos padrões culturais.

Queremos na oportunidade declarar que a Igreja na sua totalidade, por muitos anos manteve-se no silêncio ante a destruição dos povos indígenas. Últimamente se vem notando maior ênfase da Igreja no campo da Pastoral Indígena. Com uma nova luz no processo de libertação dos povos indígenas, quem aparece com ênfase nesse campo é o CIMI, Conselho Indigenista Missionário.

As missões católicas ou protestantes, ou seja de outro credo, terão que remodelar sua estrutura de assistência ao Índio, despojando-se de sua ideologia colonialista e reconhecendo os nossos valores culturais, para que dentro de um trabalho com base na antropologia, possam nos dar força para que possamos ter uma sobrevivência física e cultural.

Portanto hoje, reunidos em assembléia de caráter nacional, somos porta-vozes dos grupos indígenas que não puderam estar presentes; nossos irmãos de sangue que se espalham pelos quatro cantos dessa imensa Nação, com esperança de verem seus problemas solucionados, principalmente o problema TERRA. Somos também porta-vozes daqueles irmãos que até hoje se mantem isolados, portanto inocentes dos malefícios que a civilização ocidental pode acarretar a eles.

Aproveitamos a oportunidade para protestar contra qualquer ato ou intenção de manipulação, desprezo, imposição, exploração e destruição dos povos indígenas, que sejamos respeitados como pessoas e como sociedades. Portanto, qualquer ato de imposição e proibição vai contra os nossos anseios mais elementares.

Vós, povos indígenas, dentro desse contexto não nos emitimos da nossa responsabilidade de procurarmos num esforço único ao lado daqueles que de fundo do coração se interessam por solucionar os nossos problemas e atingir nossos anseios como povos.

Queremos mostrar a todos aqueles que nos oprimem que somos dotados de capacidade de raciocínio e que, de fato, procuramos dentro dos meios legais, solucionar os problemas.

E para finalizar a nossa mensagem do Dia de Índio, queremos oferecer um pouco dos nossos valores a essa sociedade que está despida dos valores espirituais e humanos. Esses valores vocês encontrarão na nossa forma simples de vivermos a vida.

Ruínas de São Miguel

Rio Grande do Sul

19 de abril de 1977

Felos representantes dos Povos
Xavante, Bororo, Pareci, Apiacá,
Guarani, Kaingang, Kayabi, Terena.

EDGAR VASQUES,
(IN RANCO 4)



Fonte: Boletim Luta Indígena: Informativo dos índios e missionários do sul do Brasil. nº3, 1977, p. 3-